

MÉDIA

Organização

**Maria da Luz Correia
e Catarina Rodrigues**

E

CONTRIBUTOS
PARA UMA POLÍTICA
DAS MEDIAÇÕES

IN DIS
CIPLI
NA

MÉDIA E INDISCIPLINA

CONTRIBUTOS PARA UMA POLÍTICA DAS MEDIAÇÕES

Organização

**Maria da Luz Correia e
Catarina Rodrigues**

MÉDIA E INDISCIPLINA

CONTRIBUTOS PARA UMA POLÍTICA DAS MEDIAÇÕES

Coordenação: Maria da Luz Correia
Catarina Rodrigues

Capa: António Pedro

Paginação: Pedro Panarra

© Edições Húmus, 2024 e Autores
End. Postal: Apartado 7081
4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão
Tel. 926 375 305
E-mail: humus@humus.com.pt
www.edicoeshumus.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão
1.ª edição: Julho de 2024
Depósito legal: 535502/24
ISBN 978-989-9213-24-1

Esta publicação obteve financiamento do Governo Regional dos Açores, através Direção Regional da Ciência e Tecnologia. Foi ainda apoiada pelo CHAM Açores, particularmente através da verba “2022 – Apoio ao Funcionamento do CHAM Açores”. Também teve o apoio da Fundação Gaspar Frutuoso.

Índice

- 7 Ciências da comunicação, média e indisciplina
Maria da Luz Correia
- Parte 1.
- Na senda de Mário Mesquita.
Da história da imprensa açoriana à crise do jornalismo.**
- 23 Poder dos média e democracia
Paulo Serra
- 43 Da crónica (aventuras e extravios de um género jornalístico)
Paulo Meneses
- 63 Mário Mesquita, um Homem de Cultura
Ana Cristina Correia Gil
- 71 O perfil da imprensa dos Açores no século XIX
Susana Serpa Silva
- 89 A imprensa católica açoriana nas primeiras três décadas do século XX
José Paulo Machado
- Parte 2.
- Écrãs, redes e mediações.
Reflexões críticas sobre os média e a cultura digital.**
- 101 Notas sobre a transição digital
Maria Teresa Cruz
- 117 A civilização da Imagem e o imaginário melancólico da nossa época
Moisés de Lemos Martins
- 139 Para uma teoria comunicacional da mediação
Samuel Mateus
- 159 Retórica, lógica informal e o estudo da argumentação
Rui Sampaio da Silva

Parte 3.

Releituras

- 179 A cidade: sugestões para a investigação do
comportamento humano em ambiente urbano
Robert E. Park
- 225 Teorias e práticas do jornalismo: do telégrafo ao hipertexto
Mário Mesquita
- 253 Notas biográficas das editoras e autores

Ciências da comunicação, mídia e indisciplina

MARIA DA LUZ CORREIA

O presente livro teve origem num encontro de ciências da comunicação na Universidade dos Açores, a primeira edição do CICOM, em novembro de 2022, que pretendeu assinalar os 20 anos desta área científica nesta instituição de Ensino Superior fundada em 1976, que se caracteriza pela sua natureza arquipelágica e pelo carácter ultraperiférico da região em que se insere. Mas a história das ciências da comunicação, ao longo destes 20 anos na Universidade dos Açores, se foi condicionada pelo complexo entorno geográfico, social e económico que é o açoriano (Correia & Sampaio, 2023), também muito foi marcada pela juventude de uma área científica que, tendo pouco mais de um século, apenas no final dos anos 70 abre os seus primeiros ciclos de estudos no Ensino Superior em Portugal e só nos anos 90 obtém, no contexto nacional, o seu primeiro doutorado (Serra, 2007, p. 15).

O professor, investigador, jornalista e político açoriano Mário Mesquita, cujo legado para esta disciplina e em particular “no plano dos estudos dos média e do jornalismo está ainda por avaliar na sua plenitude” (Riley et al., 2021, p.13), tinha aceite intervir no encontro de dois dias a que nos reportamos, mas a sua morte prematura, em abril de 2022, impediu que tal acontecesse. Assim, o referido congresso, que contou com a representação institucional da *SOPCOM – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* e com investigadores e docentes das ciências da comunicação de várias universidades portuguesas – Universidade da Beira Interior, Universidade de Coimbra, Universidade da Madeira, Universidade do Minho, Universidade Nova de Lisboa – converteu-se também num debate

de homenagem ao autor de *O Quarto Equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea*.

Uma reflexão histórica e um esforço de repensar o estatuto epistemológico das ciências da comunicação enquanto área disciplinar ocupou este encontro de investigadores dos média, que envolveu ainda académicos de áreas afins como a sociologia, a linguística, a literatura, a cultura, a filosofia, a história ou ainda a gestão e o marketing, cujo contributo para a área na Universidade dos Açores, tem sido, por diferentes motivos, assinalável. Com efeito podemos dizer que neste âmbito, a Universidade dos Açores não é exceção já que, como tendem a sublinhar unanimemente aqueles que se debruçam sobre a história deste campo disciplinar (Craig, 1999; Pooley, 2016; Waisbord, 2019), as ciências da comunicação têm a sua origem na interdisciplinaridade ou dito de outro modo, retomando o termo que dá o mote ao presente volume, têm a sua origem na “indisciplina”. Com efeito, se no encontro a que nos referimos o termo “indisciplina” foi convocado num dos debates foi precisamente a propósito de uma espécie de tensão entre, por um lado, o entusiasmo diante da libertação do espartilho das teorias e metodologias disciplinares e da entrega a linhas de investigação “criativas e críticas” e por outro lado, a apreensão perante a frágil consolidação, a débil legitimação institucional e a precária autonomia epistemológica e os obstáculos de que daí advêm, como por exemplo aqueles que se prendem com o financiamento científico.

Em todo o caso, e voltando à fundação das ciências da comunicação, se Jefferson Pooley (2016) faz notar que “a teoria da comunicação era já na infância da disciplina um tema indisciplinado”, Silvio Waisbord num ainda mais recente volume com o sugestivo título *Communication A Post-Discipline*, relembra que a comunicação já era caótica antes do “caos das disciplinas (Abbott, 2010) se ter tornado uma característica distintiva do conhecimento académico contemporâneo” (Waisbord, 2019, p. 60). O autor argentino radicado nos EUA explicita ainda (Waisbord, 2019, p. 48):

A comunicação era multidisciplinar ainda antes da multi e interdisciplinaridade se tornarem tendências importantes na academia. Os estudos de comunicação nasceram no cruzamento de várias disciplinas e domínios, incluindo a retórica/discurso, o jornalismo, a psicologia, a sociologia, as artes, os média impressos e audiovisuais, a língua e a literatura, o teatro e a ciência (Chaffee

and Rogers 1997; Craig 1999; Dennis and Wartella 1996; Gehrke and Keith 2014; Jensen and Neuman 2013; Park and Pooley 2008; Rogers 1994).

Interdisciplinar, multidisciplinar, transdisciplinar, pós-disciplinar, anti-disciplinar ou simplesmente indisciplinar, são várias as terminologias recorrentemente associadas à comunicação, para fazer referência a uma característica que, sendo-lhe congênita, e sendo, de resto, transversal ao conhecimento científico contemporâneo, é hoje agravada por diferentes motivos. Historicamente espartilhado em debates que ora reivindicam a sua inscrição nas humanidades ora reclamam a sua pertença às ciências sociais (De la Peza Casares, 2013; Pooley, 2016; Sharp & Thomas, 2019), desdobrado ainda no dito paradigma dominante do funcionalismo e dos *mass media* e no designado paradigma alternativo da teoria crítica (Mcquail, 2003), o campo da comunicação é hoje descrito recorrentemente através das ideias da hiper-fragmentação e da hiper-especialização (Waisbord, 2019; Pooley, 2016; De la Peza Casares, 2013) e as figuras do arquipélago, da constelação, do mosaico e do *patchwork* são atualmente aquelas que melhor retratam o campo e que fazem qualquer tentativa de unificação e de organização do domínio científico – à semelhança daquela empreendida por Robert Craig (1999) no final do séc. XX – parecer vã. Para Silvio Waisbord, esta dispersão da comunicação, além de poder ser explicada pela genealogia do campo disciplinar e pela persistente heterogeneidade de definições da comunicação, seria exacerbada por dois factores: “pela viragem digital [*digital turn*] na academia assim como pela globalização da investigação académica sob uma forte influência ocidental” (Waisbord, 2019, p. 27). Voltaremos ainda a estes dois fatores, ainda que em momentos diferentes.

Adicionalmente, o campo da comunicação, das ciências da comunicação, dos estudos da comunicação, das teorias da comunicação, ou dos estudos dos média, para mencionar apenas algumas das inúmeras designações associadas à mesma disciplina, vê hoje as suas fronteiras instabilizadas pela emergência de um conjunto de domínios pós-disciplinares contíguos. Jefferson Pooley, considerando que a comunicação tem uma natureza “expansiva”, reporta-se aos infindáveis domínios pós-disciplinares “parentes” da comunicação emergidos nos últimos 50 anos: os *film studies*, os *cultural studies*, os estudos visuais, os *game studies*, os estudos de música popular, as ciências da informação, os estudos de género, os estudos étnicos

ou os estudos LGBTQ são apenas alguns. Moisés de Lemos Martins, autor de um dos ensaios do presente volume, no livro *Crise no Castelo da Cultura: das estrelas para os écrãs*, não apenas defende uma espécie de parentesco congénito entre as ciências da comunicação e os *cultural studies* implantados nos anos 60 como sustenta que as ciências da comunicação estariam “associadas aos novos territórios de investigação nas Ciências Sociais e Humanas”, como por exemplo os estudos de género, os estudos das subculturas juvenis, os estudos pós-coloniais ou ainda os estudos dos média digitais (Martins, 2011, p. 42). A propósito desta natureza expansiva das ciências da comunicação, a comparação de John Durham Peters é, no mínimo, sugestiva: “o campo da comunicação mantém-se “semelhante a Taiwan”, na clássica formulação de John Durham Peters (1986): uma pequena ilha reclamando um vasto território (Pooley, 2016, p. 543)”.

Debrucemo-nos então sobre noção de “indisciplina”. W. J. T. Mitchell (1995, p. 541), a propósito dos estudos de cultura visual, definia assim esta noção: “o momento de caos ou de espanto em que uma disciplina, uma forma de fazer as coisas realiza compulsivamente a revelação da sua própria inadequação”. Noutras palavras ainda, a indisciplina seria “um momento de turbulência nas fronteiras internas ou externas de disciplinas estabelecidas” (Mitchell, 1995, p.542). Explicitando que uma disciplina consistiria numa “forma de assegurar a continuidade de um conjunto de práticas coletivas (técnicas, sociais, profissionais, etc)”, o pensador norte-americano associava então a indisciplina a um momento de “rutura”, “disrupção”, em que se questionariam essas práticas. Com efeito, Michel Foucault no ensaio *L'ordre du Discours* definia a disciplina como “um principio de controlo da produção do discurso” que lhe impõe “limites através do jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente de regras” (Foucault, 1971, p.16). Na aceção foucaultiana, se a disciplina é o “sistema anónimo” que estabelece exigentes requisitos para “a construção de novos enunciados” (Foucault, 1971, p.14) a indisciplina seria um modo de nos subtrairmos ao policiamento do discurso e aos seus pesados constrangimentos. Como o faz ver Jacques Rancière (2006, p.9), o pensamento indisciplinar, na filosofia foucaultiana, é então aquele que, convocando um contexto de guerra, “o rumor distante da batalha”, “*ignora* as fronteiras disciplinares por forma a restaurar o seu estatuto de armas numa disputa” (itálico nosso). Aliás, o pensamento indisciplinar – conforme mais explicita

ou mais implicitamente defendem Mitchell (1995) e Rancière (2006) – tem a particularidade de assumir positivamente a ignorância; ela é uma espécie de força motriz que rompe as fronteiras. A indisciplina, por sabotar esse “jogo estreito” que é a disciplina como a classificava Foucault (1971, p.13), tem por isso também uma dimensão política, conforme lembrava também Jonathan Crary numa recente entrevista realizada por Afonso Dias Ramos:

Toda a minha vida acadêmica tem sido uma resistência a algumas das fronteiras entre as disciplinas. Todos os livros que já escrevi foram, num certo sentido, transdisciplinares. Aquilo que está em causa é uma rejeição da especialização. Isso é crucial para mim. O escritor John Berger disse uma vez que o pensamento político é aquele que recusa as disciplinas especializadas do conhecimento. Encontramos a mesma ideia antes disso, no trabalho de Gyorgy Lukács, na sua discussão sobre a compartimentalização dos campos de conhecimento em *História e Consciência de Classe*. Lukács afirma que a realidade subjacente do mundo está além do alcance de quem se encontra numa disciplina especializada. (Ramos, 2023, p.192)

Mas o que é torna as ciências da comunicação particularmente indisciplinadas? poderíamos perguntar. Como o título do presente volume deixa antever, responderíamos, aludindo ao seu objeto de estudo: os média. Com efeito, atualmente, os média agem como uma espécie de paradoxo no campo das ciências da comunicação na medida em que podem ser comparados a uma força gravitacional, ora centrípeta, ora centrífuga, que pressiona as fronteiras internas e externas da disciplina, instabilizando-as, mas sempre em direção a si mesmos. Esta espécie de contradição é bem ilustrada por Silvio Waisbord, aqui já citado, que ao mesmo tempo que recusa às ciências da comunicação qualquer “centro teórico, ontológico, epistemológico ou temático”, convoca precisamente a “digitalização” e a noção de “mediação de tudo” proposta por Sonia Livingstone para admitir que é atualmente quase impossível reportar-nos a processos comunicativos sem dar centralidade às “questões sobre a técnica e sobre os média” (Waisbord, 2019, p.189). Maria Teresa Cruz, no presente volume, alude também a esta centralidade dos média quando afirma que “as ciências da comunicação constituíram o espaço interdisciplinar mais relevante para a introdução do problema da técnica no âmbito das humanidades e das artes”, tendo há muito produzido “a evidência de que ‘pensamos

com e através dos média' como diz, na sua eloquente simplicidade, uma frase de Hayles (2012, p.1)".

Evidentemente, está aqui em causa uma conceção abrangente de média, que não se restringe de todo aos tradicionais média de massas, e que se alinha pela aceção que Friedrich Kittler detalha, como muito oportunamente cita Paulo Serra no primeiro ensaio do presente volume: "os média gravam, transmitem e processam informação. Esta é a definição mais elementar de média. Os média podem incluir coisas antiquadas como livros, coisas familiares como a cidade e invenções mais recentes como o computador" (Kittler, 1996, p.722). Dito isto, e procurando subtrair-nos à "tentação do "determinismo tecnológico" (Mesquita, 2004, p.28), entendemos os média como "estruturas de comunicação socialmente realizadas", que incluem as "formas tecnológicas", mas também os "protocolos sociais" e as "práticas culturais", conforme a proposta de Lisa Gitelman (2006, p.7). Esta é uma noção de média que tem sido defendida por um movimento como a arqueologia dos média que, inspirada no legado de pensadores como Walter Benjamin, Aby Warburg, Siegfried Giedon ou Marshall McLuhan, e a partir da nossa atualidade hipermediada, não só procuram estudar propriedades materiais, práticas culturais e condições socio-económicas dos média como observam as linhas de confluência e de rutura que instabilizam as fronteiras entre os média da revolução industrial como o telégrafo, o telefone, o automóvel, a luz elétrica e o jornal – para enumerar alguns média convocados por Robert E. Park no ensaio "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano em ambiente urbano" publicado pela primeira vez em 1915 e retomado neste livro coletivo – e os média digitais como o "hipertexto" e os "weblogues" – para referir dois dos média evocados por Mário Mesquita no artigo "Teorias e práticas do jornalismo: do telégrafo ao hipertexto" editado pela primeira vez em 2004 e igualmente reproduzido no presente volume.

Discutidas algumas noções fundamentais para o presente volume, parece-nos oportuno, em guisa de conclusão, lembrar a metáfora do peixe e da água tantas vezes convocada por Marshall McLuhan a propósito da nossa relação com os média: "uma coisa da qual os peixes não sabem nada é da água uma vez que eles não dispõem de qualquer contra-ambiente para perceberem o elemento no qual vivem" (McLuhan, 1968, p.175). Retomando esta metáfora, e propondo um entendimento positivo da pressão indisciplinar que as mediações, enquanto realidades tecnológicas e culturais disruptivas, exercem sobre

o campo das ciências da comunicação, compararíamos a indisciplina a esse “contra-ambiente” que permitiria ao peixe conhecer a água e que permitirá aos estudos dos média reavaliar o seu campo, reinventando, nos seus interstícios, “uma agenda epistêmica, metodológica, crítica e política geral” para usar a expressão de Maria Teresa Cruz no seu ensaio sobre a transição digital. Esta reavaliação do campo passa, sem dúvida, e desde logo, por uma epistemologia crítica, de que é exemplo o já convocado trabalho de Silvio Waisbord (2019) sobre as assimetrias geográficas resultantes da “globalização acadêmica” das ciências da comunicação, mas também outros contributos como aqueles que recentemente se debruçam sobre as assimetrias de género na disciplina (García-Jimenez, 2021). Por fim, como teremos oportunidade de constatar no presente volume, o pensamento indisciplinar em torno dos média assume-se também, e em última instância, como um pensamento político capaz de questionar os impactos sociais, culturais e ambientais que a mediação tecnológica tem na experiência contemporânea.

Este livro encontra-se organizado em três partes. A primeira e a segunda partes são compostas por contributos inéditos, sendo a primeira dedicada à obra de Mário Mesquita e a temas que o interessaram, fossem eles o jornalismo e a sua crise, os géneros jornalísticos e a história da imprensa açoriana; a segunda parte agrupa reflexões teóricas que nos permitem rever o contributo das ciências da comunicação para pensar os média e a mediação da experiência humana como fenómeno tecnológico e cultural complexo que importa estudar de forma crítica. A terceira parte que denominamos “Releituras” contém dois ensaios que, pela sua importância para a área das ciências da comunicação e dos estudos dos média, retomamos neste volume. Tratam-se, como já referido, de “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano em ambiente urbano” de Robert E. Park, publicado originalmente em 1915, e traduzido aqui por nós, e “Teorias e práticas do jornalismo: do telégrafo ao hipertexto” de Mário Mesquita, um texto que corresponde à lição inaugural dos cursos de licenciatura em Comunicação Social e Cultura e de pós-graduação e mestrado em Cultura e Comunicação na Universidade dos Açores em 2004.

O texto de Robert E. Park “The City Suggestions for the investigation of human behaviour in the urban environment” foi publicado pela primeira vez em março de 1915 na revista científica fundada pela escola sociológica de Chicago, *The American Journal of Sociology* (Park, 1915). Uma segunda

versão deste texto, com vários ajustes, integraria o livro coletivo *The City* editado por Park juntamente com Ernest W. Burgess e Roderick McKenzie em 1925 (Park, 1967/1925). É esta segunda versão do ensaio de Park que escolhemos traduzir aqui: com efeito, vertida para português do Brasil em 1967 por Sérgio Magalhães Santeiro numa edição da Jorge Zahar editora (Park, 1967), desde aí não conheceu outra tradução. Porquê, para refletir sobre as ciências da comunicação e particularmente sobre os média e a noção de indisciplina, quisemos regressar a um texto deste sociólogo norte-americano, publicado pela primeira vez em 1915 e dedicado à cidade? Com efeito, em primeiro lugar, este texto de Robert Park, escrito várias décadas antes das ciências da comunicação se estabelecerem como disciplina autónoma, tratando-se ainda hoje de uma referência assiduamente convocada em manuais e programas da disciplina de teorias de comunicação de ciclos de estudos desta área científica (França & Simões, 2016), tem a vantagem de ir ao encontro da noção de média que nos interessa neste volume, um entendimento que não os restringe ao jornalismo e que os entende como dispositivos tecnológicos, culturais e sociais de comunicação.

Partindo do pressuposto assinalado por Mário Mesquita segundo o qual “o jornal de informação se desenvolve em estreita ligação com o crescimento das cidades, revelando uma natureza de produto intelectual e comercial, de divulgador de conhecimento e de empresa comercial” (Mesquita, 2004, p.11), Park, que antes de ser sociólogo foi jornalista, apresenta-nos neste texto a visionária noção de “mobilidade” que faz corresponder aos média e aos “fatores primários na organização ecológica da cidade”. Entendendo a mobilidade como um processo físico, psíquico e tecnológico, Park defende que “a mobilidade num indivíduo ou numa população mede-se, não apenas pela mudança de local, mas sim pelo número e pela variedade dos estímulos aos quais o indivíduo ou a população responde” (Park, 1967/1925, pp.17-18) e integra nessa noção quer os meios de comunicação como o jornal, o telégrafo, o telefone, e a rádio, quer os meios de transporte, como o elétrico, o automóvel, ou o elevador, quer ainda outros dispositivos como o dinheiro. No que a isto diz respeito, Park adiantou-se mais de meio século a Marshall McLuhan.

Em segundo lugar, além deste sugestivo entendimento de média, o texto “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano em ambiente urbano” confronta-nos hoje com temas tão atuais como o urbanismo, as relações socio-espaciais, a globalização, o multiculturalismo, o

pós-colonialismo, a crise, a polarização do debate público e as bolhas sociais, ao mesmo tempo que, em contrapartida, nos oferece terminologias e ideias, cuja crítica, em prol do compromisso epistemológico das ciências da comunicação de resistir às diferentes formas de dominação - patriarcal, sexista e racista - se assume como uma tarefa premente. Com efeito, por um lado, tido como fundador da sociologia urbana e como referência do legado da Escola de Chicago, Park tem sido hoje retrospectivamente criticado por uma visão eminentemente masculina da cidade, do espaço urbano e das relações socio-espaciais; mais concretamente, as mulheres e, em geral, a perspectiva de género estão ausentes do espaço urbano nos estudos de Park, como têm argumentado vários autores (Spain, 2014): certas passagens do ensaio em questão e algumas terminologias usadas são disto mesmo sintomáticas, como assinalaremos ao longo da tradução. Por outro lado, Robert Park, que foi assessor do acomodacionista Booker T. Washington, tem sido igualmente depreciado pela sua posição conivente com a opressão colonial; apesar de enquanto jornalista ter denunciado a violência colonial no Congo, e de enquanto docente da Universidade de Chicago ter apadrinhado o trabalho de sociólogos e ativistas contra a discriminação racial como Charles S. Johnson e E. Franklin Frazier, Park assume uma postura completamente acrítica do imperialismo e do colonialismo, partindo de postulados racistas, como aqueles manifestos na sua teoria das relações raciais, aspetos que aliás estão presentes nalgumas passagens e expressões do ensaio aqui retomado (e assinaladas na tradução) (Blackman, 2023).

Remontando precisamente a Robert E. Park em vários momentos e concretamente ao texto sobre a cidade cujo legado para as ciências da comunicação nos parece importante repensar, o ensaio “Teorias e práticas do jornalismo: do telégrafo ao hipertexto” de Mário Mesquita corresponde à *lição inaugural* dos cursos de licenciatura em *Comunicação Social e Cultura* e de pós-graduação e mestrado em *Cultura e Comunicação* na Universidade dos Açores proferida em novembro de 2004, na Universidade dos Açores, em Ponta Delgada. Neste ensaio, publicado também com mínimos ajustes um ano mais tarde na *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* (Mesquita, 2005), o jornalista e investigador açoriano, remontando também ao filósofo alemão Walter Benjamin e à sua distinção entre o “contador de histórias” e o “jornalista”, discorre sobre uma espécie de oxímoro, ou nos termos do próprio Mário Mesquita, uma dupla face de Juno, constitutiva da ontologia

jornalística e ilustrativa da sua intrínseca contradição entre a objetividade da informação noticiosa, por um lado, e a sua natureza histórica e dimensão narrativa, por outro. Esta contradição é, de resto, uma constante bem conhecida do pensamento de Mário Mesquita sobre os média e o jornalismo.

É precisamente partindo da obra de Mário Mesquita, em particular do livro *O quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea* (2003), que Paulo Serra desenvolve uma reflexão sobre “Poder dos média e democracia”. O autor analisa, num primeiro momento, o impacto do referido livro de Mário Mesquita nas ciências da comunicação, considerando recensões, citações e traduções. Para além disso, procura identificar as principais teses do livro sobre os média em geral e o jornalismo em particular, debatendo a sua atualidade, repensando a crise do jornalismo e o papel dos média na reconfiguração da democracia.

Paulo Meneses regressa, no seu texto, ao dia 2 de novembro de 2004, coincidente com a já referida lição inaugural da extinta licenciatura em Comunicação Social e Cultura, proferida pelo jornalista, professor e intelectual Mário Mesquita, para lhe prestar homenagem. “Da crónica (aventuras e extravios de um género jornalístico)” é o título do texto que faz uma reflexão sobre géneros jornalísticos e em particular sobre a crónica, as suas especificidades, a forma como a podemos entender à luz da dicotomia entre informação e narração e ainda o que a aproxima mas sobretudo o que a afasta de um género que lhe é vizinho, a coluna.

O texto intitulado “Mário Mesquita, um Homem de Cultura”, assinado por Ana Cristina Gil, reenvia-nos à vida multifacetada e obra vasta do jornalista, político, docente e investigador açoriano cuja “hesitação e ceticismo”, marcas de cultura para Fernando Pessoa tal como citado pela autora, o conduziram a um estudo aprofundado dos média e do jornalismo, contextualizado por uma igualmente importante reflexão sobre a sociedade contemporânea e os seus desafios sociais, culturais, económicos e tecnológicos. “Se a Cultura é a procura de aperfeiçoamento constante que resulta de um olhar crítico e atento ao mundo, Mário Mesquita era um verdadeiro homem de Cultura”, refere a autora.

Susana Serpa Silva traça “O perfil da imprensa dos Açores no século XIX”, recuando à sua introdução tardia em 1829, no contexto das lutas liberais, através da chegada de material tipográfico à ilha Terceira, vindo “de Plymouth, em Inglaterra, a bordo da galera americana *James-Cropper*”. Recorrendo a fontes

como o *Arquivo dos Açores*, que contém como explica a autora “o primeiro levantamento sistemático da imprensa periódica açoriana”, Susana Serpa Silva faz notar que os Açores não foram exceção no que toca à preponderância da imprensa política até à I República, destacando-se nos jornais açorianos do séc. XIX a sua dimensão reivindicativa junto do poder central.

Por fim, dedicando-se àquela que foi uma tradição de relevo na história da imprensa e do jornalismo, José Paulo Machado apresenta no seu ensaio “a Imprensa católica açoriana nas primeiras três décadas do século XX”. Este tema foi o foco da tese de doutoramento do autor que, transportando-nos para “o fluxo de periódicos açorianos que freneticamente surgiam por todas as ilhas, à exceção de Santa Maria, Flores e Corvo, no arco temporal que vai de 1900 a 1926”, remonta às origens do periodismo católico açoriano, à noção de “Boa Imprensa”, à identidade da imprensa regional católica e ao Congresso dos Jornalistas Açorianos.

A segunda parte do livro começa com uma reflexão de Maria Teresa Cruz sobre a noção de transição digital e a ideia de disrupção e de inevitabilidade que esta implica. Num momento em que tópicos como inteligência artificial, automatização e algoritmos têm adquirido relevância em diferentes áreas, a autora deixa importantes “Notas sobre a transição digital”, destacando o contributo central das ciências da comunicação para a reflexão e compreensão da transformação da experiência humana. Inspirando-se em pensadores como Katherine Hayles e Yuk Hui, a autora propõe que as artes e as humanidades, e em particular, as ciências da comunicação, respondam com um “pensamento político justamente capaz de integrar ecologia e tecnologia”.

Inspirado pela leitura de *O Quarto Equívoco – O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, e em particular “pelas incursões de Mário Mesquita sobre os média, no contexto da civilização da imagem”, Moisés de Lemos Martins reflete sobre a mudança estrutural observada na sociedade nas últimas décadas, trazida pela emergência da cultura digital, ou a “circum-navegação tecnológica”, como a apelida, e explica como na sua própria obra tem vindo a refletir sobre um conjunto de disrupções e de rupturas na experiência contemporânea – da crise da razão histórica à declinação de um imaginário melancólico – assim como sobre as formas de o pensar.

“Para uma teoria comunicacional da mediação” é o título do texto de Samuel Mateus onde se defende uma teoria da comunicação mediada, que o autor distingue de mediatizada. Considera redutor fechar a mediação nos

média por não se tratar simplesmente de um processo tecnológico. Para Samuel Mateus “um dos desafios que os investigadores em Comunicação têm de concretizar é fazer com que a Teoria da Comunicação seja, igualmente, uma teoria da mediação”. Com esta reflexão o autor não procura desvalorizar a mediatização, mas antes sublinhar que há mais mediação para lá dos média.

Considerando a teoria da argumentação como parte fundamental das ciências da comunicação, Rui Sampaio da Silva expõe as abordagens da retórica e da lógica informal como complementares. Merecem particular atenção neste texto a noção de argumento visual, cada vez mais frequente na “era das redes sociais” conforme sublinha o autor, assim como os enviesamentos cognitivos, cuja atualidade, por sua vez, assenta nas patologias que hoje afetam o “debate público” “como a (hiper)polarização ou a fragmentação e compartimentação da esfera pública em nichos”.

Referências

- Blackman, S. (2023). Black Ethnographic Activists: Exploring Robert Park, Scientific Racism, The Chicago School, and FBI Files Through the Black Sociological Experience of Charles S. Johnson and E. Franklin Frazier. *Symbolic Interaction*, Vol. 46, Issue 3, 287–310.
- Correia, M. da L. & Sampaio, L. S. (2023). Ilhados, desilhados e embarcações: os estudos culturais na Universidade dos Açores. In M. M. Baptista, A. R. A. de Almeida & R. A. Grácio (org). *Estudos Culturais em Portugal: cartografias, desafios e possibilidades* (pp.97-116). Grácio Editor.
- Craig, R. T. (1999). Communication theory as a field. *Communication Theory*, 9(2), 119–161.
- De la Peza Casares, Ma. del Carmen. (2013). Los estudios de comunicación: disciplina o indisciplina. *Comunicación y sociedad*, (20), 11-32. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So188-252X2013000200002&lng=es&tlng=es
- Foucault, M. (1971). *L'ordre du discours*. Gallimard.
- França, V. & Simões, P.G. (2016). *Curso básico de Teorias da Comunicação*. Autêntica Editora.
- García-Jiménez, L. (2021). Aportaciones femeninas a las teorías de la comunicación: Una propuesta para la docencia y la ciencia. *Anàlisi: Quaderns de Comunicació i Cultura*, 65, 121-135. <https://doi.org/10.5565/rev/analisi.3327>
- Gitelman, L. (2006). *Always Already New: Media, History and the Data of Culture*. MIT Press.

- Huhtamo, E. & Parikka, J. (2011). *Media Archaeology: Approaches, Applications, and Implications*. University of California Press.
- Kittler, F. A. (1996). The city is a medium. *New Literary History*, 27, 717-729.
- Martins, M. L. (2011a). *Crise no castelo da cultura, Das estrelas para os ecrãs*. Grácio Editor.
- McLuhan, M. & Fiore, Q. (1968). *War and Peace in the Global Village*. Bantam.
- Mcquail, D. (2003). Teoria da Comunicação de Massas. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mesquita, M. (2004). Teorias e práticas do jornalismo: do telégrafo ao hipertexto. *Arquipélago / Línguas e Literaturas, Anexo 2*.
- Mesquita, M. (2005). Teorias e práticas do jornalismo – da era do telégrafo ao tempo do hipertexto. *Intercom Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, vol. XXVIII, num. 2, 11-41.
- Mitchell, W.J.T. (1995). Interdisciplinary and Visual Culture. *Art Bulletin* 77(4), 540-545.
- Park, R. (1915). The city: suggestions for the investigation of human behaviour in the city environment. *American Journal of Sociology*, vol. 20, n.5, 577-612. <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/212433>
- Park, R. (1967), A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano in O. G. Velho (org.) *O fenómeno urbano* (pp.25-66). Guanabara.
- Park, R. (1967/1925). The city: suggestions for the investigation of human behaviour in the city environment. In R. E. Park, E. Burgess & R. D. Mckenzie (eds), *The City* (pp.1-46). The University of Chicago Press.
- Pooley, J. D. (2016). Communication Theory and the Disciplines. *The International Encyclopedia of Communication Theory and Philosophy*. <https://doi.org/10.1002/9781118766804.wbiect261>
- Ramos, A. D. R. (2023). Jonathan Crary: Práticas de recusa radical. *Electra* 20, 184-197.
- Rancière, J. (2006). Thinking between disciplines: an aesthetics of knowledge. *Parrhesia*, 1, 1-12.
- Riley, C. G., Henriques, C., Gomes, P. M., & Cardoso e Cunha, T. (eds.) (2021). *A liberdade por princípio: Estudos e testemunhos em homenagem a Mário Mesquita*. Tinta-da-China.
- Serra, P. (2007). *Manual de Teoria da Comunicação*. Universidade da Beira Interior.
- Scharp, K. M. & Thomas, L. J. (2019). Disrupting the humanities and social science binary: framing communication studies as a transformative discipline. *Review of Communication* vol.19. <https://doi.org/10.1080/15358593.2019.1595702>
- Spain, D. (2014). Gender and Urban Space. *Annual Review of Sociology* 40, 581-598.
- Waisbord, S. (2019). *Communication: A Post-Discipline*. Willey.

PARTE 1.

**Na senda de Mário Mesquita.
Da história da imprensa
açoriana à crise do
jornalismo.**

Poder dos média e democracia

PAULO SERRA

Introdução

Como tem sido afirmado em múltiplas circunstâncias e por múltiplos autores, Mário Mesquita desenvolveu uma atividade extensa e multifacetada, combinando a prática do jornalismo, a direção de jornais, a participação em órgãos de regulação mediática e de fundações, o ensino universitário e a investigação na área do jornalismo e da comunicação, a militância política e cívica.

Não esquecendo essa sua atividade multifacetada, este texto tem como objeto principal um livro de Mário Mesquita: o livro *O quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea*, publicado em 2003. Como o autor refere na introdução, o livro, com um total de 399 páginas, reúne textos que

(...) correspondem a artigos de revistas especializadas, aulas (posteriormente transformadas em artigos, como sucede com o estudo sobre “A Personagem Jornalística”), conferências, palestras, intervenções em colóquios. (...) Com exceção do artigo sobre o relatório McBride (...) foram todos escritos entre 1991 e 2001. (Mesquita, 2003, p.20)

Os textos, num total de 27, encontram-se divididos em 5 partes: I. Actualidades, II. Poderes, III. Perspectivas, IV. Deontologias, V. Cerimoniais (sic).

Em termos de temas, eles abarcam os média em geral (5), o jornalismo (13), os acontecimentos mediáticos (7), a comunicação política (1) e o Relatório McBride (1).

Acrescente-se que os textos deste livro constituem o essencial da obra produzida por Mário Mesquita no âmbito da reflexão teórica sobre o jornalismo, os média e a comunicação. Contudo, e como é sabido, a obra de Mário Mesquita não se reduz a estes textos, incluindo não só outros textos de jornalismo e/ou sobre o jornalismo¹ como sobre política, nacional e/ou açoriana.²

A baliza temporal dos textos indicada pelo autor (entre 1991 e 2001) poderia levar-nos a pensar que, no momento em que escrevemos, os textos incluídos no livro se teriam tornado anacrónicos, referindo-se a um passado que hoje já teria deixado de existir. Ora, não é isto que acontece, já que nos textos de Mário Mesquita se entrecem o passado, o presente (da altura) e o futuro. Nessa medida, os textos podem mesmo ser considerados como proféticos, já que identificam, de forma clara, uma série de tendências que, presentes à época, viriam a tornar-se o nosso presente.

O texto que se segue está dividido em três partes, cujos títulos se me afiguram autoexplicativos: a primeira intitula-se “O impacto de *O quarto poder* na comunidade académica da área de Ciências da Comunicação”; a segunda, “O poder dos média na sociedade contemporânea”; a terceira, “As transformações dos média e a crise do jornalismo”.

1. O impacto de *O quarto poder* na comunidade académica da área de Ciências da Comunicação³

A importância de uma obra científica afere-se, também, pelo impacto que tem na comunidade académica de uma determinada área. Alguns dos indicadores mais relevantes desse impacto são as recensões e citações que a obra suscita, as homenagens feitas à obra e/ou ao seu autor, as próprias traduções da obra em outras línguas de ciência.

1 Por exemplo, *A regra da instabilidade: Textos políticos* (Mesquita, 1987), *O 25 de Abril nos media internacionais* (Mesquita & Rebelo, 1994), *O estranho dever do cepticismo* (Mesquita, 2013), *O Jornalismo em análise: A coluna do Provedor dos Leitores* (Mesquita, 1998).

2 Por exemplo: *A oposição ao salazarismo em São Miguel e em outras ilhas açorianas (1950-1974)* (Mesquita, 2009), *Repúblicas em paralelo: Portugal e Estados Unidos da América* (prefácio e co-organização) (Mesquita, Melo & Vicente, 2010), *Mário Soares na construção da democracia: Seis entrevistas históricas e um Epílogo* (Mesquita, 2014).

3 Os resultados apresentados nos pontos seguintes resultaram de pesquisa feita por mim, na Web, no dia 16 de setembro de 2022.

1.1. Recensões

Logo após a sua publicação, a obra de Mário Mesquita foi objeto de várias recensões por parte de académicos de relevo: Batista (2004); Marinho (2004); Leone (2005)⁴; Sousa (2005).

1.2. Citações no Google Académico

Na altura em que fizemos a recolha dos dados (ver nota 3), a obra apresentava um total de 307 citações, distribuídas ao longo dos anos: a última era de 2022, a primeira de 2004, numa média aproximada de 17 citações por ano.

No entanto, tanto como (ou mais que) a quantidade, importa a qualidade dos autores e textos que citam o livro de Mário Mesquita.

Assim, os primeiros 10 resultados que apareciam no Google Académico referiam-se a citações dos seguintes autores, textos e anos:

JC Correia, O admirável mundo das notícias: teorias e métodos, 2011

ML Martins, Crise no castelo da cultura: das estrelas para os ecrãs, 2011

JMM Fidalgo, O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas, 2006

J Canavilhas, A comunicação política na era da internet, 2009

JM Mendes, Média, públicos e cidadania: Algumas notas breves, 2004

AD Amaro, F Tedim, L Lourenço, O socorro em Portugal: organização, formação e cultura de segurança nos corpos de bombeiros, no quadro da Protecção Civil, 2009

R Figaro, Comunicação e trabalho para mudanças na perspectiva sociotécnica, 2010

J Canavilhas, Blogues políticos em Portugal: O dispositivo criou novos actores?, 2004

AF Neto, Jornalismo: sensibilidade e complexidade, 2009

R Cabecinhas, SL Évora, Visões do Mundo e da Nação: jovens cabo-verdianos face à história, 2008

4 Esta é uma recensão conjunta do livro de Mário Mesquita e de um de Maria Filomena Mónica.

A estas 307 citações teremos de juntar, ainda, as que foram feitas em materiais impressos que não se encontram disponibilizados online.

1.3. Obra coletiva de homenagem a Mário Mesquita⁵

Em 2021 foi publicado um extenso volume, de 816 páginas, de homenagem a Mário Mesquita (Riley et al., 2021). A obra reúne, ao longo dos seus cinco capítulos – 1 (O percurso), 2 (As temáticas), 3 (Questões de Comunicação e Artes), 4 (História Contemporânea dos Açores) e 5 (Dossier Media Events) – textos de alguns dos mais importantes professores e investigadores do jornalismo e da comunicação em Portugal, e não só. No caso dos portugueses, referimo-nos a autores como Moisés de Lemos Martins, Tito Cardoso e Cunha, Francisco Rui Cádima, Cristina Ponte, João Carlos Correia, para citarmos apenas alguns; no caso dos estrangeiros, é de destacar, no capítulo 5, um comentário de Elhiu Katz (*On Mário Mesquita's analysis of a media event*) a um texto de Mário Mesquita (*An unsuccessful transformative media event: A funeral ceremony on the Portuguese public television*).

Como referem os coordenadores logo no início da Introdução à obra,

Este livro de homenagem pretende celebrar o percurso de Mário Mesquita nas suas múltiplas e multifacetadas dimensões. O académico de excelência que marcou – e continua a marcar – várias gerações de investigadores no campo dos media e do jornalismo, o político que combateu a ditadura e participou ativamente na construção do Portugal democrático, o jornalista que se afirmou enquanto defensor da ética, da deontologia e do rigor jornalístico e o cidadão empenhado, que desde cedo se bateu pela defesa da liberdade, causa pela qual ainda hoje o vemos erguer, com o mesmo empenho e a mesma coragem, a sua voz no espaço público. (Riley et al., 2021, p.13)

5 Intitulada *A liberdade por princípio: Estudos e testemunhos em homenagem a Mário Mesquita*, editada por Carlos Guilherme Riley, Cláudia Henriques, Pedro Marques Gomes, Tito Cardoso e Cunha e publicada em 2021 pela Tinta da China (Riley et al., 2021).

1.4. Tradução

O livro foi traduzido para espanhol por Antonio de la Fuente Hernández, com o título *El cuarto equívoco: El poder de los media en la sociedad contemporánea*, tendo sido publicado em 2007 na Biblioteca de Ciencias de la Comunicación da Editorial Fragua (Mesquita, 2007).

2. O poder dos média na sociedade contemporânea

De acordo com Mesquita, o “quarto equívoco” (do poder mediático) junta-se aos três equívocos dos três poderes do constitucionalismo liberal, distinguidos por Montesquieu em *De l'esprit des lois* (Montesquieu, 1875): o judicial, o deliberativo e o executivo. A crise destes três poderes deriva da crise de legitimidade e de representação que os tem vindo a afetar cada vez mais:

Os equívocos dos “poderes republicanos” – legislativo, executivo e judicial – traduzem-se na permanente crise de legitimidade em que vivem. A crise de representação reflecte-se num cada vez maior distanciamento dos eleitores perante os eleitos, na diminuição da participação cívica, na prevalência do consumidor sobre o cidadão. O elo entre representantes e representados afigura-se cada vez mais débil. (Mesquita, 2003, p. 17, Introdução)

Ora, os média têm contribuído, em grande medida, para esta crise dos três poderes republicanos:

O poder mediático dissemina informação e institui-se em tribuna de debate, o que deveria incentivar o exercício da cidadania, mas, ao mesmo tempo, agrava a crise, na medida em que facilita a “desintermediação” das instituições representativas, acentua a personalização no exercício dos cargos públicos e, por via da espetacularização da notícia, contribui para desenvolver uma atitude de desconfiança cínica. (Mesquita, 2003, p. 17, Introdução)

No vazio aberto pelos três poderes republicanos vão emergindo, com cada vez maior força, os poderes fáticos, invisíveis e não sujeitos a escrutínio democrático, da política, da economia, da finança e da tecnologia,

muitas vezes decorrentes da internacionalização e globalização crescentes das nossas sociedades:

Os poderes republicanos – dotados de visibilidade, legitimados pelo sufrágio universal – são cada vez mais subalternizados por decisões adoptadas em centros de poder invisíveis (financeiros, económicos, tecnológicos, etc.), nalguns casos situados fora do quadro nacional e, por força da sua própria natureza, subtraídos à fiscalização e à crítica. (Mesquita, 2003, p. 17)

Assim, “em sociedades complexas como as nossas, seria necessário, pelo menos, considerar, a par dos ‘três poderes clássicos’, o poder administrativo-burocrático, o poder económico e o poder tecnológico” (Mesquita, 2003, p. 73).

Note-se, desde já, que quando Mário Mesquita se refere ao quarto poder – “quarto equívoco” – como hipérbole ele refere-se, claramente, não aos média em geral mas aos média jornalísticos (ou noticiosos) e ao jornalismo:

A fórmula do jornalismo “quarto-poder” só pode ser encarada como uma hipérbole que visa colocar a imprensa a nível das instituições do poder constituído, mas não lhe corresponde propriamente um valor analítico enquanto descrição científica do lugar da Imprensa ou dos media nas sociedades contemporâneas. (Mesquita, 2003, p. 71)

No entender do autor, nem a concepção do jornalismo como “quarto poder” nem a concepção do jornalismo como “contra-poder” são adequadas: enquanto a primeira expressão “carece de rigor analítico”, já que o jornalismo não tem as características que definem um poder – meios de ação e coerção, centro decisório unificado e coerente, autonomia em relação aos restantes poderes –, a segunda “corresponde às mitologias glorificantes da acção dos jornais e dos jornalistas” (Mesquita, 2003, pp. 73-74).

Contudo, mesmo se expressões como “quarto-poder” ou “contra-poder” são hipérbolas que pouco ou nada se justificam no actual contexto mediático⁶ e, ainda, se o poder do jornalismo não pode ser considerado como um

6 “Estas hipérbolas – quarto-poder, contra-poder... – aplicavam-se sobretudo à informação e ao jornalismo escrito, mas o actual universo mediático é caracterizado pelo predomínio da imagem televisiva sobre a linguagem dos jornais e do entretenimento sobre o jornalismo.” (Mesquita, 2003, p. 78).

poder análogo aos poderes republicanos (legislativo, executivo ou judicial), ou mesmo aos diversos poderes fáticos (económico, administrativo, tecnológico), o jornalismo não deixa de ter/ser um poder. Assim,

O valor da expressão “quarto poder” situa-se, essencialmente, ao nível das percepções. Embora com variações, consoante as épocas históricas e as tendências ideológicas, o jornalismo está associado à ideia de força persuasiva. (Mesquita, 2003, p. 74)

O poder do jornalismo consiste, antes de mais, na sua capacidade de conferir visibilidade e relevância social e pública a temas e entidades, como o demonstram teorias como as da *agenda-setting* (Maxwell McCombs, Donald Shaw), da espiral do silêncio (Elisabeth Noelle-Neumann) – citadas pelo próprio Mário Mesquita – ou do *framing* (Erving Goffman, Robert Entman, Todd Gitlin, etc.).⁷ De acordo com o resumo que Maxwell McCombs e Donald Shaw fazem do agendamento e do enquadramento – mas que se aplica também, pela negativa, à espiral do silêncio:

A nova investigação que explora as consequências do agendamento e do enquadramento mediático sugere que os média não só nos dizem *sobre o que é que podemos pensar*, como também nos dizem *como pensar sobre isso*; portanto, consequentemente, *o que pensar*.⁸ (McCombs & Shaw, 1993, p. 65, itálicos meus)

Tornar visível publicamente é, de forma muito literal, conferir ou fazer vir à existência. Como diz Hannah Arendt (1998, p. 50), o termo “público”:

(...) significa, em primeiro lugar, que tudo o que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior publicidade possível. Para nós, a aparência – algo que está a ser visto e ouvido tão bem por outros como por nós mesmos – constitui a realidade.⁹

7 Mesquita analisa a *agenda-setting* e a espiral do silêncio nas páginas 78-82 do seu livro (Mesquita, 2003, pp.78-82).

8 A tradução deste e dos restantes passos de trabalhos em línguas estrangeiras é da minha responsabilidade.

9 Tal não obsta a que, como sublinha Innerarity (2004), os poderes que dominam o mundo sejam cada vez mais invisíveis e indetermináveis – como se o jogo da visibilidade tivesse como finalidade última esconder aquilo que deve permanecer invisível, nos escanos do poder.

Mas este poder de visibilidade é, ao mesmo tempo, um poder de invisibilidade, ou seja: ao dar a ver determinados temas e entidades, os média tornam invisíveis todas as outras. Como diz Adriano Duarte Rodrigues:

(...) o efeito ou a influência dos media consiste precisamente na *seleção* que fazem das materialidades que manifestam a atividade comunicacional, de modo a tornarem possível o seu desencadeamento nos ambientes que eles constituem. (Rodrigues, 2019, p. 35, *itálico meu*)

A questão torna-se, assim, a de saber o que é os média tornam visível e invisível.

De forma humorística, Chesterton já tinha assinalado esse poder dos média nos inícios do século XX, isto é, na época em que se consolida a conceção do jornalismo “objetivo” e a objetividade como ideologia profissional (Schudson, 1978, p. 7). Assim, numa das suas novelas do Padre Brown, o escritor põe o correspondente Francis Finn a escrever a Mr. Edward Nutt, “o diligente editor do *The Daily Reformer*”, que “o jornalismo consiste, em larga medida, em dizer ‘Lord Jones morreu’ a pessoas que nunca souberam que Lord Jones estava vivo” (Chesterton, 1914, p. 164).

No entanto, este dito de Chesterton vai mais longe do que afirmar apenas o poder de visibilidade do jornalismo: ele afirma, também – e talvez sobretudo – que essa visibilidade conferida pelo jornalismo é de natureza não igualitária, reproduzindo e ratificando a estratificação social vigente no mundo social. Como sabemos, não é muito diferente a tese de autores como Herbert J. Gans (1979), assente em estudos empíricos robustos.

Nesta mesma linha, Mário Mesquita observa que

Os estudos sobre o relacionamento entre os jornalistas e as fontes, efectuados pela sociologia crítica norte-americana, demonstram que *os principais produtores de notícias são, por via de regra, as instituições estatais e, em especial, o governo, principal máquina de fabricar notícias*, utilizando a via do relacionamento e da negociação entre as fontes de informação e os jornalistas. (Mesquita, 2003, p. 77, *itálicos meus*)

Ora, tal coloca desde logo em questão o pretendido carácter “público” – no duplo sentido de divulgar *urbi et orbi* e de atender ao comum – do jornalismo.

Assim, numa outra afirmação que explicita melhor a sua posição quanto ao jornalismo – ao “mau jornalismo” –, acrescenta Chesterton:

O ponto sobre a Imprensa é que ela não é aquilo que é chamada. Não é a “Imprensa popular”. Não é a Imprensa Pública. Não é um órgão de opinião pública. É uma conspiração de uns pouquíssimos milionários, todos suficientemente semelhantes quanto ao seu tipo para estarem de acordo sobre os limites do que esta grande nação (da qual fazemos parte) pode saber sobre si mesma e sobre os seus amigos e inimigos. (Chesterton, 1917, p. 201)

Para além disso, acrescenta Chesterton, ao centrar-se na notícia, e porque notícia é apenas o que é excecional, incomum e minoritário, o jornalismo dá-nos uma imagem necessariamente parcial da realidade:

A grande fraqueza do jornalismo como imagem de nossa existência moderna é que deve ser uma imagem feita inteiramente de exceções. (...) Portanto, o quadro complexo que eles [os editores dos jornais] dão da vida é necessariamente falacioso; eles só podem representar o que é incomum. Por mais democráticos que sejam, só se preocupam com a minoria. (Chesterton, 1909, pp. 68-69)

Mas em que medida é que este poder dos média de dar a ver – ou de, nas palavras de Mário Mesquita, de disseminar “informação” e instituir-se como “tribuna de debate” – representa um equívoco?

Tal poder representa um equívoco na medida em que, e para utilizarmos uma expressão de Adriano Duarte Rodrigues (2001, pp. 155-156), o campo dos média possui um poder “vicário” ou “delegado”, estando sempre submetido às injunções/pressões dos restantes campos sociais, que procuram utilizá-lo a seu favor e para os seus próprios interesses – e isso apesar, ou mesmo por causa, da própria “autonomização do campo dos media” (Rodrigues, 1999, pp. 24-29).¹⁰ Nas palavras do próprio Mário Mesquita,

10 Note-se, no entanto, que Mário Mesquita utiliza um conceito de média (imprensa escrita, radiofusão e televisão) que não é o de Adriano Duarte Rodrigues (que inclui, para além dos anteriores, elementos como a moda, a publicidade, o *management*, as relações públicas ou as redes telemáticas) (Rodrigues, 1999, p. 26).

Os meios de comunicação social constituem elementos estruturantes da sociedade, dependentes – em grau variável consoante o contexto – do poder político, das empresas mediáticas e dos grupos económicos a que pertençam, das tendências determinadas pelo mercado e da própria categoria profissional dos jornalistas. (Mesquita, 2003, p. 76)

Que esta “delegação” nos média pudesse ser, predominantemente, feita pela sociedade civil, pelo conjunto dos cidadãos preocupados com o comum era, como se sabe, o centro do ideal de esfera pública tematizada por Habermas – um ideal que, no entender do mesmo, foi contrariado pela “refeudalização” da mesma pelos vários tipos de poder atrás referidos (económico-financeiro, político, tecno-mediático, etc.).

O jornalismo é (ou foi) “contra-poder”, precisamente, quando o seu poder se exerce (ou se exerceu) a favor e em nome da sociedade civil e do comum contra qualquer um dos outros poderes cuja ação é considerada ilegal ou ilegítima. No entanto, “antes de ser contra-poder, em momentos de exceção, a imprensa foi e é, em tempos de normalidade, instrumento de poder, de vários poderes... as situações de guerra e de crise militar são bons exemplos” (Mesquita, 2003, p. 77).

Ora, a questão crucial é a de saber em que medida é que a evolução dos média tem vindo a colocar cada vez mais em causa a realização do ideal de uma esfera pública (Nobre-Correia, 2022a).

3. As transformações dos média e a crise do jornalismo

De acordo com duas das autoras das recensões referidas atrás, o livro de Mário Mesquita terá como objeto de estudo “a crise do jornalismo na sociedade contemporânea” (Batista, 2004, p. 119), podendo “dar um contributo de grande significado para a compreensão de ‘alguns aspectos da crise do jornalismo na sociedade contemporânea’” (Sousa, 2005, p. 255).

Aceitando que ambas as investigadoras identificaram de forma correta o objeto do livro de Mário Mesquita, podemos interrogar-nos, desde logo, porque é que o título por ele escolhido não foi algo como “A crise do jornalismo na sociedade contemporânea” ou “Causas da crise do jornalismo na sociedade contemporânea”, mas antes *O quarto equívoco: O poder dos media na sociedade contemporânea*.

Partindo do princípio de que o autor de um livro atribui uma especial importância ao título – já que é este que indica, ao futuro leitor, o tema tratado pelo livro, o que lhe dá unidade, o que o torna *um* livro –, a nossa resposta a essa interrogação é que a escolha do título pelo autor decorre, por um lado, de um intuito polémico, que visa colocar em questão uma percepção (muito) generalizada sobre o “poder do jornalismo” e, por outro lado, e talvez mais importante do que o anterior, de situar a crise do jornalismo, que hoje é praticamente da ordem do senso comum, no âmbito mais vasto da evolução do contexto mediático nas últimas décadas.

Partindo ainda do princípio de que a introdução a um livro é a última ou das últimas partes a ser escrita pelo autor de um livro – só se introduz aquilo que já se escreveu no corpo da obra –, então não podemos deixar de olhar para a forma como Mário Mesquita (nos) introduz o seu livro.

Atentemos numa primeira passagem, ilustrativa do intuito de analisar criticamente os equívocos que rodeiam o chamado “quarto poder” (e, desde logo, esta designação):

Este livro não tem a pretensão de solucionar questões que, durante mais de cem anos, a investigação sobre a opinião pública e os media ajuda a formular, mas não consegue esclarecer cabalmente. Nele se analisam múltiplos equívocos que rodeiam o denominado “quarto poder”. Equívocos quanto à sua definição, porque, embora se tenha autonomizado, de forma notória, em relação às instituições políticas, o “campo dos media” continua a ser influenciado, cercado e utilizado por todos os outros poderes, incluindo os económicos e os tecnológicos. Equívocos ainda quanto à legitimidade, porque a liberdade de expressão, constituindo a matriz da liberdade de imprensa, se aplica a todos os cidadãos – e não só aos proprietários dos media e aos jornalistas. (Mesquita, 2003, p. 19)

Os equívocos que rodeiam o chamado “quarto poder centram-se, como vemos, em dois aspetos:

1. A definição do jornalismo como poder: já que, apesar da autonomia do campo dos média em relação às instituições políticas, ele sofre a influência e a pressão dos vários tipos de poderes, nomeadamente dos poderes fáticos da economia e da tecnologia;

2. A legitimidade do jornalismo enquanto forma exclusiva de exercer a liberdade de expressão: já que esta liberdade é apanágio de todos os cidadãos.¹¹

Quanto ao contexto mediático, Mário Mesquita identifica as seguintes transformações na década (1991-2001) em que se situam os textos que integram o seu livro (o resumo é meu):

- Subordinação dos média ao mercado, a critérios de rentabilidade económica;
- Predominância, na informação, do direto televisivo (Guerra do Golfo, 1991);
- Aparecimento das televisões privadas (SIC, 1992; TVI, 1993);
- Fragmentação das audiências através do cabo (Bragatel, 1994; TV Cabo Portugal/Zon, 1994; Cabovisão, 1995);
- Expansão da Internet (a partir de 2000, serviços de ADSL-Asymmetric Digital Subscriber Line). (Mesquita, 2003, p. 20)

No ensaio “*Percepções contemporâneas dos poderes dos media*” (Parte II – Poderes), Mário Mesquita repete, por outras palavras, o enunciado de algumas destas transformações. Assim, ao falar da (justificada?) crítica sistemática que é feita aos média em nome da “comunicação”, refere o seguinte “conjunto de modificações que envolvem a sócio-economia, a tecnologia e a retórica dos media”:

O reforço dos critérios de mercado em detrimento das preocupações intelectuais ou deontológicas. A introdução de novos ritmos e de novas velocidades na divulgação das notícias. A subordinação cada vez mais acentuada das mensagens mediáticas a uma lógica de espectacularização. (Mesquita, 2003, p. 83)

11 Sobre este tópico do poder (ou do pretenso poder) do jornalismo, veja-se o interessante texto de Jacinto Godinho, intitulado “O equívoco poder do jornalismo”, e que se centra no ensaio “Percepções contemporâneas dos poderes dos media”, incluído na parte II, intitulada “Poderes” (p. 71-88), do livro de Mário Mesquita (Godinho, 2021, pp. 302-318).

Ora, este conjunto de modificações repercute-se “especialmente numa crise das noções de jornalismo e de informação”, erodindo a demarcação entre a “comunicação mediática” e a “informação jornalística”, que é essencial à deontologia jornalística:

A deontologia profissional dos jornalistas pressupõe algumas demarcações fronteiriças entre a comunicação mediática (na publicidade, nos programas e nas ficções) e a informação jornalística, entre a distanciação necessária à recepção de notícias e os mecanismos de identificação e projecção próprios da recepção das ficções. As figuras do “quarto poder” e do “contra-poder” parecem radicalmente desajustadas da percepção contemporânea do fenómeno da comunicação social. (Mesquita, 2003, p. 83-4)

Ao contexto mediático e jornalístico descrito por Mário Mesquita entre 1991 e 2001 têm vindo a adicionar-se duas componentes essenciais: no campo mais geral da comunicação, aquilo a que Castells chamou a “auto-comunicação de massas”; no campo mais específico do jornalismo, a crescente digitalização dos processos. Analisemos cada uma destas componentes:

1. Com a emergência da chamada Web 2.0 e a explosão dos média sociais a partir dos anos 2000 (a título de exemplo, o *Blogger* surge em 1999 mas populariza-se a partir de 2000, o *Facebook* em 2004, o *Youtube* em 2005 e o *Twitter* em 2006), à “comunicação mediática” e à “informação jornalística” – uma e outra feitas, em regra, por profissionais – acrescentou-se uma terceira forma de comunicação na sociedade em rede: a “auto-comunicação de massas” (Castells, 2009), protagonizada por uma massa de “cidadãos” ou “utilizadores” (amadores) cujo peso não tem parado de crescer. Esta terceira forma de comunicação acaba por, em última análise, invadir o campo das outras duas e, de certo modo, pôr em causa/perigo de extinção uma e outra.

A “auto-comunicação de massas” tem vindo a fazer-nos repensar vários conceitos da área da comunicação e dos média.

Um desses conceitos é o próprio conceito de média, que sofre um alargamento. Assim, em vez do conceito dos média como englobando a imprensa escrita, a radiodifusão e a televisão e, ainda mais

especificamente, o lugar do jornalismo e da informação jornalística nestes média, parece agora mais adequado um conceito como o de Friedrich Kittler, para quem “os média gravam, transmitem e processam informação. Esta é a definição mais elementar de média. Os média podem incluir coisas antiquadas como livros, coisas familiares como a cidade e invenções mais recentes como o computador” (1996, p. 722). Também para Adriano Duarte Rodrigues, como vimos atrás, o conceito de média não equivale ao de média jornalísticos.

Tendo em conta a periodização que McLuhan (1962; 1964) faz da história dos média e da comunicação – a sociedade tribal, a galáxia de Gutenberg e a galáxia Marconi –, a sociedade em rede e as novas formas de comunicação levam Castells a teorizar uma terceira “galáxia” mediática, que teria emergido já no início do século XXI: a galáxia da Internet (2001).¹² Esta, no dizer de Castells, é “o tecido das nossas vidas”, fazendo chegar o “poder da informação” a todos os domínios da atividade humana, e permitindo a forma de organização em rede que é específica da era da informação (2001, p. 1).

2. A digitalização há muito em curso tem vindo a afetar, de forma profunda, o fazer próprio do jornalismo. Assim, em livro relativamente recente sobre o tema, concluíam-se que as principais implicações da digitalização sobre o jornalismo têm vindo a ser as seguintes (citamos os títulos das seções da “Conclusão”):
 - A deslocação do universo noticioso para a amálgama da produção de conteúdos
 - A imposição sistemática das métricas sobre a produção noticiosa
 - A orientação da produção noticiosa para o ganho de visibilidade
 - A viabilidade empresarial assente no digital e na produção de conteúdos
 - Uma nova aliança entre a produção noticiosa e a publicidade para garantir a viabilidade empresarial
 - Do jornalista ao produtor de conteúdos: o elogio da polivalência

12 No entender de McLuhan (1962), uma “galáxia” é “uma configuração de eventos e ações” – um modo de perceber e viver o mundo – associada a uma tecnologia, neste caso comunicacional (p. 139).

- O incentivo ao domínio e acompanhamento permanente das redes sociais
- O alimentar incessante das edições digitais: a ausência de pausa e a concorrência intensificada
- Da escola para a profissão: os jovens jornalistas entre o desconcerto e a máxima exigência
- A afirmação do jornalismo participativo? O potencial jornalista no cidadão munido com um *smartphone*
- Novos espaços polivalentes: as redações tornadas *newsrooms*
- A redação em nenhures, o modelo mais minimal (Garcia & Martinho, pp. 119-130)

Assim, a “crise do jornalismo” diagnosticada por Mário Mesquita decorre, em grande medida, do sucesso cada vez maior dos média não jornalísticos, ou seja, o *poder do jornalismo* na sociedade tem diminuído à medida que tem aumentado o *poder dos média* (não jornalísticos).¹³

Neste momento é difícil prever os efeitos das transformações do contexto mediático no jornalismo: as visões vão desde os que afirmam que elas possibilitam um novo tipo de jornalismo “cidadão”, “cívico”, “participativo”, etc. (Gillmor, 2004), a juntar ao jornalismo “clássico”, aos que defendem que elas representam o fim do jornalismo enquanto profissão. Como exemplos desta segunda visão, Clay Shirky afirmava, já em 2008, que “se qualquer pessoa pode ser um editor (*publisher*), então qualquer pessoa pode ser um jornalista” (Shirky, 2008, p. 71); mais recentemente, Andrey Mir (2020) anunciava o advento do “pós-jornalismo” e a “morte dos jornais”.

No entanto, mesmo se se verifica que o jornalismo, em particular o impresso, tem sofrido uma diminuição crescente dos títulos e dos leitores, também se verifica que, ao mesmo tempo, a Internet tem permitido o surgimento de novos projetos e iniciativas – pelo que será prematuro anunciar o “fim do jornalismo” (Oggolder, Brügger, Metyková, Salaverría & Siapera, 2019).

Para avaliar a validade destas e outras previsões, tenhamos em conta que as “revoluções” mediáticas do passado – da oralidade à escrita, da escrita à imprensa, da imprensa aos média eletrónicos e audiovisuais – duraram

13 Sobre a evolução do sistema mediático e a sua repercussão no jornalismo cf. também Nobre-Correia (2022b).

séculos e, ainda, que os novos média não representaram o desaparecimento dos antigos, mas antes a sua reconfiguração, dentro da lógica de uma nova ecologia mediática.

Considerações finais

Entre outras consequências, a evolução do contexto mediático, ao desvalorizar o jornalismo e sobrevalorizar as formas de comunicação não jornalísticas, tem vindo a levantar a questão de saber “como os media reconfiguram a democracia” (Nobre-Correia, 2002a).

Neste momento já é possível indicar alguns aspetos centrais dessa reconfiguração, nomeadamente: a fragmentação da esfera pública em “ilhas” ou “bolhas” que se ignoram e se digladiam reciprocamente; a polarização política radical e violenta entre os vários partidos e movimento de “esquerda” e de “direita”; o populismo, mediante o qual certas elites políticas, económicas e mediáticas pretendem mobilizar o “povo” contra as “elites” e os “poderes instituídos”; a explosão da desinformação (*fake news*), em detrimento da informação jornalística; a proliferação dos discursos de ódio, como forma de transformar os diferentes em inimigos.

Mesmo reconhecendo que os média serão apenas uma das causas desta reconfiguração da democracia – recusando, assim, um determinismo tecnológico mais ou menos simplista –, não podemos deixar de reconhecer, também, que os média são não só o meio (*oikos*) em que as transformações sociais e políticas se tornam publicamente visíveis, mas também catalisadores dessas mesmas transformações.

Será ainda possível, nas sociedades que são as nossas, um jornalismo centrado nas tarefas de “informar, narrar e ‘convencer, sem se limitar a agradar’” (Mesquita, 2003, p. 88)? Mesmo que tal seja incerto, para o autor “a melhor defesa do jornalismo consiste em proceder lealmente à sua crítica” (Mesquita, 2003, p. 88).

Não podemos deixar de pensar que este é o desafio essencial a que nos continua a instigar a obra – mas também a vida – de Mário Mesquita.

Referências

- Arendt, H. (1998). *The human condition*. The University of Chicago Press.
- Baptista, C. (2004). Recensão do livro *O Quarto Equívoco – O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, de M. Mesquita. *Revista Media & Jornalismo*, 4, 118-121. <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/02/n4-Recensoes.pdf>
- Castells, M. (2001). *The internet galaxy: Reflections on the internet, business, and society*. Oxford University Press.
- Castells, M. (2009). *Communication power*. Oxford University Press.
- Chesterton, G. K. (1909). A discussion at dawn. In *The ball and the cross* (pp. 68-90). John Lane Company.
- Chesterton, G. K. (1914). *The wisdom of Father Brown*. Gassell and Company, Ltd.
- Chesterton, G. K. (1917). The tyranny of bad journalism. In *Utopia of usurers and other essays* (p. 200-208). Boni and Liveright.
- Gans, H. J. (1979). *Deciding what's news: A study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time*. Vintage Books.
- Gillmor, D. (2004). *We the media: Grassroots journalism by the people, for the people*. O'Reilly Media.
- Godinho, J. (2021). O equívoco poder do jornalismo. In C. G. Riley, C. Henriques, P. M. Gomes & T. Cardoso e Cunha (Coord.) (2021). *A liberdade por princípio: Estudos e testemunhos em homenagem a Mário Mesquita* (pp. 303-318). Tinta-da-China.
- Innerarity, D. (2004). *La sociedad invisible*. Espasa Calpe.
- Kittler, F. A. (1996). The city is a medium. *New Literary History*, 27, 717-729.
- Leone, C. (2005). «Durante mais de cem anos»: o jornalismo antes e depois da sua cultura. *Metacrítica: Revista de Filosofia*, 5. https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/2562/1/carlos_leone.pdf
- Marinho, S. (2004). Recensão do livro *O Quarto Equívoco – O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, de M. Mesquita, *Trajectos*. *Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, 4, 125-127. https://www.ics.ulisboa.pt/sites/ics.ulisboa.pt/files/cv/curriculum_smarinho_eg_2019_o.pdf
- McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1993). The evolution of agenda-setting research: Twenty-five years in the marketplace of ideas. *Journal of Communication*, 43(2), 58-67. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01262.x>
- McLuhan, H. M. (1962). *The Gutenberg galaxy: The making of typographic man*. University of Toronto Press.

- McLuhan, H. M. (1964). *Understanding media: The extensions of man*. The New American Library.
- Mesquita, M. (1987). *A regra da instabilidade: Textos políticos. Temas portugueses*. Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- Mesquita, M. (1998). *O jornalismo em análise: A coluna do provedor dos leitores*. Minerva.
- Mesquita, M. (2003). *O quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea*. MinervaCoimbra.
- Mesquita, M. (2007). *El cuarto equívoco: El poder de los media en la sociedad contemporánea*. Fragua.
- Mesquita, M. (2009). *A oposição ao salazarismo em São Miguel e em outras Ilhas Açorianas (1950-1974): com uma evocação de Ernesto Melo Antunes nas “campanhas” dos Açores*. Edições Tinta da China.
- Mesquita, M. (2013). *O estranho dever do cepticismo: Vinte anos de comentários de imprensa*. Tinta da China.
- Mesquita, M. (ed.) (2014). *Mário Soares na construção da democracia: Seis entrevistas históricas (1972-1993) e um epílogo*. Tinta da China.
- Mesquita, M., Melo, P. Z., & Vicente, P. (2010) (eds.). *Repúblicas em Paralelo: Portugal-Estados Unidos da América*. FLAD.
- Mesquita, M., & Rebelo, J. (1994). *O 25 de Abril nos media internacionais*. Edições Afrontamento.
- Mir, A. (2020). *Postjournalism and the death of newspapers*. The Author.
- Montesquieu (1875). *L'esprit des lois*. Édition Édouard Laboulaye Garnier Frères.
- Nobre-Correia, J.-M. (2022a). Comment les médias reconfigurent la démocratie. *Politique*, 120, 122-127.
- Nobre-Correia, J.-M. (2022b). O jornalismo num tempo de promessas e incertezas. *Jornalismo & Jornalistas*, 17, 12-17.
- Oggolder, C., Brügger, N., Metykova, M., Salaverria, R., & Siapera, E. (2019). The emergence of the internet and the end of journalism? In K. Arnold, P. Preston, & S. Kinnebrock (Eds.), *The handbook of European communication history* (pp. 333-350). Wiley.
- Riley, C. G., Henriques, C., Gomes, P. M., & Cardoso e Cunha, T. (eds.) (2021). *A liberdade por princípio: Estudos e testemunhos em homenagem a Mário Mesquita*. Tinta-da-China.
- Rodrigues, A. D. (1999). Experiência, modernidade e campo dos media. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC)*. <https://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>
- Rodrigues, A. D. (2001). *Estratégias da comunicação: Questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Presença.

- Rodrigues, A. D. (2019). O que são afinal os media? *Revista Brasileira de História da Mídia*, 8(1), 25-37.
- Schudson, M. (1978). *Discovering the news: A social history of American newspapers*. Basic Books.
- Shirky, C. (2008). *Here comes everybody: How change happens when people come together*. Penguin Books.
- Sousa, H. (2005). Recensão do livro *O Quarto Equívoco – O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, de M. Mesquita. *Comunicação e Sociedade*, 7, 255-258. [https://doi.org/10.17231/comsoc.7\(2005\).122](https://doi.org/10.17231/comsoc.7(2005).122)

Da crónica (aventuras e extravios de um género jornalístico)¹

PAULO MENESES²

Ao Mário Mesquita
In memoriam

o. No momento-mesmo em que me comprometi com a participação no colóquio cujo espírito e letra o presente volume consubstancia, assumi o propósito de dedicar esta singela intervenção ao jornalista, professor e intelectual Mário Mesquita. Duas genuínas razões ditaram semelhante propósito: associada, a primeira, à incomensurável estima pessoal e intelectual pelo homem, pela sua continuada e ponderosa acção cívica, e pela sua tripla condição de *vivente do jornalismo*: a do profissional, a do professor e a do estudioso (*indissociáveis*, estou em crer, particularmente as duas últimas); alicerçada, a segunda, na firme e nostálgica disposição de um simbólico regresso ao dia 2 de Novembro de 2004, coincidente com a *lição inaugural* da extinta licenciatura em Comunicação Social e Cultura, cumprindo-me, então, dirigir o curso e assistindo-me a singular fortuna de ter na pessoa e inteligência de Mário Mesquita o conferencista desse acto seminal, quem connosco partilhou criteriosas e fecundas reflexões, teórico-práticas a um tempo, sobre os caminhos do jornalismo (“Teorias e práticas do jornalismo: do telégrafo ao hipertexto”, assim se divulgou e depois se publicou a dita

1 O *seu* a seu dono: a expressão *aventuras e extravios*, com a qual componho o segmento parentético do meu título, colhi-a em *De cine. Aventuras y extravios*, de Eugenio Trías (2013).

2 O autor deste capítulo não segue o AO90, tendo sido respeitada a grafia portuguesa anterior ao acordo.

lição). Fonte de igual regozijo descobria-a no gesto, duas vezes auspicioso, esboçado por quem organizou o colóquio e o volume que lhe confere letra-de-forma, quando teve por bem, no âmbito do colóquio, abrir os trabalhos com uma sessão de homenagem a Mário Mesquita, e quando entendeu, no quadro do presente volume, recuperar a lição de 2004, que o autor decidira – comunicação pessoal – integrar na edição revista e aumentada do seu *O Quarto equívoco* (Mesquita, 2003)³.

Desafortunadamente, este registo de comprazimento acabou contagiado por uma nota de profunda tristeza. Mário Mesquita era esperado entre quantos, conferencistas e público interessado nestas matérias, emprestaram vida a este ao colóquio e a prolongam neste livro de actas. A vida, porém, com os seus mistérios e sobressaltos, tolheu-nos essa possibilidade, subtraindo-o inesperadamente ao nosso convívio. Esta minha incursão em território da *crónica* como género jornalístico é devedora de conversas nossas sobre o assunto, e do arguto e bem informado excursus que o próprio lhe dedicara⁴. A convicção, adiante formulada, de que, na minha leitura – acaso equivocada, concedo –, a presença regular de Mário Mesquita na imprensa habita quase sempre a casa do *colunista*, que não a do *cronista*, falhou assim a promessa de um diálogo que estimava vivo e proveitoso.

1. A expressão e conceito de *géneros jornalísticos*, sendo própria à esfera dos *estudos mediáticos*, conhece formas distintas de presença – e de relevância – em conformidade com diferentes tradições comunitárias de *fazer* e de *pensar* o acto jornalístico, sem embargo, naturalmente, da tendência para a generalização de determinados modelos operatórios facultada pelas *galáxias da comunicação*, que McLuhan entreviu com especial agudeza, quedando-se, porém, na ante-sala delas (morre em 1980)⁵. De escassa presença e relevância

3 Publicado pela primeira vez pela Minerva em 2003, teve uma 2.^a edição em 2006, e uma versão espanhola em 2007, pela editora madrilenha Fragua Libros.

4 “A crónica como forma de expressão jornalística”, que integra o seu *Deve & haver* (Mesquita, 1984, pp. 202-18).

5 Sobre a matéria, leia-se o capítulo 6 (“Marshall McLuhan (1911-1980), un visionario conservador”) de *Poderes de la palabra. Retórica, política, derecho, literatura, publicidad*, de Darío Villanueva (Villanueva, 2023).

no domínio anglo-saxónico⁶, circunstância em tudo oposta é a registada em sede do espaço europeu de matriz românica.

A manualística espanhola, quer a consagrada à redacção jornalística⁷ em geral, quer a ocupada com a questão específica dos géneros jornalísticos⁸, merece nota especial, dada a copiosa e qualificada produção bibliográfica que tem conhecido. É que, mesmo fora da esfera específica aos estudos jornalísticos / mediáticos, melhor dizendo, no quadro da análise do discurso e da linguística textual, a imprensa e o leque das suas modalidades expressivo-textuais assomam como peculiares objectos-de-estudo. Tal acontece, por exemplo, em *Leer em español* (Alvarez Menéndez et al., 2005), um muito estimulante e inovador manual de filologia espanhola (integra a coleção *Biblioteca Práctica del Idioma Español*), dotado de um extenso (Alvarez Menéndez et al., 2005, pp. 171–284) e exemplar capítulo sobre a produção e compreensão de textos pertinentes ao universo discursivo do jornalismo. Ou em *Discurso, tipos de texto y comunicación*, de Antonio Vilarnovo e José Francisco Sánchez (Vilarnovo & Sanchez, 1994), com quatro dos seus sete capítulos centrados no texto enquanto categoria complexa (destes, três – capítulos I a III – incidem sobre o alcance e os limites do esboço de tipologias textuais, enquanto o outro – capítulo VII –, conservando embora a rota, desloca o seu interesse para as tipologias dos textos jornalísticos).

6 O termo e conceito de *genre* está ausente, seja do “Index”, seja da página “Contents”, do importante manual de Tony Harcup intitulado *Journalism principles & practice*. (Harcup, 2009). Adivinha-se, todavia, a consideração da problemática genológica em sede dos capítulos 8 (“Interviewing”), 9 (“Writing News”), 10 (“Writing features”) e 11 (“Telling in pictures”). O mesmo pode ser dito quanto à arquitetura de *News Reporting and Writing*, um manual de referência autorado pelo The Missouri Group (Brooks et al., 2014). Ou ainda a respeito de *Key Concepts in Journalism Studies*, onde seria de esperar uma entrada como “Genre” ou “Journalistic Genres”, tendo em vista a ocorrência de vozes convizinhas, a saber: “Discourse”, “Discourse analysis” e “Text” (Franklin et al., 2005).

7 De entre os muitos títulos disponíveis, referencio tão-só os dois seguintes: *Redacción periodística. Los estilos y los géneros en la prensa escrita*, de José Luis Martínez Albertos (Martínez Albertos, 1974), e *Manual para periodismo. Veinte lecciones sobre el contexto, el lenguaje y el texto de la información*, de Luiz Núñez Ladevéze (Núñez Ladevéze, 1991).

8 Trata-se igualmente de um item com cobertura alargada, motivo por que menciono um único título, a saber: *Teoría de los géneros periodísticos*, de Lorenzo Gomis (Gomis, 2008). Uma revisão e reinterpretção da problemática relativa aos géneros jornalísticos, tal como formulada em contexto espanhol, encontra-se em “Tipologías de géneros periodísticos en España. Hacia um nuevo paradigma”, de José Francisco Sánchez e Fernando López Pan (Sánchez & López Pan, 1998).

Um apontamento mais antes do trânsito para o ponto seguinte, no sentido de avocar o contributo italiano (Stazio, 2003) e francês (Charaudeau, 2011) para a matéria sob escrutínio. Em ambos os estudos, estamos perante uma sorte de ontologia e epistemologia do fenómeno dito da *comunicação mediática*, regendo-se por um princípio de abrangência dos múltiplos *media* que a actualizam e das tecnologias da informação a eles associadas. Num caso como no outro, ao termo e conceito de *gênero* é concedido um fecundo espaço de reflexão, de generosa amplitude no de Patrick Charaudeau (2011, pp. 169-200), que lhe dedica uma parte 4 intitulada “Les genres du discours d’information”, bem mais circunscrito no de Marialuisa Stazio (2003, pp. 242-47), e da sua obra “La scrittura giornalistica”, sem que o facto lhe diminua o significado.

Chão comum ao complexo de estudos atrás averbados, com independência de uma ou outra *reserva* em face da expressão e conceito de *gêneros jornalísticos*, é a afirmação do princípio de que “os gêneros existem e cumprem uma função imprescindível no trabalho jornalístico” (Sánchez & López Pan, 1998, p. 16)⁹, traduzido no facto de que “todos os manuais de escrita jornalística concordam com a importância dos gêneros” (Sánchez & López Pan, 1998, p. 16), pensada esta *relevância* quer em termos da produção do ato jornalístico e das modalidades textuais que lhe dão corpo, quer em termos da sua recepção. (Não obstante o objecto daqueles dois juízos respeitar aos *sistemas de gêneros jornalísticos* de configuração espanhola, não discrepam, se e quando aplicados aos manuais de Patrick Charaudeau e Marialuisa Stazio.)

Como há pouco sublinhei, a económica e muito precisa sinopse que sobre o tópico nos oferece Marialuisa Stazio em nada aborrece a ênfase que lhe confere: sob a secção “La scrittura giornalistica” (Stazio, 2003, pp. 243-247), arruma os denominados “gêneros jornalísticos de informação” (Stazio, 2003, pp. 243-45), os “gêneros jornalísticos de opinião” (Stazio, 2003, p. 245) e os “gêneros jornalísticos de crítica” (Stazio, 2003, pp. 245-46), e integra duas caixas delimitadas por barras superior e inferior e singularizadas graficamente, a CAIXA Títulos (Stazio, 2003, p. 243) e a CAIXA Gêneros (Stazio, 2003, pp. 246-47). É justamente esta última que muito aproveita à causa dos gêneros, pois nela se faz jus a um entendimento sócio-histórico-cultural e funcional do

9 A tradução desta frase assim como de todas as passagens em língua estrangeira citadas neste texto e vertidas para língua portuguesa é da responsabilidade das editoras.

termo e conceito de *género*, que nos empurra para a formulação bachtiniana dos *géneros discursivos*, mesmo diante da ausência do nome Mikhail Bakhtin nos diferentes sectores da bibliografia. Ali se pode ler (Stazio, 2003, p. 247):

O conceito de género, entendido como um conjunto de regras textuais determinadas por dinâmicas socioculturais, nasce e acha-se já codificado em sede do discurso literário, mediante uma estreita correlação entre determinados temas e escolhas formais específicas. Os géneros, de facto, são sistemas de regras aos quais se faz referência – explícita e/ou implicitamente – aquando da realização de processos comunicativos, e essa referência ocorre tanto do ponto de vista da produção de textos como do ponto de vista da sua fruição. Funcionam como modelos de produção para os emissores e como um sistema de expectativas para os destinatários: a sua função é essencialmente a de estabelecer no texto um “contrato” entre uns e outros.

Apresentado o conceito, procede-se ao aprofundamento da sua descrição, mediante o qual se atende aos procedimentos de codificação dos géneros, melhor dizendo, à conformação dos géneros sob espécie de *programas* sujeitos a contingências de ordem histórica, social e cultural, que orientam as múltiplas e decerto heterogéneas modalidades de relação dos destinatários com os produtos textuais que lhes são oferecidos (da aceitação à recusa, passando por níveis vários de distanciamento crítico). A produtividade operatória de semelhante termo e conceito descobre um inequívoco e esmerado testemunho às mãos da Prof.^a Graciela Reyes (Reyes, 1999). Na Parte I (“El lenguaje escrito: géneros, registros, gramática”) deste seu estudo, onde a clareza e o rigor se casam de maneira admirável, o capítulo de abertura (Reyes, 1999, pp. 17–46) subordina-se ao título “Géneros, expectativas y contextos (cómo es la comunicación escrita)”, que em si-mesmo encerra todo um programa. Da *importância das convenções genéricas aos procedimentos de contextualização*, passando pelo papel atribuído às *expectativas* e aos correlatos *género / contexto*, *género / intertextualidade* e *estrutura discursiva / função*, é este o itinerário de um constructo analítico cujo limite nos confronta com a ideação a um tempo contingente, funcional e precisa de *género textual*: “Os géneros não são espalhos, mas moldes (garantes de funcionalidade) que enquadram e potenciam a criatividade do escritor” (Reyes, 1999, p. 38).

2. No que importa à *crónica*, enquanto género jornalístico, as várias propostas de categorização em pauta colocam-na, nada obstante a eventuais e ligeiras matizações terminológico-conceptuais, na esfera das práticas informativas de pendor interpretativo, gesto não desprovido, naturalmente, de consequências na forma de apreensão e conformação discursiva do objecto da informação e na modalidade de presença do sujeito-emissor no respectivo enunciado. É o que nos deixa ver o quadro-síntese proposto por José Francisco Sánchez no capítulo VII (“Tipologías de textos periodísticos”) do já citado *Discurso, tipos de texto y comunicación* (Vilarnovo & Sánchez, 1994, p.141) e que reproduzimos na figura 1.

	Factos		Imaginação
Espécies:	Jornalismo informativo	Jornalismo literário	Literatura jornalística
Valores:	Informar	Orientar	Deleitar
Meios:	Páginas de informação jornalística	Páginas de opinião jornalística	Páginas literárias dos jornais e revistas
Géneros:	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 5px;">Informação na terceira pessoa (<i>hard news</i>)</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 5px; text-align: center;">Investigação, interpretação e análise de notícias</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 5px; text-align: center;">Informação na primeira pessoa: reportagem, entrevista,</div>	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 5px; text-align: center;">Editorial</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 5px; text-align: center;">Coluna</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 5px; text-align: center;">Colaboração crítica</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 5px; text-align: center;">Tribuna livre</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 5px; text-align: center;">ARTIGO DE OPINIÃO</div>	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 5px; text-align: center;">Artigo de criação literária</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 5px; text-align: center;">Narração literária</div>

Figura 1: Quadro-síntese proposto por José Francisco Sánchez (Vilarnovo & Sánchez, 1994, p. 141)

Ao longo de um eixo horizontal delimitado pelos pólos dos “factos” (à esquerda) e da “imaginação” (à direita), distribuem-se três espécies de actividade jornalística – a do “Jornalismo informativo”, a do “Jornalismo literário” e a da “Literatura jornalística” –, determinadas por valores ou propósitos específicos – os de “informar”, “orientar” e “deleitar” –, que regulam a ordem interna (“meios”) da matéria a publicar e as modalidades expressivas (“géneros”) que mais eficazmente assistam a sua composição. Excluo desta reflexão o excursão, porventura longo, a que formulações como “jornalismo literário” e “literatura jornalística” me convidam, relativamente às quais experimento algum cepticismo. Fico-me, pois, pela alocação da “crónica” no rectângulo encabeçado pelo descritor “informação em primeira pessoa”, juntamente com a “reportagem” e a “entrevista”, figurando o dito rectângulo, na disposição vertical do esquema, entre a região do “Jornalismo informativo” e a do “Jornalismo literário”, rompendo assim a fronteira que as separa, ou seja, conferindo uma natureza porosa a essa hipotética fronteira.

É justamente ao abrigo de tal *finalidade informativa* que o manual sob a curadoria de Marialuisa Stazio apresenta a *crónica* como um dos “géneros jornalísticos de informação”, descrevendo-a como “a narração direta e imediata de um acontecimento, com a introdução de alguns elementos de valor, que devem, no entanto, ser secundários em relação à narração dos factos” (Stazio, 2003, p. 244)¹⁰. Procedimento similar ocorre em *Ler en español*, onde o género recebe detalhado tratamento, ao qual não faltam exercícios de exemplificação (duas peças de *El País* e uma de *El Mundo*) suscetíveis de aclarar as suas variantes técnico-compositivas (Alvarez Menéndez et al., 2005, pp. 269-280). Os múltiplos capítulos e subcapítulos deste último manual incluem uma espécie de vinhetas que servem o averbamento, em epítome, dos aspectos nucleares dos temas para os quais remetem. Duplamente marcadas sob o ponto de vista tipográfico – apresentam-se em corpo recolhido, no cento da página, e delimitadas por um cordão de traço grosso e vermelho –, tais vinhetas conhecem duas ocorrências no subcapítulo dedicado à *crónica*, e nelas se pode ler:

10 “Crónica” é um dos termos e conceitos registados e definidos no *Glossario* deste manual (Stazio, 2003, p. 344). Aqui como ali, à breve definição sucede o inventário dos diferentes tipos de crónica, de entre os quais me permito sobrelevar o “de correspondente / de enviado especial”.

Uma crónica é a narração de um acontecimento atual seguindo o curso do tempo em que os factos se desenrolam. É um género híbrido em que se misturam informação e análise. (Alvarez Menéndez et al., 2005, p. 270).

Nas crónicas, é permitido introduzir explicitamente expressões interpretativas ou valorativas, mas não frases ou parágrafos inteiros. O ponto de vista dominante continua a ser o informativo (Alvarez Menéndez et al., 2005, p. 280)

Não subsistem, pois, dúvidas relativamente ao facto de, frente a esta ideia de *crónica* como modalidade expressiva do jornalismo, ser a cartografia da *informação* aquela que a acolhe e recobre. O meu título e o argumento dele, se não queriam sinalizar essa cartografia, obrigaram-se, no entanto, a atravessá-la. Encerro, assim, esse trajecto com uma amostra e algumas considerações sobre ela.

Como se sabe, em Abril de 2010, a cidade do Rio de Janeiro foi castigada com chuvas intensas e ventos fortes, de trágico desfecho (mais de uma centena de mortos, milhares de desalojados, avultados prejuízos materiais...). O diário digital **página1**, associado à Rádio Renascença, deu conta do sucedido na sua edição de 7 de Abril, uma quarta-feira, convocando-o para a manchete (**fotografia**: quase toda a altura da página e 2/3 da sua largura, com generosa síntese em pé-de-página; **título**: **Rio de Janeiro Chuva mata mais de 100**). As páginas 2 e 3, sob o descritor paratextual **DESTAQUE**, levam o leitor ao *acontecimento*, mediante uma peça não assinada – *de agência*, dir-se-ia (figura 2) –, rematada com uma caixa-destaque na página 3, por demais ajustada ao país de registo e publicação deste diário, visto que encimada pelo título **Barroso envia mensagem**.

DESTAQUE
PÁG.
02

Rio de Janeiro/Mau tempo

Cidade tenta recuperar de tragédia que fez mais de cem mortos

O último balanço dá conta de 103 vítimas mortais na sequência do temporal que assolou desde segunda-feira o estado do Rio de Janeiro, no Brasil. As fortes chuvas provocaram derrocadas nos morros onde foram construídas diversas favelas. Vários bairros ficaram sem energia, algumas estradas ficaram intransitáveis e as aulas foram suspensas. Um cenário que levou a prefeitura do Rio a aconselhar os habitantes a permanecerem em casa.

página1

Figura 2: Peça na página 2 do diário digital **página1** de 7 de abril de 2010.

Esta cobertura é complementada por uma peça assinada por Ana Cabrita, jornalista da Rádio Renascença à altura, tal como nos diz o seu *currículum*. Sugestivamente intitulada **O Rio virou cordão de água**, a peça em causa constituiu-se, se não erro no juízo, exemplo lapidar do que designaria por *crónica de correspondente* ou de *enviado especial*. Trata-se de uma *leitura* na qual sempre fiz fé, quando decidi integrar este texto no exemplário dispensado aos meus alunos. Uma fé, porém, debilitada por um certo cepticismo, sobreveniente à ausência de qualquer indicador de semelhante estatuto. No sentido de aplaiar esse cepticismo e de acomodar a minha fé, ensaiei um contacto com a autora, hoje com outras funções profissionais, indagando do contexto de produção deste seu texto. Afortunadamente, nela encontrei disponibilidade e gentileza suficientes para atender ao meu pedido. Na verdade, asseverou-me, construiu esta peça jornalística estando em Lisboa, mas fê-lo segundo o regime de proximidade testemunhal que nela entrevi, porque recebera de fontes fiáveis, localizadas no Rio de Janeiro, os elementos indispensáveis ao modelo composicional escolhido. Reproduzo-a aqui (figura 3), recortada da página 2, onde aparece, no terço inferior da mesma, com individualização tipográfica em face da *notícia* que acompanha:

O Rio virou cordão de água		<i>Ana Cabrita</i>
<p>Jonatas, Dilma, Regina, Jorge, Jéssica: nomes comuns de gente comum. Em comum, ainda, o facto de terem ficado sem nada no maior temporal de sempre no Rio de Janeiro. A chuva, essa, já tirou a vida a mais de uma centena de pessoas.</p> <p>Hoje, o “jeitinho carioca”, a maladragem, dissolve-se em cordões de água. A que cai do céu, sem piedade, mistura-se com a que cai nos rostos dos que vêem a vida arrastada pela corrente. O Rio está em suspenso, literalmente: as favelas, de casas miseráveis de chapas de zinco, empoleiraram-se em morros cujas terras agora deslizam, ladeira abaixo, sem travões, sem piedade.</p> <p>À “Globo”, Jonatas Pereira da Silva conta que a terra veio, silenciosa, enquanto dormia com a família: a mulher e o filho bebé. Conseguiu escapar por um buraco. Eles, não. E chora.</p> <p>A miséria que escorre morro abaixo</p>	<p>não poupa os ricos, numa cidade estratificada em que a pobreza habita o morro e a burguesia se estende ao sol. No Jardim Botânico, bairro tradicional da classe média-alta, a tragédia gera negócio: o jornalista Ronaldo Hardy conta à “IstoÉ” que “o ‘seu’ Wilton improvisou um sistema de transporte em seu carro, tipo burrinho sem rabo - uma carroça puxada por uma pessoa. Cobra cinco reais para fazer a travessia pelo rio que se formou na Rua Jardim Botânico”. Os turistas pagam, agradecidos por não mergulhar os pés na água lamacenta, de cheiro duvidoso.</p> <p>A solidariedade, neste caso, tem a dimensão da tragédia: “Fui salvo pelo vizinho de cima, que me puxou pela janela dos fundos. Perdi tudo o que tinha em casa”. O relato, feito à “Globo”, é do Professor universitário Jorge Luís Alves.</p> <p>No outro lado da Baía, Niterói, “Cidade</p>	<p>Sorriso”, fronteira ao Rio, o cenário é surreal. Muitos famosos escolheram Niterói para morar, atraídos pelos baixos índices de criminalidade e alta qualidade de vida. Um deles é o velejador Torben Grael, cuja casa, junto ao fabuloso bairro de São Francisco, levou literalmente com um carro em cima. O desportista, vencedor de cinco medalhas de ouro olímpicas, arregaçou as mangas e foi ajudar os ocupantes da viatura que circulava mais acima, no morro. Conseguiu tirar uma mulher e o filho. O pai, esse, não resistiu e morreu, dentro do carro, em cima da casa do desportista.</p> <p>“Não há poesia nenhuma nas águas de Marçó”: William Bonner, jornalista, pivô do “Jornal Nacional” da “Globo”, não conseguiu sintetizar, via Twitter, o que se vive, hoje, nas ruas do Rio de Janeiro. Nenhuma palavra seriam suficientes.</p>

Figura 3: Peça na página 2 do diário digital **página1** de 7 de Abril de 2010.

Que o leitor é transportado para a esfera da informação, essa é uma circunstância incontroversa: a *actualidade* (manchete, acontecimento-notícia ordenado e paginado em harmonia com o princípio do destaque, etc.) está no centro desta peça, é o objecto que a sustenta. A jornalista socorre-se, naturalmente, dos mecanismos discursivo-enunciativos próprios à informação: saliência dos factos ocorridos (intensidade do temporal, consequências humanas e materiais ao mesmo sobrevividas), acompanhada de uma particular atenção à vivência dos mesmos em distintos sectores e contextos da sociedade carioca; localização precisa, nos níveis temporal e espacial, dos múltiplos constituintes (tempo | espaços | pessoas) do mundo textual enfrentado pelo leitor; atribuição rigorosa dos testemunhos avocados, sejam os de jornalistas no terreno, sejam os de gente comum – e menos comum – ‘apanhada’ pelo acontecimento-notícia; impessoalização do sujeito-emissor (apenas aparente, note-se!, pois os sinais oblíquos da sua presença são directamente proporcionais ao desvanecimento dos déicticos pessoais).

Ora bem, quem relata (em rigor, aqui, o gesto é menos narrativo que descritivo, visto assistirmos sobretudo à descrição de acontecimentos, de actos...) ou descreve poderá ser funcionalmente equiparado a um maestro frente a uma partitura: opera escolhas, organiza os materiais resultantes dessas escolhas, orienta o compasso do seu andamento, da sua arquitectura textual, dissemina sinais, por mais ténues ou subtis que se nos afigurem, pelo mundo textual que o seu acto discursivo configura. No caso sob escrutínio, a diferença específica que a *crónica* comporta, no quadro dos géneros vinculados à textualização do acontecimento-notícia, descobriu na *figuralidade* da linguagem o seu tropismo compositivo de base. “O Rio virou cordão de água” | “o ‘jeitinho carioca’, a malandragem, dissolve-se em cordões de água” | “O Rio está suspenso, *literalmente* [itálico meu, destinado a relevar a condição *figural* desta anunciada *literalidade*]: as favelas, [...], empoleiram-se em morros cujas terras deslizam, ladeira baixo, sem travão nem piedade” | “a terra veio, silenciosa...”. Acumulam-se, nos segmentos citados, procedimentos retórico-enunciativos de animização e de metaforização, que outorgam especial dinamismo à cena evocada, deslocando o leitor para o meio dela, num gesto que distende e encaixa a nada comum *entrada*, mediante a qual se ensaia um eficiente exercício de *capatio benevolentiaë* daquele. A isto acresce uma judiciosa arrumação da matéria-de-facto, orientada por um olhar próprio – mas não ostensivo, registre-se! – sobre a cidade, os seus lugares e as suas gentes, em contexto de

catástrofe (estratificação social, regimes de solidariedade e de oportunidade, etc.), e beneficiada pelo recurso, por interposta pessoa (William Bonner), ao *topos* do inefável, quando alude à carência de meios expressivos (“Nenhumas palavras seriam suficientes”) para *dizer* um acontecimento entretanto *vivamente dito* (não é precisamente o que acabara de fazer?), ampliando a verosimilhança do dito com a evocação, *per negationem*, da inesquecível canção de Jobim. Como se vê, não há esforço de impessoalização enunciativa que resista a escolhas lexicais (a *adjectivação* denuncia mais do que ofusca) e a esquemas figurativos de mal disfarçada intencionalidade: a de consorciar a finalidade informativa com a pulsão analítico-interpretativa, que a *crónica* autoriza e acolhe, observados, bem entendido, os limites determinados pela sua relação de pertença à *ordem informativa*.

3. Não era essa, contudo, a *ordem* por mim ementada, quando me decidi por uma abordagem ao género nos termos que o meu título enuncia. Curava, sim, daquele segmento do universo discursivo jornalístico – com reconhecida tradição na imprensa, mas hoje igualmente presente nos demais *media*, com particular e efectiva incidência na rádio – reservado à *opinião*, vale dizer, às múltiplas modalidades da sua manifestação (interna / externa ao órgão que a publica; tópica / regular; mais / menos sujeita a requisitos genológicos, etc.). Trata-se, no que respeita à *crónica*, de um género com firmados pergaminhos na imprensa europeia e latino-americana, não raro associada ao significativo papel que alguns escritores de renome trouxeram ao seu culto¹¹. É propriamente com base nesta prática de escrita jornalística que o correlato jornalismo | literatura se dá a ver como problema, não obstante a sua posterior extensão a géneros convizinhos na *ordem da opinião* (o da *coluna*¹², por exemplo), e ainda à *reportagem*, se não mesmo da *entrevista*, na *da informação* (pense-se no programa teórico do *novo jornalismo* e nas práticas discursivas que dele promanam).

11 Leitura proveitosa a este propósito será o estudo de Susana Rotker, publicado sob o título *La invención de la crónica* (Rotker, 2005), *passim*, mas capítulo iv em especial, onde se apresenta “El lugar de la crónica”. Uma pródiga amostra desse culto entre nós chega-nos pela mão de Fernando Venâncio, no seu *Crónica jornalística. Século xx. Antologia* (Venâncio, 2004).

12 Veja-se o n.º 703–704 da *Ínsula. Revista de Letras y Ciencias Humanas*, de natureza monográfica e subordinado ao título *El género de columnismo de escritores contemporáneos (1975-2000)*. Nele figura o ensaio “El ethos retórico, un rasgo común a todas las modalidades del género columna”, de Fernando López Pan, que muito aproveita à matéria em apreço (López Pan, 2005a).

Como muito acima adiantei, o modo como aquele correlato, em regra, é apresentado e descrito suscita-me sérias reticências. Creio, se não equivocada a minha leitura, que se verifica uma notória tendência para confundir o natural fluxo de mecanismos técnico-compositivos e retórico-enunciativos do universo do discurso literário para o do discurso jornalístico (o circuito contrário também não é desconhecido) com a dimensão ontológica específica a cada um desses universos. Não são, em meu entender, entidades ontologicamente comensuráveis, sequer no quadro de uma concepção *nada essencialista* e *de relatividade pragmática* do fenómeno literário. Onde esta problemática conhece abordagem mais solvente é no estudo que Fernando López Pan consagra à possibilidade de um *jornalismo literário* (López Pan, 2005b; López Pan, 2010; López Pan & Gómez Baceiredo, 2010). Os seus argumentos repousam na revisitação da abordagem a esta problemática em sede dos estudos de *redacción periodística*, seguida da análise e interpretação de propostas anteriormente avançadas no âmbito dos estudos filológicos, a de Fernando Lázaro Carreter (1997)¹³ e a de Eugenio Coseriu (2006). Trata-se de um percurso bem informado e sistemático, não isento, todavia, de alguns equívocos conceptuais. Com fundada propriedade, Eugenio Coseriu é chamado à colação, embora a leitura da sua proposta resista ao fundamental dela. E o fundamental dela – o seu princípio reitor – é de matriz ontológica, por respeitar ao *ser* de cada um dos universos discursivos em pauta: o informativo e o literário¹⁴. Importa esta sua ponderação sobre a oportunidade de um *jornalismo literário* (López Pan, 2005b; López Pan, 2010; López Pan & Gómez Baceiredo, 2010) ao propósito, que é também o seu, de uma ajustada categorização e disposição interna de determinadas modalidades de expressão jornalística, de entre as quais sobressai a denominada *coluna*¹⁵ (López Pan, 2005a), sobre a qual se observa: “a coluna consolidou-se ao converter-se num canal para onde flui

13 Do título – “El lenguaje periodístico, entre el literario, el administrativo y el vulgar” (Lázaro Carreter, 1997) – se infere sem custo a ideia de que o especificador *literario* nos remete para o terreno dos códigos retórico-estilístico-enunciativos, que não para a fenomenologia e a ontologia do literário.

14 A consulta dos quadros-síntese que figuram no ensaio “¿Es posible el periodismo literario? Una aproximación conceptual a partir de los estudios de redacción periodística en España en el período 1974–1990” (López Pan, 2005b, pp. 23–24) basta ao reconhecimento da natureza e dos fundamentos do constructo coseriano.

15 A história, o valor e a natureza do colonismo na imprensa espanhola podem ser seguidos em Grohmann (2005), correspondente ao texto de abertura do número monográfico da *Ínsula* referenciado na nota 12.

grande parte do que se entendia em Espanha por crónica e artigo literário nos anos sessenta e setenta” (López Pan, 2005a, p.12).

A tendência para comutar, fora e dentro do espaço mediático, os termos e conceitos de *coluna* e de *crónica* – e respectivos agentes: colunista e cronista – não esmoreceu, sendo deveras frequente. No excelente *podcast* que, cada Sexta-feira, o *Expresso* nos dispensa, Miguel Sousa Tavares *de viva voz*, na circunstância em conversa com a jornalista Paula Santos, estribado na colaboração regular de MST neste semanário, a jornalista identifica a peça correspondente a tal contributo jornalístico ora como *crónica*, ora como *coluna*, ora ainda, por vezes, como *artigo*. Em meu juízo, Miguel Sousa Tavares é um brilhante colunista – concordemos ou não com os pontos de vista semanalmente assumidos e publicados –, não um cronista. Clara Ferreira Alves – outro exemplo de excelência jornalística – é quase sempre, na sua *Pluma Caprichosa*, uma colunista, sem deixar de assomar como cronista, de quando em vez. O contrário ocorre, segundo creio, com Miguel Esteves Cardoso, no seu *Ainda Ontem*: quase sempre cronista, aqui e ali colunista. Cronistas de saborosos textos foram Paulo Varela Gomes e Manuel António Pina (partidos já, para desencanto nosso). E António Lobo Antunes. E José Cardoso Pires. E ainda a Ana Sá Lopes da *Vanessa*. Colunistas de apurado senso crítico e de enérgica modulação discursiva foram Mário Mesquita, Eduardo Prado Coelho, Vasco Pulido Valente. De cronista – de *finis crónica* – são as vozes que, de Segunda à Sexta, saltam da Antena 1 e da TSF para os nossos ouvidos, nas pessoas de Francisco Sena Santos (*Um dia no Mundo*) e Fernando Alves (*Sinais*). Com um longo etc...., porque quem aqui não marca presença tudo deve à necessidade de estancar *a vertigem das listas*, absolutamente nada ao esquecimento ou à irrelevância.

Não nos devemos surpreender com a emergência de semelhante porosidade conceptual, indutora da comutação terminológica antes notada. A *coluna* e a *crónica* observam, no plano da sua materialização tipográfica, aspectos comuns, a saber: i) ocupam um lugar fixo, espacial e temporalmente falando, no jornal ou na revista que as hospeda, facilmente reconhecível por banda do leitor (descritores paratextuais perenes: de secção e de rubrica; foto ou esborço do autor; paginação; iteratividade de presença, etc.); ii) ambas as práticas jornalísticas e correspondentes modalidades discursivas se conformam sob espécie de um posto-de-observação do mundo e dos seus existentes, numa das circunstâncias com um índice de vinculação à *actualidade* mais

elevado (*coluna*) do que na outra (*crónica*), da qual não raro se acha ausente ou por demais dissimulada, ou na qual toma lugar sob a forma de aparentes – sublinho *aparentes* – *nugæ* (relembrem-se, a título de exemplo, muitas das crónicas de Miguel Esteves Cardoso). Nada disto obsta, todavia, ao facto de serem singulares as configurações textuais pertinentes a uma e a outra, justamente porque distinto o seu condicionamento pragmático-discursivo: se uma e outra convidam ao reconhecimento do *dispositivo* por banda dos eventuais leitores, se o colunista e o cronista os convidam a franquear a soleira do seu *habitat*, a mergulhar na *cena enunciativa* que pontualmente lhes providenciam, certo é também o facto de que o fazem segundo finalidades e tipos discursivos¹⁶ díspares (o argumentativo | o narrativo).

De quanto se tem escrito sobre a *crónica* como forma de expressão jornalística e sobre as dificuldades advenientes à sua descrição (Mesquita, 1984; Melo, 1988, p.45; Coutinho, 2005, 23 de julho), detenho-me em dois segmentos do texto de Mário Mesquita, onde se filia a tradição da *crónica* no *folhetim* (entrevê-se aqui a correlação com o campo da literatura), se ensaia uma aproximação à sua natureza, ao seu objecto e à sua arquitectura discursiva, e se recupera o legado de alguns cronistas açorianos (Alfredo Mesquita, Câmara Lima, Vitorino Nemésio, Armando Cortes Rodrigues). Transcrevo-os:

De que tratava o folhetim? De tudo e de nada. De tudo o que respeita ou interessa à vida do País. Do nada que preocupa ou diverte, suscita a dúvida ou o riso da *cidade*, porque o jornalismo progrediu e transformou-se à medida que as cidades cresceram e se expandiram. O jornalismo é um fenómeno urbano, um serviço prestado aos cidadãos. (Mesquita, 1984, p. 203)

Como enquadrá-la [à crónica] nos géneros jornalísticos? Forma intermédia entre a literatura e o jornalismo, situa-se mal na informação porque – como disse em título de livro um dos seus maiores cultores, Carlos Drummond de Andrade – ‘de notícias e não notícias se faz a crónica’. Falta-lhe, no entanto, a severidade do artigo ou do editorial, incorre demasiado na descrição pictórica, para figurar, de pleno direito, entre os géneros de opinião. (Mesquita, 1984, p. 209)

16 Não encontro melhor aproximação a esta problemática do que a providenciada por Rafael Núñez Ramos em “Tipología textual y texto literario” (Núñez Ramos, 2012, pp. 67-68; pp. 69-70; pp.72-74).

Do primeiro, permito-me salientar aquele de *tudo e de nada*, junto do qual gostaria, sem mais escólios, de acomodar as *nugæ* que um pouco atrás anotei. Do segundo, destaco o reconhecimento, que Mário Mesquita não ilude, da índole algo labiríntica que o exercício de categorização genológica da *crónica* parece comportar. Quanto aí economicamente se diz nos obriga a repensar, por exemplo, a vinculação do género à *ordem* da informação, ou a sua articulação com a esfera do literário, se convenientemente ponderados os termos de uma tal operação.

O *Dicionário de estudos narrativos*, de Carlos Reis, ajuda-nos, segundo creio, a desanuviar a situação. No verbete dedicado ao género, podemos ler (Reis, 2018, p. 69):

A crónica é um género narrativo em que se relata, de forma breve e em termos subjetivos, um episódio singular, um incidente ou uma ação observados no quotidiano do cronista; para além de traduzir uma certa temporalidade histórica (cf. a etimologia, do grego cronos, “tempo”) e uma circunstância de vivência pessoal, a crónica visa normalmente o público alargado da imprensa escrita, da rádio, da televisão ou das redes sociais (p. ex., blogues). Pela sua natureza e pela sua função sociocultural, a crónica pode ser encarada como um género paraliterário e, por vezes, híbrido, no que toca à sua articulação com outros géneros (por exemplo, com a epistolografia, quando o cronista adota a forma da carta, como, por vezes, acontecia no século XIX).

Dois ensinamentos daqui retiro: um pertinente à concludente *dinâmica narrativa* do género, o outro ao princípio de que aquela condição de *forma intermédia entre...*, quando e se examinada com prudência, nos deixa à porta do sistema literário (*género paraliterário*), beneficiando da sua convizinhança formal-expressiva, mas sempre num plano ontologicamente distinto (penso na muito disputada questão da *ficcionalidade* como condição necessária – embora não suficiente – ao literário, e não exclusiva deste, claro).

Circunscrevo-me, todavia, ao rasgo *narratividade*, pelo qual passa o específico à *crónica* em face da *coluna*. Em meu socorro e para terminar, clamo pela voz e inteligência de Paul Ricoeur, quem, no contexto de uma luminosa correlação dos termos e conceitos de retórica, poética e hermenêutica (Ricoeur, 1997), vincula a *pulsão argumentativa* ao *acto retórico* e a *pulsão narrativa* ao *acto poético* (Ricoeur, 1997, p. 83):

O ato poético é uma invenção da intriga de uma fábula; o ato retórico, uma elaboração de argumentos. [...] o poeta propriamente dito não argumenta, embora as suas personagens o façam; [...]. E o retor não cria uma intriga, uma fábula, mesmo que um elemento narrativo seja incluído na apresentação do caso. A argumentação depende fundamentalmente da lógica do provável [...]. Por outro lado, a invenção da intriga da fábula é fundamentalmente uma reconstrução imaginária do campo da ação humana.


Não permitamos que termos / expressões e conceitos como os de “acto poético”, “invenção”, “fábula-intriga” e “reconstrução imaginária” nos induzam errada e exclusivamente em território do literário-ficcional. Toda a segunda parte de volume do seu *Temps et récit* atesta a operacionalidade da sua esmerada leitura da *mimesis* aristotélica fora do quadro estrito das formas de representação literária (Ricoeur, 1987)¹⁷. Concluo com novo exemplo, em registo paralelo ao do final da secção 2. Recorro, agora, à peça “Bairro”, de Hugo Gonçalves, então cronista regular do *i* (figura 4).

Um dos descritores paratextuais – CRÓNICA (da explícita vontade do cronista, suponho) – dissipa quaisquer dúvidas quanto à letra e ao espírito desta colaboração. (Intrigantemente elucidativa, sobre quanto acima asseverei, será a nota da redação, que fecha a crónica e assim reza: **Esta coluna não está disponível online.**) O que nela se faz é *relatar* – descrever acções, eventos, melhor dizendo –, em primeira pessoa (abundam os deícticos pessoais, que atestam a relação de co-referencialidade sujeito-emissor | cronista), a partir de um *facto* noticiado (o mau estado de 1/3 dos prédios da cidade, Lisboa), a singularidade de uma experiência. *Relatar*, portanto, menos para dar conta desse *facto-notícia* que para verbalizar – para si-mesmo e para outros – o trânsito entre este e o mundo-da-vida, ou seja, para dar a ver o efeito que a apreensão local desse *facto*, de velha e dilatada *actualidade*, desencadeia no estado anímico do cronista. A vivaz expressão de um tal estado anímico é alimentada por procedimentos de iteratividade (recurso sistemático à *anáfora*) com notória e eficaz incidência no esboço do conflito (a *antítese* emerge como estratégia compositiva de base) que se apodera do cronista, sob a forma de oscilação entre o plano do *real* (vigência do necessário, cómodo e seguro) e o plano do *desejo* (permanência de um *habitat* de duradouro convívio e ao qual

17 A edição utilizada, corresponde à tradução espanhola deste estudo.

o corpo e o espírito há muito se aclimataram). E com isto não se argumenta, não se aposta na persuasão dos demais? Talvez, não resistirei a concedê-lo. Tão-só, porém, se tomarmos o argumento pelo viés da *exemplaridade* do dito, do relatado, do vivido, não pelo do acto retórico lógico-provável.

CRÓNICA
DIA-A-DIA



Hugo Gonçalves

Bairro

DE MANHÃ A RÁDIO ensina-me que a freguesia onde vivo, em Lisboa, tem um terço dos prédios em mau estado. Saio para contar as fachadas com manchas, chagas e varizes. Depressa me perco se os mídos da rua chutam uma bola do beco para a estrada, se o barbeiro indiano olha para a televisão enquanto manobra a tesoura ou se um navio vermelho se esforça no Tejo. Na rádio disseram que, no país inteiro, há 135 mil casas em risco de ruína, que só em Lisboa são mais de mil prédios. E eu quero mais números no meu bloco de notas. Mas assim que me ponho a contar varandas com buracos e bandeiras esfarrapadas, passa por mim um cão galdério e atravesso uma conversa, de janela para janela, entre velhas de bata. Quero zangar-me com o governo porque diz que tem um plano previsto enquanto a cidade apodrece há décadas. Quero insultar a autarquia, os proprietários, a economia e os turistas a quem tanto encanta a decadência como a luz da cidade. Quero imitar os voluntários americanos que, em Julho de sol a pique, arriscaram a desidratação enquanto pintavam as paredes sujas do meu bairro. No entanto, como habitante moderno desta Lisboa antiga, distraio-me com o cheiro a grelhados, o sino a dar horas ou o samba que sai da janela de um rés-do-chão. E. B. White, cronista entusiasta de Nova Iorque, percebeu tudo isto muito antes de mim: "Acordo dividido entre o desejo de melhorar o mundo e o desejo de desfrutá-lo. Isso dificulta o planeamento do meu dia." Regresso a casa. Tenho o encanto desbotado do meu bairro e uma crónica na cabeça. Não tenho ainda a cidade que quero. *Escritor*

! Esta coluna não está disponível online

Figura 4: Crónica
O Bairro no jornal i
(Gonçalves, 2010,
18 de março).

Referências

- Alvarez Menéndez, A., Núñez, R. & Teso, Enrique del (2005). *Leer en español*. Ediciones Nobel – Ediciones de la Universidad de Oviedo.
- Brooks, B. S., Kennedy, G. Moen, D. R. & Ranly, D. (2014). *News Reporting and Writing*. Bedford / St. Martin's.
- Charaudeau, P. (2011). *Les médias et l'information. L'impossible transparence du discours*. Éditions De Boeck Université.
- Coseriu, E. (2006). Información y literatura. In E. Coseriu & Ó. L. Lamas (eds). *Lenguaje y discurso* (pp. 85-99). EUNSA Ediciones Universidad de Navarra.
- Coutinho, J. P. (2005, 23 de julho). A arte da crónica. *Expresso*.
- Franklin, B., Hamer, M., Hanna, M., Kinsey, M. & Richardson, J. (2005). *Key Concepts in Journalism Studies*. Vistaar Publications.
- Gomis, L. (2008). *Teoría de los géneros periodísticos*. UOCpress.
- Gonçalves, H. (2010, 18 de março). "O bairro". *jornal i*, sp.
- Grohmann, A. (2005). La escritura impertinente. *Ínsula. Revista de Letras y Ciencias Humanas*, 703-704, 2-5.
- Harcup, T. (2009). *Journalism principles & practice*. Sage.
- Lázaro Carreter, F. (1997). El lenguaje periodístico, entre el literario, el administrativo y el vulgar. In *Lenguaje en periodismo escrito* (pp. 9-32). Fundación Juan March.
- López Pan, F. (2005a). El *ethos* retórico, un rasgo común a todas las modalidades del género columna. *Ínsula. Revista de Letras y Ciencias Humanas*, 703-704, 12-15.
- López Pan, F. (2005b). ¿Es posible el periodismo literario? Una aproximación conceptual a partir de los estudios de redacción periodística en España en el período 1974-1990. *Doxa Comunicación*, 3, 11-31.
- López Pan, F. (2010). Periodismo literario: entre la literatura constitutiva y la condicional. *Ámbitos*, 19, 97-116.
- López Pan, F. L. & Gómez Baceiredo, B. (2010). El Periodismo literario como sala de espera de la literatura. In M. R. Rodríguez & M. A. Eglá (eds). *Periodismo literario. Naturaleza, antecedentes, paradigmas y perspectivas* (pp. 21-40). Fragua.
- Martínez Albertos, J. L. (1974). *Redacción periodística. Los estilos y los géneros en la prensa escrita*. A.T.E..
- Melo, J. M. de (1988). A crónica. In *Jornalismo e Literatura. Actas do II encontro afro-luso-brasileiro* (p. 45). Vega Editora.
- Mesquita, M. (1984). A crónica como forma de expressão jornalística. In M. Mesquita, *Deve & haver* (pp. 202-18). Distri Editora.

- Mesquita, M. (2003). *O quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea*. Minerva.
- Núñez Ladevéze, L. (1991). *Manual para periodismo. Veinte lecciones sobre el contexto, el lenguaje y el texto de la información*. Ariel.
- Núñez Ramos, R. (2012). Tipología textual y texto literario. *Tropelías. Revista de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada*, 2, 62–87.
- Reis, C. (2018). Crónica. In C. Reis, *Dicionário de estudos narrativos* (pp. 69-71). Almedina.
- Reyes, G. (1999). *Manual de Redacción. Cómo escribir bien en Español*. Arco / Libros.
- Ricoeur, P. (1987). *Tiempo y narración 1. Configuración del tiempo en el relato histórico*. Ediciones Cristiandad.
- Ricoeur, P. (1997). Retórica, poética y hermenêutica. *Cuadernos Gris*, III: 2, 79–89.
- Rotker, S. (2005). *La invención de la crónica*. Fondo de Cultura Económica – Fundación para un Nuevo Periodismo Iberoamericano.
- Sánchez, J. F. & López Pan, F. (1998). Tipologías de géneros periodísticos en España. Hacia um nuevo paradigma. *Comunicación y Estudios Universitarios*, 8, 15-35.
- Stazio, M. (ed.) (2003). *L'informazione giornalistica*. Elissi.
- Trías, E. (2013). *De cine. Aventuras y extravíos*. Galaxia Gutenberg.
- Venâncio, F. (2004). *Crónica jornalística. Século XX. Antologia*. Círculo de Leitores.
- Villanueva, D. (2023). Marshall McLhuan (1911–1980), un visionario conservador. In D. Villanueva, *Poderes de la palabra. Retórica, política, derecho, literatura, publicidade*. Galaxia Gutenberg.
- Vilarnovo, A. & Sánchez, J. F. (1994). *Discurso, tipos de texto y comunicación*. EUNSA.

Mário Mesquita, um Homem de Cultura

ANA CRISTINA CORREIA GIL

*Porque a cultura, mais do que uma mobilização do espírito,
é uma atitude dele.*

Fernando Pessoa, *Sobre Portugal*

Começemos por onde era menos suposto começar-se: pelos números. Mário Mesquita, ilustre jornalista, professor e político português, deixou vasta obra publicada. No total, deste legado impresso constam cerca de 17 livros e brochuras, 17 textos de colaboração em obras coletivas, 29 artigos científicos sobre temas de comunicação e jornalismo, 6 artigos sobre a História contemporânea dos Açores e 7 prefácios (Riley et al., 2021, pp. 809-814). É evidente que não é a quantidade que importa, mas a qualidade e esta revela-se em todos os escritos de Mário Mesquita, sem exceção. No entanto, não podemos deixar de ficar surpreendidos com a imensidão de páginas que saíram da pena deste pensador. Este é, de facto, o epíteto que melhor se lhe cola, o de pensador crítico da sociedade contemporânea nas suas várias facetas: mediática, política, social, histórica, etc.

Mário Mesquita, nascido nos Açores, na ilha de S. Miguel, a 3 de janeiro de 1950, teve um trajeto multimodo, que constitui, afinal, a sua imagem de marca. É de Jaime Gama uma das sùmulas mais felizes desta variedade de ação de Mário Mesquita, afirmando o antigo Presidente da Assembleia da República que:

vemos passar [Mário Mesquita] do jornalismo para a comunicação, da intervenção política para a conceptualização política, das redações dos jornais para as escolas de ensino superior e universidades, da construção pragmática para a convicção programática. Sempre com aquele desprendimento a que nos habituou e faz do seu trajeto um bom exemplo do que pode a liberdade sobre o constrangimento das pessoas (Riley et al., 2021, p. 31).

O seu interesse pelas Letras e Humanidades revela-se cedo: colabora, ainda adolescente, na imprensa micaelense – nos jornais *Açoriano Oriental*, *Correio dos Açores* e *Diário dos Açores* –, publicando contos e poemas e organizando páginas sobre Eça de Queirós e Antero de Quental, bem como enveredando por temáticas sobre jornalismo. Este pendor literário e humanista vai acompanhá-lo no seu percurso ao longo da vida, percebendo-se sempre nos seus escritos e nas suas intervenções a importância dada à formação cultural e à expressão correta e elegante em Língua Portuguesa, que cultivava.

Neste percurso tão marcado pela diversidade, avulta, porém, um princípio que acompanhou Mário Mesquita durante toda a sua vida: a defesa de um jornalismo de rigor e qualidade. Este princípio tornou-se evidente quando, nos anos 80, tomou em mãos o projeto do *Diário de Notícias* e o modernizou (de 1975 a 1978 como diretor-adjunto e de 1978 a 1986 como seu diretor), quando foi diretor do *Diário de Lisboa* (entre 1989 e 1990), quando aceitou ser o primeiro Provedor do Leitor em Portugal na imprensa diária generalista (de 1997 a 1998, no *Diário de Notícias*), quando exerceu funções de vice-presidente do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, etc.

A ideia que Mário Mesquita fazia do que devia ser um jornal ficou, aliás, bem patente nesse trabalho de afirmação e modernização do projeto editorial do *Diário de Notícias*, após o período conturbado por que passou este periódico a seguir ao 25 de abril de 1974. Nos anos 80, sob a sua direção, o DN afirmou-se pela sua independência em relação ao poder político (ao contrário do que até então acontecera) e reuniu um corpo de profissionais qualificado e experiente, como relembra Cristina Ponte (Riley et al., 2021, p. 39).

Cedo a experiência e os estudos de Mário Mesquita – licencia-se em Comunicação Social na Universidade Católica de Lovaina – são vertidos na formação de jovens jornalistas através da docência académica em várias instituições de Ensino Superior portuguesas: na Faculdade de Letras da

Universidade de Coimbra, onde contribui para a criação da licenciatura em Jornalismo, e também na lecionação na Universidade Católica Portuguesa, na Escola Superior de Jornalistas do Porto, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, na Universidade Lusófona e na Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa. Muitos são hoje os profissionais, quer académicos, quer jornalistas, que o recordam como o seu mestre e lhe reconhecem o pioneirismo na introdução e consolidação da área científica das Ciências da Comunicação em Portugal, como é o caso de Susana Salgado, que, no artigo “Fazer, ensinar e estudar jornalismo”, confidencia:

Repensar princípios e formatos é hoje o desafio de todos aqueles que fazem, ensinam e estudam *media* e jornalismo. Pessoas como Mário Mesquita tornam mais possível esta quase impossível tarefa. Quer pela qualidade do seu trabalho, quer pela fonte de inspiração que proporcionam aos seus alunos e colegas. (Riley et al., 2021, pp. 797-798)

Também na Universidade dos Açores Mário Mesquita apadrinhou a licenciatura em Comunicação Social e Cultura e a Pós-graduação e o Mestrado em Cultura e Comunicação, proferindo, em 2 de novembro de 2004, a lição inaugural “Teorias e práticas do jornalismo: do telégrafo ao hipertexto”, reproduzida na íntegra neste volume. Nesta lição, Mário Mesquita volta a um dos seus temas de eleição: a velha questão da objetividade em jornalismo – e na representação em geral, enquanto questão filosófica e epistemológica. As suas obras e artigos tratam de muitos temas basilares do campo jornalístico: para além da recorrente questão da objetividade, os textos de Mário Mesquita abordam os temas da imparcialidade e do distanciamento, da mediatização da realidade, das questões éticas e deontológicas, do serviço público e privado, da autorregulação dos média (recorde-se que foi vice-presidente do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social e foi Provedor do Leitor), do jornalismo-espetáculo que cede à pressão do mercado, entre outros.

Das suas obras sobre jornalismo destaca-se *O Quarto Equívoco. O poder dos media na sociedade contemporânea*, publicado em 2003, uma obra de referência nacional e internacional na área das Ciências da Comunicação, que reúne ensaios mais teóricos e análises da realidade mediática portuguesa e estrangeira (na secção “Cerimoniais”). Nesta obra, uma das problemáticas fundamentais é precisamente a reflexão sobre a objetividade jornalística – a

que provocatoriamente chama a “Santa Objectividade” (Mesquita, 2004a, p. 215) –, sobre a qual Mário Mesquita tem uma perspetiva modelada pelo seu mestre Paul Ricoeur, a de que a objetividade deve estar sempre na mira do jornalista, ainda que este tenha consciência de que tem sempre subjacente um lastro de subjetividade que advém da natureza do próprio ato narrativo (que implica escolhas de palavras, de ângulos narrativos, de imagens, etc.) e subsequente explicação dos factos. Na já citada lição inaugural proferida na Universidade dos Açores, Mário Mesquita insiste nesta perspetiva sobre a objetividade:

podemos sustentar que nenhum acontecimento é o mesmo em duas notícias distintas. O jornal, a rádio, a televisão ou o *website* não são “espelhos da realidade”. O acontecimento é ele próprio, mas também a linguagem em que foi reelaborado, o modo como foi interpretado, o tempo em que foi reportado... (Mesquita, 2004b, p. 8)

O importante é que o jornalista e a sociedade em geral tenham consciência deste aspeto. Outros temas são tratados em *O Quarto Equívoco*, sobretudo os que se referem à ética e à deontologia jornalísticas, aos acontecimentos mediáticos, à comunicação política e ao jornalismo cívico. No entanto, o que mais se destaca nesta obra é o facto de ela ultrapassar o campo dos média e do jornalismo e se constituir enquanto reflexão cultural sobre a sociedade contemporânea, nas suas fragilidades e oportunidades, como releva Helena Sousa numa recensão crítica da obra:

Os paradoxos do jornalismo e dos *media* são ainda apresentados num contexto mais alargado das contradições dos próprios sistemas democráticos e da crise de legitimidade que parece hoje caracterizá-los. Nas articulações que tece com o campo social mais amplo em que se inserem os vários jornalismo e as suas representações, Mário Mesquita vai dando conta dos constrangimentos (e potencialidades) económicos, sociais, culturais e míticos em que navega esta ideia frágil de todos os dias nos contarem o presente. (Sousa, 2005, p. 257)

Mário Mesquita revela-se, assim, um verdadeiro homem de Cultura, na sua capacidade de analisar, interpretar e correlacionar as várias vertentes da contemporaneidade a partir dos *mass media*, captando os modos de vida – as

“*structures of feeling*” de uma época, como as designou Raymond Williams (Williams, 1985, p. 56) – do tempo em que se integra. Mais do que certezas, o seu pensamento crítico lança questões e dúvidas, mostrando ceticismo e hesitações, atitudes típicas da Cultura, como refere Fernando Pessoa:

Porque a cultura, mais do que uma mobilização do espírito, é uma atitude dele. [...] O homem culto, em geral, quanto mais lê de menos fica certo. A segurança e a confiança são atributos finais da erudição; como o ceticismo e a hesitação apanágio extremo da cultura (Pessoa, 1978, pp. 80-81).

Esta “atitude” de cultura e esta mundivisão clarividente valeram a Mário Mesquita o reconhecimento dos seus pares e da sociedade em geral, materializado por várias vezes nos prémios recebidos ao longo da vida. Recebeu o Prémio de Reportagem do Clube Português de Imprensa (1986), o Prémio Artur Portela da Casa da Imprensa (1987), o Prémio Gazeta de Mérito do Clube de Jornalistas (1998), o Prémio Manuel Pinto de Azevedo Jr., na modalidade de investigação, de *O Primeiro de Janeiro* (1999) e foi distinguido com a medalha de reconhecimento da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores (2011) e com o diploma de reconhecimento municipal pela Câmara Municipal de Ponta Delgada (2015).

Ao reconhecimento institucional patente nos prémios com que Mário Mesquita foi agraciado, alia-se a homenagem coletiva reunida no volume *A Liberdade por Princípio. Estudos e Testemunhos em Homenagem a Mário Mesquita*, publicada em 2021. Coordenada por Carlos Riley, Cláudia Henriques, Pedro Marques Gomes e Tito Cardoso e Cunha, esta obra é hoje um repositório inestimável quer de testemunhos de quem conviveu, aprendeu e trabalhou com Mário Mesquita, quer de ensaios sobre aspetos vários do Jornalismo e da História contemporânea. Leia-se, a título de exemplo, a transcrição, por Maria Inácio Rezola, da entrevista que Mário Mesquita fizera a Ernesto Melo Antunes em finais de 1970 e que ainda permanecia inédita, entrevista esta que, para além das revelações do entrevistado sobre o Portugal pré-25 de abril, nos mostra um entrevistador temerário e incisivo, indo ao cerne das questões, mesmo as mais sensíveis e polémicas (Riley et al., 2021, pp. 125-146).

Dividido em sete capítulos, *A Liberdade por Princípio. Estudos e Testemunhos em Homenagem a Mário Mesquita* aborda várias fases da vida de Mário Mesquita: o capítulo 1 trata sobre os principais aspetos da sua biografia

(intitula-se “O Percurso”) e o capítulo 7 (“Os Testemunhos”) adiciona mais uns tantos testemunhos aos do capítulo inicial. De grande relevo histórico e biográfico são também a “Síntese biográfica de Mário Mesquita” e a “Bibliografia selecionada de Mário Mesquita”, apresentadas no final do volume, bem como a longa entrevista dada por Mário Mesquita a Anabela de Sousa Lopes, que constitui o capítulo 6. Os vários campos científicos em que Mário Mesquita se moveu e nos quais deu cartas dão azo a capítulos sobre diferentes temas: “As temáticas” (capítulo 2) reúne textos sobre Ciências da Comunicação (versando as personagens jornalísticas, o poder dos média, a objetividade jornalística, a ética, a imagem, o som, o documentário, a narratividade, os acontecimentos mediáticos, a informação-entretenimento); “Questões de Comunicação e Artes” (capítulo 3) é a secção em que são abordados temas como a literatura, as artes plásticas, o Brexit, a manipulação das massas, a pandemia de Covid-19 e o discurso mediático, a rádio, entre outros; e “Dossier Media Events” (capítulo 5) reúne textos de Mário Mesquita e dos investigadores que o inspiraram na análise dos eventos mediáticos, Elihu Katz e Daniel Dayan. A relação com a sua terra natal fica vertida em “História Contemporânea dos Açores” (capítulo 4), em que vários investigadores, alguns deles açorianos, se ocupam de aspetos da História recente do arquipélago, como a emigração e o jornalismo, a relação com os EUA, etc.

A Liberdade por Princípio. Estudos e Testemunhos em Homenagem a Mário Mesquita é já, portanto, um marco nos estudos sobre Mário Mesquita e sobre a Comunicação Social em Portugal e a diversidade de temáticas presente na obra espelha claramente o ecletismo de interesses e de áreas de atuação e de reflexão do próprio homenageado.

De facto, a grande cultura e capacidade de relacionar saberes de Mário Mesquita revela-se na variedade de áreas sobre as quais pensou e escreveu. Destaque-se, somente a título de exemplo muito pontual desta abrangência de conhecimento, a perspicaz relação que faz no artigo “Retóricas da comunicação: do jornalismo às telecerimónias” entre partes da retórica clássica – invenção, disposição e elocução – e a escrita jornalística, bem como a exploração da presença de figuras de retórica como a metáfora, a metonímia, a repetição, a elipse e a alternância, no discurso mediático (Mesquita, 2004a, pp. 337-350). Também os dois volumes que reúnem as suas crónicas – *Deve & Haver* (Mesquita, 1984) e *O estranho dever do cepticismo* (Mesquita, 2013) – revelam a atenção de Mário Mesquita à realidade que o circunda, seja ela

referente à cultura, à literatura, às artes plásticas, à política, à filosofia, à história das ideias, à teoria literária e à narratologia, etc. É, portanto, de um verdadeiro humanista que falamos, um homem a quem importava tudo o que ao ser humano dissesse respeito, sempre norteado pelos valores da liberdade, da igualdade, da justiça, do rigor e da cidadania.

Se a Cultura é a procura de aperfeiçoamento constante que resulta de um olhar crítico e atento ao mundo, Mário Mesquita era um verdadeiro homem de Cultura. Com uma curiosidade sobre o mundo que o tornava um ser inquieto e perscrutador, era um “viajante” com grande capacidade de abarcar o mundo com o seu olhar analítico, interpretativo e crítico. Como refere Lídia Jorge, no prefácio a *O estranho dever do cepticismo*, de 2013, “Mário Mesquita foi capaz de radiografar a civilização em que vivemos” (Jorge, 2013, p. 23). O seu legado imenso e rico é uma prova irrefutável deste seu modo de ser, admirado por tantos, por todos nós.

Referências

- Jorge, L. (2013). Este livro branco. Prefácio. In M. Mesquita, *O estranho dever do cepticismo* (pp. 19-24). Tinta-da-China.
- Mesquita, M. (1984). *Deve & Haver*. Distri Editora.
- Mesquita, M. (2004a). *O Quarto Equívoco. O poder dos media na sociedade contemporânea*. Minerva Coimbra.
- Mesquita, M. (2004b). Teorias e práticas do jornalismo: do telégrafo ao hipertexto. *Arquipélago / Línguas e Literaturas, Anexo 2*.
- Mesquita, M. (2013). *O estranho dever do cepticismo*. Tinta da China.
- Pessoa, F. (1978). *Sobre Portugal. Introdução ao problema nacional*. Ática.
- Riley, C. G., Henriques, C., Gomes, P. M. e Cunha, T. C. e (2021). *A Liberdade por Princípio. Estudos e testemunhos em Homenagem a Mário Mesquita*. Tinta-da-China.
- Sousa, H. (2005). Recensão do livro *O Quarto Equívoco – O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, de M. Mesquita, *Comunicação e Sociedade*, 7, 255-258. [https://doi.org/10.17231/comsoc.7\(2005\).1221](https://doi.org/10.17231/comsoc.7(2005).1221)
- Williams, R. (1985). *Culture and Society 1780-1950*. Penguin Books.

O perfil da imprensa dos Açores no século XIX

SUSANA SERPA SILVA

Introdução

Ao longo do século XIX, o papel e a influência da imprensa na Europa, bem como a sua difusão, que muito se deveu aos progressos técnicos – como a invenção da prensa mecânica e os avanços a nível da ilustração – terão levado Balzac assim como outros seus contemporâneos a classificar os jornais como o “quarto poder” (Berstein & Milza, 1997, p. 68). Se nas primeiras décadas da centúria a imprensa dirigia-se a um público restrito, urbano, abastado e culto, diretamente associado à vida política; a partir dos anos 30 e 40, em alguns países, com o incremento da instrução, a descida do preço dos jornais e a relativa liberalização da vida política, o número de potenciais leitores aumentou e, a pouco e pouco, foram surgindo os periódicos precursores dos jornais modernos (Berstein & Milza, 1997, p. 68). “Os jornais segmentaram estes públicos mais inclusivos por género, idade, e classe, desenvolvendo novos tipos de conteúdo para reunir leitores específicos que poderiam por sua vez ser vendidos aos anunciantes”¹ (Barnhurst & Nerone, 2009, p. 20). Por outras palavras, como refere Alejandro Quintero (1996, pp.10-11) “com o desenvolvimento da ‘imprensa barata’ no século XIX, o jornalismo começou a tornar-se um fenómeno de massas (ainda que não se possa falar propriamente de comunicação de massas...)”. Assim, se foram importantes os progressos técnicos, também o foi a vertente sociocultural.

1 A tradução desta frase assim como de outras passagens em língua estrangeira citadas neste texto e vertidas para língua portuguesa é da responsabilidade das editoras.

Em Portugal, a diversificação e segmentação da imprensa periódica “constituiu o principal eixo de desenvolvimento do jornalismo português no século XIX”, pois na sequência da Revolução de 1820 o país experimentou a liberdade de imprensa (Sousa & Lima, 2021, pp.45-46). Por consequência, periódicos educativos e empenhados na promoção da cidadania, “periódicos políticos, especializados, noticiosos e político-noticiosos compuseram uma paisagem mediática diversa, dinâmica e atraente para um público que, apesar das reduzidas taxas de alfabetização e da pobreza, ia crescendo” (Sousa & Lima, 2021, p. 46). Os jornais políticos e político-noticiosos tornaram-se preponderantes, até à implantação da República, como, aliás, sucedia na maioria dos países ocidentais. Além disso, a melhoria das comunicações e dos serviços de correio e telégrafo, durante o Fontismo, aceleraram a sua circulação no território nacional.

Nos Açores de oitocentos, apesar dos constrangimentos resultantes da insularidade, os jornais também se tornaram num relevante veículo de comunicação e de informação, ao serviço de correntes de opinião e da defesa de causas, dando voz às elites locais e aos “clamores deste povo” – como escreveu Carlos Cordeiro (2009, p. 47). Na segunda metade da centúria verificou-se um notável incremento do número de periódicos ainda que muitos tivessem uma efémera duração.

O primeiro levantamento sistemático da imprensa periódica açoriana foi elaborado ainda no século XIX e veio a público no II volume do *Arquivo dos Açores*, datado de 1880 (Arquivo dos Açores, 1986, pp. 485-515)². Trata-se de uma listagem dos jornais publicados nas diversas ilhas, entre 1830 e 1881, com os títulos, início e fim da publicação (quando era o caso) e características fundamentais (formato, responsáveis, tipografia, periodicidade e tipologia) (figura 1). Em 1886, com a publicação do volume VIII, a listagem seria revista e atualizada e precedida de uma “notícia”, da autoria do terçereirense José Joaquim Pinheiro, sobre a introdução da imprensa nos Açores (Arquivo

2 No fim da listagem o editor anota: “Para confeccionar a lista dos Jornais Açorianos aproveitaram-se em grande parte as notícias contidas no *Anuário Português* do Sr. João José de Sousa Telles; nos *Almanaques Insulanos* para 1874 e 75 pelos Srs. A. Gil, Augusto Ribeiro e F. J. Moniz de Bettencourt, e nos *Almanaques do Arquipélago dos Açores* para 1865, 1866 e 1867, pelo Sr. F. M. Supico; bem como os apontamentos manuscritos do mesmo Senhor e alguns outros do Sr. José Botelho de Melo. Recebem-se com reconhecimento quaisquer adições, correcções ou emendas, tendentes a aperfeiçoar estas listas, ainda deficientes, a fim de serem oportunamente publicadas”. (Arquivo dos Açores, 1986, pp. 514-515).

dos Açores, 1982a, pp.485-556). No volume IX do *Arquivo*, publicado em 1887, Ernesto Rebelo, nas suas “Notas Açorianas”, apresentaria um quadro sinóptico dos jornais publicados no distrito da Horta, entre 1857 e 1886, com notas sobre a introdução da imprensa nas ilhas do Faial e do Pico (*Arquivo dos Açores*, 1982b, pp. 38-49).

Ora, este interesse do editor e dos colaboradores do *Arquivo dos Açores* em torno da imprensa só pode ser entendido como uma manifestação da consciência da importância que tinham os jornais como fonte histórica, o que, aliás, vai ao encontro do que consta do frontispício do supracitado *Arquivo*: “publicação periódica destinada à vulgarização dos elementos indispensáveis para todos os ramos da História Açoriana”. Será também esta consciência da imprescindibilidade da consulta da imprensa para a investigação histórica que levará Ernesto do Canto a constituir uma importantíssima coleção de jornais açorianos, publicados no século XIX, que deixaria em testamento à Biblioteca Pública de Ponta Delgada. A partir da sua morte e durante alguns anos, esta Biblioteca e *Arquivo* não conseguiu atualizar a coleção, pelo que se notam falhas importantes neste acervo, a partir do início do século XX.

Além do *Arquivo dos Açores*, outros estudos sobre a imprensa periódica açoriana têm vindo a ser publicados, embora em número não muito alargado³, dado que, no caso do arquipélago, os jornais têm, progressivamente, assumido maior relevância enquanto fonte histórica, do que como objeto de estudo. Esta particularidade comprova-se pelo número de trabalhos académicos que têm a imprensa como fonte principal de investigação, e isto não só nas áreas disciplinares da História, mas também em pesquisas de outras áreas científicas em que os enquadramentos e perspetivas históricas são considerados essenciais. Como refere Marialva Barbosa (2018):

3 Por exemplo (e sem se procurar ser exaustiva): *No Centenário do Diário dos Açores – A Ribeira Grande e a sua imprensa* de Carreiro da Costa (Costa, 1970a); “No 1º Centenário da Introdução do Jornalismo e a Imprensa em Vila Franca do Campo” também de Carreiro da Costa (Costa, 1970b); *Imprensa na ilha das Flores (a história possível)* de Francisco António N. P. Gomes (Gomes, 1985); *História dos Jornais editados em S. Jorge* de José Rodrigues Ribeiro (Rei Bori) (Ribeiro, 1985); “Para a história da imprensa nos Açores” de Maria da Conceição Vilhena (Vilhena, 1992, pp.207-214); “Jornais Antigos dos Açores” de M. J. Andrade (Andrade, 1989, 18 de abril, sp); “Aspectos da Vida Social e Cultural Micaelense na segunda metade do século XIX” de Susana Serpa Silva (Silva, 2000); “No tricentenário da introdução da imprensa no Faial: uma breve nota de registo” de Ricardo Manuel Madruga da Costa (Costa, 2007); *O Poder e o Discurso da Imprensa Quotidiana nos Açores* de António Brandão Moniz (Moniz, 2000).

A comunicação pode oferecer referências teóricas e metodológicas para lidar com o conhecimento histórico sobre a imprensa em particular e sobre os media em geral. Podemos até considerar que ao realizar os seus estudos “sobre o presente” ao longo de cerca de 50 anos a comunicação estaria também a produzir a história do tempo à medida que passa. (Barbosa, 2018, p. 24)

1. A imprensa açoriana no século XIX

O surgimento da imprensa nos Açores remonta a fevereiro de 1829, integrado no contexto das lutas liberais. Deve-se aos exilados portugueses em Londres, apoiantes da causa liberal, o transporte, para a ilha Terceira, dos primeiros “tipos, prelo e mais pertences”, vindos de Plymouth, em Inglaterra, a bordo da galera americana *James-Cropper*. Este material tipográfico, desembarcado, em Angra, na ilha Terceira, fora adquirido, em leilão, por ordem do Marquês de Palmela, com a finalidade de servir a futura Regência, que viria a instalar-se na ilha, em nome da Rainha e da Carta Constitucional (Arquivo dos Açores, 1982a, p. 486).

A imprensa trazia duas folhas aproximadamente de tipo com algum uso, de *leitura* (hoje corpo 12), redondo e grifo, e algum tipo novo daquele corpo; pouco mais de meia folha de *brevariario* (corpo 8); talvez um quarto de folha de *texto* (corpo 16), tipo de maior grandeza para títulos – linhas de zinco, algumas vinhetas, componedores, réguas de madeira, boladeiras, ramas e prelo com seus pertences para o serviço de impressão. (Arquivo dos Açores, 1982a, p. 486).

O equipamento foi depositado no Castelo de S. João Baptista, no Monte Brasil e, no vestíbulo do palácio do governador, foi montada a prensa, cuja direção foi atribuída ao alferes de Infantaria n.º 13, Pedro Alexandrino da Cunha (1801-1850), futuro governador-geral de Angola e de Macau. A este subordinava-se o subdiretor, Simão José da Luz Soriano, estudante de Matemática, na Universidade de Coimbra, que ficara na ilha com o intuito de servir a causa liberal. Foi este o motivo que levou os dois jovens a abraçarem as artes tipográficas, que ainda não dominavam.

Na sequência das primeiras experiências, circularam folhas avulsas e noticiosas, relacionadas com os exilados liberais em Inglaterra. Depois, chegaram a Angra dois compositores de profissão e um impressor, a que se

associaram outros auxiliares, requisitados entre os praças do batalhão de voluntários ou entre os prisioneiros miguelistas, derrotados na Batalha da Praia de 11 de agosto de 1829 (Arquivo dos Açores, 1982a, pp. 487-488).

Pouco tempo depois, mudou-se o prelo para um edifício da Rua da Sé, onde, a 14 de abril de 1830, saiu o primeiro número da *Crónica da Terceira*, órgão oficial da Regência e que foi o primeiro periódico a publicar-se no arquipélago (figura 2). O redator deste semanário era Simão José da Luz Soriano que, a partir dos números 12, 13, abandonou as funções por desentendimentos com o Marquês de Palmela. Da mesma prensa, saíam documentos e compilações oficiais, a *Carta Constitucional* de 1826 e ainda a *Folhinha da Terceira*, para os anos de 1831 e 1832, com a colaboração de José António Guerreiro, Bernardo Sá Nogueira (futuro Marquês de Sá da Bandeira) e Luz Soriano (Arquivo dos Açores, 1982a, p. 489).

A 23 de abril de 1832, já com a presença de D. Pedro nas ilhas, o prelo foi transportado para Ponta Delgada, juntamente com a expedição liberal. Nesta cidade, foi publicada *A Crónica. Semanário dos Açores* (números 39, 40 e 41) até ao mês de junho, quando as tropas do Exército Libertador partiram com destino ao Mindelo. Pouco tempo depois, na sequência da criação da Prefeitura dos Açores, com sede em Angra, o prelo regressou à ilha Terceira, onde, sob a direção de João de Sousa Ribeiro, coadjuvado pelos irmãos João e Manuel de Sousa Pereira, iria imprimir *A Crónica dos Açores*, ao longo de 1833 (figura 3). Seguiu-se a publicação da *Crónica Constitucional de Angra* (1834-1835) (figura 4), que teve como redator o bacharel António Moniz Barreto Corte-Real, responsável pela transferência da prensa para a Casa da Prefeitura (Arquivo dos Açores, 1886, p.490).

Entre 16 de março e 26 de agosto de 1835, foi publicada a *Sentinela Constitucional nos Açores*, que viria a designar-se apenas como *A Sentinela*. Este seria o primeiro jornal político conservador terceirense, que se envolveu em acesas polémicas com o periódico *O Liberal*, de cariz progressista, fundado a 29 de março do mesmo ano. As disputas político-partidárias levaram o Prefeito a proibir a publicação dos jornais na tipografia da Prefeitura, o que levou o Visconde de Bruges a mandar comprar, em Lisboa, um novo prelo que mandou instalar numa casa junto ao Alto das Covas (Arquivo dos Açores, 1982a, pp. 491). Daqui sairia o primeiro número de *O Observador*, datado de 14 de abril de 1836 e de feição cartista. Entretanto, em Ponta Delgada, iniciara-se, a 18 de abril de 1835, a publicação do semanário *O Açoriano Oriental* – assim

batizado em alusão ao grupo de ilhas e à província (futuro distrito) onde surgiu. Nada faria adivinhar a sua longevidade, nem que se tornaria, em pleno século XXI, no mais antigo jornal português, em publicação (Silva, 2011).

Não obstante a diversidade de títulos, num tão curto espaço de tempo, a introdução da imprensa, nos Açores, foi tardia em relação ao continente, acusando um atraso de quase dois séculos, se tivermos em conta que a primeira gazeta, de Lisboa, começou a circular em 1641. A viragem para a Monarquia Constitucional, sobretudo após 1834, foi, pois, decisiva para o incremento da imprensa em todo o reino e nas ilhas. Como refere José Guilherme Reis Leite:

O ano de 1835 foi crucial para o jornalismo açoriano, não só pelo aparecimento de novos jornais mas sobretudo pela diversificação, pela conquista de novos públicos, pelo amadurecimento dos jornalistas, também pela reorganização dos quadros técnicos e pelo impulso para investimentos particulares nas tipografias. (Leite, 2009, p. 109)

Nos anos 30 de oitocentos inaugurou-se a era do jornalismo insular, ainda que, como se pode verificar no quadro 1⁴, com marcantes clivagens temporais entre as ilhas.

Quadro 1: Os mais antigos jornais publicados em cada ilha dos Açores

ILHA	ANO	JORNAL
Santa Maria	1885	<i>O Mariense</i>
S. Miguel	1835	<i>O Açoriano Oriental</i>
Terceira	1830	<i>A Crónica da Terceira</i>
Graciosa	1894	<i>A Ilha Graciosa</i>
S. Jorge	1871	<i>O Jorgense</i>
Pico	1874	<i>O Picoense</i>
Faial	1857	<i>O Incentivo</i>
Flores	1886	<i>O Amigo do Povo</i>

Fonte: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada – Coleção de Periódicos.

4 Os quadros apresentados tiveram como elementos de análise a base de dados a que já aludimos.

Se os centros urbanos de Angra do Heroísmo, de Ponta Delgada e da Horta concitaram o surgimento dos mais antigos periódicos açorianos nas ilhas Terceira, S. Miguel e Faial, respetivamente em 1830, 1835⁵ e 1857, apenas na década de 70 ressalta a publicação de jornais em S. Jorge e no Pico e, ainda mais tarde, já nos anos 80, nas ilhas de Santa Maria e Flores, e, por fim, na década de 90, na Graciosa⁶, permanecendo a ilha do Corvo sem qualquer iniciativa desta natureza.

A hegemonia das capitais dos distritos e das vilas mais populosas ou nucleares de cada ilha no tocante à publicação de periódicos não terá sido uma singularidade arquipelágica. No entanto, não podemos deixar de salientar que outros núcleos populacionais, menos representativos, chegaram a manter uma publicação periódica, como são os casos das Capelas e dos Fenais da Luz, em S. Miguel ou dos Flamengos e Santo Amaro, no Faial⁷.

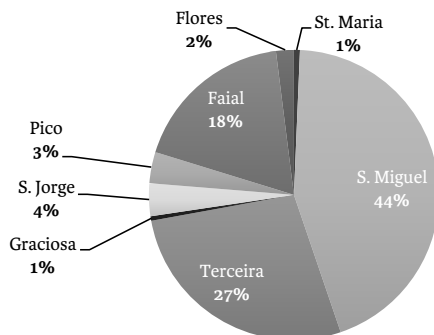
Dos mais de 500 jornais publicados entre 1830 e 1926, dos quais alguns persistiram até hoje – como os micalenses *Açoriano Oriental*, *Diário dos Açores* e *Correio dos Açores* –, destaca-se, de facto, com alguma distância, em número e variedade de títulos a imprensa da ilha de S. Miguel, seguida pela Terceira e Faial, como se pode comprovar pela análise do Gráfico 1. As ilhas da Graciosa e de Santa Maria foram as que contabilizaram menor número de publicações.

5 Embora consideremos *O Açoriano Oriental*, pela sua regularidade e longevidade, como o primeiro periódico micalense, no entanto, não podemos deixar de mencionar que, em 1832, tendo a expedição liberal transportado para a ilha de S. Miguel a máquina tipográfica, nesta foram impressos e publicados os n.ºs. 39, 40 e 41 de *A Crónica, Semanário dos Açores*. Esta mesma publicação terminou em junho desse ano com a partida do Exército Libertador. (Arquivo dos Açores, 1982a, p. 490; Sousa, s.d.).

6 Refira-se que, entre 4 de agosto (n.º 12) e 17 de setembro de 1866 (n.º 17), foi publicado em Santa Cruz da Graciosa o jornal *O Futuro*. Tratou-se, no entanto, de uma situação decorrente da permanência do seu diretor naquela ilha no período referido. Até ao n.º 11, inclusive, o jornal foi publicado em Angra do Heroísmo. Ainda que o *Arquivo dos Açores* considere que se tratou do primeiro jornal a ser publicado naquela ilha, o facto é que não se tratou de uma iniciativa local, mas sim fruto das circunstâncias. (Arquivo dos Açores, 1982a, p.533).

7 A saber, respetivamente: *O Micalense*, de 1905; *O Fenaense*, de 1911; *Voz do Campo*, de 1924; *O Futuro*, de 1924 a 1926.

Gráfico 1: Volume de jornais publicados, por ilha, entre 1830 e 1926.



Fonte: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada – Coleção de Periódicos.

Se na Terceira, como referimos, as lutas liberais despoletaram os primórdios da imprensa, no Faial, em 1857 – no mesmo ano da publicação de *O Incentivo* – foi fundado *O Fayalense* que se publicou até 1892. Até finais da década de 80 deram-se ao prelo 54 jornais nesta ilha, o que, de acordo com Carlos Lobão:

esteve também indubitavelmente associado ao “gosto pelas letras” (...), o que nos leva a concluir que desde novos estes “intelectuais activos” eram “portadores de dois vícios – o gosto pelo livro e pela letra redonda (jornalismo) – resultantes de uma efervescência literária que marcou a Horta na segunda metade de oitocentos. (Lobão, 2009, p. 173)

Da ilha do Faial partiram as artes tipográficas para a vizinha ilha do Pico. A primeira tipografia terá surgido na vila das Lajes, em 1874, para publicação de *O Boletim Judicial* (1879) e a segunda na vila da Madalena onde, a partir de dezembro de 1874, se lançou *O Picoense*. Em S. Miguel a concentração da riqueza e de população, onde se configuravam influentes correntes de opinião – ainda que confinadas a um exíguo público leitor – explicará o elevado número de publicações. Ao longo do século XIX, terão surgido mais de 150 títulos, na sua maioria hebdomadários. 83% foram publicados em Ponta Delgada e os restantes, primordialmente, na Ribeira Grande e Vila Franca.

Como refere José Manuel Tengarrinha (1989, p.231) os jornais nasciam da iniciativa e das motivações de restritos grupos de cidadãos, pelo que “o chefe de redação era o verdadeiro espírito e a alma da publicação”.

Atente-se no caso emblemático de o *Açoriano Oriental*. Fundado por um grupo de cidadãos, ligados à vida política e à Maçonaria, de entre os quais se destacaram Manuel António de Vasconcelos e seu irmão José Maria, o objetivo era seguir uma linha de modernidade e de reformismo progressista. Porém, as dificuldades foram inúmeras e não fosse o empenhamento e a resiliência dos sucessivos diretores e proprietários, o jornal teria fenecido pouco anos depois da sua fundação.

(...) grande parte da história deste periódico (...) é um repositório de constrangimentos financeiros, de dificuldades de produção que atestam, sobremaneira, a tenacidade exemplar dos seus colaboradores e mentores, cujos percursos de vida de alguns deles quase se confundem com o do jornal. O *Açoriano Oriental* é o mais premente exemplo da forte e abnegada tradição jornalística micalense e açoriana, em geral, em tempos em que o jornalismo era encarado com alguma displicência (...). (Silva, 2011, p. 207)

A luta político-partidária, primeiro entre partidos monárquicos, depois entre republicanos ou socialistas e o regime decadente terá sido um dos estímulos primordiais responsáveis pelo surgimento de múltiplos periódicos, igualmente atreitos à denúncia das dificuldades insulares e à defesa dos interesses locais, pois dar voz às reivindicações dos açorianos constituía uma prioridade. Em Ponta Delgada, durante o período do Rotativismo, progressistas eram o *Diário dos Açores*, de Tavares de Resende e o *Correio Micalense* de que Caetano de Andrade Albuquerque era redator. Regeneradores eram *A Persuasão*, de Francisco Maria Supico e o *Campeão Popular*. Em 1880, a *República Federal* tornou-se o órgão do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada. Nos finais da centúria, sobressaíram, em S. Miguel, os periódicos consagrados aos ideais e ao movimento autonómico tão significativo para os insulares: *A Autonomia dos Açores* (1893-95) dirigido por Gil Mont’Alverne de Sequeira ou *A Autonomia*, em cujas colunas dissertava Aristides Moreira da Mota.

Tal como no continente, também nos Açores, em particular na ilha de S. Miguel, (ver quadro 2), a imprensa noticiosa e de cariz político foi preponderante até à Primeira República. Os principais jornais, já com tipografia

própria, tornaram-se, sobretudo a partir de meados da década de 1840, em vozes públicas dos partidos políticos embrionários ou de outras organizações. “Os artigos políticos, nomeadamente o artigo de fundo, antepassado do editorial, tornaram-se o vértice dos conteúdos dos jornais políticos” (Sousa & Lima, 2021, p.46).

Nos Açores, podemos, pois, destacar a dimensão reivindicativa da imprensa junto do poder central. Ligados, naturalmente, aos interesses locais, os jornais açorianos, de pendor regionalista, pugnavam pela solução dos problemas estruturais ou conjunturais que assolam as respetivas populações ou apresentavam propostas inovadoras para o desenvolvimento das ilhas. Muitas vezes, porém, as “leituras” sobre estes interesses, as propostas de solução para os problemas ou, até mesmo, o reconhecimento da sua existência são motivo de discussão pública e acalorado debate. Aliás, as fidelidades partidárias, o fermento ideológico, os interesses de grupo, as rivalidades interinsulares não podiam deixar de conduzir à discordância. De qualquer modo, na história da imprensa insular não deixamos de encontrar movimentos de fundo que alcançam a quase unanimidade da “opinião publicada”. Se olharmos, por exemplo, os jornais da segunda metade do século XIX, podemos verificar as críticas acérrimas ao governo de Lisboa e à então designada “pátria madrastra”. Com efeito, as cíclicas crises socioeconómicas eram denunciadas na imprensa, clamando-se por apoio do governo e apelando-se por justiça. Pode, talvez, falar-se de “uma noção ressentida da diferença”, que se foi plasmando no seio da sociedade açoriana, muito por força do papel da imprensa (Cordeiro, 2009).

No entanto, a preocupação de informar e formar o público leitor, através de noticiário regional, nacional e do estrangeiro, também esteve subjacente ao aparecimento de uma boa parte da imprensa insular, dedicada ainda, com maior ou menor especificidade, a questões religiosas, culturais, pedagógicas, lúdicas e até à publicidade, como o *Diário de Anúncios* de que foi diretora a pioneira Alice Moderno. A publicidade foi-se tornando numa das principais fontes de receita – senão a principal – acabando por vir a influenciar o formato dos próprios periódicos (grande formato), como afirmam Jorge Pedro Sousa e Helena Lima (2021).

Entre a diversidade de publicações podemos encontrar ainda jornais dedicados à agricultura e à difusão de ideias fisiocráticas, como *O Agricultor Micaelense* (SPAM), outros de cariz caricatural e burlesco como o *O Binóculo*

(1882-84) e o *Pist!* (1886-87) ou de perfil literário como *O Filólogo* e *O Santelmo* (1859-60). A propagação da imagem e o progresso no ensino e na prática do desenho, nas ilhas de S. Miguel e Terceira, permitiram à caricatura e ao desenho humorístico/satírico tornarem-se numa arma poderosa, eficiente e até perigosa, como aponta Ana Filipa Olimpo (Moscatel & Silva, 2018, p. 128).

Quadro 2: Tipologias de jornais micalenses (1835-1910).

Tipologias de jornais	Totais
Generalistas/noticiosos	109
Políticos	32
Religiosos	14
Culturais/Literários	14
Judiciais	2
Humorísticos/Caricaturistas	16
Académicos	5
Publicitários	10
Económicos	4
Outros	4

Fonte: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada – Coleção de Periódicos.

Nota: Alguns surgiram antes de 1910, mas terminaram depois da implantação da República.

Não há dúvida de que o século XIX foi assaz profícuo no número e diversidade de periódicos publicados no arquipélago, atestando o sentido de cidadania ativa e empreendedora então vigente, “por parte de alguns proprietários locais e também de uma emergente classe média, letrada, associada à pequena propriedade e ao funcionalismo público” (Moscatel & Silva, 2018, p.127). No geral, as publicações foram surgindo com conteúdos mais individualizados e com uma escrita mais apurada, devido à colaboração de alguns intelectuais e figuras socialmente proeminentes (Rodríguez, 1996, p.360). As transcrições de outros periódicos nacionais, as publicações

de correspondentes e os artigos de autor foram aumentando, de década para década, nos jornais açorianos.

Ainda que muitos dos jornais tenham tido uma duração muito fugaz⁸ – cingindo-se a poucos meses ou não ultrapassando um ano ou dois de existência – é evidente o destaque das décadas de 80 e 90 onde a publicação de diários, semanários e revistas atingiu os valores mais elevados. Aliás, é perfeitamente clara a evolução da imprensa periódica insular: de um gradual percurso ascendente até aos anos 80 – e não obstante o significativo número de novos jornais dados ao prelo nos anos 90 –, a partir desta década assistiu-se ao percurso inverso, com uma sequencial diminuição de publicações. Como menciona Joaquim Machado (2009, p.419), “a sobrevivência dos periódicos estava, naturalmente, indexada à sua viabilidade financeira”, ou seja, ao número de leitores, às tiragens, aos anúncios (como já referimos) e aos meios técnicos. Ora, a dificuldade em fidelizar assinantes, o elevado índice de analfabetismo, os custos de manutenção das tipografias, a profusão de títulos eram causas mais do que suficientes para a “morte súbita” de muitos jornais. A escassez de papel e de tintas também se afigurou como outro grave problema, agudizado durante o período da Primeira Guerra Mundial.

Considerações finais

Apesar dos constrangimentos, é incontestável o dinamismo da imprensa açoriana no século XIX, bem como a sua capacidade reivindicativa que, mesmo de forma lenta e gradual, concorreu para o desenvolvimento das ilhas. Pelas páginas dos periódicos dos Açores passaram as grandes questões e os principais temas da atualidade coeva, enquanto nos bastidores era total a dedicação de grupos de opinião e de cidadãos empenhados na querela política ou na defesa dos interesses locais. Por isso, através da consulta dos jornais “históricos”, digamos assim, o investigador, munido de atento e assertivo espírito crítico, tem acesso à vida quotidiana das comunidades, aos hábitos de consumo das populações, à propaganda, ao debate político, aos movimentos de

8 Por exemplo: *A Faísca* (janeiro a agosto de 1881); *O Futuro* (de fevereiro a setembro de 1881); *O Académico* (de março a maio de 1885); *O Tio Braz* (de agosto de 1885 a março de 1886); *O Recreio* (de janeiro a novembro de 1892), entre muitos outros.

legitimação da autonomia e do regionalismo, aos movimentos de solidariedade, aos eventos mais significativos, a dados estatísticos e informações úteis, sem esquecer as notas de carácter científico e o gosto da época configurado nos folhetins dados ao prelo.

Por outro lado, através dos próprios jornais, pode-se elaborar a história da imprensa periódica local, se nos ativermos às suas características físicas e editoriais, à periodicidade, à análise prosopográfica de quem assumiu as tarefas essenciais, bem como às próprias peripécias em torno da existência dos mesmos (mudanças na imagem, de instalações, de proprietários, entre outras). Por último, o cotejo com a legislação em curso permite ainda compreender questões relevantes como as da liberdade de imprensa ou sua limitação. Uma parte considerável da história do jornalismo assenta em “relatos comemorativos da ascensão da imprensa [que] eram também patrióticos, influenciados por um sentido de triunfo do governo democrático e da liberdade de imprensa” (Barnhurst & Nerone, 2009, p. 19). Sentido patriótico ou regionalista e liberdade de imprensa estão, pois, também presentes no periodismo açoriano.

Em suma, trata-se de um vastíssimo campo de estudo, enquanto reflexo de sociedade insular e, ao mesmo tempo, motor de progresso e de construção de uma “consciência açoriana”.

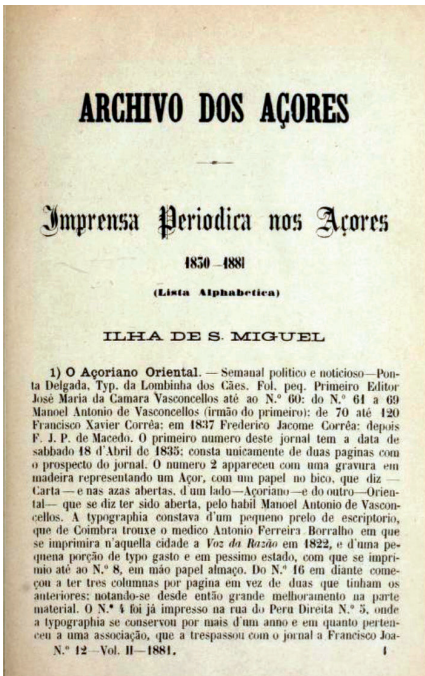


Figura 1: Primeira página da listagem de jornais publicada no volume II do Arquivo dos Açores em 1880. Fonte: Internet Archive.

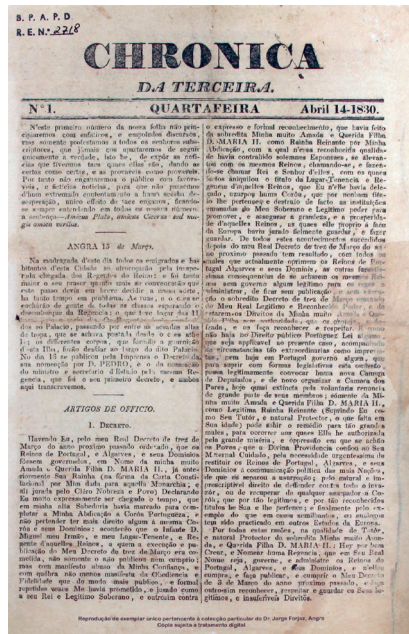


Figura 2: Chronica da Terceira, número 1, 14 de abril de 1830. Fonte: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, Coleção de Periódicos.

Referências

- Andrade, M. J. (1989, 18 de abril). Jornais Antigos dos Açores. *O Açoriano Oriental* n.º 9698, sp.
- Arquivo dos Açores (1986). *Arquivo dos Açores, vol.II, edição fac-similada*. Universidade dos Açores.
- Arquivo dos Açores (1982a). *Arquivo dos Açores, vol.VIII, edição fac-similada*. Universidade dos Açores.
- Arquivo dos Açores (1982b). *Arquivo dos Açores, vol.IX, edição fac-similada*. Universidade dos Açores.
- Barbosa, M. (2018). A history of the press (and journalism): wondering through research paths. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 41, n.º 2, 21-35.
- Barnhurst, K. G. & Nerone, J. (2009). Journalism History. In K. Wahl-Jorgensen & T. Hanitzsch (eds.), *The Handbook of Journalism Studies* (pp. 17-28). Routledge.
- Berstein, S. & Milza, P. (eds) (1997). *História do Século XIX*. Publicações Europa-América.
- Cordeiro, C. & Silva, S. S. (2009). Introdução. In C. Cordeiro & S. S. Silva (eds). *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o contributo dos Açores* (pp. 9-18). CEGF/Universidade dos Açores, CEIS20/Universidade de Coimbra.
- Cordeiro, C. (2009). A Imprensa Açoriana (1851-1870) e os ‘clamores deste povo’. In C. Cordeiro & S. S. Silva (eds). *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o contributo dos Açores* (pp. 147-156). CEGF/Universidade dos Açores, CEIS20/Universidade de Coimbra.
- Costa, C. (1970). No Centenário do “Diário dos Açores” – A Ribeira Grande e a sua imprensa. *Diário dos Açores*.
- Costa, C. (1970). No 1º Centenário da Introdução do Jornalismo e a Imprensa em Vila Franca do Campo. *Insulana*, vol. XVII, 141-179.
- Costa, R. M. M. (2007). No tricinquentenário da introdução da imprensa no Faial: uma breve nota de registo. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, n.º 16, 173-174.
- Gomes, F. A. N. P. (1985). *Imprensa na ilha das Flores (a história possível)*. Câmara Municipal das Lajes das Flores.
- Leite, J. G. R. (2009). Jornais e Política em Angra (1833-1836). In C. Cordeiro & S. S. Silva, (eds). *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o contributo dos Açores* (pp. 109-125). CEGF / Universidade dos Açores, CEIS20 / Universidade de Coimbra.
- Lobão, C. (2009). ‘Quinto Poder’- a imprensa faialense entre 1857 e 1893. In C. Cordeiro & S. S. Silva, (eds). *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o contributo dos Açores* (pp. 157-181). CEGF / Universidade dos Açores, CEIS20 / Universidade de Coimbra.

- Machado, J. (2009). A Imprensa Micaelense (1890/1910). In C. Cordeiro & S. S. Silva, (eds). *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o contributo dos Açores*. CEGF / Universidade dos Açores, CEIS20 / Universidade de Coimbra.
- Moniz, A. B. (2000). *O Poder e o Discurso da Imprensa Quotidiana nos Açores*. Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Moscatel, C. & Silva, S. S. (2018). Imprensa caricaturista dos Açores (S. Miguel) nos finais do século XIX. In J. Yanes & L. Carrascosa (eds). *Historia y Comunicación en la Macaronesia. Actas del III Congreso Internacional: Historia del Periodismo Canario* (pp. 125-152). Ediciones Densura.
- Quintero, A. P. (ed) (1996). *História da Imprensa*. Planeta Editora.
- Rodrigues, J. (1985). *História dos Jornais Editados em S. Jorge*. J. R. Ribeiro.
- Rodríguez, A. P. (1996). História do Jornalismo Português. In A. P. Quintero, (ed.). *História da Imprensa* (pp. 351-396). Planeta Editora.
- Silva, S. S. (2000). Aspetos da Vida Social e Cultural Micaelense na segunda metade do século XIX. *Arquipélago-História, 2ª Série, vol. IV, n.º 2*.
- Silva, S. S. (2011). *Açoriano Oriental, 1835-2000*. Açormedia.
- Sousa, J. P. & Lima, H. (2021). *Jornalismo do século XIX: da Monarquia à República*. In C. Batista, J. P. Sousa & C. Azevedo, Para uma história do jornalismo em Portugal II (pp.45-62). ICNOVA. <https://coleccionnova.fcsh.unl.pt/index.php/icnova/article/view/5/5>
- Sousa, J. S. (s.d.). Imprensa Açoriana, in Enciclopédia Açoriana. Direção Regional da Cultura, Governo dos Açores. <https://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=7655>
- Tengarrinha, J. M. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Caminho.
- Vilhena, M. C. (1992). Para a História da Imprensa nos Açores. In *Colóquio sobre o Livro Antigo. Lisboa, 23-25 de maio de 1988. V Centenário do livro impresso em Portugal 1487-1987: actas* (pp. 207-214). Biblioteca Nacional.

Outras fontes

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD). Coleção de Periódicos.

A imprensa católica açoriana nas primeiras três décadas do século XX

JOSÉ PAULO MACHADO

Introdução

Nesta publicação, apresento alguns pontos que considero fulcrais para alumiarmos a produção jornalística respeitante aos órgãos da imprensa católica açoriana, surgidos nas três primeiras décadas do século passado.

No corpus empírico da minha dissertação para doutoramento, pude conviver diariamente com o estudo dos dezassete periódicos editados nas primeiras três décadas do século passado, somando um total de 5132 títulos consultados.

Os dezassete órgãos de imprensa escrita, ligados à Diocese de Angra nascidos nesse arco temporal, constituem uma realidade desconhecida (ousamos dizê-lo) da maior parte dos estudiosos da imprensa açoriana. Este trabalho tem o condão de redescobrir títulos que confirmam a identidade de uma bimilenária instituição que nunca deixou de se implantar na esfera pública, mesmo em circunstâncias sociopolíticas pouco favoráveis. O Papa que deu origem a esta tentativa de estribar a Igreja na esfera pública, por todo o orbe católico, foi Leão XIII. Foi devido à sagacidade deste Papa que se deve a grande intuição de se apostar na imprensa como um veículo imprescindível de implantação da Igreja no mundo.

Se formos a ver, foi deveras impressionante o fluxo de periódicos açorianos que freneticamente surgiam por todas as ilhas, à exceção de Santa Maria, Flores e Corvo, no arco temporal que vai de 1900 a 1926. Alguns deles, diga-se em abono da verdade, padeceram de uma existência francamente efémera,

durando por vezes semanas. Tudo era incipiente, pobre e esforçado. Melhor triangulação de adjetivos não poderia existir para classificar as redações da maior parte destes periódicos: incipientes, pobres e esforçados.

Quisemos estruturar este capítulo, cotejando quatro aspetos determinantes da imprensa católica açoriana: as origens do periodismo católico açoriano; o conceito da *Boa Imprensa*, imprescindível para conhecermos o porquê do investimento ocorrido nos jornais católicos açorianos; a identidade da imprensa regional católica; e, por último, o Congresso dos Jornalistas Açorianos, algo decisivo que acabou com a pulverização de órgãos de imprensa por todo o arquipélago. Foi a partir daí que se apostou decisivamente numa edição jornalística concentracionária para a Diocese açoriana – o diário *A União*.

1. Periodismo católico açoriano. Origens

Se quisermos mergulhar nas origens do periodismo açoriano temos necessariamente de nos socorrer dos estudos de Mesquita (1998). Segundo o homenageado desta publicação, a chegada da imprensa ao arquipélago, bem como a sua posterior evolução, esteve impreterivelmente associada a revoluções, às circunstâncias que alteraram o curso da história insular, havendo, inclusive, na sua ótica, uma notória ligação do fluxo periodista às convulsões de ordem política nacional com os seus consequentes efeitos na ordem política regional. Mesquita (1998, p.26) encontra, assim, no “gene” revolucionário liberal o “quilómetro zero” da imprensa nos Açores. Segundo o nosso homenageado, a reorganização liberal operacionalizada por D. Pedro IV nas ilhas, na primeira metade do século XIX, deu origem ao “desembarque” dos jornais nas nove ilhas atlânticas, transportados “na bagagem do exército liberal”.

Deixamos como nota histórica que antecedeu o nascimento dos dezasseis órgãos de imprensa católicos de 1900 a 1926, uma menção aos seus antepassados adâmicos, aqueles que foram os pioneiros da presença cristã no periodismo insular, nas duas maiores ilhas do arquipélago. São eles na ilha de São Miguel *O Templo: jornal religioso, Moral e Literário*, surgido em Ponta Delgada a 15 de setembro de 1856, tendo o seu ocaso ocorrido a 15 de dezembro de 1857. Na ilha Terceira, também no século XIX, surgiu *O Católico Terceirense: Jornal Religioso e Literário*, nascido em Angra do Heroísmo a 15

de janeiro de 1857, que, tendo uma existência efémera, expirou a 15 de outubro de 1858. Ambos sobreviveram pouco mais de um ano.

No respeitante ao universo do estudo em apreço foram consultados 5132 jornais, entre o período de 1900 a 1926, diários, semanários e revistas mensais de âmbito cultural.

Quisemos adotar, como lente hermenêutica na investigação que nos propusemos realizar aos jornais pertencentes à imprensa católica açoriana, a trilogia biográfica traçada por Tengarrinha (2013, p.23) para a análise periodista: “Porque nasce um jornal? Porque persiste? E porque morre?”. Na senda de Schudson (2010, p.51), “a luta pela existência, num jornal, é a luta pela circulação”.

2. A Boa Imprensa

O Papa Leão XIII iniciou um caminho sucessivamente percorrido por todos os seus sucessores, apesar de este Papa ter a vantagem de o seu pontificado ter durado mais de vinte e cinco anos. Leão XIII foi pioneiro no *aggiornamento* do cristianismo à realidade social de cada nação (Sardica, 2004). Na opinião de Sardica (2004), a intervenção sistemática da Igreja nos problemas da sociedade tem pouco mais de um século e iniciou-se no pontificado de Leão XIII (1878-1903). Na linha deste historiador, entendemos que é precisamente a partir do final da segunda metade do século XIX que se inicia uma abertura da Igreja às possibilidades ímpares que os meios de comunicação proporcionam.

Mergulhando no pensamento do Papa Leão XIII, não será despiciendo afirmar que algo de novo marcou a relação da Igreja com os órgãos de comunicação social: o facto de este Pontífice ter dirigido um inquérito às dioceses do mundo católico, nos primeiros anos do seu pontificado (1878-1903), sobre o estado da imprensa católica em cada uma delas. Os Açores também foram submetidos a esta espécie de “sindicância vaticana”, ao nível do principal meio de comunicação de então. O resultado desta consulta foi a de que, no final do século XIX, a imprensa católica ainda era relativamente escassa no Portugal continental e insular, apesar de existirem vários títulos católicos impressos (Alves, 2012, p.19).

A “boa imprensa”, segundo Leão XIII, foi necessária para a defesa da verdade e para a salvaguarda dos “direitos da Igreja” (Leão XIII, 1951, p.9).

Ora, nesta sequência, depreende-se que este conceito teve na sua génese um intuito também ele político, eivado de uma aspiração: tornar o rosto da Igreja mais visível para o mundo. Repare-se na expressão “direitos da Igreja”. No afã de continuar a ser um púlpito para o mundo, a Igreja, com a “boa imprensa”, envereda por uma dialética, por uma resposta de ataque.

O movimento de angariação de fundos estendeu-se a toda a Igreja, como veremos mais adiante no respeitante às campanhas de angariação, que eram feitas de forma coordenada pelas paróquias a favor da causa da *Boa Imprensa*. Tratava-se, assim, de uma autêntica “cruzada”, caracterizada por muitos matizes sacros que tornavam difícil dissociá-la de outras campanhas pastorais da Igreja.

Foi no Congresso dos Jornalistas Católicos Portugueses de 1905, ocorrido em Lisboa, que se decidiu dar corpo e substância ao projeto leonino da *Boa Imprensa*, através da fundação das comissões diocesanas designadas como Ligas da *Boa Imprensa*. A campanha da *Boa Imprensa*, iniciada por Leão XIII, é entendida, na obra de Manuel (2013, p.164), como uma “causa”, a “causa da *Boa Imprensa*”. Na versão deste autor vários fatores se combinam na constituição desta aspiração periodista da Igreja, salientando-se três ideias fundamentais que lhe dão consistência: a da propaganda, a do apostolado e a da luta contra o erro.

3. Identidade da imprensa “local” ou “regional” católica.

O jornal local e regional tem de forma inata uma proximidade “psicológica ao público, está no seu ADN”. É neste sentido que Correia (1998, p.5) advoga que a imprensa dita de proximidade, a confessional ou não confessional, apresenta um estilo incomparavelmente diferente da imprensa de massas surgida a partir do fluxo de publicidade surgido no século XIX, que acabou por autonomizar muitos órgãos de imprensa quanto à sua sustentabilidade.

A imprensa de proximidade suscita inexoravelmente nos públicos um forte carácter de familiaridade, transformando-se ela própria num agente de promoção do debate sobre as questões mais próximas da vida das pessoas e da comunidade. Há, enfim, muito para além das talas que espartilham a imprensa nos conceitos de local e de regional, um cunho de proximidade tal que, na sua relação (e compromisso) com o desenvolvimento, é um fator de promoção local e de defesa dos valores culturais.

A Igreja, por isso mesmo, não ficou imune a uma das categorias “genéticas” da própria imprensa, na ótica de Molotch & Lester (1993, p.34): o facto de ela corresponder ao desiderato de toda a gente precisar de notícias, à ânsia de um público que notava tornarem-se observáveis realidades que de outra forma ficariam arredadas do entendimento.

O caso do periódico *A União* ilustra precisamente o que acabamos de dizer, uma vez que depois da sua aquisição não houve a fundação ou a aquisição de outros órgãos de imprensa católica no arquipélago açoriano, à exceção do *Correio da Horta* que aparece muito mais tarde.

A análise periodista das três décadas do nosso estudo confirmou a fermentação de um novo modelo de jornal que se concretizou com o lançamento de *A União*.

Para a credibilidade das fontes periodistas, adotámos a descomplexada resposta dada por Sardica (2013) relativamente à consulta dos periódicos como fonte de investigação histórica: “não existe uma história objetiva e científica, absolutamente asséptica” porque “toda a história é feita de provas falíveis” como é também “interpretada por pessoas falíveis” (Sardica, 2013, p.12).

Salientamos também o importante contributo proveniente dos trabalhos académicos publicados na obra editada na Universidade dos Açores – *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o contributo dos Açores* (Cordeiro & Silva, 2009). Esta foi a publicação que, na nossa ótica, constituiu o primeiro grande estudo sobre a imprensa açoriana do princípio do século XX. Todavia, não se encontra nela qualquer referência à maior parte dos periódicos produzidos pela Diocese açoriana.

Os jornais açorianos passavam por uma difícil situação no quadro da I República. A gradual diminuição de títulos verificada nos anos vinte do século passado, segundo Cordeiro & Silva (2009, pp.14-15), deveu-se ao restrito volume de assinaturas, havendo uma influência decisiva da Primeira Guerra mundial, que limitou produtos e abastecimentos, levando ao encarecimento quase incombustível do papel e das tintas.

Apesar do diminuto público letrado de que o arquipélago era possuidor, não deixa de ser relevante que o Corvo foi a única ilha que “não deu luz à imprensa”.

O diarismo sempre foi algo almejado pelos bispos dos açores. Em questão estava a permanência da Igreja no quotidiano da vida das pessoas e, sobretudo, a sua presença nas mais recônditas paragens de um território descontínuo como o arquipélago dos Açores. Só as ilhas do Corvo e das Flores, no

grupo ocidental, e no outro extremo do arquipélago, a ilha de Santa Maria, no grupo oriental, não tiveram periódicos católicos.

Estamos em crer que a ação do padre Nunes da Rosa, diretor do *Sinos d'Aldeia*, por quem Vitorino Nemésio nutria uma grande admiração, afirmando-o “escritor maior” dos Açores (Tomás, 2010, p. 62), foi certamente decisiva para esta iniciativa se ter propagado a toda a imprensa católica açoriana.

Seja como for, na perspetiva de Castells (1999, p.24), duas formas de construção identitária atravessam a Igreja na sua tentativa de se implantar no espaço público de então: a identidade legitimadora e a identidade de resistência. No respeitante à primeira construção identitária, ela foi introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação em relação aos atores sociais. Quanto à designada identidade de resistência, foi concebida por atores que se encontravam em posições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação, como aconteceu relativamente à Igreja nas primeiras três décadas do século XX em Portugal, construindo, assim, trincheiras de resistência e de sobrevivência com base em princípios diferentes dos que atravessam as instituições da sociedade. Esta construção identitária eclesial foi combinada com a identidade dos atores sociais eclesiais no espaço insular açoriano.

4. O congresso dos jornalistas açorianos

Neste sentido, podemos agrupar os órgãos da imprensa católica açoriana, de acordo com a “orientação estruturada” provinda dos pontificados da Igreja, nas três décadas que compreendem o presente estudo, da seguinte forma: o grupo de jornais nacionalistas (*San Miguel*, *A Ordem*, *O Correio dos Açores*, *O Michaelense*), os boletins paroquiais (*A Crença*, *A Cruz*, *O Peregrino de Lurdes*, *O Norte*, *O Semeador*), os jornais associados ao Centro Católico Português (*A Actualidade*, *Sinos d'Aldeia*, *A Boa Nova*, *O Dever*), a imprensa diarista produzida em Angra do Heroísmo (*A Verdade* e *A União*) e as revistas de foro cultural editadas pela diocese de Angra do Heroísmo (*Phénix* e *Prelúdios*).

Todavia, algo começava a emergir de concreto nos responsáveis pelo periodismo católico nas ilhas dos Açores – o Congresso dos Jornalistas Católicos Açorianos –, realizado sob a convocação dos jornais *A Crença* e de *A Actualidade*, teve um impacto decisivo na imprensa das ilhas por

corresponder ao desiderato formulado pelo episcopado no respeitante à união de todos os agentes eclesiais. Este acontecimento jornalístico, iniciado a nove de agosto de 1923, foi um momento suscitador de novos horizontes na imprensa das ilhas. Uma das conclusões a que os jornalistas católicos insulares chegaram foi que a má receção do jornal católico por parte da própria Igreja era o “magno problema” das edições periodistas nos Açores.

Nem sempre a mensagem transmitida nos jornais católicos era caracterizada pela elevação que o público afeto à *Boa Imprensa* esperava. Vejamos: órgãos de imprensa católica, como *A Ordem*, o *San Miguel* e *O Correio dos Açores*, gastaram-se publicamente não só juntos dos católicos, pois as suas posições nem sempre foram aceites pela igreja católica, mas também de forma exógena ao cavarem crispações, ao colecionarem quezílias disruptivas no seio da sociedade açoriana, como podemos comprovar do excerto do jornal *San Miguel* que apresentamos:

Manuel de Chaves, num discurso à beira da sepultura proferiu frases ofensivas para o clero em geral, bem como para a Igreja católica, chamando os padres de garotos, canalha, açambarcadores de heranças, bolos de excremento, que se esfregavam debaixo dos pés.” (Um abuso intolerável, 1908, 23 de maio, p. 1)

Aliás, na períclope que abaixo transcrevemos, há um compromisso de se chegar ao público de uma outra forma muito mais elevada. Os congressistas açorianos deixaram bem claro que a sustentabilidade dos jornais dependia da solidariedade, do contributo de poucos diocesanos que sustentavam de forma meritória a imprensa num esforço isolado. Este congresso foi uma resposta concreta, por parte de quem trabalhava nos jornais açorianos, aos apelos lançados pelo Magistério da Igreja para que nas dioceses as publicações periódicas conseguissem trabalhar em franco espírito de união, estruturadas em sinergias até então inexistentes no contexto insular, superando, assim, os tradicionais particularismos típicos dos meios pequenos e isolados.

Foram oito as determinações que os jornalistas reunidos a 9 de agosto de 1923, em Vila Franca do Campo, anuíram em publicar, constituindo uma espécie de carta de compromisso para todos os representantes da Causa da *Boa Imprensa*, como podemos inferir do trecho que abaixo transcrevemos do jornal *A Actualidade*:

No dia 9 do corrente mês de Agosto, reuniram-se me Vila Franca do Campo os directores e principais colaboradores dos jornais católicos para se ocuparem dos interesses da Causa Católica nos Açores e para assentarem num plano comum de acção. Depois de demorada troca de impressões, em que se contactou a uniformidade de pensar em todos os que labutam actualmente pelo jornalismo católico, foi unanimemente aprovado que, os jornalistas católicos açorianos, representando todos os jornais católicos da diocese – *O Dever, A Verdade, Sinos d'Aldeia, O Semeador, A Crença e A Actualidade* – encontrando-se em completo acordo com o programa da Causa Católica.

1.º – Divulgação, pela Imprensa, dos princípios gerais da doutrina cristã, e o combate das ideias e dos costumes que se opõem à moral e às verdades da Religião Católica, corresponde nos Açores, a uma grande necessidade. Entre os costumes a combater salientamos as coroações chamadas do Espírito Santo, que se transformaram em puras manifestações de paganismo e idolatria, constituindo uma verdadeira heresia dentro do culto católico.

Salientamos também a necessidade de um combate persistente de três grandes fontes de desmoralização: o impudor das modas das senhoras, o cinematógrafo, e as más leituras.

2.º – Que se torna indispensável um mais profícuo auxílio à imprensa católica açoriana para ela se manter.

3.º – Os jornalistas católicos açorianos devem intensificar a ligação dos católicos à Igreja.

4.º – Intensificar nos Açores o movimento de Associação e organização católica.

5.º – Fomentar Associações de Juventude Católica.

6.º – Dinamizar os católicos portugueses a agirem no campo político: esta organização é o Centro Católico Português.

7.º – Que aos jornalistas católicos açorianos cabe especialmente o dever de pugnar por esta organização.

8.º – Os jornalistas católicos afirmam que repudiam qualquer suspeição de maus católicos aos que militam num ou noutro partido político.

(Reunião dos Jornalistas Católicos, 1923, 22 de agosto, p.1).

Sendo o primordial objetivo deste evento a unidade editorial dos fazedores de notícias católicas na região insular, não deixa de ser curioso que a maior

parte dos pontos que sintetizaram a reunião de Vila Franca incidiram na causa política que os bispos de então tentavam incentivar: a implantação do Centro Católico Português em todas as dioceses do país.

Ora o Congresso de Vila Franca do Campo teve o condão de instituir um novo mutualismo entre os seis jornais que nele participaram, transformando o desconhecimento jornalístico existente numa efetiva possibilidade de comunicação entre os diversos títulos espalhados pelo território insular.

A presença do laicado na imprensa católica dos Açores circunscreveu-se a dois periódicos que tiveram na sua orientação diretores fora do bastião clerical da diocese de Angra – o semanário *A Boa Nova* e *A Actualidade*. Ambos os semanários foram dirigidos por leigos formados no ambiente coimbrão e portadores de uma profunda ligação ao Centro Católico Português. As figuras do médico Manuel Caetano Pereira, na direção de *A Actualidade*, e do professor do Liceu da Horta, Dr. Damião do Rio, na direção de *A Boa Nova*, são exemplos de um laicado que emergiu num contexto de profunda clericalização no início do século XX, autonomizando-se tanto quanto era possível ao tempo do dirigismo sacerdotal presente na imprensa católica das ilhas.

Referências

- Alves, P. B. (2012). *A imprensa católica na Primeira República: do fim do Jornal A Palavra (1911) ao Concílio Plenário Português (1926)*. [Tese de Doutoramento Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da UC. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/21842>
- Castells, M. (1999). *O poder da identidade*. Paz e Terra.
- Cordeiro, C. & Silva, S. S. (2009). Introdução. In C. Cordeiro & S. Silva (ed.) *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o contributo dos Açores* (pp. 8-18). Universidade dos Açores.
- Correia, J. (1998). Jornalismo regional e cidadania. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC)*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-regional.pdf>
- Leão XIII (1951). *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*. Editora Vozes.
- Machado, J. (2009). A imprensa micaelense. In C. Cordeiro & S. Silva (Org.), *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o contributo dos Açores* (pp. 407- 432). Universidade dos Açores.
- Manuel, A. (2013). *Da Imprensa Regional da Igreja Católica. O que é, quem a faz e quem a lê*. Edições Minerva.

- Mesquita, M. (1998, 18 de abril). O *Açoriano Oriental* e a imprensa no tempo da sua fundação, Suplemento do 163º aniversário do *Açoriano Oriental*, pp. 26-27.
- Molotch, H. & Lester, M. (1993). As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In N. Traquina (ed.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (pp. 34-51). Vega.
- Reunião dos Jornalistas Católicos Açorianos (1923, 22 de agosto). *A Actualidade*, p.1.
- Sardica, J. M. (2004). O Legado Histórico de Leão XIII e da Encíclica *Rerum Novarum*. *Didaskalia*, XXXIV (2), 3-55.
- Sardica, J. M. (2013). The content and form of conventional historical biography. *Rethinking history* 17(3), 383-400. <https://doi.org/10.1080/13642529.2013.774729>
- Schudson, M. (2010). *Descobrimos a notícia. Uma história social dos jornais dos Estados Unidos*. Editora Vozes.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa. Das origens a 1865*. Temas e Debates – Círculo de Leitores.
- Tomás, M. (2010). Através dos jornais de Nunes da Rosa. O que se diz do fim da Monarquia e do princípio da República. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 19, 61-80.
- Um abuso intolerável (1908, 23 de maio). *San Miguel* n. 153, p.1.

PARTE 2.

**Écrãs, redes e mediações.
Reflexões críticas sobre os
mídia e a cultura digital.**

Notas sobre a transição digital

MARIA TERESA CRUZ

As transformações decorrentes das tecnologias digitais têm crescido a cada década que passa, mesmo que se vá dissipando a *novidade* dos *novos* média. A planetarização das infraestruturas e das redes digitais e a generalização da computação e dos algoritmos abarcam cada vez mais dimensões do mundo físico, biológico e humano, e os vários planos de interação entre eles. A magnitude deste processo parece de algum modo domesticada na ideia de “transição digital”, frequentemente adotada pelo discurso das políticas públicas, das agendas burocráticas e dos *roadmaps*, transmitindo o sentimento reconfortante de que podemos pilotar esse processo. O tópico oficial da transição digital tem, sem dúvida, a enorme virtude de identificar o digital como objeto necessário e urgente da política. Mas, se acentuamos esse *trânsito* em que nos encontramos é justamente porque, compreendendo que foi já desencadeado um processo de transformação, não conseguimos vislumbrar a condição a que nos conduzirá. Na ideia de transição digital entrelaçam-se um sentimento de disrupção, mas também de inevitabilidade e de dever; o voluntarismo do *design* do artificial, mas também novas narrativas evolucionistas. O automatismo crescente dos sistemas técnicos vai estando, aliás, cada vez mais dependente de computação e algoritmos ditos evolucionários e de modelos neuronais de aprendizagem máquina (*unsupervised* ou *deep learning*), que acentuam a sua autonomia e analogia, ainda que imperfeita, com os processos da vida. As interpretações evolucionistas da transição digital encontram eco nas ideias de uma superação inevitável do natural pelo artificial, se não mesmo de um salto evolucionário e civilizacional e de um *enhancement* do

humano. Este evolucionismo apoia-se assim, curiosamente, numa espécie de criacionismo, i.e., na hipótese tecnológica de uma causalidade ou *design* inteligentes, decidida a escalar mais ainda a suposta excepcionalidade e superioridade do humano através da ascensão ao transumano.

A escalada intencional da transição digital está bem patente no que chamamos já (por analogia com a do armamento nuclear) a corrida da IA. Tal como no caso das tecnologias dos média anteriores, também esta é fortemente impulsionada pelo complexo militar, mas o seu impacto na experiência geral tem sido praticamente concomitante. Um exemplo claro é o da tecnologia dos *drones*, agentes centrais da guerra contemporânea, presentes ao mesmo tempo em inúmeros sectores de actividade económica e social. Em vários aspectos, a própria tecnologia militar tem beneficiado dos avanços permitidos pela sociedade e economia geral dos dados, por exemplo no que respeita à viabilidade de treino e aprendizagem de sistemas na área da visão máquina¹.

No Instituto Para o Futuro da Humanidade (da Universidade de Oxford)², dirigido por Nick Bostrom, visto como um transumanista moderado, a análise das exigências e riscos do cenário da *General Artificial Intelligence* acrescenta-se à dos cenários de crise climática e de catástrofe nuclear. O paralelismo é a vários títulos pertinente já que também o cenário crítico de desta disrupção tecnológica, desencadeada, tal como as outras, pela nossa própria vontade, não exclui a hipótese de “extinção” do humano tal como o entendemos, mediante a sua ultrapassagem e controlo por formas de vida transumanas. Neste tipo de cenário está sobretudo em apreço a correlação entre os riscos e o ritmo a que esta transformação poderá ocorrer (mais acelerada ou menos acelerada), prevendo-se que deverá provocar, em todo o caso, uma espécie de salto na história da humanidade. O debate público recente parece já encaminhado para esta discussão mais restrita acerca do ritmo e das condições e introdução na sociedade da *GAI (General Artificial Intelligence)*. Assume-se assim, indiretamente, que este é um caminho inexorável e que tudo o que for tecnicamente possível será realizado, segundo o que o sociólogo da técnica

1 O governo dos EUA tem usado, por exemplo, a rede *Starlink*, criada pelo empresário Elon Musk, para ajudar a manter as forças militares Ucrainianas conectadas no campo de batalha.

2 O *Institute for the Future of Humanity* encerrou em abril de 2024, após diferendos com órgãos dirigentes da Universidade de Oxford. O campo de investigação que iniciou é contudo prosseguido em outras universidades.

Hermínio Martins designou como o novo princípio ontológico, o “Princípio da Plenitude Tecnológica” (Martins, 2011).

Numa carta aberta, publicada a 22 de março de 2023, “Pause Giant AI Experiments: An Open Letter” (Future of Life Institute, 2023, 22 de março)³, assinada por mais de uma centena de figuras proeminentes da ciência, da cultura e do mundo empresarial (entre os quais Max Tegmark, Stuart Russell, Steve Wozniak, Elon Musk e Yuval Noah Harari) pede-se uma pausa de seis meses, ou uma espécie de moratória, na disponibilização pública dos avanços recentes no campo da Inteligência Artificial, nomeadamente dos seus sistemas generativos. Para os signatários, o perigo de avanços contrários aos interesses humanos e, mesmo, ameaçadores da sua soberania, é um cenário cada vez mais eminente e incontrolável, caso não sejam estabelecidos já princípios e limites alinhados com esses interesses. O estreito período de seis meses significa, contudo, que nem os próprios acreditarão numa inflexão muito significativa do atual estado de coisas. Por um lado, ninguém acreditará que seja possível colocar o génio de novo na garrafa; por outro lado, não se pretende proporcionar uma desvantagem do ocidente em relação à China que não pretende cumprir qualquer paragem.

Na verdade, o impacto económico geral da hiperindustrialização digital movida pela IA será exponencial e os seus efeitos relativamente imediatos. A previsão sobre a GAI (*General Artificial Intelligence*) que, segundo alguns, está já em emergência nos últimos desenvolvimentos, é a de um crescimento dez vezes maior do *World GDP*, e esta é certamente uma das razões pelas quais esta trajetória aparece como “inevitável” apesar dos efeitos imensamente disruptivos no âmbito do trabalho, do emprego e da atividade económica em geral. Nesta corrida prefiguram-se biliões de investimentos estatais (com a China a liderar o modelo de concentração de poder nas mãos do estado) e de investimentos privados, segundo um modelo liberal⁴, com as grandes

3 Em janeiro de 2015, outra carta aberta, assinada por Stephen Hawking, Elon Musk e outros cientistas, empresários e personalidades relevantes da área tinha sido já publicada, suscitando investigação acrescida sobre os impactos sociais da IA, com o título “Research Priorities for Robust and Beneficial Artificial Intelligence: An Open Letter” (Future of Life Institute, 2015, 28 de outubro).

4 Um destes consórcios foi fundado pela *Amazon*, *Apple*, *Google DeepMind*, *Facebook*, *IBM*, e *Microsoft*, ganhando progressivamente a parceria de outras empresas tecnológicas mas também de entidades de investigação e do terceiro sector como a *Human Rights Watch* e a

empresas tecnológicas a competir nos próprios avanços da investigação e não apenas nas suas aplicações.

A amplitude, progressão e carácter sistémico da transição digital revelam-se assim superiores à de qualquer outra etapa da industrialização moderna com o crescimento de objetos, plataformas e ambientes digitais e de realidade aumentada, a automação de um número cada vez maior de atividades nos mais diversos setores e a autonomia crescente dos sistemas que as gerem. Em simultâneo, a agregação, processamento e análise automática de massas gigantes de dados, nomeadamente através de modelos neuronais, permite a estes sistemas aprender recursivamente, tornando-os capazes de gerar conhecimento e conteúdo cultural e de integrar cada vez mais a contingência e o contínuo da experiência. Tal como a cibernética previu desde o início, trata-se de uma transformação propriamente sistémica e ecológica, da emergência cada vez mais clara de uma tecno-ecologia, com crescente integração entre organismos e máquinas e entre processos técnicos e condições da vida. Os equilíbrios ecológicos em questão não são, portanto, apenas entre humanos, outros vivos e ambiente natural, mas também entre humanos e máquinas. Garantir o “alinhamento” (*alignement*) da performatividade dos sistemas técnicos com os interesses humanos é um dos temas mais acesos do debate atual em torno da IA, na medida em que deste “alinhamento” dependerá, na visão de muitos, a garantia da benevolência desses sistemas e a possibilidade de os moldar, eticamente, a prioridades e valores humanos.

Esta expectativa parece repousar, contudo, sobre duas assunções cujo fundamento e significado foram fortemente criticados pelo pensamento contemporâneo. A primeira, a de que a técnica é um mero instrumento, neutro e acomodável às nossas finalidades. Esta concepção instrumental recebe uma das mais influentes críticas na filosofia da técnica de Heidegger (1954/1977), em particular através da noção da técnica moderna como “*Ge-stell*” e nas múltiplas variações da teoria do dispositivo ao longo da segunda metade do século XX (Foucault, 1977/1999; Deleuze, 1989/1992; Agamben, 2006/2009). A noção de instrumento torna-se mais problemática ainda na idade digital em que os sistemas técnicos detêm cada vez maior autonomia e apresentam, inclusivamente, dimensões opacas à compreensão humana. A segunda

assunção, que é ainda um corolário da concepção instrumental, supõe que a infusão ou alinhamento dos sistemas técnicos com objetivos humanos, dando prioridade a essas finalidades, os tornarão por inerência éticos e benéficos para a humanidade em geral. Para além do problema da universalidade ou discriminação imposta dos valores, a denúncia do que designamos hoje de “Antropoceno” (Crutzen & Stoermer, 2000), um mundo em profundo desequilíbrio ecológico, decorre justamente da prioridade dada à vontade e objetivos humanos e da capacidade para a fazer valer tecnicamente. Moderar a prevalência das prioridades humanas e buscar uma maior horizontalidade ontológica entre entidades humanas e não humanas (Descola, 1986/1994; Latour, 2013, 20-24 de novembro; Sahlins, 2013; Haraway, 2016) é o aspeto central da crítica antropológica do Antropoceno. A revindicação de um pós-humanismo deve ser entendida como uma crítica do antropocentrismo no contexto deste novo paradigma ecológico. Uma revindicação paralela surge, por sua vez, no plano técnico, e até da arte, na forma de uma suspensão da potencialidade, mesmo que apenas imaginária ou simbólica, por exemplo, preferindo a “des-criação” (“*de-creation*”) à produção ou *poiesis* (Agamben, 2000, p.259).

No entanto, nem a era da potencialidade técnica irá encerrar-se (encontrando-se antes em aprofundamento e aceleração) nem a garantia da sua eticidade poderá decorrer da mera escolha e correção de possibilidades cuja realização entendemos, ao mesmo tempo, como inevitável (segundo a convicção a que chamámos, com Hermínio Martins, o “Princípio de Plenitude Tecnológica”). Uma espécie de moral ortopédica, que se limitaria a escolher entre possibilidades tecnicamente realizáveis e a corrigir em alguma medida as suas deformidades ou inconformidades com as finalidades humanas, não encontra lugar no humanismo ou iluminismo modernos a que desejaríamos regressar na forma de um humanismo e iluminismo digitais, reclamado por alguns⁵. Pelo contrário, o sujeito moral por exemplo na conceção de Kant, supõe uma colocação inversa do problema da potencialidade: as finalidades dotadas de valor intrinsecamente moral, apresentam-se-nos como um “imperativo categórico” (não como uma escolha), que a vontade será depois ou não capaz de realizar, razão pela qual a experiência histórica ou o exercício da liberdade se tornou decisiva para os modernos, nomeadamente na

5 Vejam-se movimentos significativos como: *The Digital Humanism Initiative* (Viena) e *Digitaler Humanismus* (Munique).

visão cosmopolita de Kant. O esquema da potencialidade técnica – também ela aparentemente imperativa – aparece assim como oposto ao da ação prática (moral e política). A redução da ética e da moral a uma mera liberdade de escolha e, mais ainda, à escolha de possibilidades técnicas não é, pois, compatível com a concepção da moral e da política como reino da prossecução de finalidades humanas. E o motivo epistémico é estrutural, dado que entre o reino da liberdade e da vontade humana e o das leis e causalidade da natureza não emergiu ainda, em Kant, a pergunta pela técnica. A técnica não tem por isso diretamente lugar nas questões antropológicas moldadas por Kant embora, nas explorações da Terceira Crítica, a compreensão do belo artístico e do belo natural, tenha aberto outras colocações sobre a questão das finalidades e dos fins na sua reflexão sobre a natureza, a arte e a comunidade humana.

A dificuldade do “alinhamento” entre fins técnicos e finalidades éticas ou da “eticização” da tecnologia é de imediato percebido como “um dos problemas centrais da cultura do presente”, nomeadamente por um kantiano como Ernst Cassirer (1930/2012, p.49). Saber se é possível uma articulação entre os sistemas técnicos e a cosmologia, valores e finalidades que constituem as comunidades humanas, em suma, saber se é possível uma efetiva integração entre política e técnica permanece uma questão central do nosso tempo. Contudo, esta discussão permanece também, em grande medida, encerrada nas duas visões que têm alimentado o seu enfrentamento imaginário mais do que político. Por um lado, a oposição entre humano e técnica, entendida como pura potencialidade e externalidade incontrolláveis. Por outro lado, a visão (cada vez menos crente) da sua instrumentalidade e a convocação a posteriori de comissões éticas e de regulação. Esses esforços de regulação são obviamente relevantes e devem ser prosseguidos, mas os seus fundamentos não afastam a suspeita da sua própria ineficácia nem o espectro de um destino tecnológico fora do alcance da nossa agência política. O sentimento dominante na “transição digital” parece, mais do que nunca, preso da esquizofrenia destas duas visões: por um lado, o sentimento de sermos arrastados num devir técnico que tem a força de uma segunda natureza, por outro lado, a disputa de liderança de uma agenda política, entre os poderes jurídico-burocráticos e os poderes económico-financeiros de atores corporativos dominantes.

A possibilidade de integrar a técnica numa perspectiva verdadeiramente cosmopolítica requer, como tem vindo a insistir Yuk Hui, o aprofundamento de uma epistemologia capaz de ultrapassar as cesuras entre natureza e

cultura, humano e não-humano, o que implica a integração nestas oposições do problema da técnica, trabalho que se tornou central em autores contemporâneos da filosofia, antropologia e teoria da cultura como Georges Simondon (1958/2005), Jacques Elul (1954), Katherine Hayles (1999), Bruno Latour (2005) e outros. A reinterpretação da relação entre natureza, cultura e técnica arrastou consigo uma revisão da noção de humano, a assunção da sua tecnogênese e, com ela, uma reapreciação do mundo de finalidades que constitui historicamente as comunidades humanas e a sua relação com a própria natureza. Como recorda Yuk Hui:

O conceito de humano é um conceito histórico contingente. Somos já pós-humanos quando subscrevemos a visão de que o humano é uma existência técnica. Se o conceito de pós-humano é uma tentativa teórica para a promoção de uma ética contra o antropocentrismo, então o mesmo falhará se não tomar em conta (...) o estudo da relação humano-máquina (Hui, 2019, p.30).

É justamente na medida em que o ser humano é um ser técnico que a sua relação com a natureza é por inerência política e ecológica, isto é, tem implicações centrais na criação e destruição das condições da vida para si e para os outros vivos. Do mesmo modo, pode dizer-se que a sua dimensão ético-teleológica e as finalidades que ele se coloca estão entretecidas com uma orientação técnica, nomeadamente com uma certa forma de relação com a natureza. Nessa medida, toda a técnica é também, segundo Yuk Hui, uma “cosmotécnica” (Hui, 2017). Embora, como diz Cassirer:

a tecnologia não possa criar por si mesma, a partir de si mesma e do seu círculo, valores éticos, ela cria – antes mesmo de uma verdadeira comunidade de vontades livres estar constituída – uma espécie de comunidade de destino entre todos aqueles que estão ativos no âmbito do seu operar (Cassirer, 1930/2012, p. 49).

Cassirer procurava assim compreender de modo integrado, mas sem os confundir, as finalidades éticas (os imperativos que nos libertam da determinação do mundo natural) e os fins técnicos (que submetem a nosso favor as leis da natureza, submetendo-nos ao mesmo tempo à sua própria racionalidade – uma ‘liberdade por via de submissão’). A técnica é, deste modo,

reconhecida como “organização da natureza”, “a dominadora das forças da natureza, mas também a dominadora das forças caóticas do ser humano”, em suma, “força de formação” (Cassirer, 1930/2012, p.50), temática que será também retomada por Simondon através dos conceitos de “forma”, “formação” e “individuação” (Simondon, 2005).

A relação da noção de técnica com a de organização e organismo conhecerá também ela uma vasta exploração no pensamento moderno e contemporâneo, desde as colocações pioneiras de Ernst Kapp acerca dos artefactos técnicos e das máquinas como “projeção de órgãos” (1877/2018, pp.17-35) até à descrição dos média como “extensões” ou “próteses” do humano (McLuhan, 1964/1994, pp.41-47) e à noção de técnica de Bernard Stiegler como “organização do inorgânico” (Stiegler, 1998, pp.187-94) implicando a postulação de uma “organologia geral” para pensar a co-evolução entre o humano e a técnica (Stiegler, 2004). Na verdade, como aponta Yuk Hui, o entendimento da técnica à luz da noção de organismo, implicando por inerência a relação com o envolvimento, ou meio ambiente, tornou-se possível a partir da filosofia organicista do século XVII, como a de Kant. Este organicismo será levado em várias direções, como a do vitalismo e dos seus debates com o mecanicismo, culminando por fim no paradigma ecológico e na cibernética. Kant, que, como nota Cassirer, não havia ainda integrado o conhecimento da tecnologia no “círculo da filosofia auto-reflexiva”, não reconhecendo deste modo, segundo Cassirer, a sua “‘essência’ espiritual” (Cassirer 1930/2012, p.17) legou contudo aos modernos, na visão de Yuk Hui, uma nova condição do filosofar que assenta precisamente na noção do “orgânico”, introduzida pela Terceira Crítica na sua abordagem da natureza e na sua tentativa de conciliar o domínio das leis físicas com o da liberdade humana. O projeto de uma organologia geral, abrangendo a natureza, o humano e a técnica tornou-se desde então inevitável, mas, segundo Hui, a nossa compreensão da técnica não pode ser já apenas de um reino material ou inorgânico dotado de organização pois, como diz também: “Aquilo que testemunhamos hoje é uma viragem do inorgânico organizado para o inorgânico organizador, significando que as máquinas não são mais simplesmente ferramentas ou instrumentos mas antes organismos gigantes no interior dos quais vivemos” (Hui, 2019, p.28).

Neste sentido, a relação entre “transição digital” e “transição verde”, frequentemente apresentadas, no discurso político, como processos solidários e complementares revela, ao mesmo tempo, a sua tensão. O facto de a condição

contemporânea da técnica exigir um quadro de pensamento ecológico revela justamente a profunda penetração da natureza e da cultura pela técnica. A transição digital inscreve-se na constituição persistente pelo humano de um meio técnico associado à sua existência e esta é, sem dúvida, a era da constituição de um meio ou ambiente digital, pelo que, como sugere Yuc Hui, talvez “a verdadeira questão do Antropoceno” seja, precisamente, “a de um gigantesco sistema cibernético em vias de realização” (Hui, 2017, p.2). O desafio é, portanto, o de pensarmos uma tecno-ecologia capaz de integrar o digital no âmbito da ecologia geral (Hörl, 2013; Hui, 2017), a qual se ocupará então, não apenas da usura do ecossistema biofísico mas também da emergência do ecossistema cibernético.

Ecologia geral e ciber-ecologia encontram-se também numa mesma visão pós-humanista, que está, como referido, em estreita ligação com as discussões do Antropoceno. Esta visão reclama que nos desembaracemos da ideia de uma excepcionalidade e identidade substantiva do humano, origem dos desequilíbrios que ameaçam todas as outras espécies e, com isso, igualmente a nossa. Esta visão pós-humanista está presente desde o início da cibercultura que a enunciava já como condição primordial, segundo a célebre fórmula de Katherine Hayles: “sempre fomos pós-humanos” (Hayles 1999, p.291). O pós-humanismo valoriza assim a heterogeneidade de ligações que nos constituem desde sempre enquanto seres terrenos, biológicos e técnicos, isto é, seres que são simultaneamente produto e produtores do seu meio ambiente, em vez de criaturas que apenas se adaptam a ele. A individuação humana é também constituída pelas interações com as formas de organização técnica, simbólica e social que produz.

A transição digital acentua as ligações entre orgânico e não orgânico que sempre existiram e estão na base de toda a cultura e individuação humana, relacionadas com as interações bio-tecnológicas que as constituem. Os cruzamentos da biologia molecular e da neurologia com a informática, a nanotecnologia e a robótica, expandem hoje, numa escala e capilaridade inteiramente novas, as interseções e recomposições do orgânico com a técnica, criando as condições nas quais várias dimensões do humano – percepção, cognição, agência e produção – podem ser distribuídas por um ambiente tecnológico complexo formado por infraestruturas, aparelhos, redes, protocolos, programas, algoritmos, interfaces, arquiteturas de dados, etc. A ideia de Inteligência Artificial, que captura desde cedo a visão da cibernética, não culmina

necessariamente num novo ser ou organismo artificial (segundo a imagem inicial do *cyborg*), mas sim numa nova ecologia, na qual as dimensões inteligente, sentiente, prática e produtiva do humano se encontram distribuídas por infraestruturas computacionais, bases de dados, e redes neuronais de aprendizagem, num quadro de automação e industrialização que determinará a economia política e cultural do futuro próximo.

O discurso oficial intui assim, corretamente, a necessidade de pensar em conjunto “transição digital” e ecologia, não tanto porque a conversão digital de certas indústrias poderá ajudar a diminuir as emissões de carbono, mas porque o cibernético está a culminar numa tecnoesfera (que tem, aliás, os seus próprios custos energéticos e a sua pegada de carbono), emergindo, como um novo meio ambiente generalizado e condição dos processos de individuação psíquica e social. Isto significa que não é possível pensar o digital sem pensar esta sua ubiquidade de meio envolvente, nem pensar num novo equilíbrio ecológico sem contar com a dominância da cibernética, o que exige um pensamento político justamente capaz de integrar ecologia e tecnologia. Como advertiu Bruno Latour,⁶ o século XXI requer, por isso, não apenas uma nova epistemologia, mas uma nova cosmologia, do mesmo modo que a velha ordem teológica necessitou de uma visão e imaginação que articulou milenarmente as ideias de natureza e de humano, visão que a ciência, através da física e da biologia modernas, reorganizou radicalmente; uma nova cosmologia sem a qual a integração da nova ordem tecno-ecológica acarretará novos e imensos perigos e disrupções, como assinala também Bernard Stiegler (2016/2019).

A transição digital necessita por isso, vitalmente, do contributo das humanidades e das artes, contributo que tarda em chegar, não tanto pela hesitação a respeito dos seus próprios devires computacionais, mas porque o seu enfrentamento do problema da técnica se produziu apenas, ao longo do século XX, em nichos específicos da filosofia e dos estudos culturais. Neste contexto, as ciências da comunicação constituíram o espaço interdisciplinar mais relevante para a introdução do problema da técnica no âmbito das humanidades e das artes e introduziram os elementos essenciais deste pensamento tecno-ecológico e da interrogação pós-humanista que o acompanha. Fizeram-no, na

6 Ver a sua reflexão na ocasião da receção do Prémio Kyoto em Oxford, em maio de 2022. (Blavatnik School of Government, 2022, 11 de maio)

verdade, antes mesmo da disseminação das novas tecnologias da informação tornarem evidente, para as humanidades em geral, que as suas próprias condições de produção do saber, e não apenas a cultura de massas estão, também elas, entretecidas com as materialidades e as tecnologias da comunicação, em suma, com os suportes e processos, nomeadamente industriais, de exteriorização do pensamento e transmissão da experiência que constituem a cultura humana – as “mnemotécnicas” ou “tecnologias do espírito” como lhes chamava Stiegler (1985,1986). Na idade da industrialização da memória, da inteligência artificial e da aprendizagem máquina, tornou-se mais difícil sustentar que o pensamento nada tem que ver com os média ou que os média apenas nos impedem de pensar; que a autonomia do espírito humano nada tem que ver com os automatismos – por exemplo, que o cinema não é um modo do pensamento (Deleuze, 1985/1997, p.262) ou que o mundo do simbólico não é também ele um mundo da máquina (Kittler, 1997). Em suma, a comunicação produziu há muito a evidência de que “pensamos com e através de média”, como diz, na sua eloquente simplicidade, uma frase de Hayles (2012, p.1) e que, por isso, “o assim chamado ser humano (...) se define por standards tecnológicos” como diz, provocatoriamente, uma célebre passagem de Kittler (1997, p.132). É por isso que os questionamentos antropológicos abertos pela teoria dos média e aprofundados pelos estudos digitais, a filosofia da técnica e o pensamento ecológico reivindicam necessariamente uma perspectiva pós-humanista das humanidades como aquela que é agora assumida pelo pensamento contemporâneo (Braidotti, 2019).

O empreendimento das ciências da comunicação e, em particular, o da história e teoria dos média, deu continuidade e aplicação contemporânea às grandes descobertas da paleontologia e da antropologia sobre a hominização e a tecnogenesis, e refletiu também os avanços das ciências cognitivas e da filosofia da técnica. Todas elas concordam, pelo menos, num aspecto: a co-evolução biológica e cultural responsável pelo humano tem o gesto técnico como dimensão fundamental, o que significa que, o “*sapiens*” do *homo sapiens* ou o “*symbolicus*” do *homo symbolicus*, entendidos como etapas decisivas da individuação da espécie humana, se constituem como uma exteriorização material e técnica das operações da inteligência humana, exteriorização sem a qual não seria possível atestar a sua existência. A co-evolução biológica e cultural do humano expressa-se assim através de uma memória externalizada, techno-simbólica, compondo redes de colaboração e transmissão da experiência

cada vez mais amplas, o que nos permite enquadrar ainda a própria etapa computacional e cibernética desta co-evolução, que designamos finalmente pelo seu nome geral – o de Inteligência Artificial.

Não surpreende pois que o advento do digital seja várias vezes comparado à introdução da linguagem e dos alfabetos (Krämer, 2018; Galloway, 2019), sublinhando-se assim a magnitude do seu significado e implicações, nomeadamente para o campo da cultura e das humanidades e, em particular, para o da comunicação. A pergunta pelo que é o digital continua contudo à procura do seu significado mais profundo (Krämer, 2018; Galloway, 2020), numa cosmologia marcada pela incerteza, que inclui cada vez mais realidades e dimensões da experiência como matéria computável, isto é, como avanços tecno-simbólicos. O significado da relação entre eles não se revelou ainda plenamente para nós, e alarga-se a cada vez mais domínios e processos, que vão da computação molecular à astrofísica, mas também à cultura e às suas produções. Certo é que os novos modos de inscrição informacional integraram já, praticamente, todo o nosso património e arquivos culturais e acrescentam, quotidianamente, massas gigantescas de conteúdos textuais, imagéticos, audiovisuais, etc., às bases de dados de aprendizagem da Inteligência Artificial.

Mas será possível, através destes novos modos de inscrição informacional mantermos uma presença significativa do “mundo dos símbolos”, das “relações do mundo embebidas neles” e da “memória coletiva” que preservam? Tal é a pergunta que Yuk Hui se coloca numa reflexão “sobre uma possível passagem do digital para o simbólico” (Hui 2017b, p.1), fundamental tanto para a preservação como para a constituição de uma nova cosmologia. Nas redes digitais em que a enorme massa e circulação dos dados se torna sobretudo objeto de processamento automático, algoritmos e sistemas de recomendação, e de crescente codificação da experiência, muito parece depender das próximas etapas das indústrias culturais. A industrialização da cultura e das artes assenta agora, especificamente, na indústria cognitiva da IA e numa automação crescente da formação do conhecimento e da criatividade, ameaçando operar uma desposseção generalizada de práticas, aptidões e saberes (Stiegler, 2019). Ao mesmo tempo, as instituições e processos sociais vão sendo crescentemente substituídos pelas infraestruturas e redes digitais, uma espécie de “megaestrutura acidental” que promove a economia dos dados, a governamentalidade algorítmica das plataformas digitais e dos aplicativos e

uma cultura behaviorista, da captura, predição e gestão dos comportamentos humanos (Bratton, 2016; Zuboff, 2019). Apesar deste retrato disfórico do capitalismo cultural, a transição digital tem proporcionado também uma explosão do conhecimento e da sua disseminação e acesso, sem paralelo em nenhum outro contexto civilizacional, assim como a potenciação de formas de colaboração e agência novas, e a partilha de uma linguagem pela primeira vez comum entre ciências, humanidades e artes.

A importância das humanidades e das artes na transformação digital excede o problema de saber se também elas deverão lançar-se no devir digital e em novas metodologias computacionais (análise automática, visualização da informação, etc.), em suma, numa nova analítica cultural (Manovich, 2020) e numa nova diagramática (Krämer, 2014). O debate das últimas duas décadas em torno das Humanidades Digitais embora relevante e frutuoso (Berry, 2012; Burdick et al., 2012; Gold & Klein, 2019) não apaga a necessidade paralela de um alargamento e renovação do pensamento crítico, marcante nas humanidades (Berry, 2014), nomeadamente no campo da hiperindustrialização da cultura e das novas etapas de automatização do conhecimento e das artes. A prossecução dos estudos digitais e da ecologia dos média são indispensáveis a uma compreensão da transformação das literacias e das técnicas culturais na era da IA e da aprendizagem máquina. Os seus impactos na formação do conhecimento, nos processos criativos, na educação e em todos os circuitos de individuação psíquica e coletiva, transformarão de modo mais profundo ainda, e não apenas metodologicamente, as humanidades e as artes, assim como as formas de comunidade e de cidadania. A cada década que passa, a ideia de “transição digital” foi ganhando, por isso, uma complexidade e profundidade acrescidas no âmbito das próprias ciências da comunicação: de uma agenda de convergência da indústria da comunicação e dos média, para uma agenda epistémica, metodológica, crítica e política geral, cabendo-lhe, em grande medida, organizar os debates necessários a esta reflexão, consciente das transformações e disrupções em curso e também do seu papel na proposição de novas práticas investigativas, criativas e críticas.

Referências

- Agamben, G. (2000). *Potentialities: Collected Essays in Philosophy*, Stanford University Press.
- Agamben, G. (2006/2009). *What is an Apparatus?: And Other Essays*. Stanford University Press.
- Burdick, A., Drucker, J., Lunenfeld, P., Presner, T. Schnapp, J. (2012). *Digital Humanities*, Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Berry, D. (2012). *Understanding Digital Humanities*, London: Palgrave Macmillan.
- Berry, D. (2014). *Critical Theory and the Digital*, New York: Bloomsbury.
- Blavatnik School of Government. (2022, 11 de maio). *Kyoto Prize at Oxford 2022 – Bruno Latour – How to react to a change in cosmology*. <https://www.youtube.com/watch?v=ioqIFosUIqc>
- Bratton, B. (2016). *The Stack. On Software and Sovereignty*. MIT Press.
- Cassirer, E. (1930/2012). Form and Technology. In A. Hoel, & I. Folkvord (2012). *Ernst Cassirer on Form and Technology: Contemporary Readings* (pp.15-53). Palgrave Macmillan.
- Crutzen, P. & Stoermer, E. (2000). The ‘Anthropocene’. *Global Change Newsletter*, 41:17-18.
- Deleuze, G. (1989/1992). What is a Dispositif? In Armstrong, T. (Ed.) *Michel Foucault Philosopher* (pp.159-168). Routledge.
- Deleuze, G. (1985/1997). *Cinema 2. The Time-Image*. University of Minnesota Press.
- Descola, P. (1986/1994). *In the society of nature: A native ecology in Amazonia*. Cambridge University Press.
- Ellul, J. (1954). *La technique ou l'enjeu du siècle*, Paris: A. Colin.
- Foucault, M. (1977/1999). Le jeu de Michel Foucault. in M. Foucault, *Dits et écrits*, T. III. Gallimard.
- Future of Life Institute (2015, 28 de outubro). *Research Priorities for Robust and Beneficial Artificial Intelligence: An Open Letter*. <https://futureoflife.org/open-letter/ai-open-letter/>
- Future of Life Institute (2023, 22 de março). *Pause Giant AI Experiments: An Open Letter*. <https://futureoflife.org/open-letter/pause-giant-ai-experiments/>
- Haraway, D. (2016). *Staying with the trouble. Making Kin in the Chthulucene*. Duke University Press.
- Hayles, N. K. (1999). *How we became posthuman: Virtual Bodies in Cybernetics, Literature, and Informatics*. University of Chicago Press.
- Hayles, N. K. (2012). *How We Think: Digital Media and Contemporary Technogenesis*. University of Chicago Press.
- Heidegger, M. (1954/1977). *The Question Concerning Technology and other essays*. Garland Publishing House.

- Hui, Y. (2017). On Cosmotronics: For a Renewed Relation between Technology and Nature in the Anthropocene. *Techné: Research in Philosophy and Technology* 21, 2–3, 1–23.
- Hui, Y. (2017, 21 de abril). *On a Possible Passing from the Digital to the Symbolic* [conferência] *Transmediale – Festival for Art and Digital Culture*, Haus der Wel, Berlin. <https://philosophyandtechnology.network/461/article-on-a-possible-passing-from-the-digital-to-the-symbolic/>
- Hui, Y. (2019). *Recursivity and Contingency*. Rowman & Littlefield
- Kapp, E. (1877/2018). *Elements of a Philosophy of Technology*. *On The Evolutionary History of Culture*. University of Minnesota Press.
- Kittler, F. (1997). The world of the Symbolic – A World of the machine in F. Kittler & J. Johnston, Friedrich A. Kittler: literature, media, information systems (pp.130–140). Gordon & Breach Arts International.
- Krämer, S. (2014). Mathematizing Power, Formalization, and the Diagrammatical Mind or: What Does “Computation” Mean? *Philosophy and Technology* 27 (3):345–357.
- Latour, B. (2005). *Reassembling the social: An introduction to actor–network theory*. Oxford University Press.
- Latour, B. (2013, 20–24 de novembro). General Anthropology Division Distinguished Lecture [conferência]. 112th Annual Meeting of the American Anthropological Association, Chicago. <https://www.youtube.com/watch?v=oU1FbAMEpzQ>
- Gold, M. K. & Klein, L. (2019). *Debates in the Digital Humanities*. University of Minnesota Press.
- Manovich, L. (2020). *Cultural Analytics*. The MIT Press.
- Martins, H. (2011). *Experimentum Humanum – Civilização tecnológica e condição humana*. Relógio D’Água.
- Sahlins, M. (2013). *What kinship is—and is not*. University of Chicago Press
- Simondon, G. (2008/1958). *Du mode d’existence des objets techniques*. Aubier.
- Simondon, G. (2005). *L’individuation à la lumière des notions de forme et information*. Ed. Jérôme Millon.
- Stiegler, B. (1985). *La Technique et le Temps*. Vol 1. *La Faute d’Épiméthé*. Galilée.
- Stiegler, B. (1996). *La Technique et le Temps*. Vol 2. *La désorientation*. Galilée
- Stiegler, B. (1998). Leroi-Gourhan: l’inorganique organisé, *Les Cahiers de Médiologie*, 6, 187–94.
- Stiegler, B. (2004). *Éléments Pour Une Organologie Générale*. Galilée.
- Stiegler, B. (2016/2019). *The Age of Disruption: Technology and Madness in Computational Capitalism*. Polity Press.
- Zuboff, Shoshana (2019). *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. PublicAffairs.

A civilização da Imagem e o imaginário melancólico da nossa época

MOISÉS DE LEMOS MARTINS

Introdução

No livro *A Liberdade por Princípio – Estudos e Testemunhos em Homenagem a Mário Mesquita*, editado pela Tinta da China e organizado por Carlos Guilherme Riley, Cláudia Henriques, Pedro Marques Gomes e Tito Cardoso e Cunha, publiquei um texto sobre assuntos com os quais Mário Mesquita se confrontou a vida inteira. Intitulei-o “Para uma nova teoria dos *media*, do espaço público e da opinião pública” (Martins, 2021). E vim a apresentar na Universidade de Coimbra as conclusões a que havia chegado nesse estudo, no Congresso que se realizou de 13 a 15 de julho de 2022, sobre “As transformações da Esfera Pública”, porque se tratava de um Congresso que também prestava tributo ao jornalista, professor de jornalismo e pensador dos média que foi Mário Mesquita ¹.

No trabalho que aqui apresento, entendi refletir sobre “A civilização da imagem e o imaginário melancólico da nossa época”. Tomei a decisão de fazer da imagem e do imaginário contemporâneos o tema deste estudo, depois da leitura de *O Quarto Equívoco – O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, um livro que Mário Mesquita publicou em 2003, pela Minerva (Mesquita, 2003). O último capítulo do livro é sobre “Os

1 “As Transformações da Esfera Pública – 60 anos depois de *Strukturwandel der Öffentlichkeit*”. VII Congresso Internacional de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público, 5-7 de julho de 2022, Centro de Estudos Interdisciplinares CEIS20, Universidade de Coimbra. <https://esferapublica.uc.pt/congresso/>

Cerimoniais” e Mário Mesquita ocupa-se aí, entre outros aspetos, das “retóricas da comunicação – do jornalismo às telecerimónias”; da “construção televisiva dos acontecimentos festivos”; do “tempo cerimonial ou a nostalgia programada”; e do “Performativo cerimonial – Da praça pública à televisão”. Mas em mais três capítulos de *O Quarto Equívoco* existem investigação e pensamento relevantes, que ajudam a pensar a civilização da imagem e o imaginário social contemporâneos. No capítulo II, quando se ocupa dos “direitos da pessoa”, Mário Mesquita regressa à “retórica mediática”, refletindo sobre a “euforia da comunicação” e a “crítica dos *media* e do jornalismo”. No capítulo III existe uma secção intitulada “O ‘droit de regard’ do cinema sobre os *media*”, que analisa três filmes: *Fury* (1936); *Citizen Kane* (1941) e *Zelig* (1983). E no IV capítulo, ao interrogar-se sobre “os deveres dos jornalistas na era da notícia-espetáculo”, Mário Mesquita assinala mesmo a “(provável) inutilidade da deontologia em tempos de euforia mediática”, para, finalmente, numa outra secção do IV capítulo, se pronunciar sobre o jornalismo e a representação da realidade, assim como sobre a relação entre ficção e realidade, indo a sua análise ao ponto de interrogar a construção da própria narrativa jornalística.

Estas incursões de Mário Mesquita sobre os média, no contexto da civilização da imagem, ajudaram-me a formular e a aprofundar o meu próprio ponto de vista sobre o tema. E neste estudo dou conta de um conjunto de conclusões a que cheguei.

A estrutura comunicativa na contemporaneidade

O meu ponto de partida é a mudança estrutural, que ocorreu na sociedade nas últimas décadas, com as tecnologias da comunicação e da informação, e especificamente com o digital (Martins, 2007a, 2010, 2011a, 2011b). O meu entendimento sobre a cultura digital articula-se, por sua vez, com *Cybernetics: Or control and communication in the animal and the machine*, uma obra que Norbert Wiener publicou em 1948 (Wiener, 1948). Na perspetiva deste matemático e filósofo americano, a nossa época é governada pela engenharia e pela comunicação eletrónica, assim como pelos sistemas informáticos de controle, por exemplo pelos algoritmos. E tornou-se, por outro lado, num híbrido de vida e de técnica, com o orgânico a fundir-se com o inorgânico e a tornar-se

a obsessão da engenharia, das ciências da computação, dos sistemas de controle, da biologia, da neurociência e da organização da sociedade.

Penso que as tecnologias da comunicação e da informação, e especificamente a cultura digital, se articulam também com a ideia que André Lemos nos dá a conhecer em “Epistemologia da comunicação, neomaterialismo e cultura digital” (Lemos, 2020). Começando por centrar a análise nas redes sociais, nas *fake news*, na prática das *selfies*, e na questão do *design* e da privacidade da Internet das coisas, André Lemos assinala, por outro lado, que a cultura das plataformas não pode cingir-se a “uma análise macrosocial da estrutura económica do capitalismo de dados”, nem a uma relação de comunicação entre indivíduos numa situação específica (Lemos, 2020, p. 58). Tal como André Lemos, entendo que o desafio comunicacional atual obriga a ter em conta, por exemplo, as materialidades e a agência dos objetos nelas envolvidas: interfaces; lógica algorítmica; construção de banco de dados; e princípios escondidos em documentos técnicos e patentes (Lemos, 2020, p. 58).

Podemos colocar, todavia, o início dessa revolução ótica por meados do século XIX, com a invenção da máquina fotográfica, a que se seguiram a máquina de filmar, a televisão, o vídeo, a internet, e finalmente o digital. Na “era das massas e das máquinas”, que é o modo como Ernst Jünger (1990, p. 108) definiu o século XIX², entrámos na civilização da imagem³. É a imagem de produção tecnológica que nos leva, hoje, a transitar para a nova cultura digital, com os antigos média, argumentativos, fundados no pensamento e na persuasão, com sentido de verdade e de comunidade, a darem lugar aos novos média, digitais, autotélicos, de “meios sem fins” (Agamben, 1995), fundados no império das redes sociais, da opinião e da tribo. E, de uma racionalidade literária e analógica, fundada na palavra, na razão e na argumentação, passámos, pois, a uma racionalidade tecnológica,

2 A tradução desta citação e das seguintes em língua estrangeira é da responsabilidade do autor.

3 Sobre a cultura visual contemporânea, nas suas dimensões tecnológica, artística e política, publicou Maria da Luz Correia, em 2021, *Imagens de intervalo. O postal ilustrado e a cultura visual contemporânea* (Correia, 2021), que consiste na reescrita da tese de doutoramento que defendeu na Sorbonne, em 2013, em resultado de uma cotutela entre a Universidade do Minho e a Universidade Paris Descartes. Ver, também, sobre a cultura visual contemporânea, entre outros: de Jessica Evans & Stuart Hall, “What is visual culture?” (Evans & Hall, 2003); de Georges Didi-Huberman, *Imagens apesar de tudo* (Didi-Huberman, 2012); e de Nicholas Mirzoeff, “The subject of visual culture” (Mirzoeff, 2002), e *An introduction to visual culture* (Mirzoeff, 2003).

uma racionalidade numérica, autotélica e emocional, assente em imagens e sons tecnológicos. Nestas circunstâncias, de um regime que nos falava à razão, dado que tinha nas ideias e na argumentação, persuadindo-nos, o seu fundamento, passámos a um regime de imagens e sons tecnológicos, que nos falam à emoção, seduzindo-nos e fascinando-nos (Martins, 2021, pp. 519-535). Ou seja, de um regime das ideias (“ideológico”), passámos a um regime dos sentidos e das emoções (“sensológico”), como assinala Mario Perniola (1993).

Na civilização tecnológica, os cidadãos como que atravessam uma “noite dos tempos”. Aliás, é isso mesmo que podemos dizer, glosando George Steiner (1992) em *No Castelo do Barba Azul*, uma noite em que a história se armazena em gigas, as emoções se processam em bits, os corpos se compõem em píxeis, e a vida toda, de bens, corpos e almas, é convertida em mercadoria, ou seja, em valor económico e financeiro, com a linguagem da “comunicação estratégica” a tomar o lugar do pensamento. E bem pode o nosso quotidiano atolar-se em aborrecimento e cansaço (Martins, 2003, pp. 99-100), que os ecrãs não nos dão sossego, agitando-nos, excitando-nos e fascinando-nos, num movimento em que a palavra e o pensamento não param de recuar diante da torrente de imagens tecnológicas. Deste modo, com a sociedade acorrentada, “a não exprimir senão o seu desejo de dormir”, o espetáculo, a excitação, a euforia e a efervescência são “os guardiões do sono da razão”, para retomar os exatos termos de Guy Debord (1992, p. 21) em *La Sociétés du Spectacle*, ao assinalar uma existência sem acontecimentos, em que nada se vive, mas tudo se exhibe, sendo a notícia a fantasmagoria do novo. E tendo nós passado a viver “em sofrimento de finalidade” (Lyotard, 1993, p. 93; Martins, 2002c), perdemos o fundamento seguro, o território conhecido e a identidade estável (Martins, 2015c).

É este o contexto em que ocorre a crise da razão histórica, e mais do que isso, a crise permanente do humano, com as fundações da sociedade democrática a ameaçarem ruir, uma vez que as instituições já não parecem capazes de responder a uma promessa de comunidade (Martins, 2008, 2015a)⁴. Mas, além disso, o processo informativo, que compreendia produtores de informação, por um lado, e consumidores de informação, por outro, é hoje, cada vez

4 Ver, também, sobre a crise da razão histórica, *Liquid times: Living in an age of uncertainty* (Bauman, 2006); e *Bem-vindo ao deserto do real* (Žižek, 2022).

mais, o mundo das redes sociais, com tribos e públicos, que são eles próprios produtores de conteúdos. E tendo sentido democrático um espaço público aberto à participação de todos, num regime tribal, assente em sensações e emoções, sem horizonte de comunidade, dificilmente se estabelece a distinção entre a opinião imbecil e a opinião instruída, entre a verdade e a falsidade, entre patetas e sábios.

Ora, tendo nós passado de um regime assente na representação a um regime autotélico, deu-se uma profunda alteração no modo de olharmos para o nosso tempo, assim como no modo de nos olharmos a nós próprios. E a figura que melhor exprime a nossa atual condição talvez seja a da globalização, uma realidade de cariz eminentemente económico-financeiro, que tem nas tecnologias da informação a condição de possibilidade da integração dos mercados a nível mundial. E o mercado passou mesmo a constituir a metáfora a que estão hoje sujeitas todas as manifestações da existência humana, sejam elas culturais, artísticas ou científicas. Desta circunstância decorre, aliás, a mobilização tecnológica, “total” (Jünger, 1990) e “infinita” (Sloterdijk, 2000), para uma competição qualquer, com todas as coisas, bens, corpos e almas, a serem monetarizadas e a servirem o crescimento (económico-financeiro), o empreendedorismo, as *startup* e os *websummit*, e a concorrer para a competitividade, enfim, para um ranking e uma estatística (Martins, 2010, 2017a, 2019).

Nestas circunstâncias, a nova realidade que os média digitais e as redes sócio-técnicas constituem, sendo um caos tribal e competitivo, pode ter, por outro lado, uma função cognitiva, dado possuir o condão de servir, igualmente, o conhecimento, o desenvolvimento cívico, a cidadania e a democracia. Mas é de assinalar que o próprio exercício da cidadania sofreu nos nossos dias uma profunda alteração, podendo nós configurar um espaço público e uma opinião pública mundiais, que respondam aos grandes desequilíbrios do planeta e aos riscos globais, como os das alterações climáticas. Finalmente, podemos ainda referir a perda de soberania dos Estados nacionais, em favor de estruturas políticas e económico-financeiras supranacionais, de que são exemplo o Banco Mundial, o Banco Central Europeu, a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional, e também, a Comunidade Europeia, no caso da Europa, e o Mercosul, no caso dos países da América Latina (Martins, 2008, 2015a). E, da mesma forma, podemos dar conta da configuração de identidades transnacionais e transculturais, que significam

novas pertencas como, por exemplo, sermos europeus, ou então, latinos, ibero-americanos ou lusófonos (Martins, 2011c, 2015b)⁵.

A imagem e o imaginário contemporâneo

Em 2002, publiquei “O trágico e a modernidade” (Martins, 2002a), “O trágico como imaginário da era mediática” (Martins, 2002b), e ainda “De animais da promessa a animais em sofrimento de finalidade” (Martins, 2002c). Foi com estes três estudos que comecei a refletir sobre a natureza da imagem na era da mobilização tecnológica do humano, o que quer dizer sobre a cultura digital, interrogando a passagem dos antigos média, argumentativos, fundados no pensamento e na persuasão, com sentido de verdade e de comunidade, para os novos média, digitais, autotélicos, “de meios sem fins”, segundo a expressão de Agamben (1993), fundados no império das redes sociais, da opinião e da tribo (Martins, 2004, 12-13 de maio), como já atrás assinalei. Depois de ter desenvolvido e aprofundado a minha reflexão sobre a civilização da imagem em estudos como “Ce que peuvent les images. Trajet de l’un au multiple” (Martins, 2009) e “Média digitais: hibridez, interactividade, multimodalidade” (Martins, 2011/2012), publiquei *Crise no Castelo da Cultura – Das Estrelas para os Ecrãs* (Martins, 2011a), uma obra exclusivamente centrada na semiótica da imagem de produção tecnológica.

Em 2002, era Professor de Semiótica narrativa, uma unidade curricular que lecionava desde 1991, ano em que foi criada a licenciatura de Comunicação Social na Universidade do Minho. A Semiótica narrativa é uma disciplina científica, que analisa a produção do sentido, interrogando os signos verbais, o discurso, a língua e o seu funcionamento. Foi nesta perspetiva que publiquei, aliás, ainda em 2002, *A Linguagem, a Verdade e o Poder – Ensaio de Semiótica Social* (Martins, 2002d), e em 2004, *Semiótica*, um manual de apoio à unidade curricular com o mesmo nome (Martins, 2004). Este livro de 2002 e o manual de 2004 fecharam em mim um ciclo de investigação em que fiz assentar a teoria da produção do sentido quase exclusivamente na análise dos signos verbais, no discurso, e também na língua e no seu funcionamento, com

5 Sobre as identidades transnacionais e transculturais, que são uma realidade contemporânea, Arjun Appadurai.

as imagens a não terem espessura e autonomia semânticas e a significarem apenas por analogia com a língua.

Mas ao concluir *A Linguagem, a Verdade e o Poder – Ensaio de Semiótica Social* fiz uma abertura à nova realidade contemporânea, a de “uma sociedade da comunicação generalizada” (Vattimo, 1991, p. 12) pelas tecnologias da informação, que já então transfiguravam a reflexão sobre a linguagem e a comunicação. Fi-lo em duas secções, que designei como “Experiência e artifício” e “A civilização da imagem” (Martins, 2002d, pp. 181-189). E justificava assim o meu propósito: procurava “analisar o modo como na modernidade a comunicação combina a racionalidade tecnológica com a projecção de um espaço libidinal e retórico, que sobretudo reconforta o nosso sentimento narcísico”; ou seja, procurava “esclarecer o processo de crescente anestesiamento da vida nas sociedades modernas, um processo que é afinal de crescente congelação dissimulada do mundo” (Martins, 2002c, p. 181).

Tomando, todavia, como exemplo o resumo que escrevi para o manual de *Semiótica*, que assinalei, dou-me conta de que não fiz nenhuma incursão, por pequena que tenha sido, sobre a semiótica da imagem. Na verdade, o que escrevi na apresentação deste manual foi o seguinte:

A disciplina de semiótica começou por ser com Saussure, e foi-o ainda com Barthes, uma ciência que se ocupou dos sistemas de signos (semiologia). Nos anos sessenta, rompeu com a linguística do signo e afirmou-se como a ciência da significação (semiótica). Tem uma dupla tradição: uma tradição europeia continental, de inspiração estruturalista e formalista (Saussure, Hjelmslev, Jakobson, Greimas, Petitot, Brandt); e uma tradição anglo-saxónica, de inspiração lógica e matemática (Peirce, Morris, Austin, Searle, Grice), tradição essa que se estende aos alemães Apel e Habermas. O programa tem em conta esta dupla tradição. Por um lado, analisar-se-á a dependência inicial da teoria semiológica relativamente ao modelo da linguística estrutural. Por outro lado, insistir-se-á nos factores específicos que permitiram à semiótica constituir-se como uma ciência relativamente autónoma. Respeitando esta dupla tradição, traçamos um percurso que privilegia as seguintes problemáticas: 1.º a distinção entre signo e significação; 2.º o significado da passagem do signo ao discurso; 3.º a enunciação, ou se preferirmos, o processo da discursificação; 4.º o que é que significa ler/interpretar e os modos de ler. Este delimitamento permite-nos lançar as bases de uma teoria geral da significação,

que desenvolvemos em quatro pontos: 1. Com André Joly e Francis Jacques, debatemos duas teses contrárias sobre a significação: com Joly, colocamo-la à ordem da representação; com Jacques, perspectivamo-la como processo inobjectivável e irrepresentável; 2. Debatemos os limites de uma teoria que encerre a significação no signo e no seu sentido; 3. Mostramos a fragilidade de uma teorização que coloque a significação à ordem da frase; 4. Enfim, procuramos demonstrar que uma teoria geral da significação é inseparável de uma teoria do discurso. Mas como o discurso não é um conceito unívoco, remetemos para Greimas e Courtès, por exemplo, que o encaram como enunciado, e para Coquet e Geninasca, que por sua vez o perspectivam como enunciação”. (Martins, 2004)⁶.

Não era outro, também, o entendimento que Roland Barthes tinha da semiótica. Ao lermos “*Éléments de sémiologie*” (1964a), verificamos que Barthes se ocupa de signos verbais, visuais e gestuais, de discursos e de textos, sendo o texto um “discurso fixado pela escrita” (Barthes, 1976, p. 1013)⁷. E se dúvidas houvesse, sobre o lugar que Barthes atribui às imagens, ficamos completamente esclarecidos em “*Rhétorique de l’Image*” (Barthes, 1964b), um estudo sobre um cartaz publicitário, relativo às massas *Panzani*. Assinala Barthes: “na estrutura informativa, a escrita e a palavra são sempre termos plenos” (Barthes, 1964b, p. 43); “podemos encontrar, é claro, a imagem sem a palavra, mas apenas a título paradoxal, em certos desenhos humorísticos; a ausência de palavra recobre sempre uma intenção enigmática” (Barthes, 1964b, p. 43, n. 4). Por estas razões, conclui: “não é nada justo falar de uma civilização da imagem; nós somos, e mais do que nunca, uma civilização da escrita” (Barthes, 1964b, p. 43).

Enquanto me mantive no paradigma discursivo, um regime literário e analógico, realizei vários estudos sobre a teoria da argumentação. Segui as pisadas de Roland Barthes, que realizou o estudo sobre “*Rhétorique de l’image*”, em 1964, pensando apenas na civilização da escrita, e escreveu depois, em 1970, sobre “*La rhétorique ancienne*” (Barthes, 1970). Pela minha parte, escrevi, por exemplo, “A análise retórico-argumentativa do discurso” (Martins, 1988);

6 Este manual de *Semiótica* foi publicado em 2004, mas retomou integralmente o relatório, que produzi sobre a unidade curricular de Semiótica, do curso de Comunicação Social da Universidade do Minho, e que apresentei, em 1997, a Provas de Agregação.

7 Na expressão de Paul Ricoeur: “a escrita é aquilo que fixa o discurso num texto” (Ricoeur, 1970, p. 181).

“O ponto de vista argumentativo da comunicação” (Martins, 1998, 28-30 de abril); e “A atualidade da comunicação persuasiva” (Martins, 2005b). E fiz ainda, com Rui Grácio, a introdução ao volume temático, “Comunicação, Argumentação e Retórica”, da revista *Comunicação e Sociedade*, um volume que ambos organizámos (Martins & Grácio, 2009a). É de assinalar, todavia, que nenhum dos grandes investigadores da retórica, nacionais ou internacionais, que escreveram neste volume de *Comunicação e Sociedade*, apresentou trabalhos sobre a retórica da imagem. Refiro-me a Paulo Serra, Rui Grácio e Tito Cardoso e Cunha, e também a Wayne Brockriede, Ruth Amossy, Jean Goodwin e Christian Plantin (Martins & Grácio, 2009b).

Mas tendo em atenção a nova realidade tecnológica, trabalhar sobre a retórica dos novos média, ou média digitais, impunha uma deslocação do pensamento para a imagem, ou seja, uma deslocação da argumentação, que persuade, para o *marketing*, que seduz e fascina (Baudrillard, 1990). Por outras palavras, tratava-se de fazer uma passagem do *logos*, que na era literária e analógica comandara o *pathos* e o *ethos* (Aristóteles, 1998), para o *pathos*, que na era tecnológica se impunha ao *logos* e ao *ethos*. Das ideias passávamos, pois, para as emoções, e da “ideologia” deslocávamo-nos para a “sensologia” (Perniola, 1993), para a tribo, para a “ética da estética” (Maffesoli, 1990), incidindo agora a análise nas figuras cruciais da retórica da imagem: o *look* (o aspeto, o visual); o *timing* (o equivalente ao *kairos*, que na retórica antiga era o “tempo oportuno”); o *marketing* (a sedução e o fascínio); o *branding*, ou a *griffe* (o equivalente ao “exemplo”, na retórica antiga); o *design* (o desenho e a sua projeção).

Essa transposição do regime da palavra para o regime da imagem, com a retórica da palavra a ser substituída pela retórica da imagem, é o que vemos acontecer, por exemplo, em 1982, na revista do Centre National d’Art et de Culture Georges Pompidou, a revista *Traverses*, num número consagrado a “Les Rhétoriques de la Technologie”. Entre muitos outros investigadores, vemos Michel de Certeau publicar o estudo “Informatique et rhétorique: l’histoire” (Certeau, 1982). Christian Deschamps escreve sobre “L’écran et les intensités technologiques” (Deschamps, 1982). Edmond Couchot publica o texto “La synthèse numérique de l’image: vers un nouvel ordre visuel” (Couchot, 1982) e Pierre Sansot escreve sobre “Imaginer le sensible: les paysages technologiques” (Sansot, 1982). Por sua vez, Yves Chalas e Henri Torgue publicam o estudo “L’imaginaire technique ordinaire” (Chalas & Torgue, 1982). E Pierre Lévy escreve sobre “Le mythe de la société de l’information” (Lévy, 1982).

Foi neste sentido, de abertura a uma semiótica da imagem que tivesse em conta o caráter tecnológico do nosso tempo, que publiquei, em 2005, o texto “A razão comunicativa nas sociedades avançadas” (Martins, 2005a). E, em 2009, publiquei o trabalho, já referido neste estudo, “Ce que peuvent les images – Trajet de l’un au multiple” (Martins, 2009). Entretanto, em 2011, organizei com Michel Maffesoli um número temático sobre “L’imaginaire des médias”, na revista *Sociétés*, do Centre d’Études sur l’Actuel et le Quotidien (CEAQ), da Sorbonne (Maffesoli & Martins, Eds., 2011). E foram vários os estudos que, a partir de então, publiquei sobre as imagens e o imaginário. Publiquei, logo nesse número da revista *Sociétés*, o texto “Médias et mélancolie – le tragique, le baroque et le grotesque” (Martins, 2011f); e com Madalena Oliveira e Maria da Luz Correia, “Les images numériques s’imaginent l’archaïque: mettre en perspective les cartes postales” (Martins, Oliveira & Correia, 2011).

A hibridez, a crise e a melancolia

Podemos dizer que o nosso tempo é um regime tecnológico, com uma racionalidade autotélica, que remete para si mesma, para a *dia/bole*, ou seja, para uma razão (na realidade etimológica, para uma imagem) separada, e que tanto compreende uma espécie de “sol maior” da modernidade, como de “sol menor”, o que quer dizer, por um lado, um imaginário apolíneo, iluminista, confiante, e por outro, um imaginário melancólico, romântico, que exprime o mal-estar da época (Martins, 2017b, p. 12).

O “sol maior” contemporâneo decorre do racionalismo iluminista e de uma ideologia de progresso ininterrupto, enfim, de uma razão triunfante, fundada num conhecimento experimental e objetivo, que aponta para um futuro necessário, seja ele prospetiva (um olhar para diante), prognóstico (um conhecimento para diante), projeto (um lançamento para diante), programa (uma ordenação do que vem adiante), propósito (uma intenção para diante), promessa (uma garantia sobre o que é dado adiante)⁸.

8 A *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*, editada entre 1751 e 1772 por Diderot e D’Alembert, exprime bem este espírito de época iluminista, uma tonalidade em que a razão deve esclarecer e iluminar as trevas, o obscurantismo e as superstições.

Vinculada a esta cultura apolínea, que formula direitos naturais e direitos humanos, a Humanidade é una, tal como o é a cultura, e remete para uma única comunidade de homens livres, com os mesmos costumes (etnocentrismo), uma Igreja única (clericalismo); um mesmo Estado (imperialismo); um povo civilizado, de um lado, e povos primitivos, do outro (colonialismo).

A civilização tecnológica produziu, por outro lado, a civilização da imagem, com uma cultura que tem nos média digitais a sua maior referência. Com efeito, dos média clássicos (argumentativos, fundados na palavra, no pensamento e na persuasão, e com sentido de comunidade) passámos aos novos média: média digitais, autotélicos, de “meios sem fins”, como refere Agamben (1995), que falam às emoções e têm funcionamentos tribais.

Nestas circunstâncias, há que atender, por exemplo, com Walter Benjamin (1992), Marshall McLuhan (1997), Hal Foster (2002), Lev Manovich (2001, 2013) e Maria Bakardjeva (2005), não ao novo, mas à inovação tecnológica, centrando a análise na reprodutibilidade técnica com Benjamin, na programação e no design com Hal Foster, e na interatividade, ou seja na conexão homem/máquina, assim como nas noções de repetição e de jogo, com Marshall McLuhan, Lev Manovich, José Miranda (2008), José Miranda e Teresa Cruz (2002). E, é claro, com Henry Jenkins (2008) e Sousa, Martins & Zagalo (2016), por exemplo, devemos ainda atender à hibrididade dos meios e à convergência dos formatos, dispositivos e conteúdos mediáticos.

Esta linha de pensamento, com remissões para Walter Benjamin, Marshall McLuhan, Maria Bakardjeva, Lev Manovich, Hal Foster, Henry Jenkins, José Miranda e Teresa Cruz, e de igual modo para Gilbert Durand (1969), Guy Debord (1992), Gilles Deleuze e Félix Guattari (1972), Jacques Derrida (1967), Jean Baudrillard (1981), Friedrich Kittler (1986), José Mourão (2001) e Mario Perniola (2004), ajudou-me a cunhar a figura da “circum-navegação tecnológica”, em que os novos meios tecnológicos permitem a expansão da experiência humana, com conteúdos digitais. Neste entendimento, os sites, portais, blogues, videojogos, aplicações, repositórios digitais, museus virtuais, e ainda a instalação de realidades virtuais em ambientes imersivos, constituem os novos territórios, paisagens, atmosferas, ambientes e conhecimentos da “circum-navegação tecnológica”, uma navegação que compreende mesmo uma nova arte de contar histórias, as “narrativas transmediáticas” (Martins, 2020). No que respeita às narrativas transmediáticas, que Gunther Kress e Theo van Leeuwen chamam multimodais (Kress & Leeuwen, 2001),

apoio-me, sobretudo, em Henry Jenkins (2003), Lev Manovich (2001, 2013) e Carlos Alberto Scolari (2004, 2008). Com estas narrativas não se trata apenas de imitar, reproduzir, recontar, remediar, adaptar, estender e reinventar, indefinidamente, as histórias conhecidas. As narrativas transmediáticas permitem, por outro lado, ficcionar novas histórias, com a instalação de realidades virtuais em ambientes imersivos, como os videogames e as narrativas interativas na rede, no cinema, na televisão, em DVD (Sousa, Zagalo & Martins, 2012; Martins, 2020).

Mas a civilização tecnológica, que tem na cultura da imagem a sua principal referência, é com Guy Debord uma “sociedade do espetáculo”, que nos impõe uma “congelamento dissimulado do mundo”, ou seja, uma retração da razão. Havendo nesta cultura da imagem a hegemonia do *pathos*, ocorre nela, também, o sobreaquecimento emocional (McLuhan, 1997), ou então, a “excitação” (Norbert Elias, 1989), ou nas palavras de Michel Maffesoli (1988), a euforização e a “efervescência”, e mesmo a “nova sensibilidade artificial” (Cruz, 1999), ou então “a simulação e o simulacro (Jean Baudrillard, 1981).

O pintor renascentista Albrecht Dürer é considerado uma figura-tipo da melancolia, como o é, aliás, Francisco Goya, pintor de finais do século XVIII, começos do século XIX (Préaud, 2005). Mas ao encarar o “sol menor” do romantismo, ou o “sol negro da modernidade” baudelairiano, referido por Robert Kopp (2004) e Julia Kristeva (1987), o que me importa aqui sublinhar é o imaginário melancólico, que hoje marca o tempo, tanto na cultura e nas artes, como nos média⁹.

Em 2010, 2011 e 2014, fui comissário de outras tantas exposições do artista plástico e fotógrafo, Arlindo Pintomeira. Em 2010 e 2011, tratou-se de duas Exposições de pintura, respetivamente *Interiores* e *Outras Faces*. E em 2014, a Exposição foi de fotografia e intitulou-se *Somewhere*. Ao analisar a obra deste artista plástico, fiz um alargado conjunto de incursões nas *Media Arts*, cartografando o imaginário melancólico contemporâneo, como concretização daquilo a que Walter Benjamin chamou, em tempos, “o empobrecimento da experiência”. Em *Interiores*, com Pintomeira a viver a influência estética dos pintores, David Hockney e Tom Wesselmann, em que a pintura

9 Uma visão alargada sobre a melancolia no Ocidente é aquilo de que nos dá conta Jean Clair, que organizou o Catálogo homónimo da Exposição intitulada *Mélancolie. Génie et folie en Occident*. Esta Exposição decorreu no Grand Palais, em Paris, de 10 de outubro de 2005 a 16 de janeiro de 2006, e também em Berlim, de 17 de fevereiro a 7 de maio de 2006 (Clair, 2005).

devém uma arte profana, que multiplica os vínculos com a fotografia e tanto sugere a pintura de cartazes, como as colagens para anúncios publicitários, ou os desenhos de anúncios de produtos, Pintomeira aproxima-se da Pop Art e do Design Gráfico, analisando procedimentos artísticos que obedecem aos princípios da Arte Minimalista (Martins, 2011d).

Por outro lado, em *Outras Faces*, com Pintomeira então sob a influência das obras de Andy Warhol e de Roy Lichtenstein, vemos o processo de produção artística a interligar-se com as artes visuais, da publicidade, da fotografia e do cinema, com as artes do espetáculo, remetendo para a labiríntica travessia do reino das imagens dos média, que saltam para a tela do pintor, tanto da página do jornal ou da revista, como da pantalha do cinema ou do ecrã do computador. Neste contexto, a utilização em *Outras Faces* do Photoshop, que é uma técnica de manipulação das imagens, assim como a impressão digital da imagem sobre tela, que Pintomeira utiliza nesta Exposição, apenas vem confirmar um movimento da arte, que tanto a aproxima das massas, como a aproxima das máquinas, para utilizarmos aqui uma convocação e glosa a Ernst Jünger (1990, p. 108).

Outras Faces é uma Exposição de dez quadros exclusivamente figurativos, que nos dá a ver a homogeneidade absoluta de sujeito e objeto, de tempo e espaço, num processo de retorno encantatório do mesmo (retrato). Num estilo neutro e documental, estes retratos figuram sujeitos passivos, na maior solidão, sujeitos de mera superfície e artifício, como se fossem objetos produzidos para consumo. Na realidade, são assim os sujeitos mediáticos, tal como no-los deu a ver Andy Warhol nos retratos de Marilyn Monroe, Elisabeth Taylor, Marlon Brando e Elvis Presley. E são assim, igualmente, os retratos de *Novas Faces*, que nos mostram sujeitos frios e inexpressivos, rebaixados a uma condição profana, sujeitos que não passam de “imagens sem aura”, como podemos dizer numa convocação de Benjamin (1992), enfim, são realizações mecânicas, decalcadas tanto dos produtos mass-mediáticos como dos artigos comerciais, uns e outros produzidos em série (Martins, 2016a).

Quando em 2014, Pintomeira expôs *Somewhere*, um álbum de fotografias, o território do fotógrafo era o mesmo que o do pintor de *Interiores* e de *Outras Faces*. Nas três Exposições, Pintomeira fixou-se, com particular obstinação e radicalidade, no território devastado do humano, de onde havia desertado o espírito e a Cidade ficara ao abandono, sem memória, de olhar perdido, sem rumo e sem horizonte. Sem dúvida, os procedimentos estéticos de Pintomeira

retomam a figura do imaginário melancólico, que é a forma atual do imaginário que os média assumem na contemporaneidade (Martins, 2016b).

Comecei a trabalhar o imaginário melancólico, como forma de imaginário de que vivem os média contemporâneos, em 1998, com “A biblioteca de Babel e a árvore do conhecimento” (Martins, 1998), e sobretudo a partir de 2002, com os estudos “O trágico na modernidade” (Martins, 2002a) e “O trágico como imaginário da era mediática” (Martins, 2002b).

Analisando formas culturais e artísticas contemporâneas, que associam as artes tecnológicas e os média, e tendo em Friedrich Kittler uma das minhas referências principais (Kittler, 1986), tenho-me interrogado sobre o atual regime de imagens, que produz um imaginário melancólico, de formas trágicas, barrocas e grotescas. Trabalhei neste sentido ao realizar o estudo “La nouvelle érotique interactive” (Martins, 2007b, pp. 21-27), sobre o *eXistenZ*, um filme realizado em 1999 pelo cineasta canadiano David Cronenberg. Desenvolvi a minha análise do imaginário melancólico contemporâneo ao analisar o videoclipe *Mercy Street*, de Peter Gabriel, realizado pelo diretor de vídeos de música Matt Mahurin, em 1986 (Martins, 2011e, pp. 53-65). E aprofundi ainda o meu ponto de vista nos três videoclipes da cantora islandesa Björk: *Hyperballad* (1996), realizado por Michel Gondry; *Hunter* (1998), realizado por Paul White; e *All is full of love* (1999), realizado por Chris Cunningham (Martins, 2011a, pp. 179-186). Estes três videoclipes falam da erótica dos objetos técnicos. Retomo aqui Deleuze e Guattari no *Anti-Oedipe*, quando propõem a “equivalência entre corpo, máquina e desejo”, referindo-se à hibridade do humano e do inumano, em que as máquinas são desejanças e os desejos maquinados, “havendo tantos seres vivos nas máquinas como máquinas nos seres vivos” (Deleuze & Guattari, 1972, p. 230).

Mais recentemente, voltei a trabalhar o mesmo imaginário melancólico, de formas trágicas, barrocas e grotescas, nas coleções de moda, primavera/verão e outono/inverno, do estilista britânico, Alexander McQueen. (Martins, 2015d, pp. 114-119)¹⁰.

10 Mas já em 2013, havia publicado “O Corpo Morto – Mitos Ritos e Superstições” (Martins, 2013), com a síntese do meu ponto de vista sobre o imaginário melancólico contemporâneo, de figuras trágicas, barrocas e grotescas. Analo aí, não apenas imagens dos desfiles de moda de Alexander McQueen, mas também das campanhas publicitárias da Benetton e da Nolita, que fazem da Sida, da cadeira elétrica, da Guerra na Bósnia e da anorexia o seu objeto; e analiso, ainda, o vídeo-clipe da canção de Peter Gabriel, *Mercy Street*. Faço, finalmente, uma análise da série televisiva *Bones*, com a ciência a inspecionar, cuidadosamente, o cadáver em que se

Em conclusão ao estudo que aqui apresento sobre a civilização da imagem e o imaginário melancólico, diria que este tipo de imaginário que marca a nossa época, nos média e na cultura, mas igualmente nas artes, remete para uma cultura dionisíaca, centrada na vida e no seu correlato, a morte. O imaginário melancólico contemporâneo é, de facto, uma espécie de visão em negativo do Iluminismo, é o seu recalçado, uma consciência infeliz, própria de “gente feliz com lágrimas”, como podemos dizer, glosando o título do romance homónimo de João de Melo, publicado em 1988. Um tal imaginário compreende formas trágicas, barrocas e grotescas, as quais, na realidade, exprimem uma condição humana atormentada, pela ambivalência e o desassossego, pelo desequilíbrio e a vertigem, enfim, pelo enigma e o labirinto que a constituem.

As formas trágicas do imaginário melancólico contrapõem-se, com efeito, às figuras dramáticas de um imaginário apolíneo, que aponta sempre para uma síntese redentora¹¹. Por sua vez as formas barrocas compreendem linhas curvas, pregas e dobras, concavidades e sombras, que figuram a incerteza do caminho que trilhamos. Aparecem em contraposição às formas clássicas, de linhas retas e superfícies claras¹². Quanto às formas grotescas do imaginário melancólico contrapõem-se às formas transcendentais e sublimes, e figuram a ambivalência, a fluidez, o enigma, a imanência, e mesmo a inversão de valores¹³.

Referências

Agamben, G. (1995). *Moyens sans fins. Notes sur la politique*. Payot & Rivages.

Appadurai, A. (2004). *Dimensões Culturais da Globalização*. A Modernidade sem Peias. Teorema.

converteu a Cidade, e apresento o resultado de um estudo, realizado por Nuno Brandão, em 2010, sobre as aberturas dos telejornais portugueses.

- 11 Sobre as formas trágicas do imaginário melancólico, Michel Maffesoli escreveu *L'Instant éternel. Le retour du tragique dans les sociétés postmodernes* (Maffesoli, 2000); e também *Le rythme de la vie* (Maffesoli, 2004). Por sua vez, Marc Sagnol publicou *Tragique et tristesse. Walter Benjamin, archéologue de la modernité* (Sagnol, 2003). E eu próprio escrevi o artigo “O corpo morto: mitos, ritos e superstições” (Martins, 2013).
- 12 As formas barrocas a que me refiro são desenvolvidas por Emmanuel Plasseraud no livro intitulado *Cinéma et imaginaire baroque* (Plasseraud, 2007).
- 13 Contrapondo as formas grotescas, que remetem para a sombra, e as formas sublimes, que apontam para a luz, Victor Hugo escreveu em 1827, *Do grotesco e do sublime* (Hugo, 2007/1827). Por sua vez, Mikhail Bakhtin escreveu, em 1965, sobre as formas carnavalescas e grotescas de François Rabelais (Bakhtin, 1968) e Muniz Sodré e Raquel Paiva publicaram em 2002 *O império do grotesco* (Sodré & Paiva, 2002).

- Aristóteles (1998). *Retórica*. INCM.
- Bakhtin, M. (1968). *Rabelais and his World*. MIT Press.
- Bakardjieva, M. (2005). *Internet Society: The Internet in Everyday Life*. Sage.
- Barthes, R. (1976). “Théorie du texte”. In *Encyclopaedia Universalis*, vol. 15 (pp. 1013-1017).
- Barthes, R. (1970). L’ancienne rhétorique. *Communications*, n. 16, 172-229.
- Barthes, R. (1964a). Éléments de sémiologie. *Communications*, 4, 91-143.
- Barthes, R. (1964b). Rhétorique de l’image. *Communications*, 4, 40-51.
- Baudrillard, J. (1981). *Simulacres et Simulation*. Galilée.
- Baudrillard, J. (1979/1990). *De la séduction*. Gallimard.
- Bauman, Z. (2006). *Liquid Times: Living in an age of uncertainty*. Polity.
- Benjamin, W. (1992). A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In W. Benjamin, *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política* (pp. 71-113). Relógio d’Água.
- Certeau, M. de (1982). Informatique et rhétorique: l’histoire. *Traverses*, n. 26, 29-35.
- Chalas, Y. & Torgue, H. (1982). L’imaginaire technique ordinaire. *Traverses*, n. 26, 114-120.
- Clair, J. (Ed.). (2005). *Mélancolie. Génie et folie en Occident*. Gallimard.
- Correia, M. L. (2021). *Imagens de intervalo. O postal ilustrado e a cultura visual contemporânea*. Húmus. <https://hdl.handle.net/1822/75617>
- Couchot, E. (1982). La synthèse numérique de l’image: vers un nouvel ordre visuel. *Traverses*, n. 26, 56-63.
- Cruz, M. T. (1999). Da nova sensibilidade artificial. In L. F. Teixeira (ed), *Imagens e reflexões*. (pp. 111-116). Ed. Universitárias Lusófonas.
- Debord, G. (1967/1992). *La société du spectacle*. Gallimard.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1972). 1. *L’Anti-Oedipe – Capitalisme et schizophrénie*. Éditions de Minuit.
- Derrida, J. (1967). *L’Écriture de la Différence*. Seuil.
- Deschamps, C. (1982). L’écran et les intensités technologiques. *Traverses*, n. 26, 50-55.
- Didi-Huberman, G. (2012). *Imagens apesar de tudo*. KKYM.
- Durand, G. (1969). *Les structures anthropologiques de l’imaginaire*. Bordas.
- Elias, N. (1939/1989). *O processo civilizacional, I*. Edições D. Quixote.
- Evans, J. & Hall, S. (2003). What is visual culture? In J. Evans & S. Hall (Eds.), *Visual Culture: the reader* (pp. 1-8). Sage publications.
- Foster, H. (1996). *Return of the real. Avant-garde at the end of the century*. MIT Press.
- Foster, H. (2002). *Design and crime (and other diatribes)*. Verso.
- Hugo, V. (1827/2007). *Do grotesco e do sublime*. Perspectiva.
- Jenkins, H. (2008). *Convergence Culture – Where old and new media collide?* New York University Press.

- Jenkins, H. (2003, 15 de janeiro). Storytelling: Moving characters from books to films to video games can make them stronger and more compelling. *MIT Technology Review*. <http://www.technologyreview.com/news/401760/transmedia-storytelling/>
- Jünger, E. (1930/1990). *La Mobilisation Totale*. In E. Jünger, *L'Etat Universel- suivi de La Mobilisation Totale*. Gallimard.
- Kittler, F. (1986). *Grammophon, Film, Typewriter*. Brinkmann & Bose.
- Kopp, R. (2004). *Baudelaire – Le soleil noir de la modernité*. Gallimard.
- Kress, G. & van Leeuwen, G. (2001). *Multimodal discourse: The modes and media of contemporary communication*. Oxford University Press.
- Kristeva, J. (1987). *Soleil noir. Dépression et mélancolie*. Gallimard.
- Lemos, A. (2020). Epistemologia da comunicação, neomaterialismo e cultura digital. *Galáxia*, 43: 54-66. <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/43970>
- Lévy, P. (1982). Le mythe de la société de l'information. *Traverses*, n. 26, 136-138.
- Lyotard, F. (1993). *Moralités post-modernes*. Minuit.
- McLuhan, M. (1997). *Understanding Media – The Extensions of Man*. Routledge.
- Maffesoli, M. (2004). *Le rythme de la vie*. Table Ronde.
- Maffesoli, M. (2000). *L'Instant éternel. Le retour du tragique dans les sociétés postmodernes*. Denoël.
- Maffesoli, M. (1990). *Au creux des apparences. L'éthique de l'esthétique*. Plon.
- Maffesoli, M. (1988) *Le Temps des tribus. Le déclin de l'individualisme dans les sociétés post-modernes*. Klincksieck.
- Maffesoli, M. & Martins, M. L. (Eds.). (2011). A propos de l'imaginaire des médias. *Sociétés Revue des Sciences Humaines n°111*, 5-9.
- Manovich, L. (2013). *The software takes command*. Bloomsbury.
- Manovich, L. (2001). *The language of new media*. MIT Press.
- Martins, M. L. (2021). Para uma nova teoria dos *media*, do espaço público e da opinião pública. In C. G. Riley, C. Henriques, P. M. Gomes, T. C. Cunha (Orgs.) *A Liberdade por Princípio. Estudos e Testemunhos em Homenagem a Mário Mesquita* (pp. 519-535). Tinta da China. <https://hdl.handle.net/1822/73736>
- Martins, M. L. (2020). Tecnologia e literatura: as narrativas transmediáticas. *Letras de Hoje*, 55(1), 4-13. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2020.1.34786>
- Martins, M. L. (2019). A comunicação e a informação na cultura. *Maremagnum*, 23, 33-40. <https://hdl.handle.net/1822/61843>
- Martins, M. L. (2017a). A cultura na era da mobilização do humano pela tecnologia – da universidade das ideias à universidade dos números. In U. Sidoncha & C. Moura (Eds.), *Metamorfoses da cultura* (pp. 157-178). Nova Vega. <https://hdl.handle.net/1822/51035>

- Martins, M. L. (2017b). Abrindo os Sentidos: O Imaginário da Morte na Contemporaneidade. In M. L. Martins.; M. L. Correia.; P. B. Vaz & E. Antunes (Eds.), *Sentidos da Morte: na Vida e na Mídia* (pp. 11-22). Appris. <https://hdl.handle.net/1822/51033>
- Martins, M. L. (2016a). Faces olhando a Pop Art e o Desenho Gráfico / Faces looking at the Pop Art and the Graphic Design. In Pintomeira, *Outras Faces / Other Faces, 2010* (pp. 320-333). Câmara Municipal de Viana do Castelo. <https://hdl.handle.net/1822/54392>
- Martins, M. L. (2016b). *Somewhere* – fotografias como pinturas sobre telas. A declinação da melancolia / Somewhere. Photographs as painting on canvas – melancholy's declination. In Pintomeira, *Fotografia / Photography, 2013-2016* (pp. 436-455). Câmara Municipal de Viana do Castelo. <https://hdl.handle.net/1822/54372>
- Martins, M. L. (2015a). Os média na contemporaneidade: da promessa de emancipação histórica à sua ruína. In M. Ledo & M. I. Lopes (Eds.), *Comunicación, cultura e esferas de poder* (pp. 19-44). USP-ECA, USC-GEA, AssIBERCOM, AGACOM. <http://hdl.handle.net/1822/35292>
- Martins, M. L. (2015b). Média digitais e lusofonia. In M. L. Martins (Ed.). *Lusofonia e Multiculturalismo. Promessa e Travessia* (pp. 27- 56). Famalicão: Húmus. <http://hdl.handle.net/1822/39698>
- Martins, M. L. (2015c). Os estudos culturais como novas humanidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(1), 341-361. <https://hdl.handle.net/1822/40655>
- Martins, M. L. (2015d). Mélancolies de la mode – le baroque, le grotesque et le tragique. *Les Cahiers Européens de l'Imaginaire*, v.7, 114-119.
- Martins, M. L. (2013). O corpo morto: mitos, ritos e superstições. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, vol. 1(1), 109-134.
- Martins, M. L. (2011-2012). Média digitais: hibridez, interactividade, multimodalidade. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 43/44, 49-60. <http://hdl.handle.net/1822/25606>
- Martins, M. L. (2011a). *Crise no Castelo da Cultura. Das Estrelas para os Ecrãs*. Grácio Editora. <https://hdl.handle.net/1822/29167>
- Martins, M. L. (2011b). Technologie et rêve d'humanité. *Les Cahiers Européens de L'Imaginaire*, v. 3, 56-61. <https://hdl.handle.net/1822/24245>
- Martins, M. L. (2011c). Globalization and lusophone world. Implications for citizenship. In Pinto, M. & Sousa, H. (Eds.), *Communication and Citizenship. Rethinking Crisis and Change* (pp. 75-84). Grácio. <https://hdl.handle.net/1822/25344>
- Martins, M. L. (2011d). Arlindo Pintomeira, Artist analysis. *Art Wall – International Contemporary Art Magazine*, n. 40, 10-26. <https://hdl.handle.net/1822/68431>

- Martins, M. L. (2011e). *Média e melancolia: o trágico, o grotesco e o barroco*. In M. Acciaiuoli & M. A. Babo (eds.) *Arte e Melancolia* (pp. 53-65). Instituto de História da Arte / Estudos de Arte Contemporânea e Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens. <https://hdl.handle.net/1822/24106>
- Martins, M. L. (2011f). *Médias et mélancolie – le tragique, le baroque et le grotesque*. *Sociétés, Revue des Sciences Humaines*, v. 111, 17-25. <https://hdl.handle.net/1822/23866>
- Martins, M. L. (2010). A mobilização infinita numa sociedade de meios sem fins. In C. Álvares & M. J. Damásio (Orgs.). *Teorias e práticas dos média: situando o local no global* (pp. 267-279). Edições Universitárias Lusófonas. <http://hdl.handle.net/1822/24250>
- Martins, M. L. (2009). Ce que peuvent les images. Trajet de l'un au multiple. *Les Cahiers Européens de l'Imaginaire*, n. 1, 158-162. <http://hdl.handle.net/1822/24132>
- Martins, M. L. (2008). Comunicação e Cidadania. In M. L. Martins & M. Pinto (Orgs.). *Comunicação e Cidadania Actas do 5.º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 6 – 8 de setembro de 2007* (pp. 19-25). CECS, Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/25364>
- Martins, M. L. (2007a). Nota introdutória. A época e as suas ideias. *Comunicação e Sociedade*, n. 12, 5-7. <http://hdl.handle.net/1822/24115>
- Martins (2007b). La nouvelle érotique interactive. *Sociétés, Revue des Sciences Humaines*, v. 96(2): 21-27. <https://hdl.handle.net/1822/23767>
- Martins, M. L. (2005a). A razão comunicativa nas sociedades avançadas. In *Rumos da Sociedade da Comunicação. II Congresso da Sopcom* (pp.51-57). Vega. <http://hdl.handle.net/1822/25337>
- Martins, M. L. (2005b). A actualidade da comunicação persuasiva. *Comunicação e Sociedade*, 8, 255-257. <https://hdl.handle.net/1822/24126>
- Martins, M. L. (2004, 12-13 de maio). *Da utopia da comunicação à comunicação sem utopia. Metamorfoses no sistema e nas relações de comunicação nos últimos trinta anos em Portugal* [conferência]. V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, Universidade do Minho, Braga. <http://hdl.handle.net/1822/1082>
- Martins, M. L. (2004). Semiótica. In *Repositorium da Universidade do Minho*. <https://hdl.handle.net/1822/996>
- Martins, M. L. (2003). O quotidiano e os *media*. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, n. 5, 97-105.
- Martins, M. L. (2002a). O Trágico na Modernidade. *Interact – Revista online de Arte, Cultura e Tecnologia*, 5. <https://hdl.handle.net/1822/1087>
- Martins, M. L. (2002b). O trágico como imaginário da era mediática. *Comunicação e Sociedade*, 4, 73-79. <https://hdl.handle.net/1822/25340>

- Martins, M. L. (2002c). De animais da promessa a animais em sofrimento de finalidade. *O Escritor, Revista da Associação Portuguesa de Escritores*, 18/19/20, 351-354. <https://hdl.handle.net/1822/1676>
- Martins, M. L. (2002d). *A Linguagem, a Verdade e o Poder – Ensaio de Semiótica Social*. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Martins, M. L. (1998, 28-30 de abril). *O ponto de vista argumentativo da comunicação*. [conferência]. II Congresso da Lusocom, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. <https://hdl.handle.net/1822/25356>
- Martins, M. L. (1998). A biblioteca de Babel e a árvore do conhecimento. *O Escritor, Revista da Associação Portuguesa de Escritores*, n. 11/12: 235-240. <https://hdl.handle.net/1822/30068>
- Martins, M. L. (1988). A análise retórico-argumentativa do discurso. In A. Esteves & J. Azevedo (eds.) *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais* (pp. 115-132). Instituto de Sociologia, Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/1822/23862>
- Martins, M. L. & Grácio, R. (2009a). Nota introdutória – O discurso argumentativo e as práticas sociais. *Comunicação e Sociedade*, vol. 16, 5-10. <https://hdl.handle.net/1822/29828>
- Martins, M. L., Oliveira, M. & Correia, M. L. (2011). Les images numériques s’imaginent l’archaïque: mettre en perspective les cartes postales, *Sociétés, Revue des Sciences Humaines*, n. 111, 163-177.. <https://hdl.handle.net/1822/23808>
- Melo, J. de (1988). *Gente Feliz com Lágrimas*. Dom Quixote.
- Mesquita, M. (2003). *O Quarto Equívoco*. Minerva.
- Miranda, J. B. de (1998). Da interactividade. Crítica da nova *mimesis* tecnológica. In C. Gianetti (Ed.) *Ars Telemática* (pp. 179-223). Relógio D’Água.
- Miranda, J. B. de & Cruz, M. T. (Eds.) (2002) *Crítica das ligações na era da técnica*. Tropismos.
- Mirzoeff, N. (2002). The subject of visual culture. In N. Mirzoeff (Ed.), *The visual culture reader* (pp. 3-23). Routledge.
- Mirzoeff, N. (2003). *An introduction to visual culture*. Routledge.
- Mourão, J. A. (2001). *Para uma poética do hipertexto*. Edições Universitárias Lusófonas.
- Perniola, M. (1994/2004). *O Sex appeal do inorgânico*. Ariadne.
- Perniola, M. (1993). *Do sentir*. Presença.
- Plasseraud, E. (2007). *Cinéma et imaginaire baroque*. Presses Universitaires du Septentrion.
- Préaud, M. (2005). *Mélancolies – Livre des images*. Klincksieck.
- Ricoeur, P. (1970). Qu’est-ce qu’un texte?. In R. Bubner et al., *Hermeneutik und Dialectik* (pp. 181-200). Aufsätze, II, Tübingen.
- Sagnol, M. (2003). *Tragique et tristesse*. Cerf.

- Sansot, P. (1982). Imaginer le sensible: les paysages technologiques. In *Traverses*, n. 26, 103-113.
- Scolari, C. A. (2008). *Hipermediaciones. Elementos para una teoría de la comunicación digital interactiva*. Gedisa.
- Scolari, C. A. (2004). *Hacer clic. Hacia una sociosemiótica de las interacciones digitales*. Gedisa
- Sloterdijk, P. (2000). *La mobilisation infinie*. Christian Bourgois.
- Sodré, M. & Paiva, R. (2002). *O império do grotesco*. Mauad Editora.
- Sousa, M. N.; Martins, M. L. & Zagalo, N. (2016). Transmedia Storytelling: The roles and stakes of the different participants in the process of a convergent story, in divergent media and artefacts. In A. Lugmayr & C. Dal Zotto (Eds.). *Media convergence Handbook – vol. 2* (pp. 117-135). Springer.
- Sousa, M. N., Zagalo, N. & Martins, M. L. (2012). 'Eu também posso propagar histórias'. A adaptação e as narrativas transmediáticas na era da participação. *Comunicação e Sociedade*, 22, 167-183. DOI: 10.17231/comsoc.22(2012).1280
- Steiner, G. (1992). *No Castelo do Barba Azul. Algumas notas sobre uma redefinição de cultura*. Relógio d'Água.
- Vattimo, G. (1991). *A Sociedade Transparente*. Edições 70.
- Virilio, P. (1982). Exposer l'accident. *Traverses*, n. 26, 36-40.
- Žižek, S. (2002). *Bem-vindo ao deserto do real*. Relógio d'Água.
- Wienar, N. (1948). *Cybernetics: Or control and communication in the animal and the machine*. Hermann & Cie e MIT Press.

Para uma teoria comunicacional da mediação

SAMUEL MATEUS

Introdução

Uma das tarefas essenciais de uma teoria da comunicação é abordar o problema da mediação e do meio, seja este *medium* tecnológico ou não. Afinal de contas, comunicar é já utilizar uma forma mediadora (semiose) para gerar um significado comum.

Surpreendentemente, a associação entre os conceitos de “meio” e “comunicação” é bastante recente. Filologicamente, o substantivo “meio” raramente estava ligado a algo relacionado com comunicação até ao final do século XIX (Guillory, 2010, p. 321). Não foi até à emergência de novos dispositivos tecnológicos – tais como o telégrafo e o fonógrafo – que *medius* veio servir como substantivo coletivo para as tecnologias avançadas de comunicação.

Em textos filosóficos antigos vemos já prolegómenos a uma teoria dos meios, mas, durante dois milénios, o problema da comunicação permanece ausente. Assim, a *Poética* de Aristóteles é acerca de imitação e reprodução (*mimesis*) enquanto o seu tratado *Retórica* é sobre persuasão (*peithô*) que envolve uma forma comunicativa. O mesmo é válido para o diálogo *Fedro* de Platão.

Mesmo que não haja uma utilização direta de conceitos como “comunicação” e “meios” de comunicação, o *Fedro* é a primeira e mais influente abordagem filosófica da comunicação (escrita). Ao abordar o discurso versus escrita, presença versus ausência, imediatismo versus mediação, é, acima de tudo, uma crítica da mediação. A chamada teoria socrática dos média (Galloway,

Thacker, Wark, 2013, p. 11) onde a comunicação é sobre a presença e o imediatismo teve uma profunda influência na teoria social moderna como é o caso de Adorno e Horkheimer, em *Dialética do Iluminismo* (Horkheimer & Adorno, 1972) ou de Habermas no livro *Transformação Estrutural da Esfera Pública* (Habermas, 1991). Como mediação de discurso, a escrita é vista como problemática e Stiegler (2006) avança como *hipomnese* – a problemática sobre a tradução da memória pessoal em suportes físicos de mídia dominantes. A teoria socrática dos meios torna a mediação uma espécie de ameaça ou sinal de opressão, não de emancipação, uma vez que o texto escrito significa a morte do diálogo e do imediatismo.

Este capítulo defende uma teoria da comunicação mediada¹ que é também – e concomitantemente – uma teoria da mediação comunicacional. Pressupõe que a mediação não é simplesmente um processo tecnológico homogêneo e universal. Em vez disso, apresento-a enquanto geração, remodelação e transformação. A realidade mediada é, antes de mais, um mediador da experiência humana. Mostrarei de que forma podemos integrar os dispositivos tecnológicos de mediação simbólica, vulgarmente referidos como Mídia, numa teoria da mediação comunicacional.

Para tal, princípio por apresentar a teoria da Mediatização no contexto da teoria dos Mídia para, num segundo momento, a distinguir da mediação. Sublinho que o uso anglo-saxónico da palavra “mediação” é usado de forma muito próxima àquele da mediatização, ainda que subsistam algumas dissemelhanças. Concluo apresentando o entendimento de meio (ou *média*) que uma teoria comunicacional da mediação supõe e exponho-a nos seus principais traços.

A Mediatização é um MetaProcesso

A mediatização designa uma nova condição social na qual a sociedade e a cultura progressivamente se impregnam da lógica dos dispositivos tecnológicos de mediação simbólica. Os Mídia tornam-se, assim, uma instituição central do mundo contemporâneo. Tal é a omnipresença, importância e intensa influência dos Mídia que eles não podem senão ser considerados em estreita

1 Distingo, com muita clareza, uma comunicação mediada de uma comunicação mediatizada.

correlação com as instituições sociais e culturais. Na verdade, os Média² são, eles próprios uma instituição: “um modelo de sociedade funcionalmente diferenciada na qual os Média são um sistema social especificamente institucionalizado” (Hepp, 2013a, p.45)³.

Os Média provocam as instituições sociais e processos culturais a alterarem o seu funcionamento e estrutura numa resposta adaptativa à sua lógica.

Uma parte significativa da influência que os Média exercem surge do facto de se terem tornado parte integrante do funcionamento de outras instituições, ao mesmo tempo que também tenham alcançado um grau de autodeterminação e autoridade que obriga outras instituições, em maior ou menor grau, a submeterem-se à sua lógica (Hjarvard, 2008, p.106).

Deste ponto de vista, não são somente uma tecnologia que apoia o desenvolvimento social, cultural, económico ou político das sociedades, mas uma verdadeira força motriz da sua transformação.

Perspetivados em conjunto, esses desenvolvimentos têm implicado mudanças significativas na sociedade em geral, sendo a compreensão desses processos beneficiada se os analisarmos à luz de um quadro teórico orientado para a intervenção dos media nos processos de mudança social e que apreenda, ainda, como essas mudanças estruturam as formas de nos comunicarmos enquanto indivíduos, instituições e sociedade (Figueiras, 2017, p.106).

A mediatização representa, assim, um vetor de mudança social em que é a própria lógica operativa dos Média⁴ a reger o funcionamento da sociedade. Por outras palavras, a lógica de funcionamento dos Média realiza-se fora dos Média (Marcinkowski, 2014). Tal é ilustrado pela adaptação do debate político aos formatos televisivo e radiofónico que tendem a privilegiar o *frame* do confronto agonístico, colocando candidatos frente-a-frente (tal como num combate de pugilismo). Os políticos aprendem, assim, a expressar-se em

2 Isto é, dispositivos tecnológicos de mediação simbólica, bem com as respetivas entidades profissionais que os compõem (como órgãos de comunicação social, agências de comunicação, etc.

3 A tradução desta citação e das seguintes em língua estrangeira é da responsabilidade do autor.

4 Altheide e Snow (1979) projetavam já, quase no final séc., a noção de lógica dos Média (*media logic*).

sound-bytes e em grandes expressões polêmicas como método de atraírem a atenção dos Média e transmitirem, de forma abreviada, a sua mensagem.

É por isso que se concebe a mediatização como um processo tão fundamental como a individualização ou a globalização. Na medida em que ela se realiza permanentemente, a mediatização é um metaprocesso (Krotz, 2007) em que a constante e preponderante presença dos Média transforma as relações humanas e altera o comportamento social. Ela não se restringe à modernidade, mas tem acompanhado o desenvolvimento das civilizações humanas desde a invenção da escrita. O conceito de mediatização teoriza, assim, o metaprocesso pelo qual as práticas quotidianas são, de forma crescente e primordial, moldadas pela mediação das tecnologias e organizações de Média (Figueiras, 2017, p. 101). Pode ser compreendido como a progressiva colonização pela lógica de funcionamento dos Média de todos os aspetos, institucionais ou individuais, de todos os campos sociais, incluindo a política, a justiça ou a religião.

Metaprocesso não significa, contudo, homogeneidade, mas um processo heterogêneo e evolucionário que rejeita perspetivas universais ou modelos únicos (Briggs, 2020, p.89). Exemplo disso mesmo é a existência de duas tradições dentro da teoria da mediatização: por um lado, a institucionalista, encabeça por Hjarvard (2017); e a tradição socioconstrutivista proposta por Couldry & Hepp (2018) ou Knoblauch (2013). A primeira sublinha a natureza independente da instituição “Média” (Hjarvard, 2008, p.115) salientando como os Média controlam o acesso que outras instituições têm a recursos comunicativos e ao domínio público.

Os Média intervêm e influenciam a atividade de outras instituições, tais como a família, a política, a religião etc., ao mesmo tempo que proporcionam um lugar-comum para a sociedade como um todo, isto é, fóruns virtuais de comunicação partilhados que outras instituições e atores utilizam, cada vez mais, como arenas para a sua interação (Hjarvard, 2008, p.115).

A tradição institucional defende, então, que o trabalho do investigador é analisar a interdependência institucional entre os média e os outros campos sociais ou instituições. Já a tradição socioconstrutivista adota uma ontologia construtivista e complementa-a com a hermenêutica e o interpretativismo (Ansaldo, 2022, p.4011). Defende a construção social da realidade a partir de

uma perspectiva media-cêntrica, na qual os Média são agentes incontornáveis da apreensão do mundo e da sua compreensão. É nesta tradição que a velha metáfora da moldagem adquire pertinência: os Média moldam as práticas comunicativas e simbólicas dos agentes sociais, não de uma causalidade exterior que é imposta, mas de uma causalidade interior de que a exteriorização e objetificação são a consequência. Assim, a tradição socioconstrutivista postula uma influência dos Média em três níveis principais: entre os próprios indivíduos (numa interação mediatizada pelo *Facebook*, por exemplo); entre os indivíduos e os dispositivos tecnológicos (o uso profissional do *Zoom*) e entre os Média e as restantes instituições sociais (impondo-lhe lógicas operatórias que se coadunem com a sua própria lógica de funcionamento discursivo).

A teoria da Mediatização é consonante com a teoria dos Média (Meyrowitz, 1986) ao se concentrar nas formas múltiplas que os Média impactam as relações interpessoais e o funcionamento das sociedades. Mas distancia-se da teoria dos Média por se apresentar menos tecnologicamente determinística já que, ao contrário de McLuhan (1964), não vê um único meio de comunicação como dando origem a um tipo específico de sociedade (Couldry, 2008, p.379). Aliás, a abordagem da Mediatização pressupõe a ideia de *inter-media* e *transmedia* nas suas relações entrecruzadas. Mais do que se concentrar, apenas, na lógica intrínseca da tecnologia, a mediatização enfatiza a importância de relações históricas e tendências culturais em interação com os Média, e não tanto com o impacto macroestrutural da tecnologia. Como explica Hjarvard (2008, p.109):

A invenção da prensa de caracteres móveis revolucionou a relação dos indivíduos com a escrita e teve impactos palpáveis, tanto na religião como no conhecimento, mas não implicou uma mediatização, quer da religião quer do conhecimento. Ou seja, aqui utilizamos a conceito para caracterizar uma *determinada fase ou situação* no desenvolvimento global da sociedade e cultura em que a lógica dos meios de comunicação social exerce uma influência particularmente predominante sobre outras instituições sociais (italico no original).

A Mediatização focar-se-á, assim, nos padrões simbólicos que se formam em diferentes áreas sociais e que refletem a transformação dos processos sociais e culturais em formatos adequados à circulação e re-presentation nos Média. Couldry (2008, p.5) dá-nos o exemplo dos casamentos que

historicamente se têm adaptado à lógica televisiva de os representar e os coloca como elegíveis para a futura remediação por via da câmara fotográfica e da câmara de filmar, por via de atributos que reproduzem o discurso televisivo, tais como a espetacularização dos noivos na dança inaugural do baile.

Sendo a Mediatização um metaprocesso societal ela requer a convergência entre os investigadores de Média e Comunicação e os Investigadores de Sociologia na medida em que os Média concorrem para deslocar e re-situar as relações sociais em novos contextos de operacionalização. O problema é que o conceito de Mediatização acaba por se afirmar numa nebulosa de ideias e definições vagas que podem ser resumidas pela influência das práticas instituições mediáticas em todas as áreas de ação social. Quanto aos poderes causais dos Média, esses (tal como na Teoria dos Média) são perfeitamente assumidos. Contudo, a especificação e natureza dessa causalidade não é inteiramente clara dando origem a uma tensão conceptual na própria noção de “Mediatização” (Ansaldo, 2022, p.4010).

A passagem da Mediatização à Mediação reflete precisamente esta inquietude teórica e metodológica patente na oscilação semântica. Na próxima secção, sugiro que a passagem à própria ideia de Mediação está ainda imbuída nos princípios da teoria da Mediatização não sendo, ainda, uma possibilidade para uma teoria da mediação.

A Crítica à Mediatização: em direção à Mediação (que afinal é ainda Mediatização)

Um dos proponentes da viragem da Mediatização à Mediação foi Couldry. Segundo o autor:

“o problema não é que os teóricos da mediatização não reconheçam a amplitude destas mudanças; certamente que o fazem, e é isto, em grande parte, que fundamenta a sua reivindicação em relação às suas implicações gerais. O problema é que o próprio conceito de «mediatização» pode não ser adequado para conter a heterogeneidade das transformações em questão” (Couldry, 2008, p.279).

Influenciado pela teoria dos campos sociais de Bourdieu, Couldry avança as dinâmicas complexas de inter-relações que não são cabalmente capturadas

pela noção de “mediatização”, já que ela sugeriria uma lógica linear de transformação. A crítica que é feita à teoria da mediatização é que pretende- sem sucesso- cobrir toda e qualquer mudança na vida cultural e social a partir exclusivamente da instituição Média. É neste contexto que Couldry propõe a noção de “Mediação”.

No âmbito da investigação em Estudos dos Média, o termo “mediação” pode ser utilizado para referir simplesmente o ato de transmitir algo através dos meios de comunicação, mas aqui tenho em mente uma definição mais substantiva do termo que tem recebido mais atenção nos estudos de Média desde o início dos anos 90. Uma definição grosseira de ‘mediação’ – neste sentido substantivo – é: *o efeito global das instituições de Média existentes na contemporaneidade sociedades, a diferença global que os Média fazem ao estarem presentes no nosso mundo social*” (meu itálico) (Couldry, 2008, p.380).

Como é notório nesta citação, Couldry pretende distanciar-se da teoria da Mediatização por a considerar incompleta. Porém, a sua definição de “Mediação” é claramente baseada num entendimento tecnológico e institucional dos Média. Mediação não se refere a um ato simbólico generalizado, mas à atividade específica dos Média (as suas instituições, organizações e práticas discursivas). Torna-se, assim, imperativo concluir que a Mediação de que Couldry fala é, ainda, na sua natureza substantiva, uma definição alternativa, mas concomitante à definição de Mediatização.

A partir deste momento, abre-se portas a uma ampla confusão entre a Teoria da Mediatização e a Teoria da mediação. Faz-se equivaler mediação à transmissão e efeito da instituição Média (órgãos de comunicação social, indústrias culturais, etc.). E, ao mesmo tempo, negligencia-se a ideia mediadora de *medium* ou *média*. Os Média de que a Mediatização fala não são somente meios (*média*) mas tecnologias, se quisermos, dispositivos tecnológicos de mediação simbólica. Isto é muito claro nesta passagem:

Embora úteis nos seus respetivos contextos, estes significados do termo “meio” (*medium*) não são relevantes aqui, onde o termo “média” se baseia em estudos dos meios de comunicação e de média. Como tal, é utilizado para designar tecnologias que permitem às pessoas comunicar no espaço e/ou tempo (Hjarvard, 2008, p.114).

Nesse sentido, restringe-se a amplitude do conceito de meio “... já presente na Teoria dos Média de Innis...” (1951) e McLuhan (1964) nos quais a estrada ou a eletricidade são meios, embora não de comunicação.

Esta confusão de usar, quase indistintamente, as noções de “Mediatização” e “Mediação” é antiga. O que aconteceu no início do séc. XXI é que ela se tornou mais evidente quando autores subordinados à teoria da Mediatização passam a operar a mediação num registo exclusivamente tecnológico e institucionalizado. Os próprios Altheide e Snow (1988, p.195) usavam a palavra “mediação” num sentido análogo ao de “mediatização”. E tal como eles, outros autores mais recentes⁵.

Por exemplo, Figueiras (2017, p.112) vê os média (meios) como Média (a institucionalização dos dispositivos tecnológicos de mediação simbólica e os “meios” de comunicação). A mediatização repercute-se:

em diversos níveis: num nível micro, na presença dos media na vida quotidiana dos indivíduos e em suas práticas comunicativas; num nível meso, no papel dos media no funcionamento das instituições; e num nível macro, no processo histórico de mediatização da sociedade e da cultura.

E quando Shulz (2004) ou Krotz (2009) falam do processo de mediação e do impacto dos Média em termos de fenómenos de extensão, substituição, fusão e acomodação, estão, ainda, a referir-se à componente estritamente tecnológica da mediação, associando-a aos chamados meios de comunicação de massa como a imprensa, rádio, televisão ou internet.

Num livro acabado de publicar, Cardoso (2023) refere – por intermédio da palavra “mediação” – aos mesmos processos de mudança social referidos pela teoria da Mediatização:

A mediação é o resultado dessas interações, o produto de escolhas e opções dos sujeitos sociais. Como tal, a sociologia que estuda a mediação apresenta-se como o estudo dos processos comunicativos na sociedade, como se gera a cultura, como se mudam, ou não, tecnologias comunicativas e instituições da comunicação (...) (Cardoso, 2023, p. 59).

5 Estas referências não devem ser entendidas como críticas, mas como exemplos dessa promiscuidade conceptual entre “Mediatização” e “Mediação”.

E acrescenta:

uma sociedade em rede em que a mediação está omnipresente através de múltiplos ecrãs, configurando uma sociedade mediatizada, em que os processos de transformação e mudança, radicados na mediação, se encontram em ação em todos os níveis de interação social, dando origem a uma vida vivida nos e pelos media, numa autocriação mediada no contexto de uma conectividade global e sempre disponível (Cardoso, 2023, p. 6).

Como se vê, a palavra “mediação” surge associada ao metaprocessos de influência dos dispositivos tecnológicos de mediação simbólica a que se chama “Mediatização”. O mesmo sucede nesta passagem:

A mediação introduz nas nossas sociedades a possibilidade da descontextualização espaço-temporal e social da comunicação tendo como consequência a criação de formas de comunicação permanentemente disponíveis, transformando a comunicação televisiva num fluxo e possibilitando, através da internet, o acesso a partir de qualquer lugar a qualquer informação ou entretenimento depositado na nuvem, portanto em localização geográfica incerta (Cardoso, 2023, p. 7).

Nesta passagem nota-se novamente a integração da Mediatização na definição de mediação cingindo esta à pura dimensão tecnológica. Isso é, igualmente, notório no seguinte excerto: “A profusão da mediação, nas oportunidades comunicativas, permitiu o surgir da comunicação em rede” (Cardoso, 2023, p. 34).

A passagem da Mediatização à Mediação é, contudo, extremamente redutora e sacrifica a riqueza conceptual da segunda a um propósito causal e explicativo da influência institucional dos dispositivos tecnológicos de mediação simbólica. Com efeito, ela negligencia a natureza mediadora da mediação e a operação de mediar como central ao ser humano. Ao concentrar-se num único aspeto da mediação – a mediação tecnológica –, a teoria da Mediatização foca-se apenas nos dispositivos tecnológicos de mediação simbólica, mas como não existissem outros meios ou média simbólicos. Aquilo que inicialmente parece o reconhecimento da mediação, não é senão – e ainda – mediatização.

Trata-se, nesta, de uma perspetiva afunilada do processo geral de mediação, tal como demonstrarei na próxima seção.

Voltemos à “in medias res”: a mediação

A Mediatização, vista como tecnologia de informação/comunicação, tal como até aqui enunciada, não é senão uma subespécie do processo geral de mediação simbólica.

Justamente, a Mediatização refere-se somente à *mediação simbólica dos dispositivos tecnológicos*, pelo que não subsume todos os processos de mediação. Tornar semelhantes “mediatização” e “mediação” é desaconselhável uma vez que se referem a fenômenos diferenciados. Quando se fala de “lógica mediática” – como o fazem Altheide e Snow (1979) – trata-se de uma lógica, não da mediação geral, mas da Mediatização (a transformação da sociedade por intermédio dos Média). E quando Silverstone (2002) alude ao processo de mediação ele refere-se “ao processo dialético no qual os Média institucionalizados da comunicação (imprensa, rádio, televisão, e *world wide web*) estão envolvidos na circulação geral de símbolos na vida social” (Silverstone, 2002, p. 762). A mediação tende, mais uma vez, a ser confinada ao espaço dos Média, sendo o próprio Couldry a colocá-la como uma teoria suplementar da mediatização (Couldry, 2008, p. 8), algo que, também, Martín-Barbero (1993) o faz.

O problema é que a teoria da Mediatização/Mediação (Média) deixa de fora processos, técnicas, atores, ideologias e práticas que não têm, necessariamente, a ver com os dispositivos tecnológicos de mediação simbólica (Média). Por outras palavras, negligencia o processo geral de mediação simbólica, para lá estritamente dos Média enquanto meios de comunicação. Enquanto compreendermos a Mediação enquanto processo de transmissão e recepção e um processo comunicativo que acontece hoje maioritariamente em formato digital (Cardoso, 2023, p. 6), descuramos a mediação em letra minúscula que designa todos os meios, sejam eles de comunicação ou não.

A mediação constitui um fenômeno primordial ao ser humano que desde sempre aplicou técnicas que fazem a intermediação entre o mundo cultural e o mundo natural. O colosso de Rodas ou o Pártenon ilustram, acima de tudo, a mediação da experiência religiosa, assim como os pilares jônicos são a mediação de um ideal estético arquitetónico. A mediação é algo *in medias res*, um *entre* os demais. Não um canal (Lasswell), não tanto uma síntese (Hegel), mas um princípio relacional (Mateus, 2021). Qualquer situação, estado, condição ou objeto pode assumir um papel de mediador. A mediação *in medias res*

implica que estamos sempre no meio de algo. No meio dos mediadores. Estes podem também ser pessoas, teorias ou conjuntos de crenças. Os mediadores não são simples intermediários: eles são simplesmente o meio.

Precisamos de deixar de reduzir os meios (mídia) às tecnologias e começar a incluir os seres humanos, bem como as suas conversas, discursos, e expressões nesta categoria. Num mundo relacional onde não existe um ponto de origem, qualquer ser também já é sempre um intermediário, um meio-termo, um canal de comunicação, ou seja, algo que transita. (Cooren, 2015, p. 12).

Uma coisa são os Média (dispositivos tecnológicos de mediação simbólica e as suas práticas institucionalizadas); outra coisa são os meios (*média*). Ao contrário de Figueiras (2017, p.102), não vejo os *média* exclusivamente como as tecnologias que expandem a comunicação no tempo, no espaço e na modalidade. Não os considero estruturas ou práticas institucionalizadas que cada vez mais influenciam outras esferas sociais (Figueiras, 2017, p.109); nem tão pouco simples organizações incluindo empresas de comunicação, empresas noticiosas ou representações mediáticas. Vejo, antes os *média* de forma não-específica e indeterminada para lá das tecnologias de comunicação e das empresas jornalísticas. O social simbólico é uma componente inalienável dos *média* e da mediação. Na verdade, os meios (*média*) são inerentes à sociedade, tal como McLuhan descrevia a estrada, a roda ou um par de óculos. Aliás, a sua ideia de meios como extensões do homem (McLuhan, 1964) preconiza o lugar incontornável da mediação, antes ainda de se institucionalizar ou tornar tecnologia de comunicação. O *Homo Sapiens* é um ser de mediações, as quais são uma das pré-condições para a existência de “sociedade” e de “mundo cultural partilhado”, bem como de sociedades funcionalmente complexas. A mediação é inerente ao humano.

Contrapor a mediação à Mediatização/Mediação traduz-se em abandonar a teocracia do dispositivo tecnológico *na* mediação simbólica. Eles são uma das manifestações, mas não correspondem à totalidade da mediação. A mediação para lá dos Média, um processo sem conteúdo ou mensagem⁶.

6 O próprio McLuhan interrogava: qual é a mensagem da eletricidade? E no entanto, ela teve claras repercussões aumentando o número de horas de trabalho e expandindo as atividades diurnas pela noite dentro.

A mediação é mais a articulação (material ou imaterial – como no caso dos imaginários sociais) simbólica da realidade.

Fenômeno mediático, na completa aceção da expressão, não é tanto o resultado da ação dos Média, como um processo geral de mediação, como a exteriorização de processos mentais sob a forma de uma dada forma material, e são uma característica universal de todas as sociedades humanas. Assim sendo, a mediatização não é outra coisa senão a longa e histórica sequência de fenômenos mediáticos institucionalizados nas sociedades humanas, e as suas múltiplas consequências (Véron, 2014, p. 165), desde o papiro ao código, livros impressos, rádio ou a internet. A mediatização opera através de diferentes mecanismos, mas é a mediação que lhe subjaz.

Quando se usa palavra Média no seu sentido institucionalizado e tecnológico está-se a naturalizar e a essencializar um processo de mediação. Ao tornar os Média autores de transformação, está a conceder-se-lhes agência como se fosse uma entidade única e absolutamente natural (Gitelman, 2006, p. 2). Os meios ou *média* são, em contraste, passagem e movimento, pelo que não são passíveis de uma essência ou agência. Agentes são os seres humanos que constroem simbolicamente o mundo por sucessivas mediações. Eles não são simples recipientes ou canais de transmissão, mas resultado cumulativo de sucessivas mediações multi-camada. Como explica Debray (1999), o meio (*medium*) não é uma coisa, mas uma dinâmica, uma prática dialética que interrelaciona e integra pessoas, objetos e discursos. Os estudos de mediação têm, deste modo, de se afastar da tentação de mediação tecnológica característica da teoria da Mediatização e aproximarem-se de uma investigação acerca da problemática das relações. Isso era o que a mediologia de Debray buscava ao re-especificar a dialética entre agência e estrutura numa nova sequência morfogenética. Na mediação não existe causalidade ou determinismo linear, mas apenas confluência dinâmica em que a invenção da bicicleta não causou as sufragistas e o feminismo, mas sem a qual aquelas não existiriam (Vandenbergh, 2007, p.30).

Proponho que a mediação é um processo ubíquo: as coisas não se tornam mediadas, eles são, já, formas de mediação. Como explica Grusin:

Defendo que não há nada que não seja mediação e que a própria mediação é imediata. Ao dizer isto, quero resistir tanto à experiência filósofos que afirmam que a experiência é independente da mediação e dos filósofos idealistas que insistem que a experiência deve ser sempre mediada (Grusin, 2015, p.135).

Isto significa que uma teoria da mediação anula os dualismos já que dissolve o objeto mediado daquele que o medeia. A mediação é, antes de tudo, o que medeia do princípio ao fim, um movimento de translação que não separa sem juntar. Um meio conector que inflete a experiência. Daí, noutra ocasião (Mateus, 2021, p.11), eu ter descrito a mediação como uma modulação da experiência. Modular é aplicar uma espécie de regulamentação imanente, um equilíbrio que reorganiza a relação entre duas entidades singulares. A mediação é uma modulação mediante, mediada e mediadora. A mediação é, por outras palavras, uma reconciliação modulada. Ela modula a relação inerente entre duas entidades. Não as altera direta nem indiretamente, porém, inflige-lhes uma torção à relação entre ambas.

Além disso, a mediação não é uma ligação ou acoplagem em termos simples. Mediação é a relação. Ela associa dissociando e dissocia associando. O estudo de Simmel (1994) sobre a porta e a ponte⁷ é bem revelador a este propósito: a ponte e a porta exemplificam, de uma forma decisiva, como separar e ligar são dois lados do mesmo ato. Por exemplo, a porta é simultaneamente a ligação entre o dentro e fora do mundo. Delimita um espaço que é duplamente afetado pelo mundo interior e o mundo exterior. Ao conciliar estes dois estados opostos, a porta transcende a separação entre o interior e o exterior. É paradoxalmente algo a fechar o espaço, mas também a abri-lo.

A verdadeira questão para a mediação não é transmitir algo do ponto A para o ponto B (modelos transmissivos de comunicação), mas para se debruçar sobre o meio termo⁸. A mediação é a viagem, não o destino. Mediação é o processo, não o conteúdo.

Mediando e Comunicando

A mediação forma um meio ambiente no sentido da afirmação de Deuze (2012, p.10): “Os meios (*média*) são para nós o que a água é para os peixes”. A única coisa de que os peixes não dão conta é da água que os envolve e que lhes permite respirar, deslocar e serem quem são. Analogamente, os meios são ambiente coproduzido e socialmente construído nos quais nascemos e

7 Um tratamento mais detalhado por ser encontrado em Mateus (2021).

8 Em inglês diz-se *in between*.

crecemos. É na aceção de ambiente que melhor podemos compreender a proposta antropológica de Véron: não se trata certamente de “um processo universal que caracteriza todas as sociedades humanas, do passado e do presente, mas é, mesmo assim, um resultado operacional de uma dimensão nuclear de nossa espécie biológica, mais precisamente, sua capacidade de semiose” (Véron, 2014, p.14). E acrescenta:

essa capacidade semiótica de nossa espécie se expressa na produção do que chamei de fenómenos midiáticos, consistindo da exteriorização dos processos mentais na forma de dispositivos materiais. Fenómenos midiáticos são, de fato, uma característica universal de todas as sociedades humanas. O primeiro estágio da semiose humana tem sido a produção sistémica de ferramentas de pedra, começando cerca de dois e meio milhões de anos atrás (Véron, 2014, p.14).

Numa abordagem antropológica, quando Véron menciona “fenómenos midiáticos” parece referir-se verdadeiramente ao processo original e ininterrupto de mediação que autonomiza os mediadores na sua materialidade capaz de marcar as normas sociais através de signos persistentes no espaço e no tempo. E mesmo se a distinção entre meios (*média*) e tecnologia mediática (*Média*) pode ser difícil de discernir em sociedades mediatizadas, ela não deve obstruir que a mediação é articulação multi-estratificada entre técnica, tecnologia e discurso simbólico. Precisamente por se situar indeterminada é que a mediação deve ser vista como um processo de definição aberta e inclusiva, isto é, relacional. “Os meios (*média*) são articulados a partir de aspetos sociais, espaciais, tecnológicos, simbólicos e discursivos e são continuamente envolvidos em relações dialéticas e não lineares em todo o lado à nossa volta” (Andersson, 2017, p.45). Defendemos, assim, um conceito de meio multi-facetado. A mediação é um movimento extensivo porque desloca e inventa, afasta-se e reúne-se (Serres, 1972).

A melhor forma de apreender o processo ininterrupto de mediação é concebê-lo em articulação com o processo generalizado de partilha simbólica a que chamamos de comunicação. Pensar a mediação implica pensar a comunicação e por isso proponho esboçar, muito brevemente, uma abordagem comunicacional da mediação.

A mediação é central nos estudos de comunicação. Uma vez que a mediação é, acima de tudo, um princípio relacional pede um modelo mais complexo

de comunicação que o modelo matemático de comunicação de Shannon e Weaver (1948). Enquanto a mediação consubstancia um princípio relacional (Peters, 1992), a comunicação consubstancia o processo relacional que põe em movimento os elementos (os mediadores) da mediação. Sem um processo de circulação e partilha a mediação permanece incompleta. Perceber a natureza da mediação depende (...) da afirmação da função comunicativa nas relações sociais, ou seja, *da possibilidade de comunicação*” (meu itálico) (Simmel, 1994, p.10). A comunicação é a condição da mediação. Se comunicar é tornar comum, mediar é relacionar. Não há comunicação sem mediação, tal como não existe mediação sem um princípio comunicacional.

O que a comunicação acrescenta à mediação é o caráter radial e transversal do processo, com diferentes intensidades e sentidos. Mas igualmente uma aceleração da mediação fundamental. Refiro-me a qualquer ato de mediação e comunicação: pode incluir os dispositivos tecnológicos (Média) mas não se restringe a eles. Com efeito, e como foi já salientado, a mediação é o princípio relacional que não tem uma essência ou unidade. É movimento e passagem. Mas, muito curiosamente, os mediadores parecem ser – tal como a ponte e a porta – fronteiras sem fronteiras. Porque os mediadores estão sempre à beira de ligar e separar comunicativamente, não têm limites definitivos. Limitam, mas não têm limites; são fronteiras permissivas, mas não têm fronteiras; são relações, mas não têm essência, forma ou ser independente. Existem tanto quanto a sua mobilidade para se reconectarem e re-separar (Mateus, 2021, p.14).

Na verdade, a mediação remete-nos sempre para outras mediações: para a remediação (Bolter e Grusin, 2000). E esta não tem somente de referir-se aos dispositivos tecnológicos de mediação simbólica, ou Média. A remediação é o processo regenerativo e translativo da mediação que sempre medeia, reenvia e aproxima. Deste ponto de vista, a remediação mais não é do que um fluxo eterno de sucessivas mediações.

Conclusão

Desengane-se o leitor que concluir que desprezo a mediatização. O que, neste capítulo, sugeri foi distinguirmos verdadeiramente três processos distintos: mediação, mediatização e comunicação. Propus uma conceção inclusiva da mediação cuja compreensão beneficia se a associarmos ao processo

comunicacional. Embora a mediação não seja mediatização, esta é já uma forma – tecnológica e institucionalizada – da mediação.

O que frequentemente se oblitera é que, antes dos efeitos transformadores dos Média, as sociedades humanas sofrem os efeitos moduladores da mediação. É como se a palavra Mediatização tivesse colonizado a originária e primordial mediação. Mediatização torna-se, assim, uma mediação tecnológica da realizada e orientada para a análise das organizações mediática ligadas à comunicação social. Mediático deixou de pontuar a relação entre duas entidades para designar o cunho das Instituições dos Média, enquanto dispositivos tecnológicos de mediação simbólica e empresas de comunicação social.

Porém, a Mediatização é apenas uma forma – tecnológica – de mediação simbólica. Não é a única nem necessariamente a mediação fundamental da realidade. Antes da televisão e depois da Internet, permaneceremos seres comunicativos que vivem em relações mediadas para lá das relações tecnológicas e institucionais que os meios de comunicação de massa trouxeram consigo. Avaliar os efeitos das tecnologias de comunicação é só parte do caminho de analisar o processo geral de mediação simbólica que desde sempre constitui o humano. A técnica não se restringe às tecnologias, nem as tecnologias são as únicas possibilitadoras de mediação.

As quatro paragens do nosso raciocínio visaram separar a mediação da mera transmissão de mensagens e separar os meios – e os mediadores – dos dispositivos tecnológicos de mediação simbólica (Média). Começou-se por caracterizar a Mediatização da sociedade e a sua aproximação terminológica com a mediação. Este empreendimento justifica-se mais ainda num período histórico de desenvolvimento das Ciências da Comunicação que privilegia o estudo dos Média dentro de uma teoria da comunicação. O uso plural de “teorias da comunicação” já trai a visão que identifica a teoria da comunicação com o estudo dos modelos (tecnológicos) da comunicação. Há mais comunicação para lá do dispositivo tecnológico de mediação simbólica. Há mais mediação para lá dos Média. Uma teoria da comunicação afirma-se, naturalmente, enquanto teoria da mediação. Mediação e comunicação são ambos processos de colocar em relação.

As terceira e quarta paragens do nosso argumento destinaram-se a fazer o elogio da mediação e colocá-la na origem da mediatização. Isto é, a Mediatização decorre da existência do processo generalizado de mediação do mundo. Mas é somente uma das suas manifestações. Porventura, a mais

influyente e visível manifestação da mediação, mas as tecnologias são apenas parte do processo de mediação. É redutor fechar a mediação nos Média.

Esta é uma realização histórica da mediação em geral. Perceber isto permite alargar o campo da comunicação além do estudo da comunicação social e do funcionalismo dos primeiros modelos de comunicação nos anos 1940 do séc. XX. Se o caro leitor me permite, um dos desafios que os investigadores em Comunicação têm de concretizar é fazer com que a Teoria da Comunicação seja, igualmente, uma teoria da mediação, do mesmo modo, que caberá à Filosofia da Comunicação estudar a natureza da mediação enquanto forma comunicacional.

Bibliografia

- Andersson, M. (2017). Mediatization from below. In O. Driessens, G. Bolin, A. Hepp & S. Hjarvard (Eds.). *Dynamics of Mediatization, Transforming Communications – studies in Cross-Media Research* (pp. 35-56). Palgrave Macmillan.
- Altheide, D. L. & Snow, R. P. (1979). *Media Logic*. Sage.
- Altheide, D. L. & Snow, R. P. (1988). Toward a theory of mediation. In J. A. Anderson (Ed.). *Communication Yearbook 11* (pp. 194–223). Sage.
- Ansaldo, S. (2022). Mediatization Research and Causality: Toward a Critical Realist Ontology. *International Journal of Communication* 16, 4008–4028. 1932–8036/20220005
- Bolter, J. D, Grusin, R. (2000). *Remediation: Understanding New Media*. The MIT Press.
- Briggs, C. (2020). Moving beyond “the Media”: Critical Intersections between Traditionalization and Mediatization. *Journal of Folklore Research*, 57(2). 10.2979/jfolkrese.57.2.03
- Cardoso, G. (2023). *A Comunicação da Comunicação. As Pessoas são a Mensagem*. Editora Mundos Sociais.
- Cooren, F. (2015). In medias res: communication, existence, and materiality. *Communication Research and Practice*. 10.1080/22041451.2015.1110075
- Couldry, N. (2008). Mediatization or mediation? Alternative understandings of the emergent space of digital storytelling. *New Media and Society*, 10 (3), 373-391.
- Couldry, N., Hepp, A., (2013). Conceptualizing Mediatization: Contexts, Traditions, Arguments. *Culture & Society*, 36 (7), 1032–1044.
- Couldry, N., & Hepp, A. (2018). *The mediated construction of reality*. Polity Press.
- Debray, R. (1999, agosto). Qu’est-ce que la médiologie ? *Le monde diplomatique*, p.32. <https://www.monde-diplomatique.fr/1999/08/DEBRAY/3178>

- Deuze, M. (2017). Ninguém ouve quando todos falam: sobre o futuro dos meios de comunicação social na vida mediática. *Mediapolis* 4, 11-37. https://doi.org/10.14195/2183-6019_4_1
- Figueiras, R. (2017). Estudos em mediatização: causalidades, centralidades, interdisciplinariedades. *Matrizes*, 11 (1), 101-126.
- Galloway, A. R., Thacker, E., & Wark, M. (2013). *Excommunication: Three Inquiries in Media and Mediation*. University of Chicago Press.
- Gitelman, L. (2006). *Always already new: Media, history, and the data of culture*. The MIT Press.
- Grusin R. (2015). Radical Mediation. *Critical Inquiry*, 42, 124-148.
- Guillory, J. (2010). Genesis of Media Concept. *Critical Inquiry*, 36 (2), 321-362.
- Habermas, J. (1991). *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry Into a Category of Bourgeois Society*. Polity Press.
- Hegel, G. W. F. (1969). *Science of Logic*. HarperCollins Publishers Ltd.
- Hepp, A. (2013a). *Cultures of Mediatization*. Polity Press.
- Hepp, A. (2013b). The communicative figurations of mediatized worlds: mediatization research in times of the “mediatization of everything. *European Journal of Communication*, 28, 615-629.
- Hjarvard S. (2008). The Mediatization of Society- A Theory of the Media as Agents of Social and Cultural Change. *Nordicom Review* 29 (2), 105-134.
- Hjarvard, S. (2017). Mediatization. In P. Rössler (Ed.). *The international encyclopedia of media effects* (pp.1–20). Wiley. 10.1002/9781118783764.wbieme0107
- Horkheimer, M., & Adorno, T. W. (1972). *Dialectic of enlightenment*. Herder.
- Innis, H. (1951). *The Bias of Communication*. University of Toronto Press.
- Kember S. & Zylinska, J. (2012). *Life after New Media – Mediation as a Vital Process*. The MIT Press.
- Knoblauch, H. (2013). Communicative constructivism and mediatization. *Communication Theory*, 23 (3), 297–315. 10.1111/comt.12018
- Krotz, F. (2007). *Mediatisierung: Fallstudien zum Wandel von Kommunikation*. VS Verlag für Socialwissenschaften.
- Martin-Barbero, J. (1993). *Communication, Culture and Hegemony*. Sage.
- Martin-Barbero, J. (1997). *Dos meios às mediações*. Editora da UFRJ.
- Mateus, S. (2021). In medias res – the mediation conundrum. *Communications*, vol. 46, no. 1, 95-112. <https://doi.org/10.1515/commun-2020-2079>
- Marcinkowski, F. (2014). Mediatisation of politics: reflections on the state of the concept. *Javnost*, v. 21, n. 2, 5-22. <http://dx.doi.org/10.1080/13183222.2014.11009142>

- McLuhan, M. (1962). *The Gutenberg Galaxy: the making of typographic man*. University of Toronto Press.
- McLuhan, M. (1964/2001). *Understanding Media: The Extensions of Man*. Routledge.
- Meyrowitz, J. (1986). *No Sense of Place: The Impact of Electronic Media on Social Behaviour*. Oxford University Press.
- Peters, J.D. (1999). *Speaking into the air: a history of the idea of communication*.
- Serres, M. (1972). *Hermès II: L'interférence*. Editions de Minuit.
- Shannon, C. E. (1948). A mathematical theory of communication. *Bell System Technical Journal*, 27, 379–423, 623–656. 10.1002/bltj.1948.27.issue-3
- Schulz, W. (2004). Reconstructing Mediatization as an Analytical Concept. *European Journal of Communication*, 19 (1), 87-101.
- Silverstone, R. (1999). Why Study the Media? *New Literary History*, 33(4), 761–780. <https://doi.org/10.1353/nlh.2002.0045>
- Silverstone, R. (2002). Complicity and collusion in the mediation of everyday life. *New Literary History*, 33(4), 761-780.
- Silverstone, R. (2005). *The sociology of mediation and communication*. In Calhoun, Craig, Rojek, Chris and Turner, Bryan, (eds.). *The Sage Handbook of Sociology*. Sage Publication, 188-207.
- Simmel, G. (1994). Bridge and Door. *Theory, Culture & Society*, vol.11, 5-10.
- Vandenberghe, F. (2007). Régis Debray and mediation studies, or how does an idea become a material force?. *Thesis Eleven*, 80, 23-42.
- Verón, E. (1997). Esquema para el análisis de la mediatización. *Diálogos*. Felafacs, 48, 9-17.
- Verón, E. (2014). Mediatization Theory: a semio-anthropological perspective. *Mediatization of Communication*. In L. Knut (ed.). *Mediatization of Communication* (pp. 163-174). De Gruyter-Mouton.

Retórica, lógica informal e o estudo da argumentação

RUI SAMPAIO DA SILVA

A argumentação é uma das dimensões fundamentais da comunicação, razão pela qual a teoria da argumentação deve ser considerada parte fundamental das ciências da comunicação. O estudo da argumentação, porém, pode ser feito a partir de diversas perspectivas teóricas. No presente texto, procurar-se-á mostrar em que medida as abordagens da retórica e da lógica informal se sobrepõem e se podem complementar, sendo dedicada particular atenção ao modo como desenvolvimentos recentes no estudo da argumentação, relacionados com a noção de argumento visual e enviesamento cognitivo, podem contribuir para uma melhor compreensão dos processos argumentativos.

1. A retórica enquanto teoria da argumentação

A retórica tem uma longa história, que remonta à Grécia Antiga. Já na *Ilíada* de Homero, Nestor se distinguia pela sua eloquência e dela se tornou um modelo (daí resultando a expressão “Nestoria eloquentia”). A democracia reforçou a importância da eloquência, dada a necessidade de persuadir pela palavra no âmbito do debate público e em processos de natureza judicial. Platão, no seu diálogo *Górgias*, definia a retórica simplesmente como a arte de persuadir, mais precisamente, como um procedimento formal, independente do conhecimento dos assuntos tratados, e eticamente neutro, no sentido em que podia ser posto ao serviço da injustiça. Importa referir que a retórica romana contestou estes dois pontos. Cícero, em particular, defendeu nos seus tratados

de retórica que o orador ideal deveria ter uma cultura enciclopédica e ser um exemplo de virtude cívica. Quintiliano, por seu turno, afirmou, logo no início da *Institutio Oratoria*, que o bom orador é necessariamente uma pessoa de bem, uma tese que se baseia na convicção de que a excelência oratória seria adquirida através da imitação de modelos, sendo de realçar que tal imitação ocorreria não apenas no plano linguístico, mas também no plano ético, contribuindo, assim, para a formação do carácter do orador (Terrill, 2016). Curiosamente, já Platão, no *Fedro*, tinha sugerido a possibilidade de uma boa retórica, que seria uma retórica assente no conhecimento real dos assuntos tratados e da alma humana.

Comparativamente com Platão, Aristóteles (1998) tinha uma conceção mais positiva da retórica, entendida como “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (1355b). Há aqui uma nuance significativa em relação a uma definição da retórica como mera arte da persuasão ou simplesmente como um instrumento neutro de persuasão, porque existe a preocupação de fundamentar de forma adequada a tese ou a posição defendida pelo orador; “descobrir” os meios adequados de persuasão é dotar esta última de um fundamento real. A definição aristotélica de retórica deve ser interpretada à luz de uma outra tese de Aristóteles, a saber, a tese de que os seres humanos têm uma inclinação natural para a verdade e a justiça; “a retórica é útil porque a verdade e a justiça são por natureza mais fortes que os seus contrários” (Aristóteles, 1998, p.1355a). Esta inclinação natural permite afirmar que a retórica favorece tendencialmente causas justas, respondendo-se, assim, ao receio de que o estudo e o exercício da retórica tivessem consequências nocivas. Tal como diz Reboul (1991, p.35), o bom orador é “aquele que dá à causa todas as suas chances”¹, e quando tal acontece a verdade e a justiça prevaleceriam sobre a falsidade e a injustiça.

A conceção aristotélica da retórica também se distingue pelo seu carácter abrangente, como se depreende da análise da estrutura do seu tratado de retórica, que se pode dividir em três grandes partes: uma teoria da argumentação (*logos*), onde se destaca o papel do exemplo (o correspondente retórico do raciocínio indutivo) e do entimema (o correspondente retórico do raciocínio dedutivo, em que as premissas são apenas verosímeis e podem estar omissas); uma teoria das paixões (*pathos*); e uma teoria do estilo (*lexis*). Trata-se de uma

1 A tradução desta citação e das seguintes em língua estrangeira é da responsabilidade do autor.

conceção abrangente, porque ao longo da sua história, e até ao séc. XX, a retórica estreitou-se gradualmente, transformando-se progressivamente numa teoria do estilo.

Desde a Antiguidade ficou então definida a natureza da argumentação retórica enquanto forma de argumentação que pode ser caracterizada com base em três traços fundamentais. Em primeiro lugar, e porque as premissas em questão são apenas plausíveis ou prováveis, a argumentação retórica não oferece demonstrações ou certezas, mas sim conclusões verosímeis. Devido à incerteza de fundo que afeta a discussão dos assuntos humanos, que constituem o domínio preferencial de atuação da retórica, a categoria a ela aplicável é a da verosimilhança e não a da verdade. Em segundo lugar, o fator humano desempenha um papel fundamental na persuasão retórica, como Aristóteles bem compreendeu ao destacar, como meios de persuasão, o *ethos* e o *pathos*, ou seja, o carácter do orador, tal como ele se manifesta no discurso, e o apelo às emoções, as quais têm uma função cognitiva importante ao iluminarem certos aspetos da realidade ao mesmo tempo que obscurecem outros. Deste modo, e em particular devido ao papel das emoções, a retórica opõe-se a concepções intelectualistas ou racionalistas da argumentação. Em terceiro lugar, a persuasão retórica envolve uma referência necessária a um determinado auditório, cujas crenças e valores deverão regular o esforço de persuasão dos oradores. Este ponto é reconhecido na teoria retórica dos lugares de argumentação, os *topoi*, que são premissas de carácter geral ou tipos de argumentos, como os argumentos que apelam a considerações de tipo quantitativo ou de tipo qualitativo. O orador deverá, assim, conhecer os *topoi* característicos de um auditório. Esta dependência da argumentação perante um auditório ou contexto restringe, em princípio, a validade das conclusões, conferindo um carácter contextualista à racionalidade retórica.

Perelman é uma das grandes figuras do ressurgimento da retórica no séc. XX, tendo recuperado a concepção abrangente da retórica proposta por Aristóteles, a qual, como se viu, não se limitava a uma teoria do estilo. Não por acaso, o grande tratado de retórica de Perelman (em co-autoria com Olbrechts-Tyteca) intitula-se *Traité de l'argumentation* (Perelman, 1992). Para além de retomar, sistematizando, a teoria tradicional dos lugares (*topoi*) da argumentação, Perelman propôs uma divisão tripartida dos principais tipos de argumentos: os argumentos quase-lógicos (que procuram reproduzir na linguagem natural esquemas argumentativos da lógica

formal), os baseados na estrutura da realidade (mais precisamente, baseados em relações causais ou de co-variação entre diferentes características) e, de forma complementar, os argumentos que podemos designar como argumentos baseados em casos particulares, como é o caso da argumentação que recorre a exemplos, modelos, analogias ou metáforas. Para além disso, ele defendeu que a retórica pode ser considerada, em si própria, uma forma de racionalidade, a racionalidade própria dos assuntos humanos e do debate público, assente em valores e crenças partilhadas por um auditório ou pelo senso comum e aspirando não a verdades demonstráveis, mas a conclusões verosímeis ou plausíveis.

2. Lógica informal

No séc. XX, desenvolveu-se uma área de estudos muito próxima da retórica e que a ela se sobrepõe em boa parte, na medida em que ambas se ocupam da argumentação enquanto “prática sociocultural de construção, apresentação, crítica e revisão de argumentos” (Johnson, 1998, p.5). Apesar das suas afinidades, convém distinguir entre retórica e lógica informal. Uma diferença importante ocorre ao nível do tipo de persuasão. A lógica informal aspira a uma persuasão racional, baseada em argumentos, ao passo que na retórica outro tipo de fatores, envolvendo apelos a emoções e considerações relativas ao carácter ou personalidade do orador, desempenham um papel importante. Em segundo lugar, a lógica informal tem um carácter necessariamente dialético, na medida em que o argumentador tem de antecipar as objeções relevantes e a elas responder adequadamente, porque tal é exigido pelo ideal de persuasão racional, mas na retórica, por se aspirar sobretudo à eficácia persuasiva, a dimensão dialética, ou a discussão adequada de todas as objeções, é com alguma frequência desnecessária.² As seguintes definições de lógica informal permitem uma delimitação prévia dessa área de estudos, ao mesmo tempo que mostram a sua proximidade relativamente à retórica:

2 Para uma análise mais aprofundada destas diferenças entre lógica informal e retórica, cf. Johnson (1998).

Um ramo da lógica cuja tarefa é desenvolver padrões não formais, critérios, procedimentos para a análise, interpretação, avaliação, crítica e construção da argumentação no discurso cotidiano. (Johnson & Blair, 1987, p.148)

[a lógica informal é] a análise crítica de argumentos tal como eles ocorrem na linguagem natural e em contextos públicos de persuasão relativa a questões controversas na política, no direito, na ciência e em todos os aspetos da vida quotidiana. (Walton, 1989, p.4)

A lógica informal pode também ser contrastada com o movimento do pensamento crítico, que se desenvolveu sobretudo a partir dos anos 80 do século XX enquanto área de estudos e programa educacional orientado, como o próprio nome indica, para o desenvolvimento do raciocínio crítico e do espírito crítico. O referido movimento tem origem em Dewey (1910), que usou a expressão “pensamento reflexivo” enquanto termo de contraste com “pensamento acrítico [*uncritical*]”. A lógica informal foi a matriz fundadora do movimento do pensamento crítico, na medida em que o desenvolvimento de competências argumentativas práticas tem de mobilizar de forma essencial o trabalho de análise e avaliação de argumentos que se encontra no centro da lógica informal. Em todo o caso, o pensamento crítico é, desde a sua génese, mais ambicioso do que a lógica informal, dado que ele reconheceu a importância das disposições do pensamento crítico ou do “espírito crítico” (uma noção analisada em Siegel, 1988), ao lado das competências argumentativas que constituem o foco da lógica informal. O paradigma original pode designar-se como sendo o paradigma das “competências-mais-disposições” (Davies & Barnett 2015). Em segundo lugar, mesmo ao nível das capacidades ou competências, o pensamento crítico tem um âmbito mais alargado do que o da lógica informal, porque envolve a capacidade de identificar pressuposições implícitas num argumento, colocar questões clarificadoras ou formular e avaliar juízos de valor. Em conjugação com as disposições constitutivas do pensamento crítico, o pensamento crítico convida a uma dialética argumentativa marcada pela abertura a outras perspetivas e pela cuidadosa ponderação de razões pró e contra uma determinada tese ou posição argumentativa.

A expressão “lógica informal” pode suscitar a impressão de que se trata simplesmente de uma extensão da lógica formal, entendida como estudo da validade da argumentação, mas a relação entre os dois tipos de lógica não é

fácil de se estabelecer, sendo possível defender que a lógica informal é independente da lógica formal. Podemos destacar duas diferenças entre elas. Em primeiro lugar, há uma diferença muito importante entre linguagens formais e a linguagem natural, na qual se exprimem os argumentos que são objeto da lógica informal. Esta primeira diferença fundamental ramifica-se em diferenças quer ao nível da sintaxe, muito mais rigorosa numa linguagem formal, quer ao nível da semântica, na medida em que a indeterminação de sentido que caracteriza muitos termos da linguagem natural compromete o rigor da argumentação. Em segundo lugar, o contexto desempenha um papel crucial na lógica informal. As seguintes instâncias de um argumento de apelo à ignorância exemplificam bem este ponto:

- a) Não há provas da existência de vida fora da Terra. Logo, não há vida fora da Terra.

- b) Não há provas da existência do monstro de Loch Ness. Logo, o monstro de Loch Ness não existe.

- c) Não há provas de que os OGM sejam um perigo para a saúde pública. Logo, os OGM não são um perigo para a saúde pública.

Apesar de estes três argumentos partilharem a mesma forma ou esquema argumentativo, eles remetem para três contextos diferentes, razão pela qual devem ser objeto de três avaliações diferentes. O primeiro é falacioso, porque o domínio em questão, o universo no seu todo, é demasiado vasto para ser devidamente investigado, ao passo que no domínio delimitado do segundo caso a ausência de provas já constitui um dado relevante que apoia a conclusão. Por seu turno, o terceiro argumento contém uma expressão ambígua, OGM, que requer desambiguação, uma vez que importa distinguir entre os organismos geneticamente modificados que já foram objetos de investigações aprofundadas e aqueles que se encontram ainda numa fase inicial de investigação.

Uma tarefa fundamental da lógica informal consiste na padronização e análise de argumentos, algo que se subdivide em várias atividades, sendo a mais fundamental a identificação da conclusão e das premissas ou razões. Existem indicadores de conclusão (como “logo” ou “portanto”) e os de premissas (expressões como “visto que”, “porque” ou enumerações ordenadas).

Todavia, além de tais indicadores serem, por vezes, erroneamente utilizados em passagens não-argumentativas, gerando a ilusão de se estar em presença de argumentos, muitas passagens argumentativas não têm indicadores de premissas ou conclusão, e nestes casos temos que identificar com base no raciocínio lógico a relação de apoio entre a conclusão (aquilo de que a passagem nos quer persuadir) e as premissas (as razões que sustentam a conclusão).

A clarificação da estrutura do argumento abrange, em particular, as seguintes atividades: a correção de elipses ou omissões; a eliminação do “ruído” causado por digressões e repetições; remover a ambiguidade e a vagueza dos termos, distinguindo, no caso da ambiguidade, os diferentes sentidos de um termo e recorrendo, no caso da vagueza, a definições clarificadoras; explicitar o conteúdo de figuras de estilo, procedendo a uma tradução da linguagem figurada para uma linguagem literal.

Outro objetivo fundamental da lógica informal consiste na avaliação de argumentos, a qual pode ser esquematizada nos seguintes passos, aqui formulados numa forma interrogativa:

- As premissas são verdadeiras?
- A conclusão (e eventuais conclusões intermédias) decorrem das premissas/razões que são dadas?
- Existem pressuposições no argumento? Com alguma frequência, o ponto fraco de um argumento consiste em premissas não explicitadas ou em pressuposições dúbias que se encontram na base de uma premissa.
- Há apelo a autoridades? E, existindo, será legítimo? Como é através do testemunho de outrem que adquirimos grande parte do nosso conhecimento, o apelo a autoridades não está, em princípio errado, mas deve ser avaliado questionando a credibilidade e a idoneidade das autoridades, determinando se há convergência entre o testemunho de diferentes especialistas ou analisando em que medida o testemunho se baseia em fundamentos adequados (por contraste com uma mera opinião).
- Há falácias?
- Podem extrair-se das premissas outras conclusões, manifestamente falsas?
- Há raciocínios paralelos aos apresentados, mas errados?³

3 Esta proposta de identificação dos passos para a avaliação de argumentos é em boa parte inspirada em Thomson (1996, pp.99-100).

Para além destas questões específicas na análise de passagens argumentativas particulares, a lógica informal também se ocupa do problema mais fundamental dos métodos para o desenvolvimento da capacidade de avaliar inferências. Podemos, seguindo uma enumeração proposta por Blair (2015), distinguir cinco grandes abordagens a este respeito. Em primeiro lugar, o tradicional estudo de falácias, que procura facilitar a avaliação crítica de argumentos através da identificação de erros inferenciais típicos. Em segundo lugar, o chamado método ARS, que procura definir critérios para a Aceitabilidade das premissas, bem como para Relevância e a Suficiência das premissas na sua relação com a conclusão. Em terceiro lugar, a análise da estrutura dos argumentos proposta por Toulmin (1958), de acordo com a qual, na relação entre a tese (*claim*) que se pretende afirmar e os seus fundamentos (*grounds*), se deve identificar a garantia (*warrant*) que está na base de uma inferência (que pode ser uma afirmação particular ou uma regra). Esta garantia, por seu turno, pode ser questionada e carecer de apoio (*backing*). Em quarto lugar, há o método de testagem através de contraexemplos, pelo qual se pode avaliar a relação entre as premissas e a conclusão imaginando ou concebendo situações possíveis congruentes com as premissas apresentadas, mas incompatíveis com a conclusão pretendida. Em quinto e último lugar, existe uma abordagem, particularmente promissora, a teoria dos esquemas argumentativos, que consiste em proceder à identificação dos principais padrões argumentativos que ocorrem na argumentação quotidiana, como argumentos de apelo à autoridade, *ad hominem* ou argumentos de derrapagem, por exemplo, formulando simultaneamente as respetivas questões críticas (Walton, Reed & Macagno, 2008); seria precisamente com base no modo como as questões críticas são respondidas que se determinaria se o argumento é ou não aceitável. Esta abordagem permite resolver um problema levantado pela teoria das falácias, a saber, o facto de tipos de argumentos tradicionalmente tidos como falaciosos nem sempre serem incorretos. Como vimos acima, a identificação de um argumento de apelo à ignorância como falacioso depende da resposta que se der às questões críticas relevantes. No caso do apelo à ignorância, é fundamental determinar se o domínio em questão foi adequadamente investigado.

3. Argumentos visuais?

Na sua *Introduction à la rhétorique*, Reboul (1991, p.4) define a retórica como “a arte de persuadir pelo discurso”. A referência a “discurso” nesta definição é natural à luz da tradição retórica, focada na linguagem verbal. Contemporaneamente, porém, com a expansão dos estudos sobre a retórica visual, a referida definição torna-se discutível, e exemplo disso é o interesse recente pela noção de argumento visual, particularmente importante numa era marcada pelo recurso a imagens no debate público tal como é travado nas redes sociais. O argumento visual pode ser definido nos seguintes termos:

os argumentos visuais constituem a espécie de persuasão visual na qual os elementos visuais se sobrepõem, acentuam, tornam vívidos e imediatos e, de outra forma, elevam na sua força uma razão ou conjunto de razões oferecidas para modificar uma crença, uma atitude ou a conduta de alguém (Blair, 2012, p. 50).

Nem toda a persuasão tem carácter argumentativo, e muitos usos de imagens podem persuadir sem que tenham relevância argumentativa; os argumentos oferecem-nos razões para acreditar em algo, e por esse motivo uma imagem só pode ser um argumento se apresentar razões. Estas são concebidas habitualmente como proposições, ou seja, como o conteúdo de uma frase declarativa, suscetível de ser considerada verdadeira ou falsa, e o desafio que a noção de argumento visual levanta é o de saber se as imagens podem exprimir proposições. Blair (2012, pp.48-49) alega que os argumentos não servem apenas para formar ou alterar crenças, mas também para influenciar ou alterar atitudes, intenções e comportamentos, noções que não implicam um conteúdo proposicional. Considerados a partir desta última perspetiva, eles não teriam necessariamente um carácter proposicional. Podemos complementar esta alegação de Blair com o problema suscitado pelas falácias de apelo às emoções. O argumento *ad misericordiam*, ou apelo à compaixão, aparece nas listas tradicionais de falácias, e, de facto, em muitas situações ele é falacioso; um aluno, por exemplo, não pode argumentar a favor de uma nota positiva alegando os enormes contratempos pessoais que uma reprovação traria. Todavia, e recorrendo a outro exemplo, se o apelo à compaixão assume a forma de

apresentação de situações de grande sofrimento humano no âmbito de uma campanha de solidariedade, nesse caso o argumento *ad misericordiam* é legítimo, dado que o apelo a emoções pode ser complementado por boas razões, que se podem considerar implícitas. De forma análoga, a força emocional de uma imagem pode ter relevância argumentativa. Em defesa da existência de argumentos visuais, Blair também alega que por vezes é possível traduzir o conteúdo argumentativo de uma imagem para uma linguagem verbal de tipo proposicional.

Uma boa ilustração da noção de argumento visual pode ser encontrada no debate suscitado, na guerra do Vietname, por um argumento da derrapagem, também chamado “declive escorregadio”, segundo o qual a queda do Vietname do Sul iria causar, através de um efeito de dominó, o triunfo sequencial do comunismo noutros países do sudeste asiático. O presidente Eisenhower, numa conferência de imprensa realizada em 7 de abril de 1954, formulou de forma clara o argumento:

Há considerações mais amplas que podem seguir o que você chamaria de princípio do ‘dominó em queda’. Há uma fileira de dominós montada, derruba-se o primeiro, e é certo que o que vai acontecer com o último vai ser muito rápido [...] Mas quando se chega à possível sequência de acontecimentos, a perda da Indochina, da Birmânia, da Tailândia, da Península e da Indonésia a seguir, agora começamos a falar de [...] milhões e milhões e milhões de pessoas.

Este argumento pode ser facilmente traduzido para uma linguagem imagética. Num dos cartoons, publicado nos anos 70, pode ver-se uma série de peças de dominó alinhadas, cada uma delas com o nome de um país do sudeste asiático, e um camponês vietnamita a empurrar a primeira peça, com a inscrição “Vietname”, iniciando assim o processo causal de derrube de todas as peças. A imagem empresta uma força persuasiva particular ao argumento, uma vez que aquilo que é discutível na sua formulação verbal, a probabilidade de a queda de um regime provocar a queda de outros regimes, na imagem surge como uma inevitabilidade. Em todo o caso, este exemplo também mostra que pode haver alguma imprecisão na tradução entre a linguagem verbal e a linguagem imagética; enquanto na sua expressão verbal o argumento menciona transições causais apenas prováveis, a imagem sugere

relações causais deterministas. Como tantas vezes ocorre nas traduções, também aqui estamos em presença de desvios semânticos. Em todo o caso, na era das redes sociais, os argumentos visuais são cada vez mais frequentes, o que justifica a sua inclusão no estudo da argumentação.

4. Enviesamentos cognitivos e o estudo da argumentação

Os enviesamentos cognitivos são padrões de raciocínio com um fundamento psicológico que conduzem a erros sistemáticos e previsíveis. Trata-se de um campo de estudos pertencente à psicologia cognitiva, mas que se torna incontornável no estudo contemporâneo da argumentação, entendido como empreendimento interdisciplinar, uma vez que muitos enviesamentos cognitivos afetam negativamente a argumentação quotidiana e, em particular, o debate político público. Na medida em que são padrões erróneos de pensamento, os enviesamentos cognitivos assemelham-se a falácias, mas delas diferem na medida em que assentam fundamentalmente em mecanismos psicológicos de processamento de informação e de tomada de decisão, ao passo que as falácias são falhas num argumento, como por exemplo a invalidade de uma inferência ou a irrelevância das premissas para a conclusão. Um exemplo interessante de sobreposição entre falácia lógica e enviesamento cognitivo é o enviesamento da crença, que consiste em considerar um argumento como válido em virtude de a sua conclusão ser verdadeira. Um exemplo típico é o seguinte:

Todas as flores têm pétalas.

Todas as rosas têm pétalas.

Logo, todas as rosas são flores.

Estamos aqui em presença de uma falácia lógica, designada como falácia do termo médio não distribuído. A designação deve-se a uma regra da silogística aristotélica segundo a qual o termo médio num silogismo, o termo que surge nas duas premissas, mas não na conclusão, deve estar tomado, pelo menos uma vez, em toda a sua extensão (deve estar “distribuído”). Ora, quando a expressão “ter pétalas” é usada de forma predicativa numa proposição afirmativa, ela nunca é tomada em toda a sua extensão. O exemplo em

questão é, todavia, muito enganador, porque o facto de a conclusão ser verdadeira induz muitas pessoas a aceitarem o argumento como válido. Se a conclusão fosse falsa, porém, o argumento já não seria enganador. Considere-se a seguinte variação: todos os cães são mamíferos; todos os gatos são mamíferos; logo, todos os gatos são cães. A identificação da falácia torna-se agora fácil, porque o mecanismo psicológico ativado no primeiro exemplo (a força persuasiva de uma conclusão verdadeira) já não atua. O enviesamento da crença mostra a diferença entre enviesamento cognitivo, enquanto mecanismo psicológico, e a falácia, enquanto falha de carácter essencialmente inferencial, ao mesmo tempo que ilustra a proximidade entre esses dois conceitos. O enviesamento da crença deve ser objeto de particular atenção, porque tem efeitos muito negativos ao nível da argumentação quotidiana e do debate público. A tendência para se considerar como corretos aqueles argumentos que têm uma conclusão que consideramos verdadeira conduz facilmente a erros sistemáticos na avaliação de argumentos.

Há uma vasta bibliografia sobre inúmeros enviesamentos cognitivos,⁴ razão pela qual apenas se poderá destacar, no presente contexto, alguns enviesamentos particularmente relevantes do ponto de vista da retórica e da lógica informal. Dois deles são reconhecidamente muito importantes por dificultarem o exercício do pensamento crítico (Stanovich & West, 2008): o enviesamento da confirmação, segundo o qual temos a tendência para valorizar a informação que confirma as nossas crenças e desvalorizar a informação refutativa; e o enviesamento unilateral (*one-side bias*), ou seja, a nossa tendência para preferir linhas de argumentação que apenas consideram ou razões a favor ou razões contra uma determinada posição em vez de um percurso argumentativo que contrabalança razões a favor e contra uma posição. Estes enviesamentos são tão visíveis quanto destrutivos no debate público, o qual, para ser construtivo, requer precisamente que se contrarie as tendências naturais neles corporizadas.

Outro enviesamento importante no debate público é o do ponto cego (*blind spot bias*), que consiste, por um lado, na tendência para desvalorizar os nossos enviesamentos e, por outro, na predisposição para considerar os outros como mais enviesados ou tendenciosos do que nós. É um enviesamento que se reflete no carácter inconsciente dos nossos preconceitos, os

4 Uma obra de referência útil a este respeito, mas necessariamente incompleta, é Pohl (2022).

quais não são habitualmente detetados por introspeção, mas sim através do contacto com outras perspetivas que os desafiam.

Também merece destaque o assim chamado “efeito do enquadramento” (*framing effect*), que se refere ao facto de sermos sugestionados pela linguagem utilizada na apresentação de dados ou formulação de perguntas, de tal modo que essas diferenças de apresentação ou formulação, por vezes subtis, podem influenciar decisivamente as nossas crenças ou respostas. Um exemplo já clássico, foi o estudo conduzido por Rugg (1941), em que se demonstrou como a permutação dos verbos “permitir” (com a sua conotação positiva) e “proibir” (com a sua conotação negativa) induz respostas inconsistentes ao problema da proibição/permissão do discurso antidemocrático. Uma ilustração contemporânea consiste em sondagens efetuadas na Federação Russa, na sequência da invasão da Ucrânia em fevereiro de 2024, sobre o grau de adesão da população à guerra; repare-se, todavia, que o uso da palavra “guerra” estava oficialmente proibido, o que afetou seriamente a fidedignidade dos resultados; não é mesma coisa perguntar a uma pessoa se apoia uma guerra ou se apoia uma “operação militar especial” ou o esforço militar que o seu país está a fazer. O carácter eufemístico dessas últimas expressões tende a induzir respostas diferentes daquelas que seriam suscitadas por uma palavra com uma conotação claramente negativa como “guerra”.

Por seu turno, o enviesamento da saliência está associado a uma heurística fundamental, bem presente na nossa arquitetura cognitiva, designada como “heurística da disponibilidade”, um método prático de resolução de problemas que, de acordo com um estudo clássico de Kahneman, Slovic e Tversky (1982, p.11), consistiria em “avaliar a frequência de uma classe ou a probabilidade de um acontecimento pela facilidade com que casos ou ocorrências podem ser trazidos à mente”. Esta definição enfatiza a avaliação de probabilidades, mas a heurística da disponibilidade pode também aplicar-se de forma mais geral àquelas situações em que procuramos resolver um problema com base na informação imediatamente disponível ou de que mais facilmente nos recordamos. A heurística da disponibilidade pode considerar-se associada a um enviesamento cognitivo designado como “enviesamento da saliência”, que consiste na nossa tendência para valorizar a informação que, por diversos fatores, atrai mais a nossa atenção. Na prática pedagógica, um momento humorístico de lecionação, por exemplo, é mais facilmente recordado. Analogamente, uma descrição feita numa linguagem

vívida também tem um impacto comunicativo maior, o que pode explicar, por exemplo, a eficácia da técnica de humanização das histórias no jornalismo e nas relações públicas, em que um problema é introduzido através de histórias individuais. O enviesamento do recente (*recency bias*) pode ser considerado uma forma do enviesamento da saliência e ajuda a explicar a importância de um parâmetro importante no estudo da opinião pública; a estabilidade. Como se sabe, num estudo de opinião não basta saber a direção da opinião, mas também a sua intensidade, o seu grau de suporte informacional ou a sua estabilidade. Este último parâmetro requer estudos feitos em diferentes momentos. Exemplificando, a França efetuou um teste nuclear no atol de Mururoa, situado no Sul do Oceano Pacífico, em 1995, o que desencadeou uma forte indignação por parte das opiniões públicas de países da região, incluindo apelos a boicotes de produtos franceses, mas bastou a passagem de alguns meses após a realização do teste nuclear para que o assunto fosse, na prática, esquecido. O enviesamento do recente permitiria prever esta evolução das opiniões públicas.

O enviesamento do resultado (*outcome bias*) é um bem conhecido enviesamento cognitivo que pode afetar em particular o debate político, sobretudo ao nível da responsabilização de atores políticos, e que consiste na nossa tendência para avaliar a qualidade de decisões políticas tomadas no passado tendo em consideração informação presente que não estava à disposição do decisor. Isto pode conduzir a juízos demasiado duros sobre figuras políticas. A invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022 oferece vários exemplos a esse respeito: a política alemã de aproximação com a Rússia através da interdependência económica revelou-se um erro, mas um erro difícil de evitar nos anos que antecederam a guerra e em que a hipótese de uma invasão em larga escala da Ucrânia parecia inverosímil. De forma análoga, a decisão de não aceitação da Ucrânia na NATO, em 2008, que parecia razoável no momento em que foi tomada, pode ter contribuído decisivamente para a invasão de 2022.

A heurística do afeto é um mecanismo psicológico que pode explicar a rigidez de posições em debates com uma componente emocional forte, como frequentemente sucede no debate político. Num artigo seminal de Zajonc (1980), sugestivamente intitulado “Feeling and thinking: Preferences need no inferences”, o autor defendeu que toda a perceção tem uma dimensão afetiva e que, por conseguinte, fatores emocionais desempenham um papel-chave nas

nossas respostas iniciais a um estímulo. A heurística do afeto é um método prático para julgar e tomar decisões em que fatores de ordem emocional se sobrepõem à análise da informação factual. Slovic *et al.* (2002), por exemplo, mostraram que os diferentes efeitos emocionais decorrentes de diferentes modos de apresentação dos mesmos dados estatísticos (modos frequentistas e probabilísticos) têm um impacto causal em processos de julgamento e tomada de decisão. Não é novidade que as emoções são um fator de persuasão e ajudam a tomar decisões, mas os estudos psicológicos sobre a heurística do afeto projetam uma luz adicional sobre a necessidade de inteligência emocional na discussão argumentativa de questões complexas ou fraturantes.

O enviesamento do *statu quo* é outro enviesamento poderoso que se pode encontrar em domínios tão relevantes como a ética, a política ou a economia. Nesse último domínio, foi estudado por autores como Kahneman, Knetsch e Thaler (1991), que o analisaram a partir do mecanismo psicológico da aversão a perdas, segundo o qual o desconforto de uma perda é psicologicamente mais forte do que o conforto de um ganho. Na política, o enviesamento do *statu quo* está naturalmente associado a posições de tipo conservador ou a uma defesa do senso comum. Pode estabelecer-se uma conexão entre este enviesamento e um aspeto muito importante da dialética argumentativa, a saber, a transferência do ónus da prova, da obrigação de apresentar argumentos a favor de uma tese ou posição, o que pode ser muito relevante em assuntos complexos. A análise de Walton (1989, p.89) sobre o argumento *ad populum* (o argumento de popularidade ou de apelo ao sentimento popular) é a este respeito muito significativa; quando nos afastamos daquilo que é aceite pela maioria ou pela generalidade das pessoas, é sobre nós que recai o ónus da prova. Um critério elementar para determinar sobre quem recai o ónus da prova é a plausibilidade inicial de uma hipótese e, em princípio, aquilo que se desvia de estados de coisas habituais ou de opiniões habitualmente aceites carece normalmente de fundamentação argumentativa.

O assim chamado efeito de ancoragem consiste na nossa tendência psicológica para fazer estimativas sob influência de valores inicialmente apresentado, mesmo que aleatórios (Kahneman, Slovic & Tversky, 1982). Numa experiência típica, dois grupos de pessoas que tinham sido confrontadas com as percentagens, aleatoriamente propostas, de 10% e 65% como possíveis percentagens do número de países africanos nas Nações Unidas, estimaram em média o valor real da percentagem em, respetivamente, 25% e 45%, revelando, assim, a sua

vulnerabilidade ao efeito de ancoragem. Este efeito é muito frequente, e consequentemente explorado, nas negociações comerciais, mas também desempenha um papel importante no debate político ou negociações diplomáticas, onde posições iniciais pouco razoáveis podem, apesar disso, influenciar de forma significativa o decurso das negociações ou a busca de consensos.⁵

Por último, importa mencionar um importante enviesamento cognitivo designado como “groupthink” ou pensamento de grupo (Janis, 1971), com grande impacto no debate argumentativo. Ele resulta do facto de a solidariedade interna de um grupo induzir os respetivos membros a evitarem manifestações de desacordo ou dissidência, comprometendo uma análise lúcida ou realista dos problemas sob discussão. Janis exemplificou este enviesamento com a decisão desastrosa do Presidente Kennedy de ordenar a invasão da Baía dos Porcos, em Cuba. Muitos dos conselheiros tinham boas razões para dissuadir o Presidente de tomar tal decisão, mas autocensuraram-se para não transmitirem uma imagem de fraqueza ou de falta de lealdade ao grupo. Este enviesamento cognitivo pode também explicar a formação de bolhas de opinião nas redes sociais. Um possível antídoto consiste em decompor um grupo maior em grupos mais pequenos, o que facilita a expressão de opiniões divergentes. O assim chamado efeito de arrastamento (*bandwagon effect*) pode ser considerado uma forma de pensamento de grupo, que tem especial relevância no comportamento político e que se enquadra numa característica bem conhecida do comportamento humano: a tendência para o conformismo; para imitar ou seguir a maioria. O efeito de arrastamento tem sido objeto de atenção, por exemplo, no estudo do modo como os resultados de sondagens eleitorais podem favorecer os candidatos ou partidos que as lideram (McAllister & Studlar, 1991).

O interesse do estudo de enviesamentos cognitivos para a teoria da argumentação decorre do facto de eles terem um impacto significativo nos processos argumentativos e, em particular no debate público, contribuindo para algumas patologias do debate público como a (hiper)polarização ou a

5 Numa entrevista ao site noticioso *Politico*, a 2 de janeiro de 2022, a primeira ministra da Estónia, Kaja Kallas explicou nos seguintes termos, que evocam o efeito de ancoragem, a tática negocial da era soviética: “Primeiro, exija o máximo, exija algo que nunca te pertenceu. Em segundo lugar, apresente ultimatros. E em terceiro lugar: eles não cedem um centímetro nas negociações, porque haverá sempre pessoas no Ocidente que vão negociar e dar-te algo que não tinhas antes” (Heath & Herszenhorn, 2022, 2 de janeiro).

fragmentação e compartimentação da esfera pública em nichos de espaços homogêneos que reforçam crenças e atitudes preexistentes. Ao estudar as falhas dos processos argumentativos, a teoria da argumentação assume uma relevância que transcende em muito o domínio acadêmico, na medida em que contribui para a qualidade do debate público e, conseqüentemente, da democracia.

Bibliografia

- Aristóteles (1998). *Retórica*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Baron, J. & Hershey, J. (1988). Outcome bias in decision evaluation. *Journal of Personality and Social Psychology* 54, 569–579.
- Blair, J. A. (2004). The Rhetoric of Visual Arguments. In C. A. Hill e M. Helmers (Eds.). *Defining Visual Rhetorics* (pp. 41–61). Lawrence Erlbaum Associates.
- Blair, J. A. (2015). What Is Informal Logic?. In F. H. van Eemeren and B. Garssen (Eds.). *Reflections on Theoretical Issues in Argumentations* (pp. 27-42). Springer.
- Davies, M. & Barnett, R. (2015). Introduction. In *The Palgrave Handbook of Critical Thinking in Higher Education* (pp. 1-25). Palgrave Macmillan.
- Dewey, J. (1910). *How we think*. Heath and Co.
- Eisenhower, D. (1954, 7 de abril). *The President's News Conference*. <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/the-presidents-news-conference-361>
- Gilovich, T., Griffin, D. & Kahneman, D. (2002). *Heuristics and Biases: The Psychology of Intuitive Judgment*. Cambridge University Press.
- Heath, R. & Herszenhorn (2022, 2 de janeiro). Estonian PM calls for strong sanctions and 'strategic patience' in dealing with Moscow. *Politico*. <https://www.politico.com/news/2022/02/01/estonia-prime-minister-sanctions-moscow-00004082>
- Janis, I. (1971). Groupthink. *Psychology Today*, 84-89.
- Johnson, R. (1998). Differences Between Argumentative and Rhetorical Space. *OSSA Conference Archive*, 62.
- Johnson, R., Blair, J. (1987). The current state of informal logic. *Informal logic*, v. 9, p.147-151.
- Kahneman, D., Slovic, P. & Tversky, A. (1982). Judgment Under Uncertainty: Heuristics and Biases. In *Judgment Under Uncertainty: Heuristics and Biases*, (pp. 3-20). Cambridge University Press.
- Kahneman, D., Knetsch, J. & Thaler, R. (1991). Anomalies: The Endowment Effect, Loss Aversion, and Status Quo Bias. *Journal of Economic Perspectives* 5, 193–206.

- McAllister, I. & Studlar, D. (1991). Bandwagon, Underdog, or Projection? Opinion Polls and Electoral Choice in Britain, 1979-1987. *The Journal of Politics* 53, 720-740.
- Perelman, C. & Olbrechts-Tyteca, L. (1992). *Traité de l'argumentation*. Editions de l'Université de Bruxelles.
- Pohl, R. (2022) (ed). *Cognitive Illusions*. Routledge.
- Platão. (1986a). *Górgias*. Difel.
- Platão. (1986b). *Fedro*. Guimarães Editores.
- Quintiliano. (2002). *The Orator's Education*, vol. I. Harvard University Press.
- Rugg, D. (1941). Experiments in wording questions: II. *Public Opinion Quarterly* 5, 91-92.
- Reboul, O. (1991). *Introduction à la rhétorique*. PUF.
- Siegel, H. (1988). *Educating Reason*. Routledge.
- Slovic, P. et al. (2002). The Affect Heuristic. In Gilovich, T., Griffin, D. & Kahneman, D. (Eds.). *Heuristics and Biases: The Psychology of Intuitive Judgment* (pp. 397-420). Cambridge University Press.
- Stanovich, K. E., & West, R. F. (2008). On the failure of cognitive ability to predict myside and one-sided thinking biases. *Thinking & Reasoning* 14, 129 - 167.
- Terrill, R. (2016). Reproducing Virtue: Quintilian, Imitation, and Rhetorical Education. *Advances in the History of Rhetoric* 19, 157-171.
- Thomson, A. (1996). *Critical Reasoning: A practical introduction*. Routledge.
- Toulmin, S. (1958). *The Uses of Argument*. Cambridge University Press.
- Walton, D. (1989). *Informal Logic*. Cambridge University Press.
- Walton, D., Reed, C. & Macagno, F. (2008). *Argumentation Schemes*. Cambridge University Press.
- Zajonc, R. B. (1980). Feeling and thinking: preferences need no inferences. *American Psychologist* 35, 151-175.

PARTE 3.

Releituras

A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano em ambiente urbano¹

ROBERT E. PARK

Do ponto de vista deste ensaio, a cidade é algo mais do que um amontoado de homens² individuais e de conveniências sociais – ruas, edifícios, luzes elétricas, linhas de elétrico, e telefones, etc; também é algo mais do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos – tribunais, hospitais, escolas, polícia, e entidades da função pública de todos os géneros. A cidade é, sobretudo, um estado de espírito, um corpo de costumes e de tradições, assim como as atitudes e sentimentos organizados inerentes a esses costumes e transmitidos através dessa tradição. Noutras palavras, a cidade não é apenas um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a constituem; é um produto da natureza e, em particular, da natureza humana.

A cidade tem, como Oswald Spengler notou recentemente, a sua própria cultura: “A cidade é para o individuo civilizado o que a casa é para o camponês.

-
- 1 Conforme já referido na introdução deste volume, o texto de Robert E. Park “The City Suggestions for the investigation of human behaviour in the urban environment” foi publicado pela primeira vez em março de 1915 no *American Journal of Sociology*. O ensaio que se traduz aqui corresponde a uma segunda versão deste texto, com vários ajustes, que integraria o livro coletivo *The City* editado por Park juntamente com Ernest W. Burgess e Roderick McKenzie em 1925. **(Nota da tradutora)**
 - 2 Neste ensaio, é recorrente o uso da palavra “homem” para referir a pessoa independentemente do seu sexo. Sempre que isso acontece, e até para diferenciar dos momentos do texto em que o autor emprega terminologias neutras como “pessoa” e “individuo”, decidi manter-se uma tradução fiel ao original. Contudo, não se poderia deixar de assinalar que esta terminologia é discriminatória e que é um aspeto formal que confirma a visão eminentemente masculina da cidade, característica da sociologia urbana de Robert Park, atualmente sujeita a várias críticas, conforme já notado na introdução do presente volume. **(Nota da tradutora)**

Da mesma forma que a casa tem os seus deuses domésticos, também a cidade tem a sua divindade protetora, o seu santo padroeiro. Á semelhança da cabana do camponês, a cidade tem as suas raízes no solo”³.

Em tempos recentes, a cidade tem sido estudada do ponto de vista da sua geografia e ainda mais recentemente do ponto de vista da sua ecologia. Existem forças em ação nos limites da comunidade urbana – na verdade, nos limites de qualquer área natural de habitação humana – que tendem a resultar num agrupamento ordenado e típico da sua população e das suas instituições. À ciência que procura isolar esses fatores e descrever as constelações típicas de pessoas e instituições produzidas pela conjunção destas forças, chamamos ecologia humana, para distingui-la da ecologia das plantas e dos animais.

Transporte e comunicação, linhas de elétrico e telefones, jornais e publicidade, construções em aço e ascensores – todas as coisas que, na verdade, tendem a resultar numa maior mobilidade e numa maior concentração de populações urbanas – são fatores primários na organização ecológica da cidade.

Contudo, a cidade não é apenas uma unidade geográfica e ecológica; é ao mesmo tempo uma unidade económica. A organização económica da cidade é baseada na divisão do trabalho. A multiplicação de ocupações e profissões nos limites da população urbana é um dos aspetos mais surpreendentes e menos compreendidos da vida na cidade moderna. Deste ponto de vista, podemos, se assim entendermos, pensar a cidade, ou seja, o lugar e as pessoas, com toda a maquinaria e dispositivos administrativos que lhe são inerentes, como sendo organicamente relacionada; um tipo de mecanismo psicofísico no qual e através do qual os interesses privados e políticos encontram uma expressão não apenas coletiva, mas também corporativa.

Muito do que normalmente olhamos como sendo a cidade – os seus estatutos, organização formal, edifícios, carris, e por aí adiante – é ou parece ser, mero artefacto. Mas estas coisas, por si só, são utilidades, dispositivos acidentais que apenas se tornam parte da cidade viva quando, e na medida em que, através do uso, se interligam, tal como um utensílio na mão de um homem, às forças vitais residentes nos indivíduos e na comunidade.

A cidade é, finalmente, o habitat natural do homem civilizado. É por esta razão uma área cultural caracterizada pelo seu próprio tipo cultural peculiar:

3 Oswald Spengler, *Der Untergang des Abendlandes, IV* (Munich, 1922), 105.

“É um facto bastante certo, mas nunca inteiramente reconhecido” diz Spengler “que todas as grandes culturas nasceram na cidade. O homem excepcional da segunda geração é um animal construtor de cidades. Este é o verdadeiro critério da história mundial, que é distinta da história da humanidade: a história mundial é a história dos homens da cidade. Nações, governos, políticas, e religiões – tudo assenta no fenómeno básico da existência humana, a cidade.”⁴

Até hoje, a antropologia, a ciência do homem, tem-se ocupado sobretudo com o estudo dos povos primitivos⁵. Mas o homem civilizado é um objeto de investigação igualmente interessante, e ao mesmo tempo a sua vida é mais aberta à observação e ao estudo. A vida e a cultura urbanas são mais variadas, subtis, e complicadas, mas os temas fundamentais são os mesmos em ambos os casos. Os mesmos pacientes métodos de observação que antropólogos como Boas e Lowie despenderam no estudo da vida e dos costumes do índio norte-americano, poderão ser ainda mais proveitosamente empregues na investigação dos costumes, crenças, práticas sociais e conceções gerais da vida prevalentes em Little Italy no baixo North Side em Chicago, ou no registo dos mais sofisticados protocolos sociais⁶ dos habitantes de Greenwich Village e do bairro de Washington Square, em Nova Iorque.

Devemos sobretudo aos escritores de ficção o nosso conhecimento mais íntimo da vida urbana contemporânea. Mas a vida das nossas cidades exige um estudo ainda mais metuculoso e desinteressado do que aquele que Émile Zola nos deu nos seus romances “experimentais” e nos anais da família Rougon-Macquart.

4 Oswald Spengler, *Der Untergang des Abendlandes*, IV (Munich, 1922), 106.

5 A expressão “povos primitivos”, que no texto é oposta à de “homem civilizado”, sendo parte do léxico dos primeiros antropólogos para se referirem aos povos colonizados, é evidentemente ofensiva, mas optou-se por mantê-la na presente tradução, sempre que ocorre, na medida em que reflete fielmente os preconceitos do autor. Neste contexto, deve relembrar-se que, conforme já referido na introdução do presente volume, a posição de Robert E. Park no que tange ao colonialismo e ao multiculturalismo é, no mínimo, ambivalente, o que lhe tem merecido inúmeras críticas. (Nota da tradutora)

6 Embora se tenha optado por traduzir a expressão, deve assinalar-se que no original, a expressão usada por Robert E. Park é “folkways”. O termo, cujo sentido corresponde grosso modo ao comportamento convencional de um grupo social, foi cunhado no âmbito das ciências sociais por William Graham Sumner no livro *Folkways: A Study of the Sociological Importance of Usages, Manners, Customs, Mores, and Morals* publicado em 1906 e que é, aliás, citado por Park mais adiante no texto. (Nota da tradutora)

Precisamos destes estudos quando mais não seja para nos capacitar para ler os jornais inteligentemente. A razão pela qual a crónica diária do jornal, para o leitor médio, é tão chocante e ao mesmo tempo tão fascinante, é porque o leitor médio sabe tão pouco sobre a vida da qual o jornal é o registo.

Com as observações que se seguem, pretendemos definir um ponto de vista e indicar um programa para o estudo da vida urbana: a sua organização física, as suas ocupações e a sua cultura.

I. A planta da cidade e a organização local

A cidade, e em particular a cidade moderna americana, surpreende à primeira vista por se assemelhar tão pouco ao resultado de processos espontâneos da natureza e do crescimento que é difícil reconhecê-la como uma entidade viva. A planta da maioria das cidades americanas, por exemplo, é um tabuleiro de xadrez. A unidade de distância é o bloco. Esta forma geométrica sugere que a cidade é uma construção puramente artificial, que concebivelmente poderia ser desmontada e remontada de novo, como uma casa de blocos.

O facto, porém, é que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam. A consequência é que a cidade possui uma organização moral e uma física, e estas duas interagem mutuamente de maneiras características por forma a moldar-se e modificar-se uma à outra. É a estrutura da cidade que à primeira vista nos impressiona pela sua visível vastidão e complexidade. Mas, contudo, esta estrutura tem a sua base na natureza humana, da qual é uma expressão. Por outro lado, esta vasta organização que surgiu em resposta às necessidades dos seus habitantes, uma vez formada, impõe-se a eles como um facto externo bruto, e forma-os, por sua vez, de acordo com a concepção e interesses que incorpora. A estrutura e a tradição não são senão diferentes aspetos de um só complexo cultural que determina o que é característico e peculiar na vida na cidade, em contraste com a vida na aldeia e no campo.

A planta da cidade. – É porque a cidade tem uma vida que lhe é própria que há um limite para as modificações arbitrárias que é possível fazer (1) na sua estrutura física e (2) na sua ordem moral.

A planta da cidade, por exemplo, estabelece fronteiras e limites, fixa de maneira geral a localização e o carácter das construções da cidade, e impõe aos edifícios que são erigidos pela iniciativa privada, bem como pela autoridade pública um arranjo ordenado, dentro da área da cidade. Porém, dentro das limitações prescritas, os inevitáveis processos da natureza humana prosseguem dando a estas regiões e a estes edifícios um carácter que é menos fácil de controlar. Sob o nosso sistema de propriedade individual, por exemplo, não é possível antever o grau de concentração da população que poderá registar-se numa determinada área. A cidade não pode fixar os valores dos terrenos, e deixamos à iniciativa privada, em boa medida, a tarefa de determinar os limites da cidade e a localização dos seus bairros residenciais e industriais. Gostos pessoais e conveniência, interesses vocacionais e económicos, tendem infalivelmente a segregar e, portanto, a classificar as populações das grandes cidades. Desta forma, a cidade adquire uma organização e uma distribuição da população que não é projetada nem controlada.

A Bell Telephone Company encontra-se atualmente a desenvolver, particularmente em Nova Iorque e Chicago, investigações aprofundadas com o objetivo de determinar, ainda antes de efetivas mudanças, o provável crescimento e distribuição da população urbana nas áreas metropolitanas. A Fundação Sage, no contexto dos seus estudos de planeamento da cidade, procurou encontrar fórmulas matemáticas que lhe permitissem prever a expansão futura e os limites da população em Nova Iorque. O desenvolvimento recente de cadeias de lojas tornou o problema da localização um aspeto de preocupação para diferentes empresas de cadeias de lojas. O resultado foi o aparecimento de uma nova profissão.

Existe agora uma classe de especialistas cuja única ocupação é descobrir e localizar, com alegado rigor científico, e tomando em consideração as mudanças que as tendências atuais parecem vir a trazer, restaurantes, tabacarias, farmácias e outros pequenos negócios de retalho cujo sucesso depende largamente da localização. Agentes de imobiliário estão, não raras vezes, dispostos a financiar um negócio local deste género em localizações que eles acreditam virem a ser lucrativas, aceitando como renda uma percentagem dos lucros.

A geografia física, as vantagens e desvantagens naturais, incluindo os meios de transporte, determinam antecipadamente os traços gerais da planta urbana. À medida que a cidade aumenta em população, as influências mais subtis de simpatia, rivalidade e necessidade económica tendem a controlar

a distribuição da população. Os negócios e a indústria procuram localizações vantajosas e rodeiam-se de certas partes da população. Aí florescem bairros residenciais na moda, dos quais as classes mais pobres são excluídas, devido ao aumento do valor dos terrenos. Depois crescem bairros degradados que são habitados por um grande número das classes mais pobres, incapazes de se defenderem da sua associação com os vagabundos e viciados.

Ao longo do tempo, cada zona e bairro da cidade assume algo do carácter e das qualidades dos seus habitantes. Cada parte separada da cidade é inevitavelmente tingida pelos sentimentos peculiares da sua população. O efeito disto é converter aquilo que primeiro era uma mera expressão geográfica num bairro, ou seja, uma localidade com sentimentos, tradições, e uma história própria. Dentro deste bairro, a continuidade dos processos históricos é de algum modo mantida. O passado impõe-se ao presente e a vida de cada localidade prossegue com uma certa dinâmica própria, mais ou menos independente do círculo maior da vida e dos interesses em torno dela.

A organização da cidade, o carácter do ambiente urbano e da disciplina que impõe são, por fim, determinados pelo tamanho da população, a sua concentração e distribuição dentro da área da cidade. Por esta razão é importante estudar o crescimento das cidades, comparar as idiossincrasias na distribuição das populações das cidades. Algumas das primeiras coisas que queremos saber sobre a cidade são então:

Quais são as fontes da população da cidade?

Que parte do crescimento da população é normal, i.e. devido ao excesso de nascimentos sobre as mortes?

Que parte é causada pela migração (a) da população nativa? (b) da população estrangeira?

Quais são as áreas “naturais” assinaláveis, isto é, as áreas de segregação da população?

Como é que a distribuição da população dentro da área da cidade é afetada (a) pelo interesse económico, isto é, pelo valor dos terrenos? (b) pelo interesse sentimental, raça⁷? vocação, etc?

7 Apesar do seu carácter discriminatório, optámos por, na presente tradução, manter a expressão “raça” sempre que se regista neste texto (e ainda o adjetivo “racial”, cujas ocorrências se localizam mais adiante no texto), devido à importância que o racismo científico tinha no pensamento de Robert E. Park e concretamente na sua teoria das relações raciais (Park, 1950), aspetos já

Dentro da cidade, onde é que a população está em declínio? Onde é que se está a expandir?

Dentro das diferentes áreas naturais da cidade, onde é que o crescimento da população e o tamanho das famílias se correlacionam com os nascimentos e as mortes, com os casamentos e os divórcios, com as rendas das casas e o nível de vida?

O bairro. – Proximidade e contacto entre vizinhos são a base para a mais simples e mais elementar forma de associação com a qual nos deparamos na organização da vida na cidade. Interesses locais e associações alimentam o sentimento local, e sob um sistema que faz da residência a base para a participação no governo, o bairro torna-se a base do controlo político. Na organização social e política da cidade, o bairro é a mais pequena unidade local.

É seguramente um dos mais notáveis factos sociais, remontando a tempos imemoriais, de que devesse haver este entendimento instintivo segundo o qual o homem que estabelece a sua casa ao lado da tua, passa a ter um direito sobre o teu sentido camaradagem... O bairro é uma unidade social que, pela sua clara definição de contornos, a sua completude orgânica interior, as suas reacções impulsivas, pode ser justamente considerada funcionando como uma mente social... O chefe local, por mais autocrático que possa ser na esfera mais ampla da cidade, com o poder que recebe do bairro, tem que estar no povo e ser do povo; e ele tem muito cuidado procurando não decepcionar as pessoas do bairro no que diz respeito aos interesses locais. É muito difícil enganar um bairro sobre os seus próprios assuntos⁸.

O bairro existe sem organização formal. A sociedade para o desenvolvimento local é uma estrutura erigida a partir da organização espontânea de bairro e existe com o objetivo de dar expressão ao sentimento local em face dos assuntos de interesse local.

Sob as complexas influências da vida na cidade, o que se pode chamar de sentimento normal de bairro tem sofrido muitas mudanças curiosas e

referidos na introdução do presente volume. Park, R. E. (1950). *Race and Culture*. The Free Press. (Nota da tradutora)

8 Robert A. Woods, "The Neighborhood in Social Reconstruction," *Papers and Proceedings of the Eight Annual Meeting of the American Sociological Society*, 1913.

interessantes e tem produzido muitos tipos inusitados de comunidades locais. Mais do que isso, há bairros nascentes e bairros em processo de dissolução. Consideremos, por exemplo a Quinta Avenida em Nova Iorque, que provavelmente nunca teve uma associação para o desenvolvimento, e comparemo-la com a Rua 135 no Bronx (onde a população negra⁹ está provavelmente mais concentrada do que em qualquer outro local no mundo), que rapidamente se está a tornar uma comunidade muito próxima e altamente organizada.

Na história de Nova Iorque o significado do nome Harlem mudou do Holandês para o Irlandês para o Judeu para o Negro. Destas mudanças a última foi a mais rápida. Ao longo da América de cor, de Massachusetts ao Mississippi e através do continente para Los Angeles e Seattle, o seu nome, que há cinquenta anos atrás mal era ouvido, agora significa a metrópole Negra. O Harlem é, sem dúvida, a grande Meca para o viajante, o hedonista, o curioso, o aventureiro, o empreendedor, o ambicioso e o talentoso do mundo Negro; porque a sua atração chegou a todas as ilhas das Caraíbas e penetrou até em África¹⁰.

9 Apesar de mais uma vez se tratar de um termo ofensivo e discriminatório, optámos por manter o termo “negro”, traduzindo esta expressão em língua inglesa pelo seu correspondente em língua portuguesa “negro”. Devemos, contudo, notar que as histórias e as cargas simbólicas destas duas palavras, nas diferentes línguas e nos respetivos contextos socioculturais que lhe são inerentes, não têm entre si qualquer correspondência. Com efeito, a história dos termos “negro”, “black”, “colored” e “afro-american” em língua inglesa, assim como dos termos “negro”, “preto”, “de cor” ou “africano” em língua portuguesa, são complexas e não lineares, não tendo nós oportunidade aqui para nos debruçar sobre elas. Em todo o caso, devemos fazer a ressalva que, no momento em que foi publicado o ensaio de Park, na década de 1920, não era consensual que o termo “negro” em língua inglesa fosse ofensivo, sendo empregue por alguns ativistas contra a discriminação racial. Sobre este assunto, ou seja sobre as terminologias usadas para convocar a comunidade afro-americana nas últimas décadas e as suas implicações, têm sido publicados inúmeros estudos no contexto da língua inglesa e especificamente dos EUA (Bennett, 1969; Martin, 1991; Mitchell, 2023). O mesmo não tem acontecido no que diz respeito à língua portuguesa, em que os estudos sobre o assunto são muito escassos (Nascimento, 2020).
Bennett, L., Barton, R. A., & Du Bois, W. E. B. (1969). What’s in a name? Negro vs. Afro-American vs. Black. *ETC: A Review of General Semantics*, 26(4), 399–412. <http://www.jstor.org/stable/42574587>
Martin, B. L. (1991). From Negro to Black to African American: The Power of Names and Naming. *Political Science Quarterly*, 106(1), 83–107. <https://doi.org/10.2307/2152175>
Mitchell, E.A. (2023). Black and African American. *Journal of the Early Republic* 43(1), 85–100. <https://doi.org/10.1353/jer.2023.0005>.
Nascimento, G. (2020). *Racismo Linguístico. Os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Editora Letramento.

(Nota da tradutora)

10 James Welden Johnson, “The Making of Harlem”, *Survey Graphic*, 1 de março, 1925.

É importante saber quais as forças que tendem a dispersar as tensões, os interesses e os sentimentos que dão aos bairros o seu carácter individual. Em geral, pode dizer-se que se trata de tudo o que tende a tornar a população instável, a dividir e a concentrar as atenções em objetos de interesse amplamente diversos.

Que parte da população é flutuante?

Que elementos, i.e. raças, classes, etc, compõem essa população?

Quantas pessoas vivem em hotéis, apartamentos e prédios?

Quantas pessoas têm casa própria?

Que proporção da população é composta por nómadas, andarilhos, ciganos?

Por outro lado, alguns bairros urbanos sofrem de isolamento. Em diferentes momentos têm sido feitos esforços para reconstruir e dinamizar a vida dos bairros da cidade e para os pôr em contacto com os interesses mais amplos da comunidade. Este é, em parte, o objetivo dos assentamentos sociais. Estas organizações e outras que estão a tentar reconstruir a vida na cidade desenvolveram determinados métodos e técnicas para estimular e controlar as comunidades locais. No âmbito da investigação destas organizações, devemos estudar estes métodos e estas técnicas, uma vez que é precisamente o método através do qual os objetos são controlados na prática que revela a sua natureza essencial, o seu carácter previsível (*Gesetzmassigkeit*)^{11, 12}

11 “Wenn wir daher das Wort [Natur] als einen logischen Terminus in der Wissenschaftslehre gebrauchen wollen, so werden wir sagen dürfen, dass Natur die Wirklichkeit ist mit Rücksicht auf ihren gesetzmässigen Zusammenhang. Diese Bedeutung findem wir z.B. in dem Worte Naturgesetz. Dann aber können wir die Natur der Dinge auch das nennen was in die Begriffe eingeht, oder am kürzesten uns dahin ausdrücken: die Natur ist die Wirklichkeit mit Rücksicht auf das Allgemeine. So gewinnt dann das Wort erst eine logische Bedeutung” (H. Rickert, *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung*, p. 212).

12 *Gesetzmassigkeit* corresponde à ideia de “legitimidade” e a passagem em alemão de H. Rickert citada por Park em nota de rodapé poderia traduzir-se assim: “Por isso, quando nós precisamos da palavra [Natureza] como termo lógico da doutrina da ciência, então podemos dizer que a Natureza é real em relação à sua legitimidade. Este sentido, por exemplo, encontrámo-lo no termo Lei-da-Natureza. Depois, ainda podemos também designar que a Natureza das coisas está acolhida nos conceitos ou ainda podemos afirmar, de forma mais curta: a Natureza é a realidade com relação ao todo. Assim, ganha o termo o seu primeiro sentido lógico.” (H. Rickert, *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung*, p. 212).

Rickert, H. (1896). *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung*. J.C.B. Mohr. (Nota da tradutora)

Em muitas cidades europeias, e em certa medida no nosso país, a reconstrução da vida na cidade foi até ao ponto de construir jardins nos subúrbios, ou de substituir prédios insalubres e degradados por edifícios modelo da propriedade e sob o controlo do município.

Nas cidades americanas, tem-se tentado renovar bairros problemáticos através da construção de parques infantis e a introdução de atividades desportivas supervisionadas de vários tipos, incluindo bailes em salões municipais. Estes e outros dispositivos que se destinam principalmente a elevar a moral das populações segregadas das grandes cidades devem ser estudados no âmbito da investigação do bairro em geral. Devem ser estudados, em suma, não apenas por si próprios, mas pelo que nos podem revelar sobre o comportamento humano e a natureza humana no geral.

Colónias e áreas segregadas. – No ambiente da cidade, o bairro tende a perder muito do significado que possuía em sociedades mais simples e primitivas. A facilidade dos meios de comunicação e de transporte, que permitem aos indivíduos distribuir a sua atenção e viver ao mesmo tempo em vários mundos diferentes, tendem a destruir a permanência e a intimidade do bairro. Por outro lado, o isolamento das colónias imigrantes e raciais, dos ditos guetos e áreas de segregação populacional, tende a preservar, e onde quer que exista preconceito racial, a intensificar as intimidades e a solidariedade dos grupos locais e de bairro. Onde indivíduos da mesma raça ou com a mesma vocação vivem juntos em grupos segregados, o sentimento de bairro tende a fundir-se com os antagonismos raciais e os interesses de classe.

As distâncias físicas e sentimentais reforçam-se mutuamente, e as influências da distribuição local da população participam juntamente com as influências da classe e da raça na evolução da organização social. Toda a grande cidade tem as suas colónias raciais, como as *Chinatown*s de São Francisco e Nova Iorque, a *Little Sicilly* de Chicago, e vários outros tipos menos evidentes. Além destas, a maioria das cidades tem as suas zonas de vício, como a que até recentemente existia em Chicago, o seu *rendez-vous* para criminosos de vários tipos. Cada grande cidade tem os seus subúrbios ocupacionais, como os *Stockyards* em Chicago, e as suas zonas de residência, como a Brookline em Boston, a Gold Coast em Chicago e a Greenwich Village em Nova Iorque, cada uma delas com o tamanho e o carácter de uma cidade,

vila ou aldeia inteiramente separada, excetuando o facto de que a sua população é seleccionada. Sem dúvida a mais notável destas cidades dentro das cidades, cuja característica mais interessante é serem compostas por pessoas da mesma raça, ou de pessoas de raças diferentes,, mas da mesma classe social, é *East London*, com uma população de 2.000.000 de trabalhadores.

As pessoas da *East London* original transbordaram e atravessaram o rio Lea, e espalharam-se pelos pântanos e prados mais além. Esta população criou novas cidades que antes eram aldeias rurais, West Ham, com uma população de quase 300.000; East Ham, com 90.000; Stratford, com as suas “filhas”, 150.000; e outros “vilarejos” igualmente superpovoados. Incluindo estas novas populações, temos um agregado de quase dois milhões de pessoas. A população é maior que a de Berlim ou Viena, ou São Petersburgo, ou Filadélfia. É uma cidade cheia de igrejas e lugares de culto, mas não há catedrais, nem anglicanas nem romanas; tem uma oferta suficiente de escolas primárias, mas não há escola secundária e não há instituições para o ensino superior nem universidade; todas as pessoas leem jornais, mas não há nenhum jornal de *East London*, excetuando os de tipo mais pequeno e local... Nas ruas nunca se veem carruagens privadas; não há nenhum bairro na moda... não se encontram senhoras nas artérias principais. Pessoas, lojas, casas, transportes – todos são marcados com o carimbo inconfundível da classe trabalhadora. Talvez o mais estranho de tudo seja isto: numa cidade de dois milhões de pessoas não há hotéis! Isso significa, é claro, que não há visitantes¹³.

Nas cidades mais antigas da Europa, onde os processos de segregação foram mais longe, as distinções de bairro são provavelmente mais marcadas do que na América. *East London* é uma cidade de uma única classe, mas dentro dos limites dessa cidade, a população é segregada uma e outra vez de acordo com os seus interesses raciais, culturais e vocacionais. O sentimento de bairro, profundamente enraizado na tradição local e nos costumes locais, exerce uma influência seletiva decisiva sobre as populações das cidades mais antigas da Europa e reflete-se, em última análise, de forma acentuada nas características dos habitantes.

13 Walter Beaseant, *East London*, pp. 7-9.

O que queremos saber sobre estes bairros, comunidades raciais, e áreas urbanas segregadas, existentes no interior ou na periferia das grandes cidades, é o que queremos saber sobre todos os outros grupos sociais:

Quais são os elementos pelos quais são compostos?

Em que medida são o produto de um processo seletivo?

Como é que as pessoas entram e saem do grupo assim formado?

Qual a relativa permanência e estabilidade das suas populações?

E qual a idade, sexo e condição social das pessoas?

E as crianças? Quantas nascem e quantas permanecem?

Qual é a história do bairro? O que existe no subconsciente - nas experiências esquecidas ou vagamente recordadas - deste bairro que determina os seus sentimentos e atitudes?

O que existe de claramente consciente, ou seja, quais são os seus sentimentos assumidos, as doutrinas, etc. ?

O que é que ele considera como se tratando de factos? O que é notícia? Qual é o habitual foco da atenção? Que modelos imita e vêm estes de dentro ou fora do grupo?

Qual é o ritual social, ou seja, o que se deve fazer no bairro para não se ser visto com suspeição ou considerado peculiar?

Quem são os líderes? Que interesses do bairro estes incorporam em si mesmos e qual é a técnica pela qual exercem controlo?

II. A organização industrial e a ordem moral

A cidade antiga era sobretudo uma fortaleza, um lugar de refúgio em tempo de guerra. A cidade moderna, pelo contrário, é sobretudo uma conveniência do comércio e deve a sua existência ao mercado em torno do qual surgiu. A competição industrial e a divisão do trabalho, que provavelmente foram dos fatores que mais contribuíram para desenvolver os poderes latentes da humanidade, são possíveis apenas sob a condição da existência de mercados, de dinheiro e outros dispositivos que facilitam o comércio e as trocas comerciais.

Um antigo adágio alemão declara que “o ar da cidade dá liberdade” (*Stadt Luft macht frei*). Esta é sem dúvida uma referência aos dias em que as cidades livres da Alemanha gozavam da proteção do imperador, e as leis faziam do

servo fugitivo um homem livre, se ele conseguisse durante um ano e um dia respirar o ar da cidade. Contudo, a lei, por si só, não poderia ter tornado o artesão livre. Um mercado aberto em que ele pudesse vender os produtos do seu trabalho foi um incidente necessário para a sua liberdade, e foi a aplicação da economia monetária às relações entre mestre e homem que completou a emancipação do servo.

Classes vocacionais e tipos vocacionais. – O velho adágio que descreve a cidade como o ambiente natural do homem livre ainda se aplica na medida em que o indivíduo encontra nas possibilidades, na diversidade de interesses e tarefas, e na vasta cooperação inconsciente da vida na cidade, a oportunidade de escolher a sua própria vocação e desenvolver os seus peculiares talentos individuais. A cidade oferece um mercado para os talentos especiais do indivíduo. A competição pessoal tende a selecionar para cada tarefa especial o indivíduo mais apto a realizá-la.

A diferença de talentos naturais em diferentes homens é, na realidade, muito menor do que supomos; e o génio muito diferente que parece distinguir homens de diferentes profissões, quando chegados à maturidade, não é, em muitas ocasiões, tanto a causa, como o efeito da divisão do trabalho. A diferença entre as figuras mais díspares, entre um filósofo e um porteiro comum de rua, por exemplo, parece surgir não tanto da natureza, mas do hábito, dos costumes e da educação. Quando chegaram ao mundo, e durante os primeiros seis ou oito anos da sua existência, eles eram talvez muito parecidos, e nem os seus pais nem os seus companheiros de brincadeira conseguiam perceber qualquer diferença assinalável. Por essa idade, ou pouco tempo depois, eles passam a ocupar-se de diferentes profissões. A diferença de talentos começa então a ser notada, e aumenta gradualmente, até que finalmente a vaidade do filósofo se prepara para reconhecer a ausência de qualquer semelhança. Mas sem a disposição para transportar, permutar e trocar, cada homem teria de obter para si próprio todas as necessidades e conveniências de vida que desejava. Todos teriam de ter tido as mesmas funções a desempenhar, e o mesmo trabalho a fazer, e não poderia ter havido tal diferença de ocupação que por si só pudesse dar ocasião a uma grande diferença de talento...

Como é o poder de troca que origina a divisão do trabalho, a extensão desta divisão deve ser sempre limitada pela extensão desse poder, ou, por outras palavras, pela extensão do mercado ... Existem algumas atividades, mesmo do tipo mais modesto, que só podem ser levadas a cabo numa grande cidade.¹⁴

O sucesso, sob condições de competição pessoal, depende da concentração numa só tarefa, e esta concentração estimula a procura de métodos racionais, dispositivos técnicos, e competência excepcional. A competência excepcional, embora baseada no talento natural, requer uma preparação especial, e tem estado na origem das escolas comerciais e profissionais, e finalmente dos gabinetes de orientação vocacional. Todos estes, direta ou indiretamente, servem para selecionar e simultaneamente enfatizar as diferenças individuais.

Cada dispositivo que facilita o comércio e a indústria prepara o caminho para uma maior divisão do trabalho e tende assim a especializar ainda mais as tarefas nas quais os homens encontram as suas vocações.

O resultado deste processo é o colapso ou a modificação da antiga organização social e económica da sociedade, que se baseava em laços familiares, associações locais, na cultura, casta e estatuto, e a sua substituição por uma organização baseada na ocupação e em interesses vocacionais.

Na cidade, qualquer vocação, mesmo a de um mendigo, tende a assumir o carácter de uma profissão, e a disciplina que o sucesso impõe em qualquer vocação, juntamente com as associações que determina, enfatiza esta tendência – a saber, a tendência não apenas para especializar, mas para racionalizar uma determinada ocupação e para desenvolver uma técnica consciente e específica para levá-la a cabo.

O efeito das vocações e da divisão do trabalho é produzir, em primeira instância, não grupos sociais, mas tipos vocacionais: o ator, o canalizador e o lenhador. As organizações, como os sindicatos e as associações profissionais, que homens com o mesmo ofício ou profissão formam, baseiam-se em interesses comuns. A este respeito, diferem de formas de associação como o bairro, que se baseiam na contiguidade, associação pessoal, e nos laços humanos. Os diferentes ofícios e profissões parecem dispostos a agrupar-se em classes, ou seja, as classes artesanais, empresariais e profissionais. Mas no estado democrático moderno, as classes ainda não atingiram uma organização eficaz. O

14 Adam Smith, *The Wealth of Nations*, pp. 28-29.

socialismo, fundado num esforço para criar uma organização baseada na “consciência de classe”, nunca conseguiu, excetuando talvez na Rússia, criar mais do que um partido político.

Os efeitos da divisão do trabalho enquanto disciplina, isto é, enquanto meio de moldar o carácter, podem, portanto, ser melhor estudados nos tipos vocacionais que produziu. Entre os tipos que seria interessante estudar estão: a vendedora da loja, o polícia, o vendedor ambulante, o taxista, o guarda-noturno, o vidente, o artista de *vaudeville*, o médico charlatão, o *barman*, o chefe de partido, o fura-greves, o sindicalista, o professor, o repórter, o corretor de bolsa, o agiota; todos estes são produtos característicos das condições de vida na cidade; cada um, com a sua experiência, visão e ponto de vista específicos, determina a sua individualidade para cada grupo vocacional e para a cidade como um todo.

Em que medida é que o grau de inteligência representado nos diferentes ofícios e profissões depende da capacidade natural?

Em que medida é a inteligência determinada pelo carácter da ocupação e pelas condições em que é praticada?

Em que medida o sucesso nas ocupações depende da ponderação e do bom senso; em que medida depende da capacidade técnica?

A capacidade inata ou a formação específica determinam o sucesso nas diferentes vocações?

Qual o prestígio e quais os preconceitos ligados aos diferentes ofícios e profissões e porquê?

É a escolha da ocupação determinada por considerações temperamentais, económicas ou sentimentais?

Em que ocupações profissionais os homens e as mulheres têm mais sucesso e porquê?

Até que ponto é que a ocupação profissional, mais do que a associação, é responsável pela atitude mental e pelas predileções morais? Homens na mesma profissão ou ofício, mas representando diferentes nacionalidades e diferentes grupos culturais, têm opiniões características e idênticas?

Em que medida é que o credo social ou político, ou seja, o socialismo, o anarquismo, o sindicalismo, etc., é determinado pela ocupação? pelo temperamento?

Em que medida é que a doutrina social e o idealismo social suplantaram e tomaram o lugar da fé religiosa em diferentes ocupações, e porquê?

Tenderão as classes sociais a assumir o carácter de grupos culturais? Ou seja, tenderão as classes a adquirir a exclusividade e independência de uma casta ou nacionalidade; ou cada classe dependerá sempre d da existência de uma classe correspondente?

Em que medida é que as crianças seguem as vocações dos seus pais e porquê?

Em que medida é que os indivíduos se deslocam de uma classe para outra, e como é que este facto modifica o carácter das relações de classe?

Notícias e mobilidade do grupo social. – A divisão do trabalho, ao fazer o sucesso individual depender da concentração numa tarefa específica, teve o efeito de aumentar a interdependência das diferentes vocações. Cria-se assim uma organização social em que o indivíduo se torna cada vez mais dependente da comunidade da qual é parte integrante. Sob condições de competição pessoal, o efeito desta interdependência crescente das partes é criar na organização industrial como um todo um certo tipo de solidariedade social, mas uma solidariedade baseada, não no sentimento nem no hábito, mas na comunidade de interesses.

No sentido em que os termos são aqui utilizados, sentimento é o termo mais concreto, interesse o mais abstrato. Podemos nutrir um sentimento por uma pessoa, um lugar, ou qualquer objeto que seja. Pode ser um sentimento de aversão, ou um sentimento de posse. Mas possuir ou ser possuído por um sentimento por ou em relação a qualquer coisa, significa que somos incapazes de agir em relação a ela de uma forma completamente racional. Significa que o objeto do nosso sentimento corresponde de algum modo especial a uma disposição herdada ou adquirida. Tal disposição é a afeição de uma mãe pelo seu filho, que é instintiva. Ou mesmo o sentimento que ela possa ter pelo berço da criança vazio, que é adquirido.

A existência de uma atitude sentimental indica que existem motivos para a ação dos quais o indivíduo que é movido por eles não está totalmente consciente; motivos sobre os quais ele detém apenas um controlo parcial. Cada sentimento tem uma história, seja na experiência do indivíduo, seja na experiência da raça, mas a pessoa que age de acordo com esse sentimento pode ignorar a história.

Os interesses são dirigidos menos para objetos específicos do que para os fins que este ou aquele objeto em particular, numa ocasião ou noutra,

incorpora. Os interesses implicam, portanto, a existência de meios e uma consciência da distinção entre meios e fins. Os nossos sentimentos estão relacionados com os nossos preconceitos e os nossos preconceitos podem dizer respeito a qualquer coisa – pessoas, raças, assim como coisas inanimadas. Os preconceitos estão relacionados também como tabus, e assim tendem a manter as “distâncias sociais” e a organização social existente. O sentimento e o preconceito são formas elementares de conservadorismo. Os nossos interesses são racionais e móveis, e favorecem a mudança.

O dinheiro é o dispositivo primordial através do qual os valores se tornaram racionalizados e os sentimentos foram substituídos por interesses. É só porque não experimentamos nenhuma atitude pessoal e sentimental em relação ao nosso dinheiro, tal como acontece, por exemplo, com a nossa casa, que o dinheiro se torna um valioso meio de troca. Estamos interessados em adquirir uma certa quantia de dinheiro para atingir um determinado objetivo, mas desde que esse objetivo possa ser atingido de qualquer outra forma, ficaremos muito provavelmente igualmente satisfeitos. Só o avarento é que se torna sentimental em relação ao dinheiro, e nesse caso é provável que prefira um tipo de dinheiro, digamos ouro, a outro, independentemente do seu valor. Neste caso, o valor do ouro é mais determinado pelo sentimento pessoal do que pela razão.

Uma organização composta por indivíduos em competição e grupos de indivíduos concorrentes encontra-se num estado de equilíbrio instável, e este equilíbrio só pode ser mantido através de um processo de reajustamento contínuo. Este aspeto da vida social e este tipo de organização social estão melhor representados no mundo dos negócios, que é o objeto específico de investigação da economia política.

A extensão da organização industrial, baseada nas relações impessoais definidas pelo dinheiro, avançou de mãos dadas com uma mobilidade crescente da população. O trabalhador e o artesão, aptos a executar uma tarefa específica, são obrigados, nas condições criadas pela vida na cidade, a deslocarem-se de uma região para outra em busca do tipo particular de emprego que estão aptos a executar. A vaga de imigração que vai e vem entre a Europa e a América é, até certo ponto, uma medida dessa mesma mobilidade.¹⁵

15 Walter Begehot, *The Postulates of Political Economy* (Londres, 1885), pp.7-8.

Por outro lado, o comerciante, o fabricante, o homem profissional, o especialista em qualquer vocação, procura os seus clientes à medida que as dificuldades de transporte e de comunicação decrescem numa área de território cada vez maior. Esta é outra forma de medir a mobilidade da população. Contudo, a mobilidade num indivíduo ou numa população mede-se, não apenas pela mudança de local, mas sim pelo número e pela variedade dos estímulos aos quais o indivíduo ou a população responde. A mobilidade depende, não apenas do transporte, mas também da comunicação. A educação e a capacidade de ler, a extensão da economia monetária a um número cada vez maior de interesses da vida, na medida em que tende a despersonalizar as relações sociais, tem ao mesmo tempo aumentado consideravelmente a mobilidade dos povos modernos.

O termo “mobilidade”, tal como o seu correlativo “isolamento”, cobre uma vasta gama de fenómenos. Pode representar, ao mesmo tempo, um carácter e uma condição. Da mesma forma que o isolamento pode ser devido à existência de barreiras puramente físicas à comunicação, ou a uma peculiaridade de temperamento e a uma falta de educação, também a mobilidade pode ser uma consequência dos meios de comunicação naturais, ou de um trato agradável ou de uma educação no ensino superior.

É agora claramente reconhecido que aquilo a que normalmente chamamos falta de inteligência nos indivíduos, raças e comunidades, é frequentemente o resultado do isolamento. Por outro lado, a mobilidade de uma população é, inquestionavelmente, um fator muito importante no seu desenvolvimento intelectual.

Existe uma estreita correlação entre a imobilidade do homem primitivo e a sua alegada inaptidão para utilizar ideias abstratas. O conhecimento que um camponês normalmente possui, da natureza da sua própria ocupação, é concreto e pessoal. Ele conhece individual e pessoalmente cada membro do rebanho que cuida. Ele torna-se ao longo dos anos tão apegado às terras que cultiva que a mera deslocação do pedaço de terra em que cresceu para outro que conhece menos intimamente, é sentida por ele como uma perda pessoal. Para tal homem, o vale vizinho, ou mesmo o lote de terreno no outro extremo da aldeia, é, num certo sentido, território estranho. Uma grande parte da eficiência do camponês como trabalhador agrícola depende desta familiaridade íntima e pessoal com as idiossincrasias de uma única parcela de terra à guarda da qual ele foi criado. É evidente que em condições como estas, muito pouco do conhecimento prático

do camponês tomará a forma abstrata de generalização científica. Ele pensa em termos concretos porque não conhece e não precisa de outro conhecimento.

Por outro lado, as características intelectuais do judeu e o seu interesse geralmente reconhecido em ideias abstratas e radicais estão inquestionavelmente ligados ao facto de que os judeus são, antes de mais, um povo cidadão. O “judeu errante” adquire termos abstratos com os quais pode descrever as várias cenas que visita. O seu conhecimento do mundo baseia-se em identidades e diferenças, ou seja, em análise e classificação. Educado em íntima associação com a azáfama e os negócios do mercado, constantemente empenhado no fascinante jogo de astúcia de comprar e vender, no qual ele emprega a mais interessante das abstrações, o dinheiro, não tem nem oportunidade nem inclinação para cultivar esse apego íntimo aos lugares e às pessoas que é característico da pessoa imóvel¹⁶.

A concentração das populações nas cidades, os grandes mercados, a divisão do trabalho, a concentração de indivíduos e grupos em tarefas especiais, têm alterado continuamente as condições materiais da vida, e ao fazê-lo têm tornado os reajustes às novas condições cada vez mais necessários. A partir desta necessidade, cresceram várias organizações especiais que existem com o objetivo específico de facilitar estes reajustamentos. O mercado que deu lugar à cidade moderna é um destes dispositivos. Mais interessantes, porém, são as trocas, particularmente a bolsa de valores e a câmara do comércio, onde constantemente se fazem preços em resposta a mudanças ou antes em resposta aos relatórios de mudanças nas condições económicas em todo o mundo.

Estes relatórios, na medida em que são calculados para causar reajustes, têm o carácter do que chamamos notícias. É a existência de uma situação crítica que converte aquilo que de outra forma seria mera informação em notícia. Onde há uma questão em jogo; onde, em suma, há crise, então a informação que pode afetar o resultado de uma forma ou de outra torna-se “matéria viva”, como dizem os jornalistas. A *matéria viva* é notícia; a *matéria morta* é mera informação¹⁷.

16 Cf. W. I. Thomas, *Source Book of Social Origins*, p.169.

17 A expressão “live matter”, que traduzimos por “matéria viva” e a expressão “dead matter” que traduzimos por “matéria morta”, fazem parte do jargão da tipografia em língua inglesa. Segundo o Segundo o *Printer's Dictionary of Technical Terms*, publicado em 1912, o termo “live matter” corresponderia à seguinte definição: “Composição de tipos ou páginas que ainda não foram impressas ou moldadas para eletrotipagem; depois então de ter sido usada e de não haver mais necessidade dela, é ‘matéria morta’ [‘dead matter’], pronta a distribuir.”

Qual é a relação da mobilidade com a sugestão, a imitação, etc?

Quais são os dispositivos práticos através dos quais se aumenta o carácter sugestionável e a mobilidade numa comunidade ou num indivíduo?

Existem condições patológicas nas comunidades que correspondem à histeria nos indivíduos? Em caso afirmativo, como são produzidas e como são controladas?

Em que medida é a moda uma indicação de mobilidade?

Qual é a diferença na forma como as modas e os costumes são transmitidos?

O que é a agitação social, e quais as condições em que se manifesta?

Quais são as características de uma comunidade progressiva e de uma comunidade estática, no que respeita à sua resistência a sugestões novas?

Que características mentais do cigano, do andarilho, e do nómada podem em geral ser atribuídas a estes hábitos nómadas?

As bolsas de valores e a multidão - As bolsas, a partir das quais podemos assistir à flutuação dos preços em resposta às notícias das condições económicas em diferentes partes do mundo, são típicas. Reajustes semelhantes registam-se em todos os setores da vida social, onde, no entanto, os dispositivos para fazer estes reajustes não são tão completos nem perfeitos. Por exemplo, as publicações profissionais e comerciais, que mantêm as profissões e as atividades informadas relativamente a novos métodos, experiências e dispositivos, servem para manter os membros destas atividades e profissões a par dos tempos, o que significa que facilitam os reajustes às condições em constante mudança.

Há, no entanto, esta importante distinção a ser feita: A competição nas bolsas é mais intensa; as mudanças são mais rápidas e, no que diz respeito aos indivíduos diretamente envolvidos, mais marcantes. Em contraste com uma constelação de forças como a que encontramos nas bolsas, onde os negociantes concorrentes se encontram para comprar e vender, uma forma de organização social tão móvel como a multidão e a turba exibe uma relativa estabilidade.

Stewart, A. A. (1912) Live Matter. In A. A. Stewart (Ed.), *Printer's Dictionary of Technical Terms A Handbook of Definitions and Information about processes of printing* (p.145). The School of Printing North End Union. (Nota da tradutora)

É um lugar comum que os fatores decisivos nos movimentos das multidões, como nas flutuações dos mercados, são psicológicos. Isto significa que entre os indivíduos que compõem a multidão ou que compõem o público que participa nos movimentos refletidos no mercado, existe uma condição de instabilidade que corresponde ao que foi definido noutra instância como crise. É verdade no que diz respeito às bolsas, como é no que diz respeito às multidões, que a situação que representam é sempre crítica, ou seja, as tensões são tais que uma ligeira causa pode precipitar um efeito enorme. O eufemismo atual, “o momento psicológico”, define uma tal condição crítica.

Os momentos psicológicos podem surgir em qualquer situação social, mas ocorrem mais frequentemente numa sociedade que adquiriu um elevado estado de mobilidade. Ocorrem com mais frequência numa sociedade onde a educação se generalizou, onde os caminhos-de-ferro, o telégrafo e a imprensa se tornaram uma parte indispensável da economia social. Ocorrem com mais frequência nas cidades do que nas comunidades mais pequenas. Na multidão e no público, pode dizer-se que cada momento é “psicológico”.

Podemos dizer que a crise é a condição normal nas bolsas. As chamadas crises financeiras são apenas uma extensão desta condição crítica a uma mais ampla comunidade de negócios. Os pânicos financeiros que por vezes se seguem às crises financeiras são um resultado desta condição crítica.

O que é fascinante no estudo das crises, como no estudo das multidões, é que, na medida em que elas são, de facto, devidas a causas psicológicas, ou seja, na medida em que são o resultado da mobilidade das comunidades em que ocorrem, elas podem ser controladas. A prova disso é o facto de poderem ser manipuladas, e há abundantes provas de manipulação nas transações da bolsa de valores. A prova da manipulação das multidões é menos acessível. As organizações laborais têm, contudo, sabido desenvolver uma técnica bastante definida para instigar e controlar as greves. O Exército da Salvação elaborou um livro de táticas em grande parte dedicado à gestão de multidões de rua; e os revivalistas profissionais, como Billy Sunday, têm uma técnica elaborada para conduzir os seus cultos.

Sob o título de psicologia coletiva muito tem sido escrito nos últimos anos a propósito de multidões e fenómenos afins da vida social. A maior parte do que se tem escrito até ao momento baseia-se em observação geral, e os métodos sistemáticos para o estudo deste tipo de organização social são quase inexistentes. Os métodos práticos que homens práticos como o

chefe político, o sindicalista, o especulador da bolsa de valores, e outros têm desenvolvido para controlar e manipular o público e a multidão fornecem um conjunto de materiais a partir do qual é possível elaborar um estudo mais detalhado e mais aprofundado do que podemos designar por comportamento coletivo, a fim de distingui-lo do comportamento dos grupos mais altamente organizados.

A cidade e particularmente a grande cidade, onde mais do que em qualquer lugar as relações humanas tendem a ser impessoais e racionais, definidas em termos de interesse e em termos de dinheiro, é num sentido muito real um laboratório para a investigação do comportamento coletivo. Greves e movimentos revolucionários menores são endêmicos no ambiente urbano. As cidades, e em particular as grandes cidades, vivem num equilíbrio instável. O resultado é que os grandes agregados acidentais e móveis que constituem as nossas populações urbanas estão num estado de perpétua agitação, varridos por cada novo vento de uma doutrina, sujeitos a contantes alarmes, e por conseguinte, a comunidade está numa condição de crise crónica.

O que vimos de referir sugere antes de mais a importância de um estudo mais detalhado e fundamental do comportamento coletivo. As questões que se seguem sugerirão talvez linhas de investigação que poderão ser proveitosamente seguidas por estudantes da vida urbana.

O que é a psicologia da crise? Qual o ciclo de acontecimentos envolvidos na evolução de uma crise política ou económica?

Em que medida o sistema parlamentar incluindo o sistema eleitoral, pode ser encarado como uma tentativa de regularizar a revolução e de enfrentar e controlar as crises?

Em que medida a violência da multidão, as greves e os movimentos políticos radicais são resultados das mesmas condições gerais que provocam pânico financeiro, explosões do sector imobiliário e movimentos de massa na população em geral?

Em que medida o equilíbrio instável existente e a agitação social se devem à extensão e à velocidade das mudanças económicas refletidas na bolsa de valores?

Quais os efeitos da extensão da comunicação e das notícias nas flutuações do mercado de ações e nas mudanças económicas em geral?

Tenderá a compra e venda gradual das ações nas bolsas a exagerar as flutuações no mercado ou a estabilizá-las?

Tenderão as notícias nos jornais, na medida em que representam os factos, a acelerar as mudanças sociais ou a estabilizar um movimento já em curso?

Qual o efeito da propaganda e do rumor, nos casos em que as fontes de informação rigorosa são silenciadas?

Em que medida podem as flutuações no mercado de ações ser controladas por regulação formal?

Em que medida as mudanças sociais, as greves e os movimentos revolucionários podem ser controlados pela censura?

Em que medida poderá a previsão científica de mudanças sociais e económicas exercer um controlo útil sobre a tendência dos preços e dos acontecimentos?

Em que medida poderão os preços fixados pela bolsa de valores ser comparados com a opinião pública registada pelo jornal?

Em que medida a cidade, que responde mais rapidamente e mais decisivamente à mudança, pode ser vista como o centro nervoso do organismo social?

III. Relações secundárias e controlo social

Os métodos modernos de transporte e comunicação urbanos - o comboio elétrico, o automóvel, o telefone e a rádio - mudaram silenciosa e rapidamente nos últimos anos a organização social e industrial da cidade moderna. Eles têm sido o meio de concentrar o tráfego nas zonas comerciais; mudaram todo o carácter do comércio a retalho, multiplicando os subúrbios residenciais e tornando possíveis os grandes armazéns. Estas mudanças na organização industrial e na distribuição da população têm sido acompanhadas por mudanças correspondentes nos hábitos, sentimentos e carácter da população urbana.

A natureza geral destas mudanças é indicada pelo facto de que o crescimento das cidades tem sido acompanhado pela substituição das relações diretas, face a face, “primárias” por relações indiretas e “secundárias”, nas associações de indivíduos na comunidade.

Por grupos primários, eu entendo aqueles que se caracterizam por associação e cooperação íntima face a face. São primários em vários sentidos, mas sobretudo porque são fundamentais na formação da natureza social e dos ideais do indivíduo. O resultado da associação íntima, psicologicamente, é uma

certa fusão de individualidades num todo comum, de modo que o próprio eu, pelo menos para muitos fins, é a vida comum e o objetivo do grupo. Talvez a forma mais simples de descrever esta totalidade seja dizendo que se trata de um “nós”; envolve o tipo de simpatia e identificação mútua para a qual “nós” é a expressão natural. Cada um vive no sentimento do todo e encontra os objetivos principais da sua vontade nesse sentimento. ...¹⁸

O tato e a visão, o contacto físico, são a base para as primeiras e mais elementares relações humanas. Mãe e filho, marido e mulher, pai e filho, mestre e servo, parente e vizinho, ministro, médico e professor; estas são as relações mais íntimas e reais da vida e, na comunidade pequena, são praticamente inclusivas.

As interações que têm lugar entre os membros de uma comunidade assim constituída são imediatas e irrefletidas. A convivência é levada a cabo em grande parte dentro da região do instinto e do sentimento. O controlo social surge, na sua maioria espontaneamente, em resposta direta a influências pessoais e sentimentos públicos. É o resultado de uma acomodação pessoal e não da formulação de um princípio racional e abstrato.

A igreja, a escola e a família - Numa grande cidade, onde a população é instável, onde pais e filhos trabalham fora de casa e muitas vezes em zonas distantes da cidade, onde milhares de pessoas vivem lado a lado durante anos sem sequer se cumprimentarem, estas relações íntimas do grupo primário enfraquecem e a ordem moral que repousava sobre elas dissolve-se gradualmente.

Sob as influências desintegradoras da vida na cidade, a maioria das nossas instituições tradicionais, a igreja, a escola, e a família, sofreu uma grande modificação. A escola, por exemplo, assumiu algumas das funções da família. É em torno da escola pública e da sua consideração pelo bem-estar moral e físico das crianças que algo como um novo espírito de de bairro e de comunidade tende a organizar-se.

A igreja, por outro lado, que perdeu grande parte da sua influência desde que a página impressa tomou em tão larga medida o lugar do púlpito na interpretação da vida, parece encontrar-se atualmente num processo de reajuste às novas condições.

18 Charles Horton Cooley, *Social Organization*, p. 15.

É importante que a igreja, a escola, e a família sejam estudadas do ponto de vista deste reajuste às condições de vida na cidade.

Nos últimos anos, que mudanças aconteceram nos sentimentos familiares? Nas atitudes dos maridos em relação às esposas? Das esposas em relação aos maridos? Dos filhos em relação aos pais, etc.?

O que indicam os registos dos tribunais juvenis e morais em relação a este assunto?

Em que regiões da vida social mudaram mais os costumes no que diz respeito à vida familiar?

Em que medida é que estas mudanças ocorreram em resposta às influências do ambiente da cidade?

Do mesmo modo, podem ser levadas a cabo investigações com referência à escola e à igreja. Também aqui há uma mudança de atitude e de política em resposta a um ambiente alterado. Isto é importante porque é, em última análise, sobre estas instituições, nas quais os interesses imediatos e fundamentais da vida encontram uma expressão corporativa, em que a organização social acaba por repousar.

É provavelmente a rutura dos laços locais e o enfraquecimento das restrições e inibições do grupo primário, sob a influência do ambiente urbano, que são em grande parte responsáveis pelo aumento do vício e do crime nas grandes cidades. Seria interessante, neste contexto, determinar através de investigação até que ponto o aumento do crime acompanha o aumento da mobilidade da população e em que medida esta mobilidade é uma função do crescimento da população. É deste ponto de vista que devemos procurar interpretar todas as estatísticas que registam a desintegração da ordem moral, por exemplo, as estatísticas do divórcio, do absentismo escolar, e do crime.

Qual é o efeito da propriedade, particularmente da casa própria, no absentismo escolar, no divórcio e no crime?

Em que regiões e em que classes certos tipos de crime são endémicos?

Em que classes ocorrem mais frequentemente os divórcios? Qual é a diferença a este respeito entre os agricultores e, por exemplo, os atores?

Em que medida em qualquer grupo racial, por exemplo, os italianos em Nova Iorque ou os polacos em Chicago, os pais e os filhos vivem no mesmo mundo, falam a mesma língua e partilham as mesmas ideias, e até que ponto é que as condições encontradas explicam a delinquência juvenil nesse grupo em particular?

Até que ponto são os valores partilhados em casa responsáveis pelas manifestações criminosas de um grupo de imigrantes?

A crise e os tribunais - É característico da vida na cidade que todos os tipos de pessoas se encontrem e se misturem sem nunca se compreenderem completamente entre si. O anarquista e o homem do clube, o padre e o levita, o ator e o missionário que se acotovelam na rua vivem, ainda assim, em mundos totalmente diferentes. Tão completa é a segregação das classes profissionais que é possível viver, dentro dos limites da cidade, num isolamento quase tão completo como o de uma remota comunidade rural.

Walter Besant conta a seguinte anedota da sua experiência como editor do *People's Palace Journal*:

Nessa qualidade, esforcei-me por encorajar o esforço literário, na esperança de lançar a luz sobre algum génio desconhecido e latente. Os leitores do *Journal* eram membros das várias classes, comprometidos com o lado educativo do lugar. Eram sobretudo jovens funcionários - alguns deles muito bons tipos. Tinham uma sociedade de debate que eu frequentava de vez em quando. Ai de mim! Prosseguiam os seus debates na ignorância mais profunda, mais inconsciente e mais satisfeita. Tentei persuadi-los de que era desejável pelo menos dominar os factos do caso antes de falarem. Em vão. Depois propus temas para ensaios, e ofereci prémios para versos. Descobri, para meu espanto, que, entre todos estes milhares de jovens, rapazes e raparigas, não era possível detetar a indicação mais rudimentar de qualquer poder literário. Em todas as outras cidades há jovens que alimentam ambições literárias, com algum grau de aptidão literária. Como é que poderia haver algum nesta cidade, onde não havia livros, não havia documentos, não havia revistas e, na altura, tampouco bibliotecas gratuitas?¹⁹

Nas colónias de imigrantes que estão agora bem estabelecidas em todas as grandes cidades, as populações estrangeiras vivem num isolamento que é diferente do da população de East London, mas em alguns aspetos mais completo.

19 Walter Besant, *East London*, p.13.

A diferença é que cada uma destas pequenas colónias tem uma organização política e social própria mais ou menos independente, e é o centro de uma propaganda nacionalista mais ou menos vigorosa. Por exemplo, cada um destes grupos tem um ou mais jornais impressos na sua própria língua. Na cidade de Nova Iorque existiam, há alguns anos atrás, 270 publicações, a maioria delas apoiadas pela população local, impressas em 23 línguas diferentes. Em Chicago havia 19 jornais diários publicados em 7 línguas estrangeiras com uma circulação diária combinada de 368,000 jornais.

Nestas condições, o ritual social e a ordem moral que estes imigrantes trouxeram consigo dos seus países de origem conseguiram manter-se durante um tempo considerável sob as influências do ambiente americano. O controlo social, baseado nos valores partilhados em casa, decompõe-se, contudo, na segunda geração.

Podemos expressar a relação da cidade com este facto em termos gerais, dizendo que o efeito do ambiente urbano é o de intensificar todos os efeitos da crise.

O termo 'crise' não deve ser entendido num sentido violento. Está envolvido em qualquer distúrbio de hábito. Há uma crise na vida do rapaz quando ele sai de casa. A emancipação do negro e a imigração do camponês europeu são crises de grupo. Qualquer espécie de crise envolve três possíveis mudanças: maior aptidão, eficácia reduzida, ou morte. Em termos biológicos, "sobrevivência" significa uma adaptação bem-sucedida à crise, acompanhada tipicamente por uma modificação de estrutura. No homem, significa estímulo mental e maior inteligência, ou depressão mental, em caso de fracasso.²⁰

Nas condições impostas pela vida na cidade, em que indivíduos e grupos de indivíduos, amplamente afastados em simpatia e compreensão, vivem juntos sob condições de interdependência, se não de intimidade, as condições de controlo social são grandemente alteradas e as dificuldades aumentam.

O problema assim criado é normalmente caracterizado como sendo um problema de "assimilação". Assume-se que a razão para o rápido aumento da criminalidade nas nossas grandes cidades se deve ao facto de o elemento

20 William I. Thomas, "Race Psychology: Standpoint and Questionnaire with Particular Reference to the Immigrant and Negro", *American Journal of Sociology*, XVII (maio, 1912), 736.

estrangeiro na nossa população não ter conseguido assimilar a cultura americana e não estar em conformidade com os valores americanos. Isto seria interessante, se fosse verdade, mas os factos parecem sugerir que talvez a verdade deva ser procurada na direção oposta.

Um dos factos mais importantes estabelecidos pela investigação diz respeito aos filhos nascidos na América de pais imigrantes - a 'segunda geração'. Os registos de condenações no Tribunal de Sessões Gerais de Nova Iorque durante o período de 1 de outubro de 1908 a 30 de junho de 1909, e de todos os internamentos em instituições penais de Massachusetts, ao longo do ano até 30 de setembro 1909, com exceção dos da *State Farm*²¹, constituem a base desta análise das tendências criminais da segunda geração.

Destes registos resulta que existe uma clara tendência por parte da segunda geração para diferir da primeira ou da geração imigrante no carácter da sua criminalidade. Parece também que esta diferença é muito mais frequente na direção da criminalidade de quem nasce nos EUA e não tem pais imigrantes do que na direção oposta. Isto significa que o movimento do crime da segunda geração se afasta dos crimes próprios dos imigrantes e se aproxima dos do americano de ascendência nativa. Por vezes, este movimento tem levado a criminalidade de segunda geração mesmo para além da dos nascidos nos EUA de ascendência nativa. Dos grupos de segunda geração submetidos a esta comparação, um deles mantém uma adesão constante à regra geral acima referida, enquanto todos os outros, a dada altura, não a seguem. Este único grupo é a segunda geração irlandesa²².

O que observamos, como um resultado da crise, é que o controlo anteriormente baseado em costumes foi substituído por um controlo baseado na lei positiva. Esta mudança decorre paralelamente ao movimento pelo qual as

21 Embora no original, a expressão esteja em letras minúsculas e pudesse ser traduzida por "quinta estatal", tudo nos leva a crer que o autor se reporta especificamente à *State Farm* de Massachusetts em Bridgewater, que corresponde ao atual Bridgewater State Hospital, uma instituição aberta em 1855 que foi sofrendo várias alterações na designação e na função. Com um terreno explorado para a agricultura e a pecuária, esta instituição foi sendo sucessivamente casa de acolhimento para pessoas pobres, asilo para criminosos, jovens delinquentes, toxicodependentes, e hoje é um hospital psiquiátrico especialmente dedicado a criminosos com doenças mentais. (Nota da tradutora)

22 *Reports of the United States Immigration Commission*, VI, 14-16.

relações secundárias tomaram o lugar das relações primárias na associação de indivíduos no ambiente da cidade.

É característico dos Estados Unidos que grandes mudanças políticas devam ser efetuadas experimentalmente sob a pressão da agitação ou por iniciativa de minorias pequenas, mas militantes. Não existe provavelmente outro país no mundo em que estejam em curso tantas “reformas” como atualmente nos Estados Unidos. A reforma tornou-se, de facto, uma espécie de popular “desporto de salão”. As reformas assim efetuadas, quase sem exceção, envolvem algum tipo de restrição ou controlo governamental sobre atividades que antes eram “livres” ou controladas apenas pelos costumes e pela opinião pública.

O efeito desta extensão do chamado poder policial foi produzir uma mudança, não apenas na política fundamental da lei, mas na natureza e na postura dos tribunais.

Os tribunais juvenis e morais ilustram uma mudança que talvez esteja a acontecer noutro lugar. Nestes tribunais, os juízes assumiram parte das funções dos funcionários administrativos, consistindo os seus deveres menos na interpretação da lei do que na prescrição de remédios e na administração de conselhos destinados a restituir os delinquentes, que lhes são apresentados em tribunal, ao seu lugar normal na sociedade.

Uma tendência semelhante no sentido de dar aos juízes um amplo poder discricionário e de lhes impor uma responsabilidade adicional manifesta-se nesses tribunais que têm de lidar com os assuntos técnicos do mundo dos negócios, e no crescimento da popularidade das comissões em que se combinam as funções judiciais com as administrativas, por exemplo, a Comissão de Comércio Interestatal.

A fim de interpretar de forma fundamental os factos no que diz respeito ao controlo social, é importante começar com uma conceção clara da natureza da ação corporativa.

A ação corporativa começa quando existe algum tipo de comunicação entre indivíduos que constituem um grupo. A comunicação pode ter lugar a diferentes níveis; ou seja, podem ser dadas sugestões e respostas a nível instintivo, sensório-motor, ou ideomotor. O mecanismo de comunicação é muito subtil, tão subtil, de facto, que muitas vezes é difícil conceber como as sugestões são transmitidas de uma mente para outra. Isto não implica que haja qualquer forma especial de consciência, qualquer sentido

especial de parentesco ou um tipo de consciência, necessários para explicar a ação corporativa.

De facto, foi recentemente demonstrado que, no caso de certas sociedades altamente organizadas e estáticas, como a da bem conhecida formiga, provavelmente não acontece nada semelhante ao que chamaríamos comunicação.

É um facto bem conhecido que se uma formiga for removida de um formigueiro e depois aí colocada de volta não será atacada, enquanto quase invariavelmente uma formiga pertencente a outro formigueiro será atacada. Tornou-se habitual utilizar as palavras memória, inimizade, amizade, para descrever este facto. Agora Bethe fez a seguinte experiência. Uma formiga foi colocada nos líquidos (sangue e linfa) espremidos dos corpos dos companheiros do seu formigueiro e depois foi devolvida ao seu formigueiro; não foi atacada. Foi depois posta nos fluídos retirados aos prisioneiros de um formigueiro “hostil” e foi imediatamente atacada e morta²³.

Um outro exemplo da forma como as formigas comunicam ilustra como a comunicação pode tornar-se simples e automática no nível instintivo.

Uma formiga, ao tomar pela primeira vez uma nova direção a partir do formigueiro, regressa sempre pelo mesmo caminho. Isto mostra que algum rasto deve ser deixado para trás, que lhe serve de guia de regresso ao formigueiro. Se a formiga que regressa por este caminho não trazer consigo sobras, Bethe descobriu que nenhuma outra formiga tentará esta direção. Mas se trazer de volta mel ou açúcar, as outras formigas tentarão certamente este caminho. Por conseguinte, algo das substâncias transportadas pelas formigas através deste caminho deve permanecer no caminho. Estas substâncias devem ser suficientemente fortes para afetar quimicamente as formigas.²⁴

O facto importante é que através deste dispositivo relativamente simples, a ação corporativa torna-se possível.

Os indivíduos não só reagem uns aos outros por reflexo, como inevitavelmente comunicam os seus sentimentos, atitudes e excitações orgânicas,

23 Jacques Loeb, *Comparative Physiology of the Brain*, pp.220-221.

24 *Ibid.*, p.221.

e ao fazê-lo reagem necessariamente, não apenas ao que cada indivíduo efetivamente faz, mas ao que ele pretende, deseja ou espera fazer. O facto de os indivíduos revelarem frequentemente sentimentos e atitudes para com os outros, dos quais eles próprios apenas estão vagamente conscientes, torna possível ao indivíduo A, por exemplo, agir de acordo com motivos e tensões em B, logo que B ou mesmo antes de B ser capaz de o fazer. Além disso, A pode agir de acordo com as sugestões que emanam de B sem que ele próprio esteja claramente consciente da fonte da qual provêm os seus motivos. Tão subtis e íntimas podem ser as reações que elas controlam os indivíduos que estão ligados entre si num processo sociopsicológico.

É com base nesta espécie de controlo instintivo e espontâneo que todo o tipo de controlo mais formal deve ser baseado para ser eficaz.

As mudanças na forma de controlo social podem, para efeitos de investigação, ser agrupadas nos seguintes títulos gerais:

1. A substituição do direito positivo pelo costume, e a extensão do controlo municipal a atividades que anteriormente eram deixadas à iniciativa e ao arbítrio individuais.

2. A disposição dos juizes nos tribunais municipais e penais para assumir uma função administrativa, de modo a que a administração do direito penal deixe de ser uma mera aplicação do ritual social e se torne uma aplicação de métodos racionais e técnicos, exigindo conhecimento ou aconselhamento especializados, a fim de restituir o indivíduo à sociedade e reparar os danos que a sua delinquência causou.

3. Mudanças e divergências nos costumes entre os diferentes grupos isolados e segregados da cidade. Quais são os costumes, por exemplo, da vendedora da loja? do imigrante? do político? e do sindicalista?

Deveria ser objetivo destas investigações distinguir não apenas as causas destas mudanças, a direção em que se movem, mas também as forças que são suscetíveis de as minimizar e neutralizar. Por exemplo, é importante saber se os motivos que atualmente multiplicam as restrições positivas sobre o indivíduo irão necessariamente tão longe neste país como já o fizeram na Alemanha. Será que acabarão por criar uma condição que se aproxima do socialismo?

Vício comercializado e tráfico de bebidas alcoólicas - O controlo social, nas condições de vida na cidade, pode, talvez, ser melhor estudado nas suas tentativas de erradicar o vício e controlar o tráfico de bebidas alcoólicas.

Os bares e os estabelecimentos de vício surgiram como um meio de explorar apetites e instintos fundamentais à natureza humana. Isto torna os esforços que têm sido feitos para regular e suprimir estas formas de exploração e tráfico interessantes e importantes como temas de investigação.

Tal investigação deve ser baseada num estudo aprofundado: (1) da natureza humana sobre a qual o comércio foi erguido, (2) das condições sociais que tendem a converter os apetites normais em vícios sociais, (3) dos efeitos práticos dos esforços para limitar, controlar e eliminar o tráfico de vício e acabar com o consumo e venda de bebidas alcoólicas.

Entre as coisas que devemos desejar saber estão:

Em que medida o apetite pelo estímulo alcoólico é uma disposição pré-natal?

Em que medida pode esse apetite ser transferido de uma forma de estímulo para outra; isto é, por exemplo, do uísque para a cocaína, etc?

Em que medida é possível substituir estímulos normais e saudáveis por estímulos patológicos e viciosos?

Quais são os efeitos sociais e morais de beber clandestinamente?

Terá o tabu estabelecido desde cedo na vida o efeito de idealizar os prazeres da indulgência? Será que o faz em alguns casos e não noutros? Em caso afirmativo, quais são as circunstâncias que contribuem para isso? Os homens perderão subitamente o gosto pelas bebidas alcoólicas e outros estimulantes? Quais são as condições em que isto acontece?

Muitas destas questões apenas podem ser respondidas através de um estudo das experiências individuais. Os vícios têm, sem dúvida, a sua história natural como certas formas de doença. Podem, portanto, ser considerados como entidades independentes, que encontram o seu habitat no ambiente humano, são estimulados por certas condições, inibidos por outras, mas invariavelmente exibem em todas as mudanças um carácter que é típico.

Nos primeiros tempos, o movimento de temperança tinha algo do carácter de um culto religioso, e os efeitos eram altamente pitorescos. Nos últimos anos, os líderes mostraram uma estratégia mais refletida, mas a luta contra o

tráfico de bebidas alcoólicas ainda tem todas as características de um grande movimento popular, um movimento que, tendo conquistado primeiramente as zonas rurais, está agora a procurar impor-se nas cidades.

Por outro lado, a cruzada contra o vício começou com as cidades, de onde, efetivamente, o vício comercializado é nativo. A mera discussão deste assunto em público significou uma enorme mudança nos costumes sexuais e de género. O facto deste movimento coincidir em todo o lado com uma maior liberdade das mulheres e a sua entrada na indústria, no mundo profissional e na política partidária é significativo.

Existem condições próprias da vida das grandes cidades, (referidas sob o título “Mobilidade da População das Grandes Cidades”) que tornam o controlo do vício especialmente difícil. Por exemplo, cruzadas e movimentos religiosos geralmente não têm o mesmo sucesso no ambiente da cidade que têm nas comunidades mais pequenas e menos heterogéneas. Quais são as condições que tornam isto verdade?

Talvez os factos mais dignos de estudo em relação ao movimento de supressão do vício sejam aqueles que indicam as mudanças que ocorreram em cinquenta anos nos costumes sexuais e de género, particularmente no que diz respeito ao que é considerado modesto e imodesto no vestuário e no comportamento, e no que concerne à liberdade com que as questões sexuais são agora discutidas por jovens homens e jovens mulheres.

De facto, é como se estivéssemos na presença de duas mudanças ambas capazes de caracterizar uma época, a que parece destinada a colocar finalmente as bebidas alcoólicas na categoria das drogas venenosas, e a outra para acabar com o tabu que, particularmente entre os povos anglo-saxónicos, tem eficazmente impedido até ao presente a discussão franca dos factos do sexo.

Política partidária e relações públicas. – Existe atualmente em todo o lado uma disposição para aumentar o poder do ramo executivo do governo em detrimento do legislativo. A influência das legislaturas estatais e dos conselhos municipais tem diminuído, em alguns casos, pela introdução do referendo e da revogação. Noutros, foi largamente suplantada pela forma de governo local. A razão ostensiva para estas mudanças é que elas oferecem um meio para derrubar o poder dos políticos profissionais. O verdadeiro fundamento

parece-me ser o reconhecimento do facto de que a forma de governo que teve a sua origem na assembleia da cidade e que se encontrava bem adaptada às necessidades de uma pequena comunidade baseada em relações primárias já não é adequada ao governo das populações heterogéneas e em contínua mudança de cidades de três ou quatro milhões.

Naturalmente, muito depende do carácter e do tamanho da população. Quando é americana, e o número de cidadãos eleitores não é demasiado grande para uma discussão aprofundada e calma, não se pode imaginar nem uma melhor escola política, nem um método mais seguro de gestão de negócios para prevenir a corrupção e o desperdício, estimular a vigilância e produzir satisfação. Quando, porém, a assembleia da cidade cresceu ao ponto de ultrapassar setecentas ou oitocentas pessoas, e, ainda mais, quando qualquer porção considerável é estrangeira, como os canadianos irlandeses ou franceses, que ultimamente se infiltraram na Nova Inglaterra, a instituição funciona menos perfeitamente porque a multidão é demasiado grande para o debate, é provável que surjam fações, e os imigrantes, sem prática de autogoverno, tornam-se presas fáceis de manipuladores ou de qualquer reles demagogo.

Desde logo, os problemas do governo da cidade tornaram-se, com o crescimento e a organização da vida na cidade, tão complicados que já não é desejável deixá-los sob o controlo de homens cuja única qualificação para geri-los consiste no facto de terem conseguido subir ao poder através da normal engrenagem da política de bairro.

Outra circunstância que tornou impraticável a seleção de vereadores municipais através do voto popular, nas condições da vida na cidade, é o facto de, exceto em casos especiais, o eleitor saber pouco ou nada sobre os vereadores em que vai votar; saber pouco ou nada sobre as funções do cargo para o qual esse vereador será eleito; e, para além de tudo o resto, estar demasiado ocupado com outros assuntos para se informar sobre as condições e necessidades da cidade como um todo.

Numa eleição recente em Chicago, por exemplo, os eleitores foram convocados a selecionar os candidatos de um boletim de voto contendo 250 nomes, a maioria dos quais desconhecidos dos eleitores. Nestas circunstâncias, o cidadão que deseja votar inteligentemente depende de alguma organização

mais ou menos interessada ou de algum conselheiro mais ou menos interessado para lhe dizer como deve votar.

Para fazer face a esta emergência, criada sobretudo pelas condições impostas pela vida na cidade, surgiram dois tipos de organização para controlar estas crises artificiais a que chamamos eleições. Uma delas é a organização representada pelo chefe político e pela máquina política. O outro é o representado pelas ligas de eleitores independentes, pelas associações de contribuintes e por organizações como os gabinetes de estudos municipais.

É sintomático das condições bastante primitivas em que os nossos partidos políticos foram formados que eles tenham procurado governar o país com base no princípio de que o remédio para todo o tipo de males administrativos era “expulsar os malandros”, como a frase popular o expressou, ou seja, uma mudança de governo. A máquina política e o chefe político surgiram no interesse da política partidária. Os partidos foram necessariamente organizados para ganhar eleições. A máquina política é um mero dispositivo técnico inventado com o objetivo de alcançar este fim. O chefe é o especialista que conduz a máquina. Ele é tão necessário para vencer uma eleição como um treinador profissional é necessário para o sucesso no futebol.

É característico dos dois tipos de organização que cresceram com o objetivo de controlar o voto popular que o primeiro, a máquina política, se baseie, no seu conjunto, em relações locais, pessoais, ou seja, primárias. O segundo, as organizações para o bom governo, fazem o seu apelo ao público, e o público, como normalmente entendemos essa expressão, é um grupo baseado em relações secundárias. Os membros de um público, em regra, não se conhecem pessoalmente.

A máquina política é, com efeito, uma tentativa de manter, dentro da organização administrativa formal da cidade, o controlo de um grupo primário. As organizações assim construídas, das quais *Tammany Hall* é a ilustração clássica, parecem ser completamente feudais no seu carácter. As relações entre o chefe e o representante do bairro parecem ser precisamente as de lealdade pessoal, por um lado, e da proteção pessoal, por outro, o que corresponde à relação feudal. As virtudes que uma tal organização convoca são as antigas virtudes tribais de fidelidade, lealdade e devoção aos interesses do chefe e do clã. As pessoas dentro da organização, os seus amigos e apoiantes, constituem um grupo «nós», enquanto que o resto da cidade é apenas o mundo exterior, que não está bem vivo e não é bem humano no sentido em

que os membros do grupo “nós” o são. Temos aqui algo que se aproxima das condições da sociedade primitiva.

A concepção de «sociedade primitiva» que devemos formar é a de pequenos grupos espalhados por um território. A dimensão dos grupos é determinada pelas condições da luta pela existência. A organização interna de cada grupo corresponde à sua dimensão. Um grupo de grupos pode ter alguma relação com cada um deles (parentesco, vizinhança, aliança, *connubium* e *commercium*) que os aproxima e os diferencia dos outros. Assim, surge uma diferenciação entre nós mesmos, o grupo- nós ou grupo-de-dentro, e todos os outros, ou os grupos-outros, os grupos-de-fora. Os *insiders* de um grupo-nós estão numa relação de paz, ordem, lei, governo e indústria uns com os outros. A sua relação com todos os *outsiders*, ou grupos-outros, é de guerra e pilhagem, exceto na medida em que acordos a tenham modificado.

A relação de camaradagem e paz no grupo-nós e a relação de hostilidade e guerra contra os grupos-outros são correlativas entre si. As exigências da guerra com os *outsiders* são o que faz a paz no interior, para que a discórdia interna não enfraqueça o grupo-nós para a guerra. Estas exigências também estabelecem o governo e a lei no interior do grupo, a fim de evitar disputas e impor a disciplina.²⁵

A política da maioria das grandes cidades oferece materiais abundantes para o estudo do tipo representado pelo chefe político, bem como os mecanismos sociais criados e incorporados pela máquina política. É necessário, contudo, que os estudemos desinteressadamente. Algumas das questões a que devemos procurar responder são:

Qual é, na realidade, a organização política na cidade? Quais são os sentimentos, atitudes e interesses que encontram expressão através dela?

Quais são os dispositivos práticos que emprega para mobilizar as suas forças e pô-las em ação?

Qual é o carácter do apelo partidário nas diferentes regiões morais que compõem a cidade?

Quanto do interesse pela política é prático e quanto é mero desporto?

25 Sumner, *Folkways*, p.12.

Que parte do custo das eleições é publicidade? Quanto nela pode ser classificado como “publicidade educativa” e quanto nela é puro embuste?

Em que medida, nas condições existentes, especialmente tal como as encontramos nas grandes cidades, as eleições podem ser praticamente controladas por dispositivos puramente técnicos, catálogos de fichas informativas, marchas coletivas, maquinaria retórica?

Que efeito terá a introdução do referendo e da revogação sobre os atuais métodos de realização de eleições nas cidades?

Publicidade e controlo social. – Ao contrário da máquina política, que fundou a sua ação organizada nos interesses locais, pessoais e imediatos representados pelos diferentes bairros e localidades, as organizações para o bom governo, os gabinetes de estudos municipais, e afins, têm procurado representar os interesses da cidade como um todo e têm apelado a um sentimento e opinião que não são nem locais nem pessoais. Estas organizações têm procurado assegurar a eficiência e o bom governo através da educação do eleitor, ou seja, através da investigação e publicação dos factos relativos ao governo.

Desta forma, as relações públicas passaram a ser uma forma reconhecida de controlo social, e a publicidade - “publicidade social” - tornou-se uma profissão com uma técnica elaborada apoiada por um conjunto de conhecimentos específicos.

É um dos fenómenos característicos da vida na cidade e da sociedade fundada em relações secundárias que a publicidade tenha vindo a ocupar um lugar tão importante na sua economia.

Nos últimos anos, cada indivíduo e organização que tenha tido de lidar com o público, ou seja, o público fora das comunidades mais pequenas e mais familiares da aldeia e da pequena cidade, passou a ter o seu assessor de imprensa, que é muitas vezes menos um publicitário do que um diplomata acreditado diante dos jornais, e através deles diante do mundo em geral. Instituições como a Fundação Russell Sage, e em menor medida, o Conselho Geral de Educação têm procurado influenciar diretamente a opinião pública através do meio das relações públicas. O Relatório Carnegie sobre Educação Médica, o Inquérito Pittsburgh, o Relatório da Fundação Russell Sage sobre Custos Comparativos da Educação Escolar Pública nos vários estados, são algo mais do que relatórios científicos. São mais exatamente uma forma elevada de

jornalismo, lidando criticamente com as condições existentes, e procurando, através da agência de relações públicas, introduzir reformas radicais. O trabalho do Gabinete de Estudos Municipais em Nova Iorque tem tido um objetivo prático semelhante. A estes deve acrescentar-se o trabalho realizado pelas feiras de bem-estar infantil, pelos inquéritos sociais realizados em diferentes partes do país, e por propaganda semelhante em favor da saúde pública.

Como fonte de controlo social, a opinião pública torna-se importante nas sociedades fundadas em relações secundárias, das quais as grandes cidades são um tipo. Na cidade, cada grupo social tende a criar o seu próprio ambiente e, à medida que estas condições se estabilizam, os costumes tendem a adaptar-se às condições então criadas. Em grupos secundários e na cidade, a moda tende a tomar o lugar da tradição, e a opinião pública, mais do que os costumes, torna-se a força dominante no controlo social.

Em qualquer tentativa de compreender a natureza da opinião pública e a sua relação com o controlo social, é importante investigar em primeiro lugar as agências e os dispositivos que passaram a ser usados na prática no esforço de a controlar, esclarecer e explorar.

O primeiro e mais importante destes dispositivos é a imprensa, ou seja, o jornal diário e outras formas de literatura atual, incluindo livros classificados como atuais.²⁶

Os frutos destas investigações não chegam diretamente ao público, mas são divulgados através da imprensa, do púlpito e de outras fontes de esclarecimento popular.

A estes juntam-se as campanhas educativas que promovem melhores condições de saúde, as exposições de bem estar infantil, e os numerosos dispositivos de “publicidade social” que são agora empregues, por vezes por iniciativa das sociedades privadas, por vezes por iniciativa de revistas populares ou jornais, a fim de educar o público e engajar as massas populares no movimento para a melhoria das condições de vida da comunidade.

O jornal é o grande meio de comunicação dentro da cidade, e é na informação que fornece que repousa a opinião pública. A primeira função que um jornal desempenha é a que era anteriormente exercida pelos mexericos da aldeia.

No entanto, apesar do empenho com que os jornais perseguem factos de inteligência pessoal e interesse humano, não podem competir com os

26 Cf. Bryce, *The American Commonwealth*, p.267.

mexericos da aldeia como um meio de controlo social. Desde logo, o jornal mantém algumas reservas não reconhecidas pelos mexericos, em matéria de inteligência pessoal. Por exemplo, a não ser que se candidatem a um cargo ou cometam algum outro ato conhecido que os exponha ostensivamente perante o público, a vida privada de homens ou mulheres individuais é um assunto tabu para o jornal. Não é assim com os mexericos, em parte porque numa comunidade pequena nenhum indivíduo é tão obscuro que os seus assuntos privados escapem à observação e discussão; em parte porque o campo é mais pequeno. Nas pequenas comunidades existe uma quantidade perfeitamente espantosa de informação pessoal pairando entre os indivíduos que as compõem.

A ausência disto na cidade é o que, em grande parte, faz da cidade o que ela é.

Algumas das questões que se colocam em relação à natureza e função do jornal e da publicidade em geral são:

O que é notícia?

Quais são os métodos e os motivos do jornalista? São os de um artista? de um historiador? ou apenas os de um bandido?

Em que medida controla o jornal o sentimento público e em que medida é controlado por ele?

O que é uma *fake* e porquê?

O que é o *yellow journalism* e porque é que é amarelo?

Qual seria o efeito de transformar o jornal num monopólio municipal?

Qual é a diferença entre publicidade e notícias?

IV. O temperamento e o ambiente urbano

As grandes cidades sempre foram amálgamas de raças e de culturas. Das interações vivas e subtis de que têm sido os centros, surgiram as raças mais recentes e os mais novos tipos sociais. As grandes cidades dos Estados Unidos, por exemplo, tiraram do isolamento das suas aldeias natais grandes massas de populações rurais da Europa e da América. Sob o choque dos novos contactos, as energias latentes destes povos primitivos foram libertadas, e os mais subtis processos de interação deram origem, não apenas a tipos vocacionais, mas temperamentais.

A mobilização do homem individual. – O transporte e a comunicação efetuaram, entre muitas outras mudanças silenciosas mas de grande alcance, aquilo a que chamei a “mobilização do homem individual”. Multiplicaram as oportunidades do homem individual para o contacto e a associação com os seus pares, mas tornaram estes contactos e associações mais transitórios e menos estáveis. Uma grande parte das populações das grandes cidades, incluindo as que fazem as suas casas em prédios e apartamentos, vivem de forma muito semelhante à que as pessoas vivem num grande hotel, encontrando-se, mas não se conhecendo. O efeito disto é substituir as associações mais íntimas e permanentes da comunidade mais pequena por uma relação fortuita e casual.

Nestas circunstâncias, o estatuto do indivíduo é, num grau considerável determinado por sinais convencionais - por moda e “aparência” - e a arte da vida fica em grande parte reduzida a uma espécie de patinagem sobre superfícies finas e a um escrupuloso estudo do estilo e das maneiras.

Não apenas o transporte e a comunicação, mas também a segregação da população urbana tende a facilitar a mobilidade do homem individual. Os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam mas não se interpenetram. Isto permite aos indivíduos passar rápida e facilmente de um meio moral para outro e encoraja a tão fascinante quão perigosa experiência de viver ao mesmo tempo em vários mundos diferentes, contíguos, mas, por outro lado, muito separados. Tudo isto tende a dar à vida na cidade um carácter superficial e fortuito; tende a complicar as relações sociais e a produzir tipos individuais novos e divergentes. Introduce, ao mesmo tempo, um elemento de acaso e aventura, que se acrescenta ao estímulo da vida na cidade e lhe confere uma atratividade peculiar para nervos jovens e frescos. A sedução das grandes cidades é talvez uma consequência de estímulos que atuam diretamente sobre os nossos reflexos. Enquanto um tipo de comportamento humano, poderá ser explicado, à semelhança da atração da traça pela chama, como uma espécie de tropismo.

A atração da metrópole deve-se em parte, contudo, ao facto de, a longo prazo, cada indivíduo encontrar algures entre as diversas manifestações da vida na cidade o tipo de ambiente em que se expande e se sente à vontade; encontra, em suma, o clima moral em que a sua natureza peculiar obtém os estímulos que dão plena e livre expressão às suas qualidades inatas. São, suspeito, motivos deste tipo que têm a sua base, não no interesse nem mesmo no sentimento, mas em algo mais fundamental e primitivo que tira muitos, se

não a maioria, dos jovens homens e jovens mulheres da segurança das suas casas no campo para a grande e vigorosa confusão e animação da vida na cidade. Numa comunidade pequena é o homem normal, o homem sem excentricidade ou génio, que parece ter maior probabilidade de sucesso. A pequena comunidade frequentemente tolera a excentricidade. A cidade, pelo contrário, recompensa-a. Nem o criminoso, o inapto, nem o génio têm a mesma oportunidade de desenvolver a sua disposição inata numa pequena cidade, que invariavelmente encontra numa grande cidade.

Há cinquenta anos atrás, qualquer aldeia tinha uma ou duas personagens excêntricas que eram tratadas normalmente com uma tolerância benevolente, mas que, ao mesmo tempo, eram consideradas disfuncionais e estranhas. Estes indivíduos excepcionais viviam uma existência isolada, apartados da convivência genuinamente íntima com os seus semelhantes devido às suas próprias excentricidades, quer se devessem ao seu génio ou às suas limitações. Se tivessem o potencial de criminosos, as restrições e inibições da pequena comunidade tornavam-nos inofensivos. Se tivessem em si os ingredientes do génio, permaneciam estéreis por falta de apreço ou de oportunidade. A história de *Pudd'n Head Wilson* de Mark Twain é uma descrição de um desses génios obscuros e desvalorizados. É tão verdadeiro como isto:

Muitas flores nascem para desabrochar sem serem vistas
e desperdiçar o seu perfume no ar deserto.

Gray escreveu a “Elegia no adro da igreja de uma aldeia” antes da ascensão da metrópole moderna.

Na cidade, muitos destes tipos divergentes encontram agora um meio no qual, para o bem e para o mal, as suas disposições e talentos eclodem e dão frutos.

Na investigação destes tipos excepcionais e temperamentais que a cidade produziu, devemos procurar distinguir, tanto quanto possível, entre aquelas qualidades mentais abstratas nas quais se baseia a excelência técnica e aquelas características nativas mais fundamentais que encontram expressão no temperamento. Podemos, assim, perguntar:

Em que medida é que as qualidades morais dos indivíduos se baseiam no carácter inato? Em que medida se tratam de hábitos convencionados que lhes são impostos ou que são adquiridos a partir do grupo?

Em que qualidades e características inatas se baseia o carácter moral ou imoral aceite e convencionado pelo grupo?

Que conexão ou que desconexão parece existir entre as qualidades mentais e morais dos grupos e dos indivíduos que os compõem?

Os criminosos são, regra geral, de uma ordem de inteligência inferior à dos não criminosos? Em caso afirmativo, que tipos de inteligência estão associados a diferentes tipos de crime? Por exemplo, os ladrões profissionais e os burlões profissionais representam diferentes tipos mentais?

Quais são os efeitos do isolamento e da mobilidade, do estímulo e da repressão sobre estes diferentes tipos?

Em que medida podem os parques infantis e outras formas de recreação providenciar o estímulo que de outra forma é procurado nos prazeres do vício?

Em que medida pode a orientação profissional ajudar os indivíduos a encontrar vocações nas quais possam obter uma expressão livre das suas qualidades temperamentais?

A região moral. – É inevitável que os indivíduos que procuram as mesmas formas de emoção, quer essa emoção seja proporcionada por uma corrida de cavalos ou por uma *grand ópera*, se encontrem de tempos a tempos nos mesmos lugares. O resultado disto é que, na organização que a vida na cidade assume espontaneamente, a população tende a segregar-se, não apenas mediante os seus interesses, mas também mediante os seus gostos ou temperamentos. A distribuição da população que daí advém será provavelmente bastante diferente da que resultaria de interesses ocupacionais ou condições económicas.

Cada bairro, sob as influências que tendem a distribuir e segregar as populações das cidades, pode assumir o carácter de uma “região moral”. É o que acontece, por exemplo, com as zonas de vício, que encontramos na maioria das cidades. Uma região moral não é necessariamente um local de residência. Pode ser um mero ponto de encontro, um lugar de lazer.

A fim de compreender as forças que em cada grande cidade tendem a desenvolver estes ambientes isolados, nos quais impulsos, paixões e ideais

erráticos e reprimidos, se emancipam da ordem moral dominante, é necessário referir o facto ou a teoria dos impulsos latentes.

Tudo indica que os homens são trazidos para o mundo com todas as paixões, instintos e apetites, descontrolados e indisciplinados. A civilização, em prol do bem comum, exige, por vezes, a supressão, e, sempre, o controlo, destas disposições selvagens e naturais. No processo de impor a sua disciplina ao indivíduo, ao transformar o indivíduo de acordo com o modelo comunitário aceite, uma grande parte é suprimida por completo, e outra parte ainda maior encontra uma expressão indireta em formas que são valorizadas socialmente, ou que são pelo menos inócuas. É aqui que entram o desporto, o jogo, e a arte. Permitem ao indivíduo, através da expressão simbólica, expurgar-se a si próprio destes impulsos selvagens e suprimidos. Esta é a catarse sobre a qual Aristóteles escreveu na sua *Poética* e à qual foi dado um novo e mais positivo significado pelas investigações de Sigmund Freud e dos psicanalistas.

Sem dúvida muitos outros fenómenos sociais, tais como greves, guerras, eleições populares, e cultos religiosos, desempenham uma função semelhante ao libertarem as tensões subconscientes. Mas dentro de comunidades mais pequenas onde as relações sociais são mais íntimas e as inibições mais imperativas, há muitos indivíduos excepcionais que não encontram dentro dos limites da atividade comunitária nenhuma expressão normal e saudável das suas aptidões e temperamentos individuais.

As causas que dão origem ao que aqui descrevemos como “regiões morais” devem-se em parte às restrições que a vida urbana impõe; em parte à liberdade que estas mesmas condições oferecem. Até muito recentemente, demos bastante importância às tentações da vida na cidade, mas não temos dado a mesma importância aos efeitos das inibições e repressões dos impulsos naturais e instintos sob as condições alteradas da vida metropolitana. Desde logo, as crianças, que na aldeia são contadas como um bem, tornam-se na cidade uma responsabilidade. Para além disso, é muito mais difícil constituir família na cidade do que no campo. O casamento acontece mais tarde na cidade, e por vezes não acontece de todo. Estes factos têm consequências cujo significado ainda não podemos avaliar.

A investigação dos problemas envolvidos pode muito bem começar por um estudo e comparação dos tipos característicos de organização social que existem nas regiões referidas.

Quais são os factos externos relativamente à vida na boémia, no submundo, no bairro de prostituição, e noutras “regiões morais” menos pronunciadas em carácter?

Qual é a natureza das vocações que se relacionam com a vida ordinária destas regiões? Quais são os tipos mentais característicos que são atraídos pela liberdade que oferecem?

Como é que os indivíduos chegam a estas regiões? Como é que escapam a elas?

Em que medida são as regiões mencionadas um produto da liberdade; em que medida se devem às restrições impostas pela vida na cidade ao homem natural?

Temperamento e contágio social. – O que empresta uma importância especial à segregação do pobre, do viciado, do criminoso e das pessoas excepcionais em geral, e que é um atributo tão característico da vida na cidade, é o facto de o contágio social tender a estimular em tipos divergentes as diferenças temperamentais comuns, e a suprimir os aspetos que os unem aos tipos normais à sua volta. A associação com outras pessoas da sua espécie proporciona também não apenas um estímulo, mas um apoio moral para os traços que têm em comum e que não encontrariam numa sociedade menos seletiva. Na grande cidade, o pobre, o viciado e o delinquente, esmagados um contra o outro numa intimidade doentia e contagiosa, reproduzem-se exclusivamente entre si, corpo e alma, de tal modo que me tem ocorrido frequentemente que aquelas extensas genealogias dos Jukes e das tribos de Ismael não mostrariam uma uniformidade tão persistente e aflitiva de vício, crime e pobreza, se não estivessem peculiarmente adaptados ao ambiente em que estão condenados a existir.

Temos então de aceitar estas “regiões morais” e as pessoas mais ou menos excêntricas e excepcionais que as habitam, num certo sentido, pelo menos como parte da vida natural, se não mesmo da vida normal de uma cidade.

Não é necessário que pela expressão “região moral” se entenda um lugar ou uma sociedade necessariamente criminosa ou anormal. Pretende-se antes designar regiões em que prevalece um código moral divergente, porque é uma região em que as pessoas que a habitam são dominadas, uma vez que isto não acontece normalmente, por um gosto ou por uma paixão ou por algum interesse que tem as suas raízes diretamente na natureza original do indivíduo. Pode ser uma arte, como a música, ou um desporto, como as corridas

de cavalos. Tal região diferiria de outros grupos sociais pelo facto de os seus interesses serem mais imediatos e mais fundamentais. Por esta razão, as suas diferenças são provavelmente mais devidas ao isolamento moral do que intelectual.

Devido à oportunidade que oferece, particularmente aos tipos excepcionais e anormais de homens, uma grande cidade tende a abrir e a expor à vista de todos de forma maciça todas as características e traços que são normalmente ofuscados e reprimidos em comunidades mais pequenas. A cidade, em suma, mostra em excesso o bem e o mal da natureza humana. É talvez este facto, mais do que qualquer outro, que justifica a visão que faria da cidade um laboratório ou clínica na qual se podem estudar a natureza humana e os processos sociais conveniente e proveitosamente.

Tradução de Maria da Luz Correia

Teorias e práticas do jornalismo: do telégrafo ao hipertexto¹

MÁRIO MESQUITA

Nota preambular de Paulo Meneses²

O estudo que ora se publica corresponde ao texto da *lição inaugural* do curso de licenciatura em Comunicação Social e Cultura e do curso de pós-graduação e mestrado em Cultura e Comunicação, ambos propostos pelo Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade dos Açores e iniciados no ano lectivo corrente. O acto público no qual a dita *lição* foi apresentada e discutida decorreu no passado dia 2, em Ponta Delgada, no anfiteatro C da Universidade, sob a presidência do Magnífico Reitor. Foi evidente o interesse que despertou junto de um público variado – alunos, docentes, profissionais da comunicação social, etc. –, como bem o testemunharam não apenas as diversas perguntas endereçadas ao orador, mas ainda as repercussões desta sua intervenção na rádio e na imprensa locais. Outra coisa, de resto, não seria de esperar, dada a trajectória profissional e académica de Mário Mesquita.

Com efeito, o que o autor aqui nos propõe é uma acurada reflexão sobre o termo e conceito de *objectividade*, tal como apreendido, consolidado e / ou relativizado em sede dos meios de comunicação social, muito em particular

1 Lição inaugural proferida no âmbito da licenciatura em Comunicação Social e Cultura e da pós-graduação e mestrado em Cultura e Comunicação. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2 de novembro de 2004.

O texto publicado neste livro mantém-se fiel ao original, apenas tendo sido adaptadas as citações e a lista de referências final às normas adoptadas no presente volume. (Nota das editoras)

2 Paulo Meneses era, no ano letivo 2004/2005, o diretor do curso de licenciatura em Comunicação Social e Cultura. (Nota das editoras)

nos da imprensa escrita. A fim de surpreender a génese, a evolução e a natureza intrínseca deste constructo, escrutina-o sob forma a um tempo cronológica e sistemática. Procede, pois, por um lado, ao levantamento minucioso das suas vicissitudes históricas, orientado sempre pela vontade de atestar as complexas relações que medeiam entre certos entendimentos e usos da *objectividade jornalística* e os particulares contextos de afloramento dos diferentes papéis assumidos pela imprensa na sociedade ocidental. E por outro, à análise dos factores constituintes da mencionada *objectividade*, bem como à ponderação das suas incidências nas chamadas *práticas jornalísticas*, sem esquecer os processos de acomodação de semelhante constructo às mutações tecnológicas com que tais práticas se têm vindo a confrontar.

Por se conformar como uma rigorosa cartografia dos meandros históricos e dos matizes conceptuais da *objectividade jornalística*, e por convocar uma problemática em nada isenta de consequências no *ethos* de uma actividade tão relevante e melindrosa como a da imprensa – desafortunadamente, os tempos que correm não se cansam de testemunhá-lo! –, cremos que depressa se descobrirá no presente texto um instrumento de trabalho cuja leitura e discussão em muito beneficiará quantos se preocupam com esta matéria, seja em regime estritamente académico, seja no do exercício de uma profissão no âmbito dos *media*. Que uns e outros, lendo-o e interrogando-o, o saibam converter num fecundo dispositivo de reflexão.

Uma palavra final de agradecimento a quantos possibilitaram a realização do acto público acima referido: ao Professor Mário Mesquita, que nos honrou com a sua presença e muito nos beneficiou com o seu saber; à coordenadora do curso de pós-graduação e mestrado em Cultura e Comunicação, a nossa colega Helena Mateus Montenegro; a Sua Excelência O Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, à Sata Internacional e ao Hotel do Colégio. Não esquecemos ainda o particular incentivo recebido da Reitoria e da direcção do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas. Bem hajam!

1. Introdução

O tema da “objectividade jornalística” pode ser encarado sob diferentes prismas: do ontológico, que nos reenvia para a velha polémica entre “o mundo como ilusão e o mundo como realidade”, no dizer de António Machado, ao

deontológico, visto que, em certos momentos históricos, nos foi e ainda é apresentada como “dever ético”.

“Objectividade” – tal como “realidade” ou “real” – é um conceito que convém mencionar sempre entre aspas, a fim de assinalar distância e dúvida. Discutida numa perspectiva epistemológica, a questão da objectividade jornalística – ou seja, a correspondência das notícias com a realidade que visam reproduzir – remete para a possibilidade de conhecer a “realidade exterior” – outra designação ingrata... –, o que pressuporia admitirmos que esse “real” possui existência própria e independente dos sujeitos que o querem conhecer. Tal postulado implicaria ainda aceitarmos que é possível conhecê-lo, representá-lo com fidelidade, recorrendo às frágeis metodologias do jornalismo...

Esta problemática reenvia-nos para a mesma e antiga querela filosófica relativa à ciência, com a ressalva de que os processos de construção da informação jornalística não se podem equiparar aos do conhecimento científico. O debate filosófico entre idealismo e realismo reaparece-nos a propósito da informação jornalística. É possível relatar os “factos” com rigor e “exactidão”?

Os tais “factos reais” são reconfigurados através da linguagem, contextualizados e interpretados pelo jornalista que os apreende. O “agir jornalístico” pressupõe a procura, a selecção, a investigação e a interpretação dos acontecimentos de um suposto “mundo real”. Estas operações são inseparáveis. Ora, o próprio recurso à linguagem – escrita, radiofônica, televisiva, hipertextual – supõe a “passagem” a outro universo. As ocorrências que o jornalista transforma em notícias, mesmo se postularmos a respectiva existência fora da nossa percepção delas ou do próprio “universo mediático”, só adquirem sentido através do discurso. “Se repetir rapidamente duas vezes a mesma frase – afirma George Steiner, a propósito do problema da tradução –, a segunda não é a mesma que à primeira; pertence a um tempo diferente e a segunda não pode senão suceder-lhe.” (Jahanbegloo, 1999, p.185) Se transferirmos esta análise, *mutatis mutandis*, para o campo do jornalismo, podemos sustentar que nenhum acontecimento é o mesmo em duas notícias distintas. O jornal, a rádio, a televisão ou o website não são “espelhos da realidade”. O acontecimento é ele próprio, mas também a linguagem em que foi reelaborado, o modo como foi interpretado, o tempo em que foi reportado...

Entendida no seu sentido mais radical e positivista – enquanto possibilidade de o jornalista se situar acima ou fora do seu tempo e do seu espaço –, a “objectividade” no jornalismo, tal como nas ciências humanas, será,

na melhor das hipóteses, uma utopia e, na pior, uma mistificação. Isso não impede, contudo, que o conceito de “objectividade” possa ser interpretado noutro sentido, enquanto esforço de “distanciamento”, tal como preconiza Norbert Elias a propósito do cientista social, em relação às suas próprias emoções ou às pressões e constrangimentos do tempo e do lugar.

Nesta perspectiva, a “objectividade” reverter-se-ia num conceito próximo das noções de “imparcialidade” e de “equidade”, de tal modo que o jornalista seria chamado a convocar o melhor do seu saber, da sua cultura e da sua formação para ensaiar à aproximação ao “real”. Não estaria em causa recuperar qualquer “teoria” do jornalismo como “espelho” ou “reflexo” do mundo, ou negar a subjectividade do jornalista, mas antes – à semelhança do que Paul Ricoeur (1955, p.25 e – *passim*) propõe para a história – admitir a implicação pessoal do jornalista, guiado por uma intenção de objectividade na reconstrução e explicação dos acontecimentos. Os percursos do jornalista e do historiador distinguem-se pela natureza diferente do território em que actuam. À história, a par da narratividade que lhe é inerente, reivindica, tal como as demais ciências humanas, uma metodologia científica e a vigilância crítica de um corpo académico, o que não acontece com o jornalismo.

2. A doutrina normativa da objectividade

É por isso que ganha especial pertinência, neste campo, a compreensão da “objectividade jornalística” enquanto pragmática, ou seja, enquanto conjunto de “normas” adoptadas pelos profissionais com vista a pautar o exercício do jornalismo. Prefiro, por isso mesmo, escolher este ângulo de abordagem, que me parece fértil, para encarar à problemática proposta: a perspectiva histórica, ou seja, mais precisamente, à construção histórica do conceito de “objectividade jornalística”.

Neste sentido, a “objectividade” apresenta-se como doutrina, plasmada num conjunto de regras processuais e estilísticas fixadas pela tradição corporativa nos manuais de redacção, nas escolas de jornalismo ou nos códigos de conduta. Esta “doutrina da objectividade” impõe-se, numa determinada época, sofre transformações e atravessa crises ao longo da história do jornalismo. Nesta perspectiva, a objectividade jornalística não equivale a uma problemática filosófica. Configura-se tão-só como doutrina estratégica profissional.

Nesta óptica, o conceito efectiva-se através de uma série de procedimentos no plano da investigação e do estilo, com destaque para quatro processos fundamentais (Tuchman, 1993a, p.2)³: o confronto de pontos de vista divergentes; a apresentação de “provas”, corroborando o que é sustentado; o recurso a “citações” das partes em conflito ou das fontes; a estrutura externa do texto jornalístico, baseada na estrutura do *lead* e da regra da importância decrescente dos elementos, usualmente designada por “pirâmide invertida”.

Esta doutrina operativa instituiu-se, em especial no espaço anglo-americano, como pedra angular do profissionalismo jornalístico, apoiada numa crença de raiz positivista na possibilidade de escrever notícias configuradas como “espelhos” do “real”. A “objectividade” possui igualmente – no dizer de Casasús & Ladevéze – o sentido de uma “retórica objectivadora na linguagem informativa”, em que “uma calculada aparência objectivadora do estilo é utilizada como se fosse uma propriedade do conteúdo informativo ou uma atitude psíquica do informador” (1991, p.104). Nesse sentido, “o distanciamento do narrador através da impessoalidade do estilo” e a “ênfase afirmativa, quase dogmática, com que se transmitem os factos” (Casasús & Ladevéze, 1991, p.104) surgem como garantias da atitude de objectividade. “É frequente – sustentam os autores – o repórter acreditar que existe um vínculo interno entre a técnica expressiva e a técnica informativa, e considerar que um estilo impessoal é condição necessária e suficiente para uma informação verídica” (Casasús & Ladevéze, 1991, p.104).

A distinção de Emile Benveniste entre o regime enunciativo da “história” e o do “discurso” ajuda a compreender a “retórica da objectividade”. O “discurso” consiste numa forma de enunciação construída no pressuposto da existência de um locutor é de um auditor, tendo o primeiro a intenção de influenciar o outro. Na modalidade da “história”, pelo contrário, o locutor tenta apagar a presença – as marcas de enunciação – da sua própria fala. Esse enunciado “pobre em indicações sobre a sua enunciação”, no dizer de Todorov (1972, p.409), corresponde ao domínio do jornalismo de agência, aquilo a que

3 Analisadas os dois textos de Gaye Tuchman publicados em 1993 e elencados por Mário Mesquita na lista bibliográfica final, depreende-se que a publicação convocada corresponde ao ensaio intitulado “A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade” (Tuchman, 1993a). Terá havido, contudo, uma gralha na indicação do número de página nesta citação já que os quatro procedimentos estratégicos para a objetividade usados pelos jornalistas a que Mário Mesquita alude são referidos efetivamente por Gaye Tuchman entre as páginas 79 e 84 deste ensaio. **(Nota das editoras)**

alguns chamam o estilo noticioso ou “seco”. Há uma anulação do “eu”, que se dissolve num sujeito indeterminado e fala de um lugar desconhecido. Tudo funciona como se os acontecimentos se contassem a si próprios, como se os factos se apresentassem a si mesmos.

3. “O filósofo transformado em comerciante”

A construção histórica da “doutrina da objectividade” na imprensa processa-se em duas fases históricas. A primeira corresponde à *emergência do conceito de notícia* e à transição dos *jornais de opinião (viewpapers)* para os *jornais de informação (newspapers)*, na fase industrial de Imprensa, no século XIX. A segunda remonta aos anos 20 do século XX e ao momento em que os jornalistas, já numa fase mais adiantada do processo de profissionalização, procuram distinguir-se de novas formas e de novos “profissionais da comunicação” que começam a afirmar-se na sociedade.

No seu famoso texto, escrito no início do século passado, sobre a “história natural dos jornais”, Robert Park (1923, pp.273-289), investigador da Escola Sociológica de Chicago, ele próprio ex-repórter de investigação, defende que o jornal de informação se desenvolve em estreita ligação com o crescimento das cidades, revelando uma dupla natureza de produto intelectual e comercial, de divulgador de conhecimento e de empresa comercial.

“O jornal é a loja da verdade. O jornalista – sustenta Park (1923, p. 275), sem ironia – é o filósofo transformado em comerciante”. Esta metáfora do “filósofo” transformado em “comerciante” ajuda a compreender por que motivo a emergência dos conceitos de “notícia” e de “objectividade jornalística” foi impulsionada por motivações de natureza social e até comercial.

Na “grande cidade”, a metrópole em crescimento no início do século XX, o jornal desdobra-se, na interpretação do sociólogo de Chicago, em três grandes funções: as da divulgação do conhecimento, da venda das notícias e da informação a um preço acessível e da criação de espaços publicitários onde se transmitem informações. As empresas jornalísticas figuram entre os instrumentos necessários ao crescimento e à expansão das cidades, a par dos transportes e de tantos outros serviços indispensáveis ao desenvolvimento da vida urbana.

A fase industrial da imprensa vai significar a ruptura com essa imprensa de elite. Aos pequenos grupos de leitores, com afinidades doutrinárias e religiosas, vão suceder os jornais “para todos”, baseados em projectos que visam atingir toda a população alfabetizada. A imprensa alarga consideravelmente a sua influência, graças ao financiamento pela publicidade, à significativa descida do preço e à venda avulsa, que destrona o sistema de assinatura. Os processos de desenvolvimento urbano desencadeados pela revolução industrial, acompanhados pela transferência da população do campo para as cidades, o surgimento de novas classes médias nos sectores de serviços e o crescimento do operariado vão criar a necessidade de novos instrumentos de informação. A “notícia objectiva” surge enquanto forma de operar a transformação dos pequenos auditórios homogéneos do “espaço público iluminista” no “grande público” heterogéneo da metrópole em crescimento. O papel do jornal, no novo espaço citadino, consiste em criar consensos, em unificar as populações, em ser o menor denominador comum nas metrópoles em crescimento. É neste quadro que se cria uma doutrina profissional da “factualidade”, contrapondo-se aos antigos periódicos de opinião e de causas os jornais de notícias e de histórias. Observador atento deste fenómeno, escrevia, pelos começos do século XX, o jornalista açoriano Alfredo Mesquita (2001, p.155):

No jornal americano, os factos tomam o lugar das doutrinas e em vez de teorias só há informações. Teorias e doutrinas moem-se nas revistas e nos magazines, por ordem de especialidades. Quem tem tempo, necessidade, curiosidade, ou paciência, lá as procura, lá as tem. No jornal, na folha da manhã, do meio-dia, da tarde, do cair da noite, naquilo a que com tanta propriedade se chama *news paper* só há notícias, notícias e mais notícias.

4. A notícia objectiva e o “realismo mágico”

A investigadora Barbie Zelizer (2004) enumera cinco formas como os investigadores e os académicos definem o jornalismo: através da *profissão*, da *insti-tuição*, das *pessoas*, das *práticas* e do *texto*, incluindo nesta última categoria a área de estudo da narrativa. Entre os aspectos relevantes desta problemática está a tendência de certos jornalistas para perspectivarem o seu trabalho como “informação”, enquanto outros preferem encará-lo com a arte de contar

“histórias”. Estava em causa distinguir *news* e *human interest stories*, para recorrer aos termos em que a alternativa se colocava nos Estados Unidos do início do século XX, visto que, na Europa, se diria provavelmente “informação séria” e *faits divers*.

Não há propriamente uma definição científica dos conceitos de “notícia” e de “história de interesse humano”. São noções “operativas”, forjadas no meio profissional. Na perspectiva de Robert E. Park, as “notícias” são uma forma de conhecimento informal, estão ligadas à existência de participantes na vida política da sociedade, transmitem informações, permitem dinamizar a actividade económica, enquanto as “histórias de interesse humano” constituem, narrativas de mistério e paixão, emotivas e “sensacionalistas”. “É na “história de interesse humano” – afirma Park (1981) – que a distinção entre a história verdadeira e a história fictícia tende a apagar-se”. Aqui, o jornalismo aproxima-se da literatura popular ou da para-literatura, embora convenha ter presente, além de outros factores de diferenciação, que – como refere José Rebelo (2003, p. 59) – “a escrita literária é um acto de produção individual”, enquanto “o discurso jornalístico supõe uma lógica de grupo, a lógica da redacção (...)”. Os mecanismos de produção da história de interesse humano já foram, aliás, analisados por estudiosos da imprensa. Na imprensa francesa do século XIX – *moment-pivot* para o género *fait divers* (Dubied & Lits, 1999, p. 15) – registava-se, aliás, uma curiosa divisão de trabalho entre o *fait-diversier*, que descobria as notícias no terreno (nos comissariados da polícia, por exemplo), nas informações provenientes das agências ou nos jornais concorrentes, e o redactor, que lhes dava forma definitiva (Dubied & Lits, 1999, p. 21).

Ambas estas formas de expressão – notícias e histórias – são constitutivas das comunidades urbanas. Representam factores de aglutinação e consenso. Mas, enquanto as *news* suscitam a crítica, convidam a agir e se dirigem a um verdadeiro “público”, as “histórias” correspondem à “excitação contagiosa” característica das “multidões”. Park trabalhou, na sua tese de doutoramento (1904), a distinção entre “multidão” (*crowd*) e “público” (*public*), na mesma época em que o fizeram autores europeus como Gabriel Tarde (1992). A “multidão” caracteriza-se por obedecer sem crítica ao impulso colectivo, enquanto o público, composto por indivíduos com diferentes opiniões, é conduzido pela prudência e reflexão racional: “quando o público deixa de ser crítico dissolve-se ou é transformado numa multidão” (Park, 1972, p. 80).

As “histórias de interesse humano”, em que o “real” é tratado como ficção, pertencem, na perspectiva de Park, a uma espécie de “literatura popular destinada ao divertimento e à instrução do público proletário das grandes cidades” (1981, s.p.). Ou seja: “Pode-se ler o jornal num momento de lazer, com o mesmo interesse de quem observa pela janela a multidão a agitar-se numa rua cheia de gente. Pode-se ler o jornal sem ter em conta a importância das informações (*news*)” (Park, 1981, s.p.).

O teórico marxista António Gramsci, escrevendo já no século XX, observava que:

a página policial dos grandes jornais é redigida como uma perpétua Mil e uma noites, concebida de acordo com os esquemas do romance de folhetim. Há a mesma variedade de esquemas sentimentais e de motivos: a tragédia, o drama frenético, a intriga hábil e inteligente, a farsa. O *Corriere della Sera* não publica romances de folhetim, mas a sua página policial tem todos os atractivos desse tipo de romance, com a noção, sempre presente, de que se trata de factos verdadeiros (Gramsci, 2004, pp.244-45).

A ligação, estabelecida pelo sociólogo da Escola de Chicago, entre o *fait divers* e a cultura popular remete-nos para a relação entre os “contadores de histórias” tradicionais e a informação jornalística, avançada por Walter Benjamin (1971). O desaparecimento da figura do “contador”, em seu entender, foi provocado pelo jornalismo, pela informação: “Se a arte de contar se transformou em coisa rara, isso deve-se aos progressos da informação” (Benjamin, 1971, p.123). Mas, enquanto “a informação só tem valor no instante em que é nova” – sustenta Benjamin, as velhas narrativas tradicionais «guardam a sua força» e “oferecem, por muito tempo, matéria para desenvolvimento” (Benjamin, 1971, p.124). A troca do narrador ao vivo dos contos de ficção pela notícia verídica do jornal resultou, na óptica de Benjamin, em empobrecimento cultural.

O desenvolvimento do jornalismo enquanto profissão dotada de uma doutrina normativa, que se baseia na ideia de “objectividade”, fez-se colocando o acento tónico na exactidão das notícias e não na arte das “histórias”. Talvez por isso alguns sectores da comunidade profissional dos jornalistas – conforme sustenta Barbie Zelizer – reagem negativamente às análises académicas do jornalismo enquanto narrativa, em especial nos Estados Unidos,

onde a “doutrina da objectividade” provoca a separação entre os que valorizam o jornalismo como “informação” (*news*) e os que o encaram na perspectiva de contar “histórias” (*stories*).

Esta distinção é irrelevante do ponto de vista das análises textuais, visto que “notícias” e “histórias” remetem, afinal, para formas de expressão em que predominam os registos narrativo e descritivo. O que está indirectamente em jogo é a questão da veracidade da informação. O registo informativo – na terminologia anglo-americana, *hard news* – supõe, na cultura corporativa dos jornalistas (sobretudo na tradição anglo-americana), um compromisso com o “mundo exterior”.

No entender de certas correntes de jornalistas, “o estilo narrativo era interpretado – explica Zelizer – como adverso ao processo de produzir reportagens noticiosas neutrais, e um bom jornalista deveria silenciar a sua presença como contador de histórias” (2004, p.131). Por isso mesmo se verificava “um certo tipo de oposição dos profissionais de jornalismo e investigadores tradicionais” ao estudo das notícias enquanto narrativas, dado que “as propriedades narrativas das notícias eram vistas de início como algo que colocava problemas aos jornalistas” (Zelizer, 2004, p.131). Como se o “acto de contar uma história” fosse antagónico ao “acto de elaborar uma reportagem”.

Se o valor das “histórias” jornalísticas é apenas simbólico e análogo ao da literatura popular tradicional, então a relevância da veracidade diminui, transforma-se numa questão menor. “A primeira função que um jornal preenche [na cidade do século XIX] – escreve Park (1967, p.66) – é a que anteriormente o rumor desempenhava na aldeia”⁴. Nas aldeias as pessoas conhecem-se todas entre si, pelo que circulam rumores sobre a vida privada dos cidadãos. Como não era possível o conhecimento pessoal de todos os habitantes das cidades, as notícias centram-se nas personalidades mais importantes. Não sendo viável relatar todas as ocorrências, os relatos jornalísticos adquirem natureza simbólica e constituem, no entender do sociólogo, uma “forma de arte e de literatura”. Os jornais eram, por isso, meios de controlo social, “instrumentos para a organização do rumor”, assinalando aquilo que sai da normalidade e dando que falar, ou seja, gerando conversa, explicitando normas sociais.

4 Substituí “falatório”, palavra utilizada na tradução portuguesa do estudo de Park (originalmente publicado, em 1916, no *American Journal of Sociology*), por “rumor”, termo que me parece mais adequado.

Observando a questão por este ângulo da transposição do rumor da aldeia para a grande cidade, do valor simbólico das notícias – todas as notícias de catástrofe se reduzem a uma só e mesma história –, a tendência será (ou poderá ser) a de relegar para segundo plano a questão da veracidade. Vale a pena relatar uma história de redacção ocorrida, em 1913, no lendário *World*, de Joseph Pulitzer (citada por Kovach & Rosenstiel, 2001, pp. 39-40). A certa altura alguém reparou numa coincidência: nos relatos de naufrágios, publicados no jornal, aparecia sempre um gato preto que conseguia invariavelmente sobreviver. Quando o repórter foi questionado a esse propósito pelos colegas, respondeu:

De facto, um desses navios levava um gato e a tripulação regressou a bordo para salvá-lo. Transformei a história do gato num dos elementos fundamentais do meu relato. No entanto, houve outros jornalistas que nem sequer mencionaram esse pormenor e, por causa disso, ouviram reprimendas dos seus chefes. Quando ocorreu o naufrágio seguinte, embora não houvesse gato nenhum a bordo, esses jornalistas, não querendo arriscar-se, decidiram introduzir um gato na notícia. Pelo meu lado, não mencionei nenhum gato, visto que não existia, mas, por causa disso, chegou a minha vez de ser repreendido. Agora, cada vez que naufraga um navio, procuramos meter lá dentro um gato.

A presença do gato não era gratuita: visava introduzir, como fazem notar Kovach & Rosenstiel, “uma certa *sensação* de *realismo*” (2001, p. 40). Mas não só. A mini-narrativa do gato preto, encaixada na história do naufrágio, constrói, por acumulação com os outros elementos relatados, um “efeito de real”, mas, ao mesmo tempo, remete para o fundo de superstição popular e tradicional, ligado à ideia do “gato preto”, portador de azar, aviso de desgraça, sintoma e prenúncio do naufrágio, que logrará escapar com vida para se reproduzir em naufrágios seguintes...

É esse valor simbólico que transporta o jornalismo para um terreno mais próximo à narrativa folclórica do que à história universitária. Se o sentido do jornalismo, na época posterior à revolução industrial, é recriar na grande cidade – mesmo que seja ao preço da multiplicação dos gatos pretos – o murmúrio da aldeia, prolongando na era industrial a tradição da oralidade do mundo campestre, então pouco importa, neste quadro, a questão do rigor e da exactidão. O essencial seria apelar para um fundo mítico que permite manter,

no contexto de anonimato da grande cidade, o calor comunitário dos pequenos mundos onde todos se conhecem uns aos outros.

A vida urbana exige igualmente, a par do *fait divers*, outro tipo de jornalismo: aquilo que poderíamos denominar informação de serviço, respeitante à política, ao comércio, aos transportes, à vida social. De acordo com a síntese de Cristina Ponte (2004, pp. 29-30), o paradigma realista apresenta duas fases: “A mais nítida é a escrita de histórias, privilegiada na reportagem. A outra será o registo despojado e seco dos factos, dominante no noticiário de agência”. Ao lado do prolongamento da narrativa oral e da literatura de cordel, desenvolve-se a informação que dará origem à teoria da objectividade: mas é bom ter presente que o jornalismo industrializado emerge com as duas faces de Juno, a seca objectividade e o “realismo mágico” da “história de interesse humano”...

É neste contexto que surge a estratégia dos jornalistas e dos repórteres – ou, pelo menos, daqueles que se mostram mais preocupados em reforçar o *ethos* profissional – que procedem à distinção entre as notícias propriamente ditas e as histórias de interesse humano, considerando que só a “informação” constitui jornalismo em sentido restrito e preciso. Mas não parece fadada ao sucesso, no plano argumentativo, esta tentativa de nobilitar a profissão, esvaziando a própria noção de jornalismo daquilo que foi e continua a ser parte substancial não só do seu conteúdo, mas também da sua razão de ser: o *fait divers*, a história, a narrativa “interessante, mas não importante”, o estranho, o aberrante, o monstruoso...

Talvez por isso Robert Park se mostre hesitante. Por um lado, valoriza o jornalismo como forma de conhecimento (*news*). Por outro, reconhece o seu papel simbólico de recriar a aldeia dentro da cidade em desenvolvimento (*human interest story*). No entanto, “apesar da diligência com que procuram factos de informação pessoal e de interesse humano”, os jornais não podem “competir com o rumor da aldeia como meio de controlo social”. Mas, a par de construir o consenso, por via do realismo mágico, o jornal deve ser igualmente o lugar do conflito, enquadrado nas normas sociais. Na esteira de Simmel, de quem foi aluno na Alemanha, o sociólogo de Chicago acredita que é possível construir o consenso, sem excluir o conflito. “É essa hipótese concedida ao conflito – anota Geraldine Muhlmann (2004, p.232) – que permite a R. E. Park conservar, acima de tudo, a sua distinção entre o público e a “multidão psicológica” (...). O público de massa a que o jornalismo moderno deu origem não é [para o sociólogo] uma odiosa multidão no sentido de Gustave Le Bon...”

5. A neutralidade ou o falso sinónimo

A linguagem da informação objectiva começa a configurar-se, nos Estados Unidos, a partir de 1830, com o advento da “imprensa para todos” e das agências noticiosas, num lento processo que se prolonga até ao início do século XX. As agências noticiosas precisavam de vender informações a clientes de todas as tendências políticas. O desenvolvimento do mercado e o recurso à publicidade libertaram os jornais das tutelas partidárias.

Theodore Glasser (1992, p.177) explica a emergência da noção de “objectividade jornalística” recorrendo a uma palavra-chave: eficiência. Em seu entender, “a eficiência é o significado central do jornalismo objectivo”, visto que se relaciona com a necessidade de operar eficazmente no mercado. Corresponde aos interesses dos empresários da imprensa e, em especial, à lógica comercial da agência noticiosa, que tinha interesse em distribuir apenas os “simples factos” e deixar a interpretação para os clientes. Nos jornais a eficiência mandava “não ofender os leitores e anunciantes com prosas partidárias” (Glasser, 1992, p.177). Também para os jornalistas, no entender de Glasser, “era eficiente (...) distanciarem-se do sentido e da substância daquilo que relatavam” (1992, p.177).

No final do século XIX, o grupo profissional dos jornalistas ainda não tinha instaurado a “objectividade” como principal referência legitimadora, embora tenha sido nessa época – caracterizada pelo desenvolvimento da sociedade de mercado, das ciências experimentais e das ideias positivistas – que se manifestou com maior força, no jornalismo americano, a crença no relato transparente dos “factos” enquanto base epistemológica fundamental da profissão. A cultura de redacção da época era descrita por um jornalista com estas palavras: *Facts; facts; nothing but facts* (citadas por Schudson, 1979, p. 77)⁵. O trabalho dos repórteres era reduzido, nas palavras de protesto de um jornalista de então, ao papel de registadores de factos, “como se fossem máquinas”, sem “humor ou qualquer sinal de personalidade”.⁶

Nessa altura, ainda não se apelava para a “objectividade”, mas apenas para o “realismo”, no sentido de significar o esforço dos jornais em

5 A frase é de Julius Chambers, editor do *New York Herald* e do *New York World* no final do século XIX.

6 Palavras de Lincoln Steffens, acerca da sua formação no *Evening Post* (Schudson, 1979, p. 77).

corresponder à “procura pública de factos”, referida por um historiador da época. Os jornalistas concebiam o seu trabalho à imagem e semelhança dos cientistas que, nos anos 90 do século XIX, eram objecto de idolatria popular. “Realismo” era a designação corrente no jornalismo, como na literatura, nas notícias e nas novelas, para significar a sua adesão à religião da “factualidade” (Schudson, 1979, p. 73), enquanto observadores e relatores dos “factos” (Schudson, 1979, pp. 71-77).

O mais notável é que, se aceitarmos a tese de Michael Schudson, a “objectividade” só se vai impor como “ideologia” profissional precisamente quando a tal religião positivista do “factual” entra em crise, no início do século XX, e sobretudo após o fim da Guerra de 1914-18 (Grasser, 1992, p. 179). A doutrina da “objectividade”, embora implícita na atitude dos jornalistas oitocentistas, só se constituiu em “doutrina corporativa” quando se desfez o mundo de certezas alimentado pela euforia científica e tecnológica e pela economia de mercado em crescimento.

A cultura positivista e utilitarista entrou em crise no início do século. Michael Schudson formula, nestes termos, o novo estado de coisas: “a ordem normativa deixou de assentar num conjunto de regras acerca do que estava certo para se limitar a recomendações com vista à adaptação aquilo que existe” (Schudson, 1979, p. 121). A “sociedade democrática de mercado” em desenvolvimento destrói muitas das antigas crenças ideológicas – por exemplo, na racionalidade do fenómeno da opinião pública ou na formação da vontade democrática – sem apontar crenças alternativas. A “factualidade” já não garante a segurança de outrora. O cepticismo instala-se. As profissões voltam-se para dentro de si próprias. Na área da comunicação, há dois fenómenos decisivos: por um lado, a emergência de um novo ofício da comunicação, as *relações públicas*, de alguma maneira rival ou concorrente do jornalismo; por outro, a *propaganda de guerra* durante o período de participação norte-americana no conflito de 1914-18, classificada como “a primeira guerra dos conselheiros de imprensa” (Schudson, 1979, p. 142).

As relações públicas e as estratégias de guerra psicológica desviaram os jornalistas do empirismo “realista”. A dúvida instalou-se. Na prática jornalística, aumentaram os textos assinados, desenvolveu-se a “reportagem interpretativa”. A subjectividade foi reconhecida como elemento decisivo no trabalho jornalístico (Schudson, 1979, p. 145). Ao mesmo tempo, numa espécie de crispação corporativa, os jornalistas acolhem-se sob o guarda-chuva da nova

doutrina da objectividade. É o paradoxo histórico analisado por Schudson (1979, p.157): no momento em que deixam de acreditar no empirismo ingénuo ou na possibilidade de transparência no relato dos acontecimentos, os jornalistas invocam a “objectividade”, mais tarde entendida como estratégia profissional de autodefesa.

Esta tese sofisticada e subtil é provavelmente objecto de discussão junto dos historiadores da imprensa norte-americana. Se a interpretação de Schudson for pertinente, como parece plausível, teremos de deduzir que a profissão de jornalista, ao “endurecer” o laço com a religião da “factualidade”, no preciso momento em que novos actores de comunicação institucional constroem as suas próprias “fábricas de factos”, se fecha no casulo corporativo.

A estratégia da “objectividade”, ainda o nome não fora adoptado pelo jornalismo, situa-se no âmbito da criação de consensos nas sociedades industriais, através de meios de comunicação que, numa primeira fase, são os jornais, apoiados pelas agências noticiosas. Estabelecendo a ligação “entre centros nacionais e audiências dispersas”, os media de expansão nacional representaram uma “força centrípeta” favorável à centralização do poder, à integração e solidariedade social, contrabalançada pela “força centrífuga” dos media situados no plano das comunidades e minorias (Carey, 1997, p.129 e *passim*). É neste quadro histórico que emerge a figura do “comunicador profissional”. No dizer de James Carey (1997, p.132), é alguém que “possui uma especial competência na manipulação simbólica e que usa essa competência para criar ligações entre pessoas distintas e grupos diferenciados”; alguém que desempenha o papel de “corretor de símbolos” (*a broker in symbols*), de tal forma que “traduz as atitudes, o conhecimento e os problemas de determinada comunidade de discurso, em termos alternativos, mas persuasivos e compreensivos para outra comunidade”. Entre esses “comunicadores profissionais”, inclui-se o jornalista, a par do comunicador institucional (ou “relações públicas”) e do publicitário.

Para Carey, o processo que se desencadeou, com a entronização da “reportagem objectiva”, no final do século XIX, traduziu-se numa “des-intelectualização” e numa “tecnicização” do papel do jornalista. Em vez de serem “intérpretes independentes dos acontecimentos, os jornalistas tornaram-se repórteres, corretores de símbolos que fazem a mediação entre as audiências e as instituições, em especial, embora não exclusivamente, o governo” (Carey, 1997, p.137).

Em sua opinião, a informação objectiva e as convenções profissionais a ela associadas resultaram “numa perda de independência dos jornalistas”, que se tornaram “parte do processo de transmissão de notícias”. Desta forma, os profissionais recorrem especialmente “ao seu talento para escrever, à sua competência para traduzir linguagens especializadas e projectos de governo, ciência, arte, medicina, finanças num idioma que possa ser entendido por audiências mais vastas, mais informes e menos educadas”, sendo menos solicitada a sua intervenção no plano intelectual enquanto “críticos, intérpretes e historiadores contemporâneos” (Carey, 1997, p.137). Em síntese, na perspectiva de Carey, a industrialização da imprensa significou para o jornalista uma perda de estatuto, tendo “passado de observador independente e crítico para um papel de elo passivo numa cadeia de comunicação que regista para as audiências o cenário em trânsito” (Carey, 1997, p.138). Pior: “os jornalistas independentes são reduzidos a corretores no processo de comunicação e corretores estruturalmente aliados pela função estrutural que desempenham, se não também pela simpatia, com as pessoas e instituições que são objecto do seu trabalho noticioso” (Carey, 1997, p.139).

A consagração da “objectividade” enquanto dever inscrito no código deontológico da “associação de jornalistas profissionais” só chegou por volta de 1970, quando o conceito já era objecto de forte crítica no meio académico e profissional norte-americano, tendo sido igualmente posto em causa nas reflexões sobre o jornalismo do pós-guerra – *Hutchin’s Comission* (Leigh, 1947) – e nas polémicas sobre a forma como o “machartismo” usou, de fora para dentro e para efeitos de propaganda, as “convenções” narrativas do jornalismo (Aronson, 1973). Apesar de todas as reflexões críticas, produzidas dentro e fora do meio profissional, a consagração jurídica, na sociedade norte-americana, segue-se à deontológica. Em 1977, os tribunais reconheceram, pela primeira vez, a “reportagem objectiva” como regra jornalística merecedora de protecção constitucional nos termos do Primeiro Aditamento à Constituição dos Estados Unidos.⁷

A tradução prática da “objectividade jornalística” não é, nem poderia ser, “transparência” ou o jornalismo “espelho do real”. Na prática a “objectividade” torna-se sinónimo de equidade, equilíbrio, neutralidade. Esta sinonímia força

7 Caso *Edward v. National Audubon Society* (citado por Glasser, 1992, p.179).
[24]

o significado da palavra, tal como é possível encontrá-lo num dicionário de filosofia. “Se a objectividade – escreve Daniel Cornu (1999, p.327) – é a atitude (quanto à pessoa) ou o método (quanto à abordagem) que permite relacionar a realidade com a verdade, *ver as coisas como elas são*, em nada é satisfeita por uma política de informação que só visaria o equilíbrio ou a neutralidade. A própria realidade é brutal, excessiva, conflitual”.

A “doutrina” foi objecto de sucessivas contestações, quer no plano dos procedimentos, quer no do estilo. A Comissão de Hutchin – constituída por universitários e mal recebida nos meios jornalísticos – defendeu que, não obstante a relevância da separação entre notícias e opiniões, essa “convenção” não deveria ser entendida como um absoluto, visto que “não há facto sem contexto, nem há reportagem factual que não seja colorida pelas opiniões do repórter” (Leigh, 1947, p.22). Sem contrariar frontalmente as teses corporativas dominantes, o relatório da Comissão sustenta que “a avaliação de um facto isolado, embora exacta em si mesma, pode ser enganadora e, na realidade, inverídica” (Leigh, 1947, p.22). Por isso, à tradicional *objectividade do fragmentário* contrapõe-se a *objectividade da contextualização*. Não era suficiente a visão unidimensional – incolor, inodora e insípida – dos acontecimentos. Exige-se uma perspectiva multidimensional. “Não é suficiente – sustenta a Comissão – relatar o facto com verdade. Agora é necessário relatar a verdade acerca do facto” (Leigh, 1947, p.22).

Se esta crítica do jornalismo tradicional emana do meio académico, outras provêm de movimentos gerados entre os jornalistas. O “jornalismo investigativo”, assente na tradição americana do *muckraking*, contesta a rigidez dos métodos codificados pela profissão. O “jornalismo literário”, com uma rica tradição europeia, reafirma-se, nos anos 60, do outro lado do Atlântico, com a corrente do *new journalism*, rompe radicalmente com as normas estilísticas canónicas, substituindo, por exemplo, o narrador anónimo pela multiplicidade das vozes narrativas. O “jornalismo de desenvolvimento”, preconizado pelos países do chamado “terceiro mundo” nos fóruns internacionais da ONU e da Unesco, defende algo que poderíamos designar por notícia de longa duração, ou seja, a passagem da “notícia-acontecimento” para a “notícia-processo”. O “jornalismo cívico ou comunitário” preconiza a adopção de causas comunitárias e o abandono da tradicional neutralidade jornalística, quando estão em causa questões de cidadania ou de interesse comunitário.

A “objectividade jornalística” tem sido questionada, no interior da própria profissão, enquanto ideologia corporativa, por sucessivos movimentos de renovação. No entanto, o mais vivo questionamento das normas do relato objectivo, distanciado e neutral, provém da própria prática profissional. O distanciamento e a neutralidade do jornalista cedem frequentemente lugar a diferentes estruturas profissionais, em nome de valores ausentes dos códigos profissionais, mas presentes nas normas não escritas das empresas mediáticas.

É possível considerar três zonas de actuação dos jornalistas, com reflexos na sua atitude de distanciamento ou de adesão, na perspectiva do académico Daniel Hallin (1989, p. 116 e *passim*): na “esfera da controvérsia legítima”, operam os princípios de distanciamento e de neutralidade; na “esfera do consenso e dos valores partilhados”, os jornalistas tendem a converter-se a um comportamento reverencial e, no dizer de Daniel Dayan e Elihu Katz (1999, p. 185), “convertem-se em sacerdotes”⁸; finalmente, na “esfera do desvio”, desligam-se com frequência do compromisso de neutralidade e adoptam atitudes irónicas ou críticas em relação a comportamentos ou grupos que constituem objecto de reprovação social.

6. A retórica e as tecnologias

Seria possível designar a “objectividade jornalística” por “paradigma do telégrafo”, a primeira rede global em que o jornalismo se integrou. O novo invento “libertou a informação dos constrangimentos da geografia” (Carey, 1988, p. 204), autonomizando-a em relação aos transportes. Além disso, solicitou novas formas de linguagem, ajudando a configurar as formas de expressão jornalística difundidas pelas agências noticiosas, elas próprias fundadas sob o impulso dessa nova tecnologia, e adoptadas pelos jornais da “fase industrial da imprensa”.

Entre outras modificações nas “relações sociais mediadas pela linguagem” – com relevo para a correspondência comercial ou privada –, o telégrafo contribuiu, na análise de James Carey (1997, p. 210), para a transição do

8 Sobre este tema, leia-se o subcapítulo do livro de Dayan e Katz intitulado “Efeitos sobre os jornalistas e as organizações transmissoras” (1999, pp. 185-187).

jornalismo partidário para o jornalismo comercial e noticioso, conduzindo ao aparecimento das notícias “objectivas”, ou seja, de “notícias que pudessem ser usadas por jornais de qualquer tendência política”.

Neste sentido, “as origens da objectividade podem ser encontradas na necessidade de encurtar a linguagem” (Carey, 1997, p.210), resultante da transmissão telegráfica. Abreviar o número de palavras significava poupar dinheiro. Logo, todas as frases imbuídas de expressões que pudessem reflectir aspectos locais, regionais ou coloquiais deixavam de fazer sentido neste novo quadro de transmissão telegráfica que fazia apelo, no dizer do mesmo autor, “a algo próximo de uma linguagem científica, uma linguagem estritamente denotativa, na qual as formas de expressão de carácter conotativo estavam sob rígida vigilância” (Carey, 1997, p.210).

Ao favorecer a prosa seca e sem adornos, ao fazer prevalecer a notícia curta sobre o editorial argumentado, ao promover a organização das redacções como se fossem fábricas (*factory-like*), ao estabelecer o predomínio do repórter sobre o editorialista, a telegrafia – conforme sustenta James Carey (1997, p.211) – permitiu que as notícias fossem “tratadas como mercadorias: algo que pode ser transportado, medido, reduzido e cronometrado”.

A análise de Carey deve ser reconduzida às suas justas proporções. A relevância de factores tecnológicos na configuração da linguagem jornalística e noticiosa não impede que se reconheça que, muito antes das invenções do século XIX, se encontravam em gestação formas de expressão jornalística impulsionadas pela procura social de notícias redigidas em termos acessíveis aos públicos da época. A título de ilustração, evoca-se a notável definição de jornalismo, elaborada ainda no século XVII, por António de Sousa Macedo, fundador e director do *Mercúrio Português*: “Simples e corrente foi o estilo do Mercúrio, ajustando-se sempre com a maior certeza que pode alcançar, sem afectar locuções altas que desdissessem a sinceridade de uma pura narração” (citado por Tengarrinha, 1989, p.41). Esta descrição do “estilo jornalístico” da autoria de Sousa Macedo, por alguns considerado “o primeiro jornalista português”, ainda que cronologicamente não o tenha sido (Tengarrinha, 1989, p.41), contempla as principais características definidoras daquilo que será, após a “fase industrial da imprensa”, a informação jornalística: a simplicidade (“simples”), a adequação à linguagem falada (“corrente”), a preocupação descritiva (“ajustando-se sempre...”) e narrativa (“...a sinceridade de uma pura narração”), a elevada probabilidade de

incerteza (“...com a maior certeza que pode alcançar...”) e a preocupação em evitar o estilo rebuscado (“sem afectar locuções altas...”).

Afastada a tentação do “determinismo tecnológico”, seria interessante historiar a evolução da teoria e da prática da “reportagem objectiva” através das sucessivas gerações de tecnologias que o jornalismo foi percorrendo, do telégrafo à fotografia e às actualidades cinematográficas, à rádio e à televisão, aos computadores, aos satélites e à Internet. Na impossibilidade de seguirmos, aqui e agora, esse trajecto ambicioso, esboçaremos apenas a análise comparativa entre a era da objectividade associada ao telégrafo, à agência e ao jornal e a do novíssimo jornalismo digital.

A influência da Internet manifesta-se designadamente no plano das práticas profissionais. As novas tecnologias abrem enormes possibilidades de investigação, através de motores de busca e de outros recursos de pesquisa. Mas ao mesmo tempo colocam sob o signo da velocidade as frágeis metodologias do jornalismo, o que tem por efeito acentuar à respectiva vulnerabilidade (Elliott, 1998).

Na história recente do jornalismo – como refere Manuel Castells (2004, p.189) – “existem casos de informações políticas relevantes difundidas através da Internet, que nunca teriam alcançado o mesmo nível nem a mesma velocidade de difusão se tivessem sido divulgadas através dos principais meios de comunicação”. As modalidades tradicionais interagem, na difusão das notícias, com a informação em linha: “Dada a velocidade de difusão das notícias – escreve o mesmo autor – os meios de comunicação devem estar alerta e saber reagir perante estes rumores, avaliá-los e decidir como informar acerca deles, posto que já não podem continuar a ignorá-los” (Castells, 2004, p.189).

As práticas de investigação do “jornalismo objectivo” entraram em crise com a mudança das tecnologias da transmissão para as tecnologias em rede. Normativos tradicionais, tais como a regra de ouvir as partes em confronto num litígio, antes de divulgar a informação, revelam-se desajustados da rapidez na circulação da informação e dos respectivos reflexos na tomada de decisões editoriais.

Ao contrário do que, por vezes, se pensava, muita informação a circular não equivale necessariamente a melhor informação, nem permite eliminar os boatos. A potencial criação de rumores aumenta com a disseminação de informação por múltiplas fontes. Ao analisar a (reduzida) utilização do ciberespaço pelos políticos, Manuel Castells regista que “a utilização da Internet

por parte de jornalistas independentes, activistas políticos e pessoas de todas as classes, está a crescer como canal de informação política e de rumores” (Castells, 2004, p.189).

O surgimento dos *blogs informativos na Web*, no final dos anos 90, possibilitou a emergência de uma espécie de “jornalismo amador” (Barbosa & Granado, 2004, p.14), atendendo à semelhança que revela com o trabalho jornalístico propriamente dito, visto que os seus autores o elaboram através de procedimentos análogos aos dos profissionais. Os defensores do jornalismo institucional argumentam, no entanto, que, apesar dessas analogias, “o seu trabalho – conforme sustentam Elisabete Barbosa e António Granado (2004, p.14) – não é submetido à edição habitual dos jornais e, por vezes, não é cumprida a rotina de contacto com as fontes e de confirmação da informação recebida”.

Certos jornalistas descobriram nos *weblogs* formas de “extensão do seu trabalho diário, ou um lugar para exprimir as opiniões que tantas vezes reprimem nos seus textos jornalísticos” (Barbosa & Granado, 2004, p.26), o que suscitou reacções diferenciadas das empresas mediáticas. Algumas proibiram os jornalistas, em nome do princípio da exclusividade, de colaborarem nestes novos dispositivos. Outras procuraram retirar benefícios da expansão da blogosfera, criando blogs, ligados aos seus sites⁹.

Certos períodos de crise¹⁰ abriram espaço à intervenção dos cidadãos, não só para comunicações de pessoa a pessoa, mas ainda para relatar acontecimentos e situações de forma semelhante à do jornalismo tradicional. Este tipo de intervenção na *Web* foi designado por *first person news network* (“rede noticiosa na primeira pessoa”), baseando-se num novo tipo de comunicação designado por “jornalismo pessoal” (Allan, 2002, p.127).

A situação do jornalismo no ciberespaço traduz a coexistência de diversas formas de informação. Talvez seja possível sintetizá-las em três grandes tipos: a *informação jornalística* (propriamente dita), correspondente ao prolongamento no ciberespaço do paradigma profissional forjado no século XIX, que se expressa em sites de órgãos de informação em suporte papel e em sites autónomos sediados na *Web*, a *informação organizacional e institucional*,

9 Cite-se, enquanto exemplo pioneiro, o londrino *Guardian*, que promoveu a criação de um *blog*, propiciando aos leitores vários *links* para assuntos noticiosos.

10 Por exemplo, o 11 de Setembro ou a Guerra do Iraque.

que corresponde à presença no ciberespaço de actores da comunicação organizacional, ligados a partidos, empresas e a outro tipo de instituições, por vezes trabalhando em conjunto com jornalistas profissionais; e, por fim, o *jornalismo amador*, correspondente à produção parajornalística de cidadãos que desejam intervir no espaço público e, em certos casos, recorrem a formas de expressão inspiradas no jornalismo tradicional.

Os debates acerca do jornalismo digital colocam, por vezes, em confronto os defensores a todo o custo do profissionalismo e os adeptos de novas formas de “jornalismo amador”, configuradas na novíssima “blogosfera”. De alguma maneira, assiste-se ao reavivar, num contexto histórico radicalmente diverso, do mítico confronto entre Walter Lippmann (1965), algo descrente nas virtualidades do debate público em democracia, defensor do profissionalismo e da consulta a especialistas, e John Dewey (1991), interessado na participação dos cidadãos e no desenvolvimento da conversa no espaço público. Lippmann sustentava que a democracia só poderia funcionar devidamente com base na associação de especialistas e técnicos, aquilo que designava por “inteligência organizada”, enquanto Dewey acreditava na possibilidade de recriar, na sociedade do início do século XX, o espírito comunitário de outras eras, anteriores à industrialização e à urbanização. Socorrendo-me de uma síntese de Maria João Silveirinha (2004, p.434), diria:

enquanto Lippmann defendeu aquilo que James W. Carey hoje chama “uma teoria do espectador do conhecimento”, Dewey via o conhecimento, e a consequente participação, como uma função de “comunicação e de associação”: “Ver é ser espectador”, escreveu. “Ouvir é participar”.

A linguagem da Internet – o hipertexto – apresenta um conjunto de potencialidades susceptíveis de ser desenvolvidas pelo *jornalismo em linha*. Ao quebrar, através das hiperligações, a linearidade da escrita modelada pela herança de Gutenberg, o ciberespaço oferece ao jornalista a possibilidade de encontrar resposta, através de sucessivos reenvios a outros sítios da rede, para o problema clássico da contextualização dos acontecimentos e das problemáticas que não era possível solucionar nos media tradicionais devido à reduzida disponibilidade de espaço e de tempo. Neste caso – sublinha José Álvarez (2003, p.233) – “a tecnologia não é um condicionante limitador, mas sim multiplicador”.

A própria definição de hipertexto remete para a noção de uma forma de “escrita não sequencial com ligações controladas pelo leitor” ou, numa aproximação mais ousada, “uma forma narrativa que não existe até que os leitores a produzam através de uma série de escolhas feita de acordo com os seus desejos e interesses” (Huesca & Dervin, 2003, p.282). Esta linguagem fragmentária, prospectiva, obrigando o leitor a sucessivas escolhas, contrasta com as narrativas jornalísticas tradicionais, baseadas na existência de um só autor e de uma ordem fixa e linear de leitura.

As novas tecnologias do ciberespaço apontam no sentido da ultrapassagem dos paradigmas do realismo e da objectividade. A disposição dos textos de jornalismo em linha pode induzir os leitores a transformar-se em autores ou co-autores, construindo “as suas próprias versões da realidade, em vez de se limitarem a ler a representação da realidade por um repórter” (Huesca & Dervin, 2003, p.284).

Os modelos do “realismo” e da “objectividade jornalística”, criados na era do telégrafo, ajudaram a configurar uma doutrina profissional que visava atingir uma versão única, supostamente objectiva, do acontecimento. O hipertexto, pelo contrário, convida o leitor a um sucessivo aprofundamento do relato jornalístico, ao cotejo de múltiplas versões, a um certo relativismo epistemológico. “Os hipertextos – segundo Huesca & Dervin (2003, p.283) – acolhem a noção de contradição, fragmentação, justaposição e pluralismo, em vez da busca da “verdade”, que se encontra no cerne do projecto jornalístico tradicional”. O paradigma linear da rede telegráfica difere, manifestamente, da abertura pluridimensional facultada pela “teia”.

7. Síntese conclusiva

O jurista sul-africano Albie Sachs (Wallerstein, 2003, p.15), tendo presente a “sua própria perplexidade como advogado e juiz”, propôs quatro conceitos de verdade. A *verdade microscópica* corresponderia ao conceito positivista, baseado na informação factual comprovada. A *verdade lógica* seria atingida por processos de natureza dedutiva e inferencial. A *verdade experiencial* estaria ligada às vivências de alguém, como Ghandi, que “se experimentava a si próprio e não a uma ideia do mundo exterior a si”. Por fim, a *verdade dialógica* pode integrar elementos ligados às outras três modalidades – microscópica,

experiencial e lógica –, mas “pressupõe e desenvolve-se a partir da ideia de uma comunidade com muitas vozes e múltiplas perspectivas”.

Immanuel Wallerstein (Wallerstein, 2003, p.8 e *passim*) recorre a estes conceitos num estudo em que pretende estabelecer fronteiras entre “quatro tipos de produção de saber”: os contos de ficção, a propaganda, o jornalismo e a história. O autor entende que não há “uma linha simples, rígida e firme que separe a ficção da realidade, a fábula da verdade”. (Wallerstein, 2003, p.12) Dos historiadores – e, ao que nos parece, dos jornalistas – espera-se que “cumpram a tarefa social de tornar plausíveis interpretações da realidade social que todos consideram úteis, não só individual como colectivamente” (Wallerstein, 2003, p.12).

Em nosso entender a linha imaginária que pode separar esses diferentes domínios passa pela relação com o potencial leitor, por um “pacto de leitura” que se projecta, como sustenta a teoria da recepção, num “horizonte de expectativas” do destinatário. O que se espera do jornalista é uma aproximação ao “real”, mesmo se a palavra “real” tem de ser escrita entre aspas, mesmo se o discurso do jornalista integra a construção social desse mesmo “real” que, em teoria, deveria apenas descrever.

A história apresenta-se como uma forma de conhecimento, possuindo simultaneamente carácter narrativo. Postular a natureza narrativa da história não significa “defender a história narrativa” (Ricoeur, 1983, p.133) ou reduzir a história à dimensão de narrativa.

Da mesma forma que afirmar a dimensão narrativa do jornalismo não equivale a recusar o seu objectivo informativo e explicativo, reconhecer que a construção da história envolve configurações narrativas não implica negar que o saber histórico se baseia numa metodologia sedimentada e sujeita à crítica da comunidade académica.

A “doutrina da objectividade jornalística” constitui uma construção historicamente datada. Na sua formação confluem factores *filosóficos* (o “factualismo” de inspiração positivista), *corporativos* (a autodefesa de um grupo profissional em desenvolvimento), *ideológicos* (“a sociedade democrática de mercado”), *económicos* (a inserção da imprensa na economia de mercado, o interesse dos proprietários dos media) e *tecnológicos* (a invenção do telégrafo, o aperfeiçoamento dos transportes e das técnicas ligadas à imprensa). Esta “doutrina” corresponde a uma visão do jornalismo como técnica. Ao pretender “tecnicizar” o jornalismo, encerra-o numa dogmática estilística e processual

que, além de ser insuficiente para o validar como forma de conhecimento, o afasta da sua vocação de raiz intelectual, artística e literária.

Não me parece que seja possível desprezar a tradição histórica do jornalismo – muito anterior a esta ideologia corporativa anglo-americana –, nem substituir os jornalistas, enquanto factor estruturante da informação mediática, por divulgadores científicos, comunicadores institucionais, ou simplesmente cidadãos empenhados em debater no ciberespaço. Os jornalistas deveriam compreender que a razão de ser da sua existência profissional consiste em observar, interpretar e narrar a “realidade social”, da qual são igualmente “construtores”. Esta formulação é paradoxal, mas, apesar do paradoxo enquanto tal assumido, permitimo-nos sustentar a sua pertinência¹¹. Talvez se possa indagar se o historiador ou o cientista social, com a ressalva da validação académica das respectivas investigações, não viverão mergulhados em contradição semelhante.

Não será seguramente através da “tecnicização” – ou seja, estabelecendo dogmáticas no plano das formas de expressão ou dos processo investigativos – que o jornalismo se legitimará num contexto histórico em que a proliferação de discursos, narrativas e actores de comunicação tende para o infinito. Tão pouco será possível sugerir aos jornalistas o regresso à inocência e à ingenuidade do “contador de histórias” anterior à emergência da sociedade mediática. Talvez a invocação do contributo para a “verdade dialógica”, através de narrativas e testemunhos parciais, mas complementares, seja a atitude possível e razoável.

Em sentido, se não idêntico, pelo menos aproximado, ao da proposta de Wallerstein sobre o estatuto epistemológico da História, Gianni Vattimo (1989, p.33) sustenta:

que a lógica com base na qual se pode descrever e avaliar criticamente o saber das ciências humanas, e a possível verdade do mundo da comunicação mediatizada, é uma lógica hermenêutica, que procura a verdade como continuidade, “correspondência”, diálogo entre textos, e não como conformidade do enunciado a um estado mítico de coisas.

11 Bernard Delforce refere-se a este paradoxo da seguinte forma: “Para fabricar a imprensa e para lê-la é preferível desconhecer, no momento da actividade, a ficção simbólica que ela constitui e acreditar que ela pode realizar o ideal que promete” (citado por Mesquita, 2004, pp. 46-47).

Os fundamentos da existência e até da necessidade do jornalismo, na sociedade contemporânea, remetem para a figura de retórica do oxímoro, ou seja, para essa “obscura claridade” que preside à procura social de notícias, no âmbito de uma realidade social cada vez mais construída por essas mesmas notícias.

Referências bibliográficas

- Allan, S. (2002). Reweaving the Internet, In B. Zelizer e S. Alan (eds). *Journalism after September 11* (pp.119-140). Routledge.
- Álvarez Marcos, J. (2003). El Periodismo ante la Tecnología Hipertextual, in J. Díaz Noci & R. S. Aliaga (eds) *Manual de redacción ciberperiodística* (pp. 231-259). Ariel.
- Aronson, J. (1973). *The Press and the Cold War*. Beacon Press.
- Barbosa, E. & Granado, A. (2004). *Weblogs— Diário de Bordo*. Porto Editora.
- Benjamin, W. (1971). *Le Conteur – Réflexions sur l’oeuvre de Nicolas Leskov*, in *Oeuvres III* (pp.114-151). Gallimard.
- Carey, J. W. (1988). *Communication as Culture – Essays on Media and Society*. Routledge.
- Carey, J. W. (1997). The Communication Revolution and the Professional Communicator. In E. S. Munson & C. A. Warren (eds). *James Carey: A Critical Reader*. (pp.128-143). University of Minnesota Press.
- Casasús, J. M. & Ladevéze, L. N. (1991). *Estilo y Géneros Periodísticos*. Ariel.
- Castells, M. (2002). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura volume I: A Sociedade em Rede*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2003). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura volume II: O poder da identidade*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2004). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura volume II: O fim do milénio*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2002). *A Galáxia Internet – Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cohen, E. D. (ed) (1992). *Philosophical Issues in Journalism*. Oxford University Press.
- Cohen, E. D. (1992). *Objectivity and News Reporting*. Oxford University Press.
- Cornu, D. (1999). *Jornalismo e Verdade – Para uma ética da informação*. Instituto Piaget.
- Dayan, D. & Katz, E. (1999/1992). *A história em directo – Os acontecimentos mediáticos na televisão*. Minerva Coimbra.
- Delforce, B. (1996). La responsabilité sociale du journaliste: donner du sens. *Les Cahiers du Journalisme*, 2, 16-32.

- Dewey, J. (1991/1927). *The Public and its Problems*. Ohio University Press.
- Díaz Noci, J. & Aliaga, R. S. (eds) (2003). *Manual de Redacción Ciberperiodística*. Ariel.
- Ducrot, O. & Todorov, T. (1972). *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Seuil.
- Elias, N. (1997). *Envolvimento e distanciamento*. Celta.
- Elliott, D. (1998). The Clash of Paradigms. [conferência]. Congresso da Organisation of the News Ombudsmen, San Diego, Califórnia. <http://infi.net/ono/elliott.html>.
- Glasser, T. L. (1992). Objectivity and news bias. In E. D. Cohen (ed), *Philosophical Issues in Journalism* (pp. 176-185). Oxford University Press.
- Gramsci, A. (1934/2004). *Cadernos do cárcere (volume II: Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo)*. Civilização Brasileira.
- Hallin, D. (1989). *The 'Uncensored War' – Media and Vietnam*. University of California Press.
- Huesca, R. & Dervin, B. (2003). Hypertext and Journalism. In H. Jenkins e D. Thorburn, *Democracy and New Media* (pp.281-307). The MIT Press.
- Hughes, H. M. (1940/1981) *News and the Human Interest Story*. Transaction Books.
- Jahanbegloo, R. (1999). *Quatro entrevistas com George Steiner*. Fenda.
- Jenkins, H. & Thorburn, D. (eds) (2003). *Democracy and New Media*. The MIT Press.
- Kovack, B. & Rosenstiel, T. (2001). *The Elements of Journalism – What Newspeople Should Know and the Public Should Expect*. Crown Publishers.
- Leich, R. D. (ed) (1947). *A Free and Responsible Press – A General Report on Mass Communication: Newspapers, Radio, Motion Pictures, Magazines, and Books, by the Commission on Freedom of the Press*. Midway Reprint – The University of Chicago Press.
- Lippmann, W. (1922/1965). *Public Opinion*. Macmillan (The Free Press).
- Mesquita, A. de (1916/2001). *A América do Norte*. Parceria A. M. Pereira.
- Mesquita, M. (2004). *O Quarto Eguívoco – O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*. Minerva.
- Miranda, J. B. de (1998). *Traços – Ensaios de Crítica da Cultura*. Vega.
- Muhlmann, G. (2004). *Du journalisme en démocratie*. Payot.
- Munson, E. S. & Warren, C. A. (eds) (1997). *James Carey – A Critical Reader*. University of Minnesota Press.
- Park, R. (1923). The Natural History of the Newspaper, *American Journal of Sociology*, 29: 3, 80-98.
- Park, R. (1916/1967). A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano, in O. G. Velho, *O Fenómeno Urbano* (pp. 29-72). Jorge Zahar Editores.
- Park, R. (1972). *The Crowd and the Public and Other Essays*. The University of Chicago Press.

- Park, R. (1981). Introduction, in H. M. Hughes, *News and the Human Interest Story*. Transaction Books.
- Ponte, C. (2004). *Leituras das Notícias – Contributos para uma análise do discurso jornalístico*. Livros Horizonte.
- Rebello, J. (2003). *A Comunicação – Temas e Argumentos*. Minerva Coimbra.
- Ricoeur, P. (1955). *Histoire et Vérité*. Seuil.
- Ricoeur, P. (1983). *Temps et Récit vol. I*. Seuil.
- Rubim, A. A. C. (ed) (2004). *Comunicação e Política – Conceitos e abordagens*. Editora da Universidade Federal da Baía e Fundação Editora UNESP.
- Schudson, M. (1979). *Discovering the News – A Social History of American Newspapers*. Basic Books.
- Schudson, M. (2003). *The Sociology of News*. W. W. Norton.
- Silveirinha, M. J. (2004). Opinião Pública, in A. A. C. Rubim (ed), *Comunicação e Política – Conceitos e abordagens* (pp. 409-449). Editora da Universidade Federal da Baía e Fundação Editora UNESP.
- Tarde, G. (1910/1992). *A Opinião e as Massas*. Martins Fontes.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica em Portugal*. Caminho.
- Todorov, T. (1972) Énonciation. In O. Ducrot, O. & T. Todorov, *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage* (pp. 405-410). Seuil.
- Traquina, N. (ed) (1993). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Vega.
- Tuchman, G. (1993a). A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas, in Traquina, N. (ed) (1993). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”* (pp. 74-90). Vega.
- Tuchman, G. (1993b). Contando “estórias”, in Traquina, N. (ed) (1993). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”* (pp. 258-262). Vega.
- Vattimo, G. (1989). *A Sociedade Transparente*. Relógio d’Água.
- Velho, O. G. (ed). (1967). *O Fenómeno Urbano*. Jorge Zahar Editores.
- Wallerstein, I. (2003). Escrever História. *Ler História*, 45, 7-18).
- Zelizer, B. (2004). *Taking Journalism Seriously – News and the Academy*. Sage.
- Zelizer, B. & Alan, S. (2002). *Journalism After September 11*. Routledge.

Notas biográficas das editoras e autores

Maria da Luz Correia é Professora Associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores e investigadora integrada do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Colabora com o CHAM Açores e com o CHAM-Centro de Humanidades desde 2021. Em 2013 defendeu a sua tese de doutoramento em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho e em Sociologia na Université Paris Descartes – Sorbonne. Os seus projetos de doutoramento e de pós-doutoramento sobre a cultura visual, os postais ilustrados e a fotografia lúdica foram ambos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Tem ensinado e investigado na área da história dos média, com particular ênfase na interceção entre a tecnologia e a cultura, as dimensões visual e política. É autora do livro *Imagens de Intervalo: o postal ilustrado e a cultura visual contemporânea* (edições Húmus, 2021) e coeditou *Photography and Gender* (2017), *Políticas do Olhar* (2017), *Do Post ao Postal* (2011), *Figurações da morte nos média e na cultura* (2016).

maria.lf.correia@uac.pt

Catarina Rodrigues é Professora Associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores. É doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior (UBI) com uma tese sobre “Jornalismo Participativo”. Parte da investigação foi realizada na Universidad Complutense de Madrid, com uma bolsa financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Entre 2010 e 2020 foi professora da Faculdade de Artes e Letras da UBI. É investigadora do LabCom (UBI), onde tem pesquisado sobre jornalismo e novos média. Integrou a equipa de projetos como “Remedia.Lab – Laboratório e

Incubadora de Media Regionais” e “Público e Privado nas Comunicações Móveis”. É colaboradora do Núcleo dos Açores do CHAM – Centro de Humanidades.

catarina.sl.rodrigues@uac.pt

Ana Cristina Correia Gil é Professora Associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas) da UAc. Foi Presidente da FCSH entre 2016 e 2021 e diretora da Biblioteca, Arquivo e Museu desta universidade entre 2014 e 2017. Atualmente é membro do Conselho Geral da UAc. Em 2006, concluiu o Doutoramento em Cultura Portuguesa com a tese *A identidade nacional na literatura portuguesa. De Fernão Lopes ao fim do século XIX*, publicada em 2015 pelo Centro de Humanidades (CHAM). É investigadora deste Centro e colaboradora do Centro de Investigação Joaquim Veríssimo Serrão. As suas áreas de investigação são a Cultura Portuguesa, a Identidade Nacional, a Teoria da Cultura e os Estudos Insulares. Em 2014, ganhou o Prémio Centro de Investigação Joaquim Veríssimo Serrão com o ensaio “Diferentes perspetivas sobre a identidade nacional: o caso português”.

ana.cc.gil@uac.pt

José Paulo Machado é doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade Católica Portuguesa em 2018 com a tese titulada *A Imprensa Católica nos Açores: do início do século XX ao Concílio Plenário Português*. É mestre pela mesma instituição com a dissertação intitulada *D. António de Castro Meireles. Subsídios para a compreensão da sua acção pastoral no contexto da I República*. A 26 de setembro de 2018 foi nomeado pároco de Fajã de Baixo. Em janeiro de 2019 foi nomeado diretor do semanário *A Crença*.

josepaulo.machado@gmail.com

Maria Teresa Cruz, doutorada em Comunicação e Artes, é Professora na Universidade Nova de Lisboa nas áreas da Teoria da Imagem e Estética dos Média. Fundadora da Revista Interact – Arte, Cultura e Tecnologia e investigadora do Instituto de comunicação da UNL, tem coordenado projetos no âmbito da cultura, das artes contemporâneas e do património, com ênfase nos média digitais e em práticas participativas. Autora de *A Modernidade Estética* (2020); *Media Theory and Cultural Technologies* (ed., 2017) e *Novos Média – Novas Práticas* (ed., 2011).

mt.cruz@fcs.unl.pt

Moisés de Lemos Martins é Professor Jubilado da Universidade do Minho e atual Professor da Universidade Lusófona. Na Universidade do Minho, dirigiu o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, assim como as revistas *Comunicação e Sociedade*, *Revista Lusófona de Estudos Culturais* e *Vista*. Fundou e dirigiu também o Museu Virtual da Lusofonia. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Estrasburgo, tem publicado no âmbito da Sociologia da Comunicação e da Cultura, da Semiótica Social, da Política Científica e da Comunicação Intercultural. Foi Presidente da Sopcom, Lusocom e Confibercom. É o atual Presidente da Assibercom – Associação Iberoamericana de Investigadores de Comunicação.

moisesm@ics.uminho.pt

Paulo Meneses é Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Ensina literatura portuguesa medieval, história da língua portuguesa e linguística textual, âmbitos disciplinares onde inscreve as suas publicações e os seus interesses de investigação. Entre as suas publicações mais recentes, constam: “O testemunho da dor: breve glosa a *Agora e na hora na nossa morte*, de Susana Moreira Marques” (2021 | volume de homenagem a Mário Mesquita); *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro: vocalidade fictiva e terapia dos acidentes da alma” (2021 | volume de homenagem a Rosa Goulart e Fernando Vieira-Pimentel); “A literatura no cinema: Chrétien por Rohmer” (2020–2021 | *Cadernos de trabalho*, 4).

paulo.js.meneses@uac.pt

Paulo Serra é doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior, onde é Professor Catedrático e investigador do LabCom – Comunicação e Artes. É autor dos livros *A Informação como Utopia* (1998), *Informação e Sentido* (2003) e *Manual de Teoria da Comunicação* (2008), coautor do livro *Informação e Persuasão na Web* (2009), organizador e coorganizador de múltiplos livros, autor e coautor de vários capítulos e artigos em obras coletivas e revistas, nacionais e estrangeiras.

pserra@ubi.pt

Rui Sampaio da Silva é Professor Auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores. Foi Visiting Scholar na Universidade Humboldt e na Universidade Livre de Berlim, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, e na

Universidade Brown, nos EUA, com o apoio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. O seu percurso de lecionação e investigação abrange áreas como a Teoria da Argumentação, Epistemologia, Ética e Deontologia da Comunicação e Teoria das Relações Públicas.

rui.js.silva@uac.pt

Samuel Mateus é Professor Auxiliar na Universidade da Madeira e Investigador no LabCom Comunicação e Artes nas áreas de Teoria da Comunicação, Retórica e Comunicação Política. É coordenador do GT de Comunicação e Política da SOPCOM e Editor nas revistas “Rhétoriké” e “Estudos em Comunicação”.

São da sua autoria os livros: *O Fim da Esfera Pública e a nova teoria da publicidade: lições de comunicação política* (2024), *Manual Prático de Assessoria de Imprensa* (2022), *Discurso Mediático* (2021); *Introdução à Retórica no séc. XXI*, Covilhã (2018); Organizou, entre outros, o livro intitulado *Media Rhetoric: how advertising and digital media persuade us* (2021). É o fundador do *Academus*, o primeiro podcast de divulgação das Ciências Sociais e Humanas.

samuelmateus@staff.uma.pt

Susana Serpa Silva, doutorada em História Contemporânea, é Professora Associada da FCSH, da Universidade dos Açores. É investigadora integrada do CHAM – Centro de Humanidades (FCSH-UNL/UAc), sendo atualmente diretora do CHAM Açores (núcleo desta UI&D) e, por inerência, membro da direção executiva. É diretora dos Doutoramentos em *História Insular e Atlântica (Séculos XV-XX)* e *Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico-Institucional*. É autora de 5 livros, coordenadora de outros 7 e publicou mais de 70 capítulos e artigos científicos em revistas nacionais e internacionais. Entre as suas áreas de interesse estão a História dos Açores/Portugal e do Atlântico (séculos XIX e XX), em torno das dinâmicas sociais e culturais, da emigração, História de Género e da imprensa.

susana.pf.silva@uac.pt

O QUE É TORNA AS CIÊNCIAS DA
COMUNICAÇÃO PARTICULARMENTE
INDISCIPLINADAS? COMO O TÍTULO
DO PRESENTE VOLUME DEIXA
ANTEVER, PARA RESPONDER
A ESTA PERGUNTA, PODEMOS
CONVOCAR O SEU PRINCIPAL
OBJETO DE ESTUDO: OS MÉDIA.

**Este livro tem o contributo
dos seguintes autores:**

Ana Cristina Gil
Catarina Rodrigues
José Paulo Machado
Maria da Luz Correia
Maria Teresa Cruz
Mário Mesquita
Moisés de Lemos Martins
Paulo Meneses
Paulo Serra
Robert E. Park
Rui Sampaio da Silva
Samuel Mateus
Susana Serpa Silva

ISBN 978-989-9213-24-1



GOVERNO
DOS AÇORES



UAC
UNIVERSIDADE
DOS AÇORES



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

